

GEOGRAFIA E TRABALHO NO SÉCULO XXI

Volume 4

Antonio Thomaz Júnior
Luzimar Barreto França Junior
organizadores

Editorial  **Centelha**

Presidente Prudente

2009

copyright © do Autor, 2009

Apoio técnico: Biblioteca da FCT/Unesp

Editoração e Capa: Luzimar Barreto França Junior

Editorial 

Todos os direitos reservados ao Grupo de Pesquisa
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - (CEGeT)
Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP
Rua Roberto Simonsen, 305
Caixa Postal: 467 – CEP. 19060-900
Presidente Prudente – SP
www.fct.unesp.br/ceget

SUMÁRIO

Apresentação	4
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: ENTRE A IDEOLOGIA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO MATO GROSSO DO SUL José Roberto Nunes de Azevedo	7
A DINÂMICA TERRITORIAL DE EXPANSÃO DO NEGÓCIO-AGRO-SUCRO-ENERGÉTICO NO BRASIL CONSUBSTANCIADA NAS AÇÕES DO ESTADO "PARCEIRO" Ana Maria Soares de Oliveira	34
PARA ALÉM DO AGRONEGÓCIO – A "AGROECOLOGIA" E A RECONSTRUÇÃO DO ATUAL SISTEMA AGRÍCOLA E ALIMENTAR Sérgio Gonçalves	70
O CONFLITO CAPITAL X TRABALHO NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: REFLEXÕES A PARTIR DA LUTA PELA MORADIA Fernanda Keiko Ikuta	94
A TERRITORIALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE A PARTIR DO PLANFOR (1996-2002) Marcelo Dornelis Carvalho	126
DESAFIOS TEÓRICOS PARA A GEOGRAFIA DO TRABALHO NO SÉCULO XXI Antonio Thomaz Junior	162

APRESENTAÇÃO

Apesar do aparente acúmulo de experiência para a realização dos livros desta série, a cada volume, os desafios se renovam. Chegamos agora, ao quarto volume de “Geografia e Trabalho no século XXI”.

É um desafio manter uma coleção pautada, desde o seu início, no firme compromisso de crítica ao sócio-metabolismo do capital, revelado nas inúmeras pesquisas realizadas pelos integrantes do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho). Fazer pesquisa crítica já é um desafio, publicar e se fazer visível no mundo é muito mais. Acreditamos em nosso trabalho, em nossas pesquisas, por isso essa coleção tem servido como veículo do nosso pensamento coletivo, livre e comprometido com a emancipação da sociedade das amarras do capital.

O mundo do trabalho, dos trabalhadores urbanos e rurais, dos sem-trabalho, dos informais, dos que migram e dos que adoecem por trabalhar, enfim a complexa trama de relações que repõe em cena sujeitos sociais que redefinem o conteúdo do tecido social. As lutas, as perdas, as conquistas. Os “movimentos” e a paralisia. De tudo nos ocupamos em nossos projetos, pesquisas, estudos. Vivemos em um *mundo* míope, estrábico, quase cego, incapaz de perceber a dura realidade a que se submetem milhares de indivíduos no seu dia-a-dia. Ousamos desvelar esta realidade.

E é este o nosso maior desafio. Este quarto volume é uma pequena e profunda amostra de como tem trabalhado o CEGeT e seus pesquisadores.

Iniciamos este volume com um texto de José Roberto Nunes de Azevedo, fruto de sua dissertação de mestrado, trazendo uma discussão sobre a mistificação em torno do agronegócio canavieiro que se transveste de modernidade e tecnologia, todavia, mantendo o histórico processo de dominação inclusive, com a prática de trabalho forçado nos canaviais sul-mato-grossenses.

O texto de Ana Maria Soares de Oliveira, resultado da sua tese de doutorado, revela a aliança do Estado com o agronegócio canavieiro em seu frenético processo de expansão. Segundo a autora, este processo de expansão da cultura da cana subordina e impacta diversos biomas, expropriando comunidades, destruindo práticas conservacionistas de exploração de culturas tradicionais; contamina o solo e os

mananciais. Nessa nova ordem, não está ocorrendo só a substituição de culturas tradicionais pela cana-de-açúcar, mas também o desmantelamento da identidade e do modo de vida de pequenas comunidades.

Sérgio Gonçalves apresenta em seu texto, as lições e conclusões retiradas de sua tese de doutoramento com relação à possibilidade de superação do atual sistema agrícola e alimentar baseado no agronegócio. Segundo o autor, o atual sistema de produção de alimentos acirra os problemas sociais, econômicos e ambientais, demonstrando assim, a sua insustentabilidade, tendo em vista que o nível de impactos negativos gerados é muito superior aos impactos positivos. Apresenta no texto a possibilidade de superação através da Agroecologia, centrada na produção sustentável, incorporadora de conhecimentos tradicionais e técnicos, que valoriza não só o meio ambiente e a produção sustentável, mas a comercialização solidária.

Do campo à cidade, Fernanda Ikuta destaca a atuação dos movimentos sociais urbanos, em específico, dos movimentos de luta pela moradia da metrópole de São Paulo. São muitos os obstáculos enfrentados por estes indivíduos, o maior deles talvez, seja a escassez de estudos, na década atual, que dêem “voz” aos movimentos de moradia. O estudo realizado pela autora em seu doutoramento, salienta a importância deste texto para a compreensão da lógica destrutiva do capital e a brava luta de resistência.

O texto apresentado por Marcelo Dornelis Carvalho procura contextualizar o surgimento das novas demandas qualificativas com a emergência da reestruturação produtiva, sinalizando os desafios colocados para o movimento sindical num período de hegemonia neoliberal incontestado e crise generalizada da economia brasileira, com forte retração do emprego formal e ataques frontais aos parques diretos trabalhistas e sociais conquistados em 1988. Como os demais textos, este também é fruto de pesquisa realizada durante o doutorado do autor.

Encerramos este volume com o texto escrito por Antônio Thomaz Junior a partir das análises e reflexões tiradas de seu texto crítico apresentado em seu concurso de livre docência. A possibilidade de apresentar ao público essas reflexões nos permite colocar em evidência as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade em que vivemos, e ainda, apreender os significados e os sentidos do trabalho, no seio da classe trabalhadora. Eis por onde o CEGeT trilha suas pesquisas e, por meio delas, fazemos um exercício constante para

o redimensionamento teórico-conceitual-metodológico com vistas a identificar, internamente à dinâmica geográfica do trabalho, em sua constante (des)realização.

Como se percebe esta coleção é fruto de estudos, leituras, pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT. Um trabalho coletivo por excelência, de graduandos, pós-graduandos, mestres, doutores e pós-doutores. É assim que nos posicionamos e nos fazemos presentes no debate.

Oferecemos então, aos nossos leitores, nossas contribuições, reflexões, polêmicas e posicionamentos, sempre abertos ao diálogo.

Os Organizadores

AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: ENTRE A IDEOLOGIA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO MATO GROSSO DO SUL

José Roberto Nunes de Azevedo¹

INTRODUÇÃO

Propomos nesse texto uma discussão sobre agronegócio canavieiro tendo em vista que o mesmo se configura como meio de mistificação do capital, o qual faz alusão a um processo de dominação historicamente constituído e que no atual momento se reveste de modernidade para expressar velhos personagens, ou seja, estamos nos referindo, por exemplo, à utilização de trabalho forçado nos canaviais sul-mato-grossenses.

Segundo Oliveira (2003, p.120), a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio está ligada ao seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado, sendo que é respondendo a essa lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar². Portanto, "o agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial".

Mato Grosso do Sul se apresenta inserido na divisão territorial do trabalho na condição de importante produtor de gado, sobretudo de corte, de sorte que é nos últimos anos que se verifica a diversificação da sua balança comercial e o estímulo, em larga escala, à produção canavieira, o que impacta diretamente nas relações de produção.

¹ Mestre em Geografia pela UFGD. Professor da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). E-mail: jose robertocosmos@yahoo.com

² A expectativa em Mato Grosso do Sul é que, da produção total de álcool, com a implantação das novas unidades produtivas, 80% sejam destinados para o mercado externo e 20% restantes ao mercado interno.

Para apreendermos a dimensão desse processo, basta notar que entre 2005 e 2007 o Estado do Mato Grosso do Sul, que comportava 9 agroindústrias canavieiras até aquele momento, ampliou para 14 esse número, o que garante uma capacidade produtiva de 1,4 bilhões de litros de álcool, 1,2 milhões de toneladas de açúcar, a partir de um processamento que deverá atingir 26,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e a geração de 33.650 empregos nos 12 municípios em que se territorializam.

Portanto, a expansão da atividade canvieira é uma realidade no Estado do Mato Grosso do Sul. Percebemos a ampliação das unidades processadoras antigas, principalmente no tocante às agroindústrias produtoras de álcool, que passam a produzir também o açúcar e, concomitantemente, a implantação de inúmeras usinas na maior parte da sua área, sobretudo nas porções de terras férteis, localizadas no sul de Mato Grosso do Sul. No entanto, a referida expansão também se amplia nas áreas de pastagens que, por sua natureza degradada e pouco lucrativa, passa a ser presa fácil para os empresários canvieiros interessados em ampliar a sua participação no cenário produtivo.

Vejam, pois algumas questões sobre o agronegócio canvieiro no Mato Grosso do Sul para uma melhor leitura do fenômeno em análise.

AGRONEGÓCIO: ALGUMAS QUESTÕES

O agronegócio tem-se caracterizado como um dos mais perversos meios de territorialização do capital no campo, evidenciando a construção de uma marca político-estratégica que garante sua hegemonia, uma vez que reflete a imposição do pensamento único e o entendimento do mundo sem contradições³.

A construção desse conceito está circunscrita à lógica do capital, que busca incessantemente garantir as condições de produção convenientes para sua necessidade ampliada de acumulação, apelando para a exploração do trabalho como chancela para sua apropriação e controle do território, na medida em que “para acumular é necessário transformar parte do produto excedente em capital” (MARX:1987, p. 676).

³ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007b.

Assim, é preciso atentar também para a teia de relações de dominação política, que tem como elo de sustentação o Estado e, como principais sujeitos sociais envolvidos e prejudicados, os trabalhadores, os quais são utilizados enquanto mão-de-obra barata para o capital.

Percebemos sua faceta exploratória e degradante, com a cimentação de relações de poder em seus diversos níveis, o que legitima a dominação sobre trabalhadores, vinculados à agroindústria canavieira bem como via desenvolvimento de formas de controle sobre o trabalho, com finalidade última da extração do sobretrabalho.

É interessante observar que os mesmos trabalhadores se vêem atrelados à atividade canavieira, devido à mesma ser uma das poucas que emprega a maior parte do ano e, embora seja uma cultura sazonal, gera empregos na entressafra, nas atividades de capina e trato cultural em geral, o que permite a muitos deles a manutenção dos empregos.

Contudo, é notável dizer que o piso salarial dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul é de R\$ 430,00, conformando-se ilegalmente o pagamento de tais valores. É válido apontar, ainda, conforme constatado em trabalho de campo, realizado em 21 de novembro de 2007, e destacado por um dos trabalhadores, que, apesar das dificuldades e formas de agressões sofridas, “não pode reclamar, porque senão eles manda embora [...]. Outro dia, mandaram um de nós porque reclamou do preço da cana. Tem que ficar quieto”.

Na verdade, o que se percebe é uma forma de controle físico e moral dos trabalhadores pela empresa, que se aproveita das condições precárias a que estão expostos esses indígenas para ampliar sua dominação.

Existe um rígido controle social imposto pela mecanização do território. Logo, podemos nos remeter à interessante artigo de Moraes (2004), no qual aponta um pronunciamento de trabalhadora do corte de cana-de-açúcar: “se eu pudesse, quebraria todas as máquinas”. Nesse depoimento, a trabalhadora descarrega toda sua indignação com a situação colocada para os milhares de trabalhadores desse ramo produtivo, sobretudo na região de Ribeirão Preto (SP).

No Mato Grosso do Sul, particularmente, esse aspecto é menos destacado, uma vez que a atividade canavieira ainda não possui a mesma envergadura que outras áreas produtoras do país, entretanto não deixa de comparecer no discurso

dos usineiros e de seus representantes, sejam eles os que já estão territorializados no Mato Grosso do Sul, seja os que estão em vias de instalação⁴.

O trabalhador não percebe que a empresa extrai dele e dos demais operários envolvidos no processo de produção a mais-valia, e que esta, por sua natureza, supera qualquer questão menor, pois envolve além do trabalho necessário na produção da mercadoria também o trabalho excedente, que, segundo Marx (1985, p. 190), é “destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção”.

Cabe, neste momento, uma reflexão de Antunes (1999, p. 218), o qual confirma a centralidade do trabalho, num momento em que “a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável”.

Mas exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo. (ibidem).

Nessa passagem, podemos perceber que, no capitalismo, o controle do trabalho e dos trabalhadores é feito mediante pressão, que, no caso específico da atividade canavieira, sinaliza para mecanização do processo produtivo.

Nesse caso, nós nos baseamos em Chauí (1990, p.86), que lembra o fato de a ideologia ser “um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados”.

A ideologia do agronegócio pode ser percebida no contexto do tripé terra /capital/ trabalho, sendo este a chave dessa forma moderna de territorialização do capital. Desse modo, a terra é o estrato que comporta a produção; o capital o agente

⁴ Segundo o Diretor do Sindicato do Alcool no Mato Grosso do Sul, Paulo Aurélio Vasconcelos, seriam necessárias pelo menos 122 máquinas para se fazer o corte da cana-de-açúcar no Estado, quando a produção nacional pelas indústrias é de cerca de 425 unidades/ano, ou seja, não é possível nesse ritmo atender todos os estados que vêm expandindo os seus canaviais.

impulsionador da investida na produção e o trabalho o responsável direto pela produção de mercadorias.

Vejam, a seguir, algumas das principais características do agronegócio: a) destino da produção - mercado externo; b) forma por excelência da produção - latifúndio; c) mercadorias exigidas - produtos com valor agregado e altamente valorizados no mercado. Ramos (2007, p.36) corrobora, ao atestar que a agroindústria canavieira historicamente está encimada no tripé latifúndio-escravismo-monocultura “, sendo que “a este tripé estrutural esteve associado - e, em boa medida, ainda está - uma determinada forma de crescimento da produção canavieira [...] marcada pelo expansionismo extensivo, itinerante e predatório de recursos naturais (solo, matas, água)”.

Thomaz Júnior (2007, p. 11) aponta:

E o que é central, nesse esquema de dominação, é que o agronegócio é controlado por empresas, genericamente denominadas de *tradings*, que centralizam o processo produtivo e de distribuição/comercialização/agroindustrialização de grãos, estando consorciadas a tantas outras empresas processadoras e mesmo do DI, sobretudo quando se põe em destaque os diferentes produtos, no arco de abrangência da cadeia agro-químico-alimentar.

Dessa forma, o agronegócio condiz com uma “uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”⁵ (FERNANDES, 2006, p.02).

Concordamos com Poulantzias (2000), quando destaca que a ideologia não se restringe a um sistema de idéias na medida em que é capaz de moldar uma série de práticas materiais, as quais estão vinculadas às próprias práticas políticas e econômicas. Assim, para o autor, “as relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção” (POULANTZAS: 2000, p.27).

5

www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitoagronegoci.o.pdf. Acesso em novembro de 2007.

Podemos fazer uma analogia com as características do próprio sistema de produção vigente no Brasil, em seu período de colonização, quando, segundo Caio Prado Júnior, tínhamos a tríade monocultura, latifúndio e trabalho escravo - *plantation* - o qual não se diferencia essencialmente das características do agronegócio, ao passo que este se alicerça na exploração sem precedentes dos trabalhadores, inclusive enquanto trabalho escravo, pois em inúmeras fazendas, em todo o país, em especial nas áreas de fronteiras, verificamos a ocorrência do cerceamento da liberdade de ir e vir dos trabalhadores e, somado a este, o sistema de barracão, caracterizado pela dívida impagável dos sujeitos, contraída junto aos seus patrões⁶.

É interessante, nesse sentido, apresentar alguns dados que expressam os conflitos trabalhistas do campo no Brasil.

Conflitos Trabalhistas no Campo (1998-2007)⁷.

Conflitos Trabalhistas	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ocorrências de Trabalho Escravo	14	16	21	45	147	238	236	276	262	265
Assassinatos	-	-	1	4	1	-	2	-	3	1
Pessoas envolvidas	614	1.099	465	2.416	5.559	8.385	6.075	7.707	6.930	8.653
Ocorrências de Superexploração e desrespeito Trabalhista	56	28	33	25	22	97	107	178	136	151
Assassinatos	5	-	-	1	-	2	-	-	1	-
Pessoas Envolvidas	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT, 15/03/2008.
Org.: AZEVEDO, J.R. N. de (2008).

Por meio da Tabela acima, percebemos que ocorreu aumento de trabalho escravo e formas assemelhadas, entre 1998 e 2007, bem como das pessoas

⁶ Sobre este aspecto, vale consultar a denominada “lista suja”, a qual aponta os focos do trabalho escravo, no Brasil, incluindo alguns nomes de empresários sul-mato-grossenses do ramo canavieiro.

⁷Cf. <http://www.cptnac.com.br/pub/publicacoes/aa925a43f7416418691938c0a2722a16.xls>. Acesso em: 23 jul. 2008.

envolvidas. Também é constatado que a ocorrência de superexploração e desrespeito trabalhista quase triplicou na série temporal analisada, ao mesmo tempo em que assistimos à queda violenta do número de pessoas envolvidas, comprovado pelas 366.720 ocorrências em 1998, enquanto em 2007 são 7.293 casos. Acreditamos estar isto relacionado à ação do Ministério do Trabalho na coibição da exploração do trabalho em todo território nacional.

Em se tratando de exploração do trabalho e particularmente em relação ao que tem se denominado como sendo “trabalho degradante”, é preciso esclarecer que pode ser entendido como tal aquele tipo de trabalho em que o empregado possui o direito de ir e vir, mas que tem a sua prestação de serviços condicionada, geralmente, a locais insalubres, jornadas excessivas, sem o fornecimento de alimentação de qualidade, de equipamentos de segurança etc.

Por outro lado, o chamado “trabalho escravo” diz respeito ao conjunto formado pelo trabalho degradante e o cerceamento da liberdade, isto é, perda do direito de ir e vir, tal qual nos é assegurado pela constituição em seu artigo 5º. Por fim, devemos ressaltar outra forma de exploração denominada como sendo “trabalho forçado”, a qual, segundo a Convenção nº 29 da OIT de 1930, se refere a “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”.

Concordamos com as proposições de Sakamoto (2008, p. 02):

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaico que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão. A superexploração do trabalho, da qual a escravidão é sua forma mais cruel, é deliberadamente utilizada em determinadas regiões e circunstâncias como parte integrante e instrumento do capital. Sem ela, empreendimentos mais atrasados em áreas de expansão não teriam a mesma capacidade de concorrer na economia globalizada⁸.

⁸ Cf. artigo intitulado “Por que, afinal, existe trabalho escravo no Brasil?”, publicado pelo Repórter Brasil, em 15/04/2008. Acesso em: 17 abr. 2008.

Vale ressaltar que, conforme Art. 149, do Código Penal, reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, acarreta reclusão de dois a oito anos e multa, além de pena correspondente à violência.⁹

Ainda, segundo o artigo:

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II- mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I- contra criança ou adolescente;

II- por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

- §§ 1º e 2º acrescidos pela Lei nº 10.803, de 11-12-2003.

Entendemos que tais formas de exploração do trabalho pelo capital são reais no território brasileiro, embora para o agronegócio canavieiro, em particular, isto não se justifique na dimensão posta por órgãos como o Ministério Público, ao passo que “inúmeras ações de responsabilidade social têm sido desenvolvidas por pelo menos uma centena de cerca de 450 usinas em atividade atualmente no país”¹⁰

Todavia, procuram camuflar a realidade dizendo que foram encontradas evidências de trabalho escravo/degradante em áreas esporádicas do país, a exemplo dos casos anunciados no Pará e em Mato Grosso, embora saibamos que tais Estados lideram a lista de trabalho escravo. Nesse contexto, segundo a matéria citada, encabeçam a lista de unidades da federação com problemas quanto ao trabalho escravo os seguintes Estados: Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso e Pará, sendo que Mato Grosso do Sul assumiu, este ano, a 6º posição.

Contudo, em se tratando particularmente do caso ligado à exploração do

⁹ Caput e pena com a redação dada pela lei nº 10.803, de 11-12-2003.

¹⁰ Conforme Editorial do *Jornal Cana* edição 167 de novembro de 2007, intitulada “Sujou, limpou, molhou, secou”.

trabalho nos canaviais, ou melhor, de libertação de trabalhadores que estavam em situação de escravidão, temos outra situação, no Mato Grosso do Sul, que ocupa a 2º posição no cenário nacional, ficando atrás apenas do Pará.

Para termos uma idéia da realidade do trabalho escravo nos canaviais, devemos lembrar que mais da metade dos trabalhadores resgatados em situações análogas à escravidão em 2007 estavam envolvidas no cultivo da cana-de-açúcar.

Conforme matéria divulgada pelo Repórter Brasil, em 31 de janeiro de 2008, intitulada “Grandes libertações de trabalhadores em canaviais dominam 2007”, somente em 4 usinas foram libertos nesse ano 2.947 trabalhadores, sendo elas: usina Pagrisas em Ulianópolis (PA), CBAA, em Brasilândia (MS), DCOIL, em Iguatemi (MS), Coruripe, em Iturama (MG). Tais ações de luta contra o trabalho escravo permitiram a libertação de 5.877 trabalhadores em 2007.

Diante desse quadro, gostaríamos de apontar, baseados em matéria publicada pelo Repórter Brasil, em 14/03/2008, intitulada “Palco de libertações, setor sucroalcooleiro conta com isenções”, que, apesar do desrespeito às condições de trabalho recorrentes nas agroindústrias canavieiras do Mato Grosso do Sul, o governo do Estado continua beneficiando os empresários.

A título de exemplo, a matéria destaca os benefícios concedidos à Debrasa e à Dcoil, que por sua vez, foram alvos de denúncia quanto à exploração do trabalho. Ainda, conforme a mesma matéria, o orçamento estadual prevê a renúncia de R\$ 48,5 milhões na arrecadação de impostos que incidiriam sobre as empresas de álcool combustível em 2008. Isto representa diretamente no benefício de 43 novas usinas no Estado, das quais 16 estão em construção, segundo dados do governo de Mato Grosso do Sul.

Observamos que tal política estadual está engajada àquelas efetivadas no âmbito federal, pois caminham no sentido de legitimar o agronegócio. Vejamos um trecho da matéria retratando este cenário¹¹: “nunca neste país, como diria o Lula, o setor de energia renovável - com o Brasil à frente - teve tantas possibilidades internacionais à mão e nunca ele foi tão atacado, inclusive pelo exterior, por meio de mentiras, calúnias e falácias”. Vê se que o fato do presidente da República ter

¹¹ Conforme matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 20/03/2007, intitulada “Presidente Lula chama usineiros de heróis”.

chamado os usineiros de heróis é mote para os empresários do setor canavieiro legitimarem a sua ação/expansão no território. Mas vejamos um trecho da matéria citada, para dimensionarmos a relação:

Segundo Lula, “os usineiros da cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias”.

A defesa do governo Lula ao agronegócio canavieiro está ligada, aparentemente, ao fato da fonte de energia em questão ser limpa e contribuir para amenização de questões de cunho ambiental, além de ser uma alternativa para países em desenvolvimento, dado que permite aos mesmos a denominada “autonomia energética”, da qual nenhum país pode se privar. Assim, para o presidente do Brasil, o agronegócio canavieiro tem a capacidade de “gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar”, além de poder “equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis”¹².

Assim, fazendo das palavras de Tamás Szmercsányi as nossas, “embora reconhecamos o potencial do álcool, não vejo nele uma panacéia capaz de resolver todos os nossos problemas de subdesenvolvimento e de dependência”¹³ (p.03).

Dessa maneira, para Thomaz Júnior (2007, p.11),

[...] os vínculos políticos e estratégicos, e os interesses econômicos do capital, revelam quão complexo é o território de operações da produção-comercialização-consumo de combustíveis renováveis e biocombustíveis, tendo em vista que a verdadeira intenção do grande capital é dar o *start* para a construção do mercado global de biocombustíveis.

Nesse cenário, faz-se necessário, pois, observar a expressão do agronegócio canavieiro no Brasil, com destaque para a atividade canavieira, mediante sua representabilidade sócio-econômica, considerando-se, para isso, os seus rebatimentos para o mundo do trabalho.

¹² Conforme matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 25/09/2007, intitulada “Lula defende biocombustíveis e critica subsídios agrícolas de países ricos”.

¹³ Conforme entrevista de Tamas Szmercsányi ao *site Correio Cidadania*, em 11 de maio de 2008 (Entrevista concedida).

AGRONEGÓCIO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO

Conforme dados da União das Agroindústrias Canavieiras (UNICA), o agronegócio canavieiro movimenta cerca de R\$ 50,00 bilhões por ano, o que corresponde a aproximadamente 1,5% do PIB nacional. Sendo responsável ainda pela geração de 3,6 milhões empregos diretos e indiretos, além de congregar em torno de 72 mil agricultores em todo o país.

Assim, o Brasil é hoje o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. Contudo, para tal cenário, deve-se considerar que o país apresenta o menor custo de produção, o qual gira em torno de U\$ 0,22 por litro de etanol, enquanto os Estados Unidos, a partir do milho, alcança U\$ 0,30 e a União Européia U\$ 0,53. Entretanto, para alcançar tal marca, temos intensa exploração da mão-de-obra, na apropriação da renda territorial da terra e no preço da terra os seus principais aspectos e, ainda, uma avassaladora degradação ambiental.

Nesse contexto, uma das conseqüências da expansão canavieira no Mato Grosso do Sul, é justamente a elevação do preço da terra, devido à grande procura pelos industriais da cana-de-açúcar, conforme constatamos nos municípios em que visitamos.

Na verdade, devemos ressaltar que, historicamente, ocorre a utilização da terra como reserva de valor, sendo uma das características mais marcantes do campo brasileiro. Inclusive, no caso do Mato Grosso do Sul, Avelino Júnior (2003, p. 04) destaca que “a terra, passa a ter uma importância fundamental a partir da década de 1970, pois passou a ser usada como garantia dada aos bancos para obtenção de financiamentos agrícolas.”

Corroborando essa perspectiva, o presidente da Famasul destaca: “sabemos que existe uma procura maior por terras no Estado por conta da cana-de-açúcar e da vinda de usinas, e por essa razão o preço também tende a aumentar (SILVA JÚNIOR:2007)¹⁴.

¹⁴ Cf. matéria intitulada “Plantio de cana-de-açúcar valoriza terras”, publicada pelo jornal *Capital do Pantanal*, em 12/06/2007. Devemos destacar que, segundo a matéria, a valorização das terras ocorre a nível nacional, sendo que a maioria destas se faz devido à expansão canavieira e/ou do café.

Segundo a mesma matéria, a valorização das terras atinge, em algumas áreas, mais de 50% por hectare, sendo que, em municípios como Chapadão do Sul, terras que eram avaliadas em média por seis ou sete mil reais, atualmente são cotadas acima de 15 mil reais.

Verificamos casos semelhantes em municípios como os de Nova Andradina, em que o preço da terra está em torno de 15 mil reais o hectare e que, tal como Rio Brillhante, possuía, há pouco tempo, valores inferiores a 5 mil reais o hectare.

Corroborando com essa realidade, vimos, a seguir, um diagnóstico encontrado no Relatório de Impacto Ambiental da usina Ceroná no município de Batayporã.

Nos meses de junho e julho de 2007 as terras agricultáveis utilizadas para o plantio de soja e cana em Batayporã eram comercializadas, em média, entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00 o hectare (caso extremo). A média em novembro de 2007 estava em R\$8.000,00. No início de 2006 estava na frequência de R\$4.000,00 a R\$5.000,00 o hectare, verificando-se assim que a valorização deu-se na frequência entre 25% e 60%, desprezando-se o preço de R\$10.000,00 por ser um único caso e seu parâmetro fugir às regras usuais. (p.60).

Contudo, é importante lembrar que tal especulação não se resume às terras, na zona rural, já que atinge ainda o setor de imóveis urbanos, ou seja, a disputa por casas (cômodos em geral) tem crescido nas cidades que recebem unidades produtivas, bem como, nas áreas próximas (distritos e bairros), e repercutindo diretamente no preço dos aluguéis. Este aspecto foi particularmente observado em municípios como Rio Brillhante, Maracaju, Dourados, Deodápolis, Nova Andradina, Anaurilândia e Bataguassu, nos quais pudemos constatar o fato no decorrer dos Trabalhos de Campo.

A título de exemplo, podemos citar o município de Rio Brillhante, onde, segundo Jango, trabalhador do setor terciário, ocorre uma procura incessante por casas de aluguel. Segundo o entrevistado, qualquer cubículo gira em torno de R\$250,00. Além disso, destacou o fato de as usinas estimularem o movimento do comércio e bancos, devido ao maior fluxo de pessoas e dinheiro na praça.

No entanto, não é isso que podemos constatar em matéria publicada pelo Jornal Diário MS, em 28 de fevereiro de 2008, intitulada “Dourados tem quatro usinas em processo de instalação”. De acordo com tal matéria, só a usina Dourados

e a São Fernando, do grupo Bertin, terão uma área com cana-de-açúcar no município de 30 mil hectares cada, além de que, há previsão de duas unidades do grupo Benedito Coutinho¹⁵ (Eldorado) a serem construídas no distrito de Macaúba e Itahum, a partir de 2010, as quais deverão abranger 120 mil hectares. Logo, no cômputo geral teremos, em Dourados, cerca de 180 mil hectares com a cana-de-açúcar, se tais fatos se confirmarem, ou pelo menos 60 mil, se as unidades em consecução cumprirem o plano inicial.

Observa-se, de maneira geral, que a procura é mais intensa nas porções de terra de fertilidade maior, haja vista que é possível obter maiores rendimentos, tal qual ocorre nos municípios de Dourados, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Maracaju etc. Também não restam dúvidas de que áreas próximas a propriedades já pertencentes aos grupos investidores atraem maior interesse dos usineiros, que vêem a possibilidade de ampliar os canais em extensão, sem, no entanto, quebrar a continuidade dos mesmos, o que, de fato, implica novamente mais lucros, na medida em que temos um duplo mecanismo de acumulação via concorrência, ou seja, subtrai-se a renda diferencial I, a advinda da fertilidade do solo e, paralelamente, a referente à localização.

Assim, conforme Oliveira (1986, p. 74), “a renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo”, ou melhor, “da diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizada e o preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade empregado” (p.74). Por outro lado, conforme perceberemos no decorrer da dissertação, as unidades produtivas lançam mão ainda da renda diferencial II que “é oriunda dos investimentos de capital no solo para melhorar a sua produtividade e/ou localização” (p.75).

Nota-se que uma estratégia para venda de propriedade, em Mato Grosso do Sul, tem sido justamente a localização, ao passo que tem sido constante associar a propriedade a sua localização e, nesse sentido, apontar para a possibilidade de arrendamento das mesmas terras para unidades produtivas construídas na área ou em fase de constituição, o que, de fato, implica maior valorização, pois,

¹⁵ Essa informação foi confirmada por representante do grupo Benedito Coutinho, em trabalho de campo realizado em 2007.

teoricamente, é investimento para o comprador e, conseqüentemente, auferimento de lucros em curto período¹⁶.

Uma das transformações que podem acontecer em decorrência do arrendamento de propriedades rurais em Mato Grosso do Sul é o empobrecimento de proprietários e produtores rurais, que, devido à sedução pela proposta de ganho fácil, arrendam a totalidade de suas terras, mediante contratos em geral longos, podendo chegar a 14 anos. Isso é interessante para os empresários, dadas as características do solo, mas, do ponto de vista dos donos da terra, pode configurar uma armadilha, podendo este se arrepender do negócio tendo, então, que arcar com grande prejuízo. Além disso, muitos proprietários recebem adiantado os rendimentos da usina, podendo culminar, caso não se re-invista novamente em fatores de produção, em posteriores endividamentos.

Vale ressaltar o depoimento de Elio Ângelo Coelho (2007, p.02), Secretario Municipal de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Batayporã, sobre a expansão da cana-de-açúcar no Estado:

Eu acho que não seria nenhum Eldorado. Eu vejo dessa forma, mas, por outro lado, do lado político-social é interessante, e de uma maneira ou de outra vai estar gerando mão-de-obra. Você entendeu? Vai movimentar o comércio, vai movimentar diversos setores que então trazem benefícios. Uma outra vantagem que eu tenho visto da cana na nossa região, ela está sendo um produto de diversificação, isso porque nós estamos muito naquele binômio boi-grão. Então, quer dizer, a cana entrou, ela, a partir do momento que ela entrou, ela já criou, ela já mexeu com o agronegócio do lugar, quer dizer, o grão valorizou, o boi valorizou. Quer dizer, é aquele sistema da oferta e da demanda, ou melhor, da procura, quer dizer, você tem menos produto, conseqüentemente, a coisa boa para região e para os próprios produtores que hoje têm mais um produto para tá brigando aí. Eu acho isso aí interessante. Por outro lado, tem aquela polêmica da questão ambiental, eu acho que faltava mais algum estudo sobre a nocividade ao solo, que está muito atrás das cortinas ainda. Então, como todo negócio que impacta no lugar tem seus prós e seus contra, e não tem aquele negócio de achar que isso aqui é a salvação.

¹⁶ Esse aspecto pode ser apreendido de forma bastante precisa nas imobiliárias de terras espalhadas pelo país e, particularmente, as sediadas no Mato Grosso do Sul, na medida em que os anúncios promovidos pelas mesmas são carregados de ralações entre a sua localização, a fertilidade da terra e o processo de expansão da cana-de-açúcar no Estado.

Vê-se, pelo depoimento do entrevistado, que a expansão da cana-de-açúcar se mostra impactante sobre a área de abrangência, pela qual se espacializa e provoca o que denominamos reordenamento territorial, bem como acarreta desconfiança em uma parcela dos atores políticos direta e indiretamente atingidos quanto ao seu real custo-benefício para o conjunto da sociedade.

Destarte, as transformações de grande vulto que têm ocorrido no campo brasileiro estão repercutindo diretamente tanto na estrutura produtiva como nas relações de trabalho. Os rebatimentos das alterações instituídas no processo produtivo materializam-se, pois, na exploração do território pelo capital a partir de relações de dominação e controle sobre o trabalho que, ao mesmo tempo em que determinam os níveis de sua reprodução ampliada, também referenciam a reação dos trabalhadores, os quais, segundo Marx (2006, p. 66), “transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador”.

Contudo, conforme nos lembra Dias (2003, p.46), “a história sob o capitalismo aparece como a história natural do capital, das técnicas, da produção, nunca do trabalho”.

De acordo com dados fornecidos pelo governo federal, as exportações do agronegócio no Brasil registram, no período de 2002 a 2006, crescimento de 99%, apesar da crise nas duas últimas safras. Conforme dados da Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, as vendas externas do setor aumentaram de US\$ 24,8 bilhões para US\$ 49,4 bilhões nesses 4 anos. Contudo, é preciso não esquecer de que esse capital está concentrado nas mãos de uma minoria.

Vejamos os principais destinos do açúcar e do álcool brasileiro, conforme informações disponibilizadas pela Unica (Quadros 1 e 2).

Quadro 1: Exportações Brasileiras de Açúcar por País de Destino - 2007 (Milhares de Toneladas)

Ordem	Países	2007
1.	Federação da Rússia	4.197,2
2.	Emirados Árabes Unidos	1.283,4
3.	República Islâmica do Irã	1.133,0
4.	Nigéria	1.119,4
5.	Arábia Saudita	1.072,3
6.	Argélia	927,6

7.	Malásia	919,1
8.	Canadá	854,8
9.	Egito	722,3
10.	Marrocos	656,7

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior- Secex/ UNICA (2008).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Através da leitura do Quadro 1, verifica-se que os maiores compradores do açúcar produzido no Brasil se localizam no continente asiático e africano, respectivamente, sendo que a Rússia é justamente o mais significativo importador dessa mercadoria.

Por outro lado, no tocante ao álcool, conforme demonstra o Quadro 2, nota-se a preponderância de países americanos, seguidos pelos demais continentes. Vê-se que, em primeiro lugar, encontram-se os EUA, que são os maiores produtores de álcool provindo do milho, que são também grandes investidores nesse produto no Brasil.

Quadro 2: Exportações Brasileiras de Álcool por País de Destino - 2007 (Milhões de Litros).

Ordem	Países	2007
1.	Estados Unidos	849,7
2.	Países Baixos	800,9
3.	Japão	367,2
4.	Jamaica	312,1
5.	El Salvador	226,8
6.	Costa Rica	172,2
7.	Trinidad e Tobago	160,5
8.	Suécia	128,5
9.	Nigéria	124,2
10.	Coréia do Sul	67,4

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior- Secex/ UNICA (2008).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Em relação aos principais compradores da produção de Mato Grosso do Sul, no contexto nacional, destacam-se os Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, mediante transporte rodoviário, uma vez que o consumo dentro do próprio Estado é pequeno diante da produção.

Embora se verifique a presença de áreas mais requisitadas pelo capital agroindustrial canavieiro, tendo em conta a logística requerida pelo setor produtivo,

em particular a concentração industrial e a magnitude do mercado consumidor, deve-se considerar, no caso da expansão da atividade canavieira para o Centro-Oeste, a contradição entre a modernidade das relações de produção, de um lado, e a precariedade nas relações de trabalho de outro¹⁷.

Se nessa região esse fato se fortalece e se amplia, nas áreas tradicionalmente produtoras da matéria-prima e do processamento agroindustrial não é diferente, embora percebamos que, nas áreas tradicionalmente produtoras da cana-de-açúcar, incidem com maior rigor sistemas de fiscalização que forcem os usineiros à “andar na linha”, pelo menos aparentemente, já que os mesmos sempre encontram formas de burlar a fiscalização, sem, no entanto isto ser facilmente diagnosticado pelo Estado.

Esse aspecto é ressaltado por Pauletti (2007, p. 04), ao chamar a atenção para a relação entre o número de fiscais necessários e o conjunto de atividades produtivas que necessitam ser fiscalizadas no Mato Grosso do Sul:

Nós não temos fiscais, nós não temos, hoje. Nós saímos, nós precisaríamos de no mínimo 50 fiscais, porque não é só usina, nós temos aqui 5 siderúrgicas se instalando, cada siderúrgica dessa precisa, no mínimo, de 50 mil hectares de eucalipto e eles não estão plantando. Vão começar a derrubar a mata do pantanal, vai virar um caos isso aí, então [...] Mas, veja bem: como não há fiscalização, o pessoal tá [...] Como não tem muito plantio, eles vão precisar do eucalipto, e vão para as áreas verdes, aí aquece a demanda [...]

O entrevistado ressalta também que a dificuldade de fiscalização é ainda maior nesse momento de transição entre a aprovação dos projetos agroindustriais e a área de instalação, bem como do mapeamento das áreas de plantio da cana-de-açúcar. Vejamos um trecho do seu depoimento:

Às vezes, onde está montando a indústria, você vai lá e é barrado. É 20-30 km

¹⁷ Sobre este aspecto, conforme pudemos verificar em entrevista realizada junto à Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, através do professor Maucir Pauletti (UCDB/Campo Grande), é visível nas usinas e destilarias de Mato Grosso do Sul o descumprimento das relações de trabalho, as péssimas condições de trabalho e de qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos, mesmo sendo um objetivo da comissão denunciar tais situações de abuso à dignidade humana.

40km, a cana é levada sem controle. Então, essa é uma situação que causa muita preocupação. Nós chegamos em uma fazenda [...], encontramos 150 trabalhadores sem registro, porque não existe usina, não existe local, então a fiscalização... O que o pessoal faz nesse período de transição de plantio [...], o Estado dá uma série de subsídio [...] Mesmo o pessoal da indústria, pra você treinar, agora que começa o primeiro ensaio, os primeiros do Estado. Na verdade, nós estamos sendo matéria de aluguel (ibidem).

A referida situação é ainda particularmente complicada do ponto de vista da fiscalização, quanto às áreas de expansão, na medida em que estas nem sempre são de fácil acesso e localização, tornando-se um meio propenso a irregularidades. Inclusive, para Pauletti (2007), algumas áreas são apropriadas pelo capital de forma premeditada, tendo em vista as dificuldades de acesso.

Ao questionarmos sobre a identificação da empresa, nos casos em que a fiscalização chega ao local da denúncia e encontra trabalhadores em situação irregular, Pauletti (2007, p.05) comenta a dificuldade dos mesmos revelarem quem são os responsáveis, já que ninguém quer se comprometer. Vejamos o depoimento do referido entrevistado:

E qual é o discurso deles, a alegação?

Estão terminando, é só este pedacinho aqui [...], quer dizer, esta mão-de-obra é toda terceirizada... Quer dizer, eles criam as chamadas agrícolas porque a usina é uma coisa e é como se aí tem um lance de pagar menos impostos e, então, todas elas criaram as chamadas empresas agrícolas [...] A empresa agrícola que contrata, e aí muitas vezes eles superlotam as instalações e se a fiscalização chega eles pagam, e se não chegam eles não pagam, e aí, no plantio, como o processo demora de 3-4 anos para ficar pronto, a instalação completa da usina, e aí eles pegam 300 homens e plantam isso 40-50 minutos, eles preparam toda a terra, terceirizam o plantio [...] quem está prestando o serviço? Eu não sei.

Portanto, verificamos o quanto é complexo o diagnóstico e a própria punição da empresa, mesmo quando ela é localizada, ou seja, existem mecanismos múltiplos de controle do capital e conseqüente subordinação dos trabalhadores envolvidos no processo de produção, sendo que a criação das “empresas agrícolas” se configuram como uma das mais usadas pelo capital.

Aliás, para Mészáros (1989, p. 52), “a crescente equalização das taxas diferenciais de exploração como tendência geral do desenvolvimento do capital

mundial” é uma lei fundamental que por sinal não são alteradas pelas taxas de exploração e de lucro, embora “no interior do círculo do capital, negador da historicidade do trabalhador, o trabalho parece não ter vida própria” (DIAS: 2003, p.46).

No plano internacional, é flagrante a importância que o Brasil assume em relação à produção canavieira, ao passo que o país é o maior produtor mundial da matéria-prima e, conseqüentemente, o mais expressivo exportador de açúcar e álcool, mediante o consorciamento de alta tecnologia e formas renovadas de controle e gestão do processo de trabalho à base de práticas regressivas, para garantir os ganhos de produtividade e demais vantagens comparativas.

Marx (1987, p. 584) explica a ação do capital sobre o trabalho, lembrando-nos que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia”, sendo que “o trabalhador não produz para si, mas para o capital”.

A produtividade¹⁸ vem crescendo nas últimas três décadas, baseada na ampliação da área plantada/colhida de cana-de-açúcar no país e, conseqüentemente, no aumento da produção da matéria-prima, expressa a partir da incorporação de novas áreas não tradicionalmente produtoras da matéria-prima em questão.

Esse cenário, portanto, deve ser observado tendo em vista o emprego de técnicas que permitiram o aprimoramento das relações de produção pelas empresas agroindustriais canavieiras e, fundamentalmente, através dos mecanismos coercitivos destas mesmas, as quais impõem sobre a classe trabalhadora um “fardo” de obrigações para se alcançar um salário capaz de responder pelas necessidades imediatas do trabalhador e sua família que, vistos no contexto histórico marcado pelas transformações, permitem-nos apreender que os trabalhadores, ao se emanciparem, “só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam a sua existência” (MARX, 1987 p. 830).

Assim, se por um lado o setor é importante, do ponto de vista da economia, sobretudo para a geração de renda e empregos para os trabalhadores, por outro

¹⁸ Segundo Marx (1987, p. 702), “com a produtividade do trabalho aumenta a quantidade produzida em que se corporifica determinado valor e, portanto, dada magnitude de mais valia”.

lado, representa a personificação de práticas descumpridoras de acordos trabalhistas e da legislação em vigor, tais como os expedientes que consomem os casos de superexploração do trabalho, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, a utilização de mão-de-obra indígena na atividade canavieira, em usinas de Mato Grosso do Sul¹⁹. Ou mesmo quando atentamos para as carvoarias espalhadas pelo referido Estado, as quais, conforme diversas entidades apontam²⁰, são pontos centrais de exploração do trabalho²¹.

Para Kudlavicz, Mota e Camacho (2007, p.15), desde meados dos anos 1980, algumas unidades processadoras de Mato Grosso do Sul já apareciam em denúncia de exploração do trabalho:

A comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul já em 1984 denunciava a “escravidão Branca” na Debrasa, município de Brasilândia, através do Boletim Vida Diocesana de Três Lagoas (Vida Diocesana, agosto de 1984). A empresa, segundo a CPT, se utilizava inclusive da coação armada praticada por jagunços que tinham a tarefa de “acalmar os descontentes e o rio Taquarussu serve como “geladeira” (grifo deles) para esfriar as cabeças quentes”.

Tais mecanismos de coerção utilizados pelos usineiros devem ser apreendidos num contexto em que, segundo diversos entrevistados durante a pesquisa, eram feitas vistas grossas à precarização do trabalho, ao passo que as relações de poder eram ainda mais ferrenhas, dado que a mobilização dos organismos de proteção aos trabalhadores, tais como os sindicatos, eram praticamente inexistentes, além da própria dificuldade de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e demais órgãos competentes.

Nesse cenário, não podemos omitir caso semelhante ao ocorrido em Brasilândia, porém desta feita relativo ao município de Nova Andradina, onde,

¹⁹ A esse respeito, Ribeiro (2001) retratou o caso específico da usina Debrasa, situada em Brasilândia (MS), pertencente ao grupo J. Pessoa, um dos maiores grupos agroindustriais canavieiros do país, conforme veremos adiante.

²⁰ Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB) etc.

²¹ Sobre este assunto, ver a dissertação de Pereira (2007), abordando a relação capital x trabalho nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, com destaque para o município de Ribas do Rio Pardo (MS).

conforme relato de antigo morador da área²², nos princípios da territorialização da unidade Santa Helena, aos trabalhadores (por questões trabalhistas) e proprietários rurais (posse da terra roubada, já que muitos não tinham escritura da área - posseiros) resistentes ao empreendimento era reservada a “Lagoa do Sumiço”, a qual não por acaso recebeu essa alcunha.

Outros exemplos podem ser lembrados por Kudlavicz, Mota e Camacho (2007, p.15), que chamam a atenção para o seguinte fato:

No ano de 1991 no Estado do MS ocorreram ações violentas contra trabalhadores da cana denunciados pela CPT nas usinas de Cachoeira e na Usina Passa Tempo no município de Rio Brillhante, com assassinatos de cortadores de cana (Diário da Serra, 29/08/91). Anteriormente a DRT (Delegacia Regional do Trabalho) já havia constatado que a destilaria Cachoeira mantinha trabalhadores em condições de semi - escravidão, motivando inclusive a criação de uma CPI na assembléia legislativa para averiguar as condições de alojamento e trabalho deste segmento social “in loco”. (*Diário da Serra*, 14/09/91).

Depreende-se disso a circunstância de a exploração do trabalho ser antiga, no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como o conflito capital x trabalho na atividade canavieira. A respeito desse problema, envolvendo as antigas unidades produtivas do Estado, tem-se um extenso material para consulta em Campo Grande, onde visitamos em trabalho de campo, em meados de julho de 2007, mostrando, em um acervo rico, com recortes de jornais, revistas, fotos etc., os diversos conflitos entre capital x trabalho não exclusivamente na cana-de-açúcar, mas também em relação às carvoarias.

Sobre tais aspectos, é digna de nota matéria do *Jornal MS* de 16 de novembro de 2007, que demonstrou auditoria realizada na Debrasa, em Brasilândia, na qual foram encontradas novamente condições degradantes de trabalho, como, por exemplo, falta e precariedade dos EPIs, atraso de pagamento de funcionários,

²² Nesse caso, preferimos preservar a identidade do entrevistado, o qual conhecemos eventualmente, em um trabalho de campo feito em Glória de Dourados, onde o mesmo tem parentes. Vale ressaltar o fato de o informante, após meados da década de 1980, ter-se mudado para o sul de Mato Grosso do Sul, onde não se acostumou, situação essa que o levou a procurar emprego no Estado de São Paulo, onde se instalou definitivamente.

problemas no recolhimento do FGTS dos mesmos, condições de insalubridade nos alojamentos – isto é, falta de ventilação, forte odor, falta de higiene etc. –, transporte precário, caldeiras da indústria sem sistema de combate a incêndios, poluição sonora na planta fabril acima do normal, transporte do bagaço da cana-de-açúcar realizada de maneira inadequada, o que acarretou mais de 120 autos na referida empresa, ultimamente, além do que se constatou o uso de agrotóxicos de forma perigosa.

A empresa foi interdita até resolver as pendências, sendo solicitada a rescisão indireta dos 800 trabalhadores que se encontravam no local, provindos de quatro aldeias do sul do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como interdição do alojamento, além de outras sanções. Interessante notar que o advogado da Debrasa destacou que a empresa passa por dificuldades financeiras, no entanto, esta faz parte do grupo José Pessoa, proprietário da CBAA, que se formou na segunda metade da década de 1980, a partir da usina João de Deus, em Alagoas, sendo que atualmente detém sete unidades produtivas de açúcar e álcool, no Brasil²³.

Devemos lembrar que agendamos visita junto à referida unidade de produção, mas, na data marcada, não fomos atendidos, o que implicou nossa visita apenas à área agrícola da empresa.

É relevante observar o depoimento de Pauletti (2007, p.06/7), o qual nos colocou a sua impressão em relação à unidade produtiva de Brasilândia, ao inquirirmos sobre as unidades antigas instaladas no Estado de Mato Grosso do Sul:

Brasilândia é nosso calcanhar de Aquiles, em que pese o seu tamanho, alojamento é zero, a forma como lidam com os trabalhadores é zero.

- Mesmo depois de tantas denúncias...

Mesmo tantas denúncias, tantas multas, talvez o relatório que foi feito recentemente, há uns 15 dias, por um grupo de fiscalização [...] e a situação que nós tínhamos lá em 90-91 não mudou nada.

A título de exemplo, devemos lembrar que, em se tratando dos novos projetos de agroindústrias em consecução no Estado de Mato Grosso do Sul, foram encontrados 222 trabalhadores em condições precárias de trabalho, na Fazenda

²³ São unidades do grupo: CBAA - Brasilândia (Debrasa) - Brasilândia/MS; CBAA – Sidrolândia/MS; CBAA – Icem/SP; Everest – Penápolis/SP; Benálcool Açúcar e Álcool – Bento de Abreu/SP; CBAA Japoatã – Japoatã/SE; CBAA – Campos de Goytacazes/RJ.

Ribeirão, numa operação conjunta realizada pelo MPT, SRT e PMA, em abril de 2008, na usina Iaco Agrícola de Chapadão do Sul.

De acordo com matéria publicada pelo Jornal *Dourados News*, em 28 de abril de 2008, os trabalhadores eram migrantes arregimentados principalmente nos Estados de Piauí, Maranhão, Alagoas, Pernambuco e Mato Grosso, o que, aliás, reflete a realidade das migrações em curso para as demais unidades produtoras de açúcar e álcool do Mato Grosso do Sul.

A respeito da situação encontrada na ocasião, o Procurador do Trabalho, Cícero Rufino Pereira, revelou que “as condições de trabalho na fazenda Ribeirão eram péssimas e havia irregularidades trabalhistas graves como a terceirização ilegal, por meio de empreiteiros, subempreiteiros ou ‘gatos’”²⁴. Além desses aspectos mencionados, com base nas informações do MPT, é possível notar que os trabalhadores não tinham atendimento de saúde pela usina, ficavam em alojamentos em condições precárias, além de reclamarem quanto à insuficiência alimentar.

Dos 222 trabalhadores envolvidos, 128 foram retirados da fazenda e os outros 94 permaneceram, após a regularização de sua situação na empresa, isto é, “anulação dos contratos ilegais firmados com os ‘gatos’, a regularização dos contratos, com anotação retroativa na carteira de trabalho e o pagamento de todas as verbas rescisórias”²⁵.

Tal situação dista, entretanto, daquela apontada por Paulo Aurélio Vasconcelos, gerente-executivo do Sindal/MS, que sustentou: “Não existe em nosso Estado aliciamento de trabalhadores, o que há é carteira assinada, alojamento ou casa alugada na cidade, alimentação garantida com administração paga pela usina e com fiscalização do MPT”²⁶. Concordamos, de fato, com a maioria das situações descritas, mas discordamos de maneira absoluta sobre a questão relativa ao aliciamento, além de duvidar da qualidade e abrangência dos demais elementos, uma vez que constatamos outra realidade, a partir dos trabalhos de campos e entrevistas realizados. Em outras palavras, poderíamos afirmar, nos casos que envolvem alojamento e a alimentação dos trabalhadores, a precarização e o descaso

²⁴ Conforme o *site* <http://www.pgt.mpt.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2008.

²⁵ Para maiores esclarecimentos, consultar o *site*: <http://www.douradosnews.com.br/leitura.php?id=10138>. Acesso em: 29 abr. 2008.

²⁶ Conforme entrevista realizada em 18 de junho de 2007.

das condições em que se realizam tais serviços.

Contraopondo às inúmeras situações em que observamos uma verdadeira lentidão, no momento de apurar os fatos, seguida pela não punição dos empresários envolvidos com a exploração do trabalho, no país, assistimos, em julho de 2008, à exclusão das empresas do grupo José Pessoa do pacto contra a escravidão, porque ocorreu a reincidência de trabalho degradante, sendo que, desta vez, foram flagrados trabalhadores submetidos à servidão por dívida em Icém/SP, sob a responsabilidade da empresa Agrisul.

Nesse sentido, poderíamos sintetizar, assumindo que, num dos setores considerados mais modernos do agronegócio, no Brasil, são usuais as formas de dominação do capital sobre o trabalho, as quais repercutem diretamente na precarização das relações de trabalho, nos baixos salários, no descumprimento das leis trabalhistas e dos acordos coletivos, nas experiências de trabalhadores escravos ou em formas análogas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Observamos, no Mato Grosso do Sul, a crescente manifestação de interesse por parte de grupos econômicos, produtores tradicionais do setor canavieiro e investidores de outros ramos produtivos, em territorializar seus projetos agroindustriais, o que acarreta a *conquista de novas terras* e, desse modo, habilita-os a promover seus ideais expansionistas, os quais visam a assegurar, a princípio, a continuidade de um projeto de domínio territorial já expresso em outras áreas²⁷.

Aliás, tal fato se evidencia nos diversos empreendimentos, dos quais queremos salientar a incorporação do capital canavieiro sobre novas áreas do centro-oeste, particularmente de Mato Grosso do Sul, na medida em que temos o avanço de uma outra e não nova monocultura e de suas práticas pelo espaço nacional, isto é, a partir da necessidade de se integrar o território em redes de produção destinadas a atender fundamentalmente o mercado internacional, o que, via de regra, acontece à mercê

²⁷ É importante chamar a atenção para o fato de a atividade canavieira ter-se desenvolvido preponderantemente, até a primeira metade do século XX, na região nordeste do Brasil, sendo que é a partir de então que assistimos à expansão da cana-de-açúcar para o centro-sul do país, com destaque para São Paulo.

dos pequenos e médios proprietários rurais e das suas necessidades sociais, econômicas e culturais, mesmo num território no qual a geração de alimentos é feita preponderantemente através das pequenas unidades de produção camponesa, que são, contraditoriamente, as mesmas que sofrem com a falta de financiamento agrícola, subsídio à sua produção, preferindo o governo, na maioria das vezes, importar gêneros alimentícios a produzir no próprio país, como bem nos lembra Oliveira (2003), quando aponta que exportamos para poder importar!

Característica marcante da agroindústria canavieira sul-mato-grossense foi e continua sendo a exploração do trabalho pelo capital, a qual se sustenta em condições precárias de trabalho, tendo se agudizado o conflito capital x trabalho, com destaque para o aperfeiçoamento das formas de controle social dos trabalhadores, o que se configura de longe como uma importante “arma” do capital.

A expansão da atividade canavieira impacta diretamente nas relações de trabalho no Mato Grosso do Sul, de maneira que é crescente o assalariamento dos camponeses, inclusive daqueles que estão no campo e que vêem na agroindústria uma possibilidade de melhora sócio-econômica, única alternativa, na ausência de políticas públicas para plantarem, ou outras inserções laborais no caso dos assalariados.

É fundamental rompermos com o trabalho degradante no campo (e na cidade) mediante ações articuladas entre Estado, órgãos públicos e de classe, o que só poderá ocorrer com a conscientização da classe trabalhadora que, por sinal, é a principal atingida por essa forma perversa de produção que encontra suas bases na mundialização do capital e da exploração dos trabalhadores, haja vista a sua atuação nos diferentes quadrantes do planeta e nos setores da vida social, política, econômica, etc.

Urge neste caso lutar pela própria dignidade humana que diante do modo de produção capitalista é subtraída, ou seja, é necessário repensar ações e propor novas atitudes frente ao domínio do capital, das quais em se tratando do agronegócio canavieiro é de bom grado a atuação efetiva do Ministério Público, mediante medidas que atinjam de fato os empresários rurais que abusam do seu poder (do dinheiro) na produção de mercadorias.

Logo, conforme destaca Antunes (2005), é condição *sine qua non* para superarmos o capital e seu metabolismo reprodutivo a ruptura à divisão estrutural e

hierárquica do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

AVELINO JÚNIOR, F. J. A luta pela terra no Mato Grosso do Sul. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 2003, Presidente Prudente. **Anais...**, 2003.

CHAUÍ, M de S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COELHO, E. A. Secretaria Municipal de Infra-estrutura e desenvolvimento econômico sustentável. Batayporã, 03 p., novembro de 2007 (Transcrição mimeografada).

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. **Outubro**, São Paulo, n.1, p. 45-52, 2003.

KUDLAVICZ, M.; MOTA, J.G.B.; CAMACHO, R. S. O agronegócio latifundiário exportador e os seus impactos na sociobiodiversidade: Os bio (agro) combustíveis e a expansão canavieira em MS. In: **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. (SINGA): Londrina, 2007.

MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Vol. II. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Bertrand Brasil/Difel, 1987.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, I. Produção destrutiva e estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

MORAES, S. M. A. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R., MORAES, S. M. A. (Org.) **O avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. n.21. São Paulo: AGB, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PAULETTI, M. **Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo**. Campo Grande, 08 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMOS, P. Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria canavieira do Brasil. **Revista Reforma Agrária (ABRA)**. São Paulo, v. 34, n.1, p.35-66, 2007.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. Usina de açúcar e álcool hidratado/anidro. (Cerona). Batayporã/MS. Janeiro de 2008.

SZMRECSANYI, T. Burguesia colonial e mercado externo dominam o agronegócio. **Correio da Cidadania**. 30 de Janeiro de 2008. (Entrevista concedida).

THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio *Alcoolizado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! ¶Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: III JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2007, Campinas. In: **Anais...** CD ROM, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (Elementos para Recolocar o Debate da Classe Trabalhadora e da Luta de Classes no Brasil). III JORNADA DO TRABALHO, 2007, Presidente Prudente. In: **Anais...** CD ROM Presidente Prudente, 2007.

A DINÂMICA TERRITORIAL DE EXPANSÃO DO NEGÓCIO-AGRO-SUCRO-ENERGÉTICO NO BRASIL CONSUBSTANCIADA NAS AÇÕES DO ESTADO “PARCEIRO”*

Ana Maria Soares de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva do capital personificado no agronegócio canavieiro, as fusões e/ou aquisições de empresas agroindustriais por vários grupos ligados ou não a essa atividade produtiva, somam-se a conjuntura política e econômica favorável a sua expansão e, de certa forma, a abertura de novos mercados que absorvam a produção de etanol; contribuindo assim, para a emergência de novas (re)configurações espaciais, tanto no âmbito do capital como do trabalho, tendo como grande aliado o Estado.

Esse novo cenário apresentado no âmbito do “negócio-agro-sucro-energético” é mais uma expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto-expansão, que altera o processo produtivo e de trabalho, provocando manifestações espaciais diferenciadas nos territórios, *territorializando a contradição capital x trabalho e, assim, conformando possibilidades emancipatórias a partir da luta pela terra e pela reforma agrária.* (MENDONÇA & MESQUITA, 2008, p. 07)

Esse processo expansionista da monocultura canavieira também subordina e impacta seriamente os biomas, expropriando comunidades, destruindo práticas conservacionistas de exploração de dendê e espécies nativas; e contaminando o solo e os mananciais. Nesse contexto se insere o Bioma do Cerrado e da Amazônia, visto que a Mata Atlântica já foi praticamente dizimada em momentos anteriores de

* Esse texto é fruto das reflexões realizadas durante o desenvolvimento da Tese de Doutorado.

¹ Professora da Rede Pública do Estado de São Paulo. Doutoranda em Geografia pela FCT/Unesp/Pres. Prudente. Bolsista FAPESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia e Trabalho-CEGeT. E-mail: anasoaresms@gmail.com

implantação/expansão do cultivo de cana-de-açúcar e de outras culturas, nas áreas tradicionais.

Com esse novo ordenamento territorial está ocorrendo não só a substituição de culturas tradicionais pela cana-de-açúcar, mas também o dismantelamento da identidade e do modo de vida de pequenas comunidades. Neste sentido, cabe destacar, por exemplo, o movimento que a pecuária do Oeste Paulista está realizando em direção ao estado do Maranhão. Segundo Thomaz Júnior (2007), a substituição das pastagens dessa porção do território paulista pelo cultivo de cana-de-açúcar está fazendo a pecuária migrar para as áreas de extrativismo de babaçu no centro-norte do Maranhão.

A hegemonização da forma determinante de uso e exploração da terra, da natureza e da força humana que trabalha evidenciada nas principais regiões produtoras e nas novas áreas em expansão do cultivo de cana-de-açúcar, consolida a compreensão do sistema produtor de mercadorias na sua fase atual – capital industrial e financeiro – como sendo, se não a única, a melhor possível, visando assim “impedir” o desenvolvimento de alternativas e possibilidades diferenciadas de uso da terra, que não a agricultura capitalista agroexportadora e excludente.

A rapidez e a forma destrutiva com que esse processo vem ocorrendo, reforça a concepção de que se trata de um “modelo” de produção agroexportador que se territorializa no monocultivo, em grandes extensões de terras próprias e/ou consorciadas, e na cooptação da pequena produção familiar, todavia subordinada às unidades processadoras.

A seguir apresentaremos o cenário decorrente do produtivismo do negócio-agro-sucro-energético nas principais frentes (estados) de expansão recente, bem como as ações que o Estado tem implementado no sentido de consubstanciar esse projeto.

1 A DINÂMICA TERRITORIAL DO NEGÓCIO-AGRO-SUCRO-ENERGÉTICO NAS PRINCIPAIS FRENTES DE EXPANSÃO

As terras do Centro-Sul, especialmente do Triângulo Mineiro, centro-sul de Mato Grosso do Sul, sul/sudoeste de Goiás, noroeste do Paraná e Oeste Paulista; e mais recentemente o norte do Espírito Santo, que estão sendo ocupadas pelo

processo de expansão recente, são apontadas pelos grupos/empresas que empreendem seus negócios na região, como as que oferecem melhores condições para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar.

No estado de Mato Grosso do Sul, uma das principais frentes de expansão atual, o que tem atraído empresários e investidores interessados em expandir o negócio-agro-sucro-energético são o clima; os solos, que favorecem até 100% da mecanização; a proximidade dos principais estados produtores (SP, PR, MG), corredores de exportação² e maiores centros consumidores; a logística; o preço da terra para compra e/ou arrendamento; e apoio do Estado e Lei Estadual de Incentivo. No entanto, o Governo do estado de Mato Grosso do Sul reivindica junto ao governo federal parceria para investimentos em infra-estrutura básica e modernização da logística.

As tendências sinalizam para uma mudança expressiva no estado de Mato Grosso do Sul, enquadrando-o numa nova divisão territorial do trabalho em escala nacional e internacional, apontando, inclusive para alterações na sua base produtiva, ou seja, de uma destacada especialização da produção bovina e sojicultora para a produção de açúcar e álcool (o primeiro já consagrado como *commodity*³ e o segundo em vias de ganhar esta classificação), mediante a implantação de novas unidades produtivas e a conseqüente expansão da monocultura da cana-de-açúcar⁴.

Acreditando que a essa expansão trará efetivamente o desenvolvimento econômico, o governo de Mato Grosso do Sul defende a aprovação e implantação de projetos, pois esta é uma forma de justificar e de viabilizar os investimentos na construção de um poliduto, e assim melhorar a logística.

² Definimos corredores de exportação como um sistema integrado de transporte e armazenamento para escoamento de produtos com concentração e volumes elevados, de forma a agilizar seu escoamento tanto para exportação como para o consumo interno.

³ Há que se fazer uma ressalva, quanto ao álcool se tornar uma *commodity*: é necessário que este seja um produto homogêneo e dominado pelo circuito especulativo. Segundo Torquato (2005) para isso é necessário disseminar a tecnologia de produção, de forma que mais países produzam álcool a partir da cana-de-açúcar ou de outras fontes renováveis, como a hidrólise da celulose. Dessa forma, diminuem-se os riscos de crises de oferta e abre-se caminho para tornar o produto uma *commodity* convencional. Assim, os consumidores passam a ter um pouco mais de segurança quanto a disponibilidade do produto.

⁴ O estado de Mato Grosso do Sul contabiliza atualmente 14 unidades em operação (na safra 2008/2009) e 13 projetos em fase de implantação, dos quais vários estão sendo implantados (alguns deles pudemos verificar *in loco*) 31 projetos *greenfield* em estudo.

O secretário adjunto de estado⁵, ligado a SEPROTUR, falou da importância de existir vários canais de escoamento da produção, e destacou ainda os planos do governo do estado em parceria com o governo federal para construção de uma via rodo-ferroviária, que terá base em Corumbá com saída para o Oceano Pacífico.

O objetivo é favorecer a integração sul-americana e, sobretudo um possível escoamento de álcool para o Japão. Mas, esse é um projeto para médio e longo prazo, principalmente porque a demanda japonesa de etanol esperada pelo setor ainda não é efetiva, e mesmo que fosse o Brasil não teria condições de atender de pronto. Segundo o Secretário, se o Japão decidisse misturar 5% do etanol a gasolina, o Brasil teria que triplicar o número de unidades processadoras para atender a demanda.

Ao apoiar e acreditar que o projeto expansionista do setor canavieiro vai gerar emprego, renda e promover o desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul, o Secretário mostrou que o discurso do governo do estado está afinado com o discurso do representante do SINDALMS (Sindicato da Indústria da Fabricação do Açúcar e do Alcool do Estado de Mato Grosso do Sul) e com o do representante da FUNTRAB (Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul), haja vista a parceria existente entre estas três entidades (SINDALMS, SEPROTUR e FUNTRAB)⁶. O primeiro se empenha em apoiar e garantir o maior número de unidades processadoras implantadas; o segundo concede incentivos fiscais, melhorias na infraestrutura e implementa projetos audaciosos para justificar e viabilizar a expansão; o terceiro é parceiro no treinamento de mão-de-obra, que, aliás, é alegada por todos como sendo escassa e sem qualificação no estado.

Vê-se, que o conjunto de (re)arranjos espaciais expressos nesse contexto de expansão recente do setor canavieiro no Brasil, revela, por mais que os representantes do setor insistam em dizer que não, a participação efetiva do Estado nas escalas local, estadual e nacional. Como é o caso, por exemplo, de Mato Grosso do Sul, que além de apoiar no tocante à logística e a infraestrutura o governo do estado oferece um conjunto de incentivos e benefícios para os empresários do setor interessados em “empreender o desenvolvimento” daquele estado.

⁵ Sr. Wilson Roberto Gonçalves. Durante entrevista realizada em 18 de junho de 2007.

⁶ Constatação feita durante pesquisa de campo, realizada em junho de 2007.

Entre os principais incentivos apresentados pelo governo⁷ destaca-se, do ponto de vista fiscal, o Programa MS Empreendedor⁸, que prevê a isenção de até 67% de ICMS, na comercialização de produtos industrializados, por um prazo de até 5 anos, e com possibilidade de prorrogação para até 15 anos. Em termos de crédito o destaque é para o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste; BNDES; FINAME; PROGER; e BID, em nível estadual e federal.

Quanto aos benefícios oferecidos pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul, os quais se efetivam em escala municipal, podemos citar a doação de áreas em núcleos industriais; e a isenção de IPTU e ISS. Embora não tenhamos obtido a confirmação oficial dos governos municipais quanto a estes benefícios⁹, e seus beneficiários neguem, ouvimos dos próprios moradores e representantes sindicais, que tem novas unidades sendo implantadas em municípios de Mato Grosso do Sul, sendo beneficiadas com a doação da área onde será instalada a planta fabril. Em tese, é uma contrapartida dos governos (especialmente nas escalas estadual e municipal) em relação às novas empresas, ao julgar que estas propiciarão desenvolvimento gerando mais emprego e renda, principalmente nos pequenos municípios.

No estado de Minas Gerais, especialmente no Triângulo Mineiro, o que tem atraído os novos investidores, também são as terras férteis (que são comparadas às terras da região de Ribeirão Preto/SP) e com baixa declividade, que favorece o processo de mecanização; as boas condições climáticas; a grande disponibilidade de terras, sobretudo para arrendamento e ou contratos de fornecimento; a abundância de água (principalmente nas porções sul, oeste e norte, banhadas pelos rios Grande e Paranaíba, respectivamente, que praticamente cercam o Triângulo Mineiro); a logística para escoamento da produção através de ferrovia, rodovia e perspectiva de construção do alcooduto; bem como o apoio do governo do estado.

A expansão canavieira é estimulada pelo governo mineiro interessado em atrair mais investimentos para a segunda maior economia do país. A partir da década de

⁷ Informações concedidas pelo Secretário Adjunto de Estado/SEPROTUR/MS. Em junho de 2007.

⁸ Instituído pela Lei Complementar n.93/2001.

⁹ Em função de não ter entrevistado os prefeitos, ou seus representantes, nos vários municípios que visitamos.

1990, quando os grupos nordestinos começaram a investir no estado de Minas Gerais (Quadro 1), o desenho territorial do campo começou a mudar. Até então a atividade canavieira no estado era pouco expressiva. Com a chegada desses grupos a moagem anual de cana-de-açúcar aumentou significativamente.

Com a pretensão de se tornar o segundo maior produtor nacional, ultrapassando os estados do Paraná e Alagoas, o governo de Minas Gerais tem oferecido aos grupos que pretendem implantar novas unidades naquela estado, isenção fiscal por 10 anos. A alegação do governo mineiro para oferecer essas vantagens é de que assim estaria possibilitando que a produção de açúcar e álcool tivesse preços tão competitivos quanto os de São Paulo.

No entanto, empresários do setor e o Sianig (Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais) reclamam da alíquota de ICMS cobrado no estado (25%) e negociam com o governo estadual a redução da mesma para 15% ou 12%, e defendem que o ideal seria se a alíquota fosse igual para todos os estados brasileiros (de 12%)¹⁰.

Quadro 1 - Grupos Alagoanos Com Investimentos em Minas Gerais na Década de 1990

Grupo	Novas Unidades/Estado	Valor do Investimento (R\$)
Grupo João Lyra	Usina Triálcool/MG	70 milhões
	Usina Vale do Paranaíba/MG	90 milhões
Grupo Carlos Lyra	Usina Delta/MG	70 milhões
	Usina Volta Grande/MG	95 milhões
	Usina Delta II/MG	100 milhões
Grupo Tércio Wanderley	Usina Iturama/MG	60 milhões
	Usina CampoFlorido/MG	50 milhões
	Usina Coruripe II/MG	85 milhões
Grupo João Tenório	Usina Santa Juliana/MG	160 milhões

Fonte: Relatório UFSCAR, 2004 apud LIMA, A.A., 2006. Org. Ana M. S. Oliveira

Nesse processo a participação dos produtores alagoanos está sendo bastante

¹⁰ Esse aspecto foi destacado por representantes do setor durante pesquisa de campo, em novembro de 2007. Também consta em matéria divulgada no JornalCana – Produção, Dados e Notícias – Janeiro de 2007, pág. 23. Disponível em: www.jornalcana.com.br/pdf/157/%5Cproddadnot.pdf.

expressiva (Tabela 1). Na safra 2002/2003, estes responderam por 45,5% da produção do estado de Minas Gerais, nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, o percentual de participação foi de 53,3%, 53,8% e 54,4%, respectivamente, e na safra 2005/2006, os mesmos grupos foram responsáveis pela produção de 13.357 milhões de toneladas de cana, portanto 54,4% do total produzido no estado, que foi de 24.534 milhões de toneladas.

Tabela 1 - Evolução da Produção de Cana-de-açúcar em Minas Gerais e a Participação dos Grupos Alagoanos no Total do Estado (Mil Toneladas)

Grupos	Safras							
	2002/03		2003/04		2004/05		2005/06	
	Mil.Ton.	%Tot.	Mil.Ton.	%Tot.	Mil.Ton.	%Tot.	Mil.Ton.	%Tot.
De Alagoas	7.230	46,5	10.089	53,3	11.658	53,8	13.357	54,4
Outros	8.319	53,5	8.827	46,7	9.922	46,2	11.177	45,6
Total	15.549	100,0	18.916	100,0	21.650	100,0	24.534	100,0

Fonte: Jorge Sandes Torres - SINDAÇÚCAR -AL/Empat. 2006.

Atualmente, o processo de expansão desencadeado em Minas Gerais, conta com a presença de outros grupos, além dos nordestinos. São grupos tradicionais da região de Ribeirão Preto/SP, onde as áreas propícias para o cultivo de cana-de-açúcar já estão tomadas, que estão investindo significativamente na implantação de novas unidades processadoras no Triângulo Mineiro, atraídos pelas condições anteriormente apontadas. Por meio do Quadro 2¹¹ podemos identificar os novos investimentos, tanto dos grupos nordestinos como dos paulistas e mineiros.

Para Maurílio Biagi, do Grupo Moema, investir em Minas Gerais é um grande negócio, pois além das condições edafo-climáticas, infra-estruturais, e logísticas o governo do estado é um **grande parceiro**¹². Ao contrário de São Paulo onde, segundo ele “abrir uma usina significa entrar numa guerra”¹³. Diante do saturamento no estado de São Paulo, a perspectiva do grupo Moema agora é expandir, especialmente para Minas Gerais. O referido Grupo comanda três unidades em

¹¹ Consideramos no Quadro 3 somente as unidades que começarão a processar cana-de-açúcar na safra 2008/2009, as que estão em implantação e as que estão em fase de estudo.

¹² Grifo nosso.

¹³ Entrevista concedida a Revista Negócios. Disponível em: http://www.revistanegocios.com.br/ver_noticias.asp?cat=41&nt=599. Acesso em 25 de junho de 2007.

operação, sendo duas em São Paulo (Guariroba, em Pontes Gestal e Vertente, no município de Guaraci) e uma em Minas Gerais (Usina Itapagipe); Além dessas está implantando uma nova unidade também em Minas Gerais (Quadro 2), que iniciará as operações na safra 2008/2009, e uma em Ouroverde/SP com previsão para iniciar o processamento em 2011¹⁴.

Quadro 2 – Novos Investimentos dos Grupos Paulistas e Nordestinos no Triângulo Mineiro

Unidade	Grupo	Estado de origem	Município	Fase
Usina Frutal	Vale do Rosário/Moema	SP	Frutal	Implantação/ Operação 2008-2009
Usina Uberaba	Balbo	SP	Uberaba	Implantação
Usina Santa Vitória	Crystalsev	SP	Santa Vitória	Implantação
S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool	Tércio Wanderley	NE	Carneirinho	Operação 2008
Usina Central Energética Verissimo	USANGELO	MG	Veríssimo	Projeto
Cia Energética de Açúcar e Alcool do Triângulo Mineiro	Comfrio/Fittipaldi	SP	Uberaba	Projeto
Cia Energética de Açúcar e Alcool do Triângulo Mineiro	Comfrio/Fittipaldi	SP	Uberlândia	Projeto
Cia Energética de Açúcar e Alcool do Triângulo Mineiro	Comfrio/Fittipaldi	SP	Uberlândia	Projeto
Usina Cerradão	Pitangueiras/ Queiroz	SP/MG	Frutal	Projeto
Cabrera Central Energética	Cabrera	SP	Limeira do Oeste	Projeto
Usina Nova Ponte	João Tenório	NE	Nova Ponte	Projeto
S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool	Tércio Wanderley	NE	União de Minas	Projeto
S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool	Tércio Wanderley	NE	Prata	Projeto
S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool - (unidade II)	Tércio Wanderley	NE	Campo Florido	Projeto
Usina Caeté	Carlos Lyra	NE	Uberaba	Projeto
Usina Caeté	Carlos Lyra	NE	Sacramento	Projeto
Usina Caeté	Carlos Lyra	NE	Uberlândia	Projeto
Usina Ituiutaba	Santa Elisa	SP	Ituiutaba	Implantação
Usina Campina Verde	Santa Elisa	SP	Campina Verde	Implantação
Cia Energética Vale do São Simão	Andrade	SP	Santa Vitória	Projeto
Usina Zamin Açúcar e Alcool Ltda	Zamin	SP	Prata	Projeto
Usina Alvorada	Alvorada	MG	Tupaciguara	Projeto

¹⁴ Informação colhida durante entrevista com o Gerente Industrial da Usina Itapagipe. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2007.

Fonte: UDOP/Pesquisa de Campo - 2007

Com tantas vantagens para os empresários agroindustriais canavieiros o resultado se expressa na paisagem do Triângulo Mineiro. Neste sentido, cabe destacar, com base nas observações de campo, que a plantação de cana é mais expressiva na porção sul/sudeste, oeste e norte do Triângulo Mineiro, onde está instalada a maioria das unidades agroindustriais canavieiras do estado, concentrando assim 68% da produção de cana-de-açúcar, 79% do açúcar e 61% do álcool produzidos no Estado¹⁵.

Na região de Uberaba, por exemplo, os municípios mais próximos como Delta, Conquista e, sobretudo Campo Florido, Conceição das Alagoas, Frutal, Planura e Fronteira as plantações de cana ao longo das rodovias já se faz perder de vista. Em outros municípios, no entanto, a cana-de-açúcar ainda concorre com a pecuária, a exemplo de Ituiutaba, Gurinhatã, Prata, Campina Verde, Itapagipe e São Francisco de Sales, onde é possível ver os canaviais intercalados com outros cultivos, com a pecuária leiteira e com vários laticínios. Mas com o processo de expansão, a tendência é aumentar a área plantada das porções sul e oeste e também do centro e sudeste do Triângulo Mineiro.

Os investimentos do Grupo Infinity Bio-Energia na região do Vale do Mucurici (divisa com o norte do Espírito Santo), considerada uma das mais pobres do estado, também são apoiados pelo governo estadual, que através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tem procurado atrair investimentos para outras regiões que não somente o Triângulo Mineiro.

No estado do Paraná a expansão está ocorrendo na região noroeste, mas não apresenta o mesmo ritmo e intensidade dos estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, por exemplo. Em 2007, entrou em operação a terceira Unidade do Grupo Alto Alegre, no município de Santo Inácio/PR, e segunda do Grupo no estado (Usina Alto Alegre, no município de Colorado). Na safra (2008/2009) entrou também em operação a Usina Bonin, localizada no município de Umuarama/PR. Além dessas duas novas unidades processadoras existem mais quatro projetos em

¹⁵ Jornal de Uberaba – Caderno B/Agronegócios – 04 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.jornaldeuberaba.com.br/?MENU=CadernoB&SUBMENU=AgriBusiness&CODIGO=2627>

implantação e dois em estudo (Quadro 3).

Quadro 3 – Unidades em Implantação no estado do Paraná

Projetos	Grupos investidores	Município	Estágio
Usina Bonin	Bonin	Umuarama	Operação/2008
Brazcana	Globoaves	Paranavaí	Estudo
Coopcana	Cooperativa Regional de Produtores de Cana do Paraná	Amaporã	Implantação
Corol	Corol	Sertanópolis	Estudo
Usaciga II	Usaciga/Cidade Gaúcha	Santa Mônica	Implantação
Usaciga III	Usaciga/Cidade Gaúcha	Santa Cruz do Monte Castelo	Implantação
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda – Filial Santo Antonio do Caiuá	USACUCAR/Sta Terezinha	Santo Antonio do Caiuá	Implantação

Fonte: UDOP/Pesquisa de Campo - 2007

Durante pesquisa de campo àquele estado, tivemos a oportunidade de conhecer *in loco*¹⁶ A Usina Alto Alegre – Unidade Santo Inácio e a Usina Bonin, em Umuarama, e de constatar a existência das unidades em implantação como as Usaciga II e III, em Santa Mônica e Santa Cruz do Monte Castelo, e a Usina Santa Terezinha/Usacucar, em Santo Antonio do Caiuá. Constatou-se, que em ambos os casos, o preparo do solo e plantio dos canaviais destinados ao processamento já se encontram em pleno desenvolvimento.

Faz-se importante destacar que esse processo expansionista no estado de Paraná apresenta um caráter, de certo modo, diferenciado em relação aos demais estados produtores, em outras palavras diríamos que o mesmo ocorre de forma menos "agressiva". O que nos faz acreditar estar relacionado ao fato de nesse estado a maioria das usinas serem administradas por cooperativas de produtores, alguns deles inclusive ex-produtores de café. Além disso, (ou possivelmente associado a isso) os grupos ainda são fechados para aquisições e/ou fusões e a participação de outros capitais, inclusive de capital internacional. Até o momento a única participação de capital estrangeiro, (a qual foi confirmada durante pesquisa de

¹⁶ Realizada em outubro de 2007.

campo) é da Clean Energy Brazil, que adquiriu 49% do Grupo Usaciga.

Com base nas observações de campo é possível destacar que no município de Cidade Gaúcha e os demais em seu entorno (Rondon, Tapejara, Paraíso do Norte, São Tomé e Jussara, por exemplo) onde existem unidades da Usaciga, Usacucar, Coocarol e Coopcana o cultivo de cana-de-açúcar é predominante. Na região que envolve os municípios de Paranacity, Paranaíba, Terra Rica, Nova Londrina e São João Caiuá, o cultivo de cana também é bastante expressivo.

A perspectiva para a safra 2008/2009, foi de aumento de 16% nas principais regiões de cana-de-açúcar no estado: Umuarama (30,3%), Maringá e Paranaíba (15,9% cada uma), Jacarezinho (11,6%), Londrina (9,6%), Cornélio Procópio (6%), Campo Mourão (3,8%) Apucarana (2,6%) e Ivaiporã (2%). Segundo estimativa da Seab (Secretaria Estadual do Abastecimento) a maior expansão deverá ocorrer na região de Maringá e Umuarama, com 19% e 18%, respectivamente¹⁷.

Do ponto de vista da logística, a Alcopar (Associação dos Produtores de álcool e Açúcar do Estado do Paraná) reivindica junto ao governo do estado, medidas visando o favorecimento das exportações e a redução dos custos de escoamento da produção. As principais reivindicações têm sido a construção de um alcoolduto, ligando Maringá ao Porto de Paranaguá, bem como melhorias nas rodovias estaduais¹⁸.

No empenho para incrementar as exportações de álcool o setor canavieiro do Paraná tem contado com o apoio do governo estadual, especialmente na construção de um terminal público para embarque do produto. A obra foi concluída e inaugurada em outubro de 2007 e o mesmo começou a funcionar na safra (2008/2009). O terminal foi construído pelo governo estadual, no Porto de Paranaguá, com recursos da Appa - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que investiu R\$ 13,7 milhões, e entregue por comodato para a iniciativa privada¹⁹.

¹⁷ Portal do Agronegócio. Paraná-Online. 25 de março de 2008. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idN=22135>

¹⁸ JornalCana - Mercados e Cotações - Março de 2007. Disponível em: www.jornalcana.com.br/pdf/159/%5Cmercot.pdf > Acesso em 11 de abril de 2008.

¹⁹ Cf. AEN/Agência Nacional de Notícias. 14 de março de 2008. Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=35944> > Acesso em: 11 de abril de 2008.

Vê-se que no Paraná, como nos demais estados onde está ocorrendo a expansão, o apoio e incentivos dos governos estaduais têm sido fundamentais para alavancar e, sobretudo viabilizar esse processo. O superintendente da Alcopar²⁰ ressalta neste sentido, que “o estímulo do governo é o grande trunfo do setor para projetar-se no mercado interno e externo”.

No estado de São Paulo, o agronegócio canavieiro já consolidado nas áreas tradicionais, expande-se para outras regiões não tradicionais no cultivo da cana-de-açúcar. As áreas produtoras de laranja, como Araraquara (12ª RA) e de pastagens como São José do Rio Preto (8ª RA), Araçatuba (9ª RA) e Presidente Prudente (10ª RA), estão sendo substituídas pela cana.

Na 10ª RA de Presidente Prudente²¹, o Pontal do Paranapanema contabiliza atualmente 07 unidades agroindustriais canavieiras em operação e 04 em implantação, já a Alta Paulista possui 08 em operação e 02 em implantação (Quadro 4).

Quadro 4 - Unidades Produtoras de Cana-de-açúcar já Instaladas e Novas, na 10ª RA de Presidente Prudente (Alta Pta e Pontal do Pma.)

10ª RA - Presidente Prudente	Nome Fantasia	Razão Social	Município
Alta Paulista	Floralcol	Floralco Açúcar e Álcool Ltda	Flórida Paulista
	Branco Peres	Branco Peres Açúcar e Álcool S/A	Adamantina
	Centralcool	Central de Álcool Lucélia Ltda	Lucélia
	Bioenergia	Bioenergia do Brasil S/A	Lucélia
	Alta Paulista (Usalpa)	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda	Junqueirópolis
	Dracena	Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda	Dracena
	Rio Vermelho	Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda	Junqueirópolis
	Everest	Everest Açúcar e Álcool Ltda	Penápolis

²⁰ José Adriano da Silva Dias. Em matéria divulgada no site da AEN/Agência Nacional de Notícias. 14 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=35944>> Acesso em: 11 de abril de 2008.

²¹ A 10ª RA de Presidente Prudente é constituída pelos municípios que abrangem a região do Pontal do Paranapanema e pela Região de Governo de Dracena. Cf. Thomaz Júnior, 2007.

Total Instaladas: 08			
	Caeté	Usina Caeté S/A – Unidade Paulicéia	Paulicéia
	Vitória	Usina Vitória/Futura	Dracena
Total de Novas: 02			
Pontal do Paranapanema	Alta Floresta (Alto Alegre)	Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Álcool	Pres. Prudente
	Decasa	Decasa Destilaria de Álcool Caiuá S/A	Pres. Venceslau
	Alvorada	Usina Alvorada do Oeste	Santo Anastácio
	Paranapanema	Destilaria Paranapanema Ltda	Narandiba
	Santa Fanny	Destilaria Santa Fanny Ltda	Regente Feijó
	Atena	Atena – Tecnologias em Energia Natural Ltda	Martinópolis
	Alcídia	Destilaria Alcídia S/A	Teodoro Sampaio
Total Instaladas: 07			
	Cocal II	Usina Cocal II	Narandiba
	Decasa	Decasa II	Pres. Eptácio
	Paranapanema	Paranapanema II	Sandovalina
	Conquista do Pontal	Conquista do Pontal	Mirante do Paranapanema
Total de Novas: 04			

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/UDOP- 2008 - Org. Ana Maria S. de Oliveira

Mediante essa expansão do cultivo de cana-de-açúcar e de implantação de novas unidades agroindustriais, o governo do estado de São Paulo também comparece como arregimentador do discurso de que tal processo irá promover o desenvolvimento da região, gerando emprego e renda. No entanto, no caso do Oeste Paulista e, de modo particular do Pontal do Paranapanema existe um diferencial a ser considerado. Trata-se de uma região, onde a questão fundiária e o movimento de luta pela terra têm repercutido no contexto nacional. Assim, acreditamos que o suporte dado pelo Estado ao capital agroindustrial, tem o intuito deliberado de coibir o movimento de luta pela terra e neutralizar o conflito de classes latente nesta porção do estado.

Diríamos inclusive, que há nesta porção do estado um jogo político alicerçando a aliança entre Estado e empresários rurais. Neste sentido o Estado incentiva os investimentos para o Oeste Paulista contemplando as demandas dos empresários rurais, cujo interesse é legitimar a posse da terra, na tentativa de tornar verossímil os títulos de propriedade. Neste particular vale destacar, que as terras devolutas com

até 500 hectares já foram beneficiadas com a lei nº 11.600/2004, promulgada pelo então governador Geraldo Alckmim. E atualmente encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa de São Paulo, o Projeto de Lei nº 578/2007, de autoria do Governador José Serra, que prevê a regularização de terras devolutas do Pontal do Paranapanema com área superior a 500 hectares.

Isso reflete, portanto, as disputas e tensionamentos no âmbito dos setores do capital, que segundo Thomaz Júnior, estão no cerne da ampliação do empoderamento, para alguns, ou na legitimação do poder de classe, para outros, especialmente os latifundiários que ainda ocupam terras públicas e devolutas. (2007, p 12)

A propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio, desse modo é fundamental que ela esteja regularizada, legalizada a serviço da lógica rentista e imobiliária. Porém, contrariando essa lógica, comparecem em cena os movimentos sociais de luta pela terra, contestando a legitimidade da apropriação irregular das terras públicas, defendendo a Reforma Agrária e a imediata reversão da situação do “grilo” no Pontal do Paranapanema. No interior desse conflito que nada mais expressa do que uma das facetas da luta de classes na referida região, o capital pressiona o Estado a criar mecanismos de contenção das lutas encabeçadas pelos movimentos, diretamente envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, tendo como principal expoente o MST.

Essa preocupação com a regularização das terras do Pontal, bem como com a contenção dos conflitos fundiários na região fica evidente na fala do presidente da Unipontal (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) e prefeito do Município de Regente Feijó, quando ele diz: “Nosso compromisso é estar cada dia mais unido em benefício da região, buscando soluções para os problemas, iguais ao conflito fundiário. Vamos liderar esse esforço junto ao governo do estado para regularizar as grandes áreas do Pontal”²².

É em nome da superação do processo de estagnação econômica da região, sobretudo através do estímulo à produção dos combustíveis renováveis, que o

²² Em matéria divulgada no Jornal O Imparcial, de 04 de março de 2007, o presidente da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (Unipontal) e prefeito do Município de Regente Feijó, destacaram o interesse do governo estadual e local em regularizar as terras devolutas no Pontal do Paranapanema.

conteúdo das novas alianças entre latifundiários/grileiros, capitalistas e o Estado se revela. É nesse contexto, tanto de expansão da produção como de aumento do consumo do etanol no mercado interno e externo, que essas alianças vêm sendo costuradas, de modo particular no Pontal do Paranapanema. Sob esta perspectiva, capitalistas e produtores estão arrendando terras griladas e devolutas para plantarem cana-de-açúcar²³ e, assim, legitimarem a posse das terras públicas em nome dos grileiros e se garantirem à frente dos negócios, se beneficiando com os baixos preços da renda da terra, bem como com a possibilidade de ao final dos contratos e com o prolongamento das negociações, serem novamente beneficiados, dessa vez com a prerrogativa de comprarem as terras já legalizadas²⁴.

O interesse em legitimar as terras em situação irregular no Pontal do Paranapanema, para que o agronegócio impere com segurança jurídica, bem como o papel atribuído ao Estado nesse processo é novamente externalizada, desta vez pelo presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Sr. L.A.N. Garcia, que atribui ao governo do estado de São Paulo a função de legitimar as terras do Pontal, para que se tornem legítimas e ofereçam segurança para os usineiros que queiram investir nesta porção do estado. A sua justificativa se dá no fato de que a *“estagnação da região está ligada à instabilidade das terras[...] a insegurança jurídica”*²⁵

Frente ao exposto, há que se atentar para o fato de que esse cenário que se desenha, de modo especial no Pontal, não pode ser apreendido somente no plano objetivo-material, mas também no âmbito político. Dito de outro modo, a fusão de interesses da classe dominante expressa nessa porção do estado de São Paulo não perpassa somente pelo aspecto econômico, pois ela é uma questão essencialmente política. O usineiro, para implantar uma planta fabril na região e fazê-la funcionar ele precisa de antemão ter a garantia da terra e, por conseguinte da cana (não necessariamente própria). Desse modo, para viabilizar e garantir sua produção, que é legal, o capitalista faz aliança com o latifúndio para legitimar a terra ilegal.

Uma vez costurada essa aliança, em cinco anos a equação política da questão

²³ Durante pesquisa de campo realizada nos dias 3, 4 e 5 de abril de 2007, essa questão compareceu de forma mais evidente.

²⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007c, p.8-9.

²⁵ Com base em Matéria divulgada no Jornal O Imparcial – Caderno Regional/6B – 18 de janeiro de 2006; e levantamento efetuado junto a UDOP e ao MAPA..

fundiária do Pontal do Paranapanema será possivelmente montada, tendo como desdobramentos, de um lado o desmonte do território de luta pela terra e pela Reforma Agrária nessa porção do estado (especialmente se não houver reação dos movimentos sociais), e de outro lado a retomada do poder político de classe da burguesia e do capital, uma vez que este poder não foi perdido, mas ao contrário está se renovando a partir de algumas ações, e se fortalecendo a partir das alianças, inclusive com os assentados, que se vêem sem perspectiva de viabilização da produção na terra (condição muitas vezes imposta pelo endividamento e pelas políticas públicas que não atendem as reais necessidades dos assentados) e, conseqüentemente de permanência nela.

Em termo de produção o estado de São Paulo também apresentou evolução no período aqui enfocado (safra 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008). Esse incremento está associado à implantação de novas unidades, que entraram em operação no período, (embora no início a capacidade de processamento seja relativamente baixa), mas sobretudo à produtividade elevada das principais regiões produtoras, a exemplo de Ribeirão Preto, que continua apresentando o melhor desempenho do estado de São Paulo.

Na região Oeste do estado de São Paulo, o processamento de cana-de-açúcar cresceu em torno de 20,8% na safra 2007/2008, em relação à safra 2006/2007. Na safra 2007/2008, foram 127,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processadas, contra 105,3 na safra 2006/2007. Segundo Mussolini²⁶, este incremento de quase 21% no processamento de cana-de-açúcar no Oeste Paulista contra 12% de aumento em todo estado, é explicado pelo fato de no período 11 novas unidades terem entrado em operação, reforçando nossa tese de que o incremento na produção (especialmente no Centro-Sul) está associado à expansão da área plantada e a implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras.

Comparativamente, no período, o Oeste Paulista contou com 83 unidades processadoras, contra 85 existentes na porção leste, onde ficam as regiões tradicionais no cultivo de cana como Ribeirão Preto e Piracicaba, por exemplo. Neste sentido, enquanto o Oeste Paulista processou 127,2 milhões de toneladas de

²⁶ Cf. Matéria divulgada no Jornal Oeste Notícias – Caderno AGROESTE, p. 2.2, 15 de abril de 2008.

cana-de-açúcar, a porção leste esmagou 169 milhões de toneladas.

Os dados fornecidos pela Udop²⁷ apontam, que no Oeste Paulista a safra 2007/2008 foi mais alcooleira (Quadro 5), tendência detectada também nos outros estados do Centro-Sul. Na safra 2006/2007 foram produzidos 4,8 bilhões de litros de álcool, e na safra seguinte foram produzidos 6,1 bilhões de litros, um incremento de 27%. Enquanto no mesmo período, a produção de açúcar teve um aumento inferior a 1%.

Quadro 5 – Comparativo de Safra do Oeste Paulista

Produtos/Unidades	Safra 2006/2007	Safra 2007/2008	Evolução (%)
Cana moída	105,3 milhões de ton	127,2 milhões de ton	20,8
Açúcar	7,45 milhões de ton	7,49 milhões de ton	0,6
Etanol	4,8 bilhões de litros	6,1 bilhões de litros	27,0
Unid. em operação	72	83	15,0

Fonte: Udop/Jornal Oeste Notícias/2008 – Org. A. M.S., OLIVEIRA

A área plantada na região também será ampliada, saltando de 220 mil hectares na safra 2007/2008, para 268,3 mil hectares na safra 2008/2009. O incremento de uma safra para outra será, portanto de 48,3 mil hectares²⁸.

Quanto ao estado de Goiás, cabe destacar que este também tem sido palco de investimentos de grupos nordestinos, que durante o processo de desregulamentação do setor, no final da década de 1990, direcionaram parte de seus capitais para o Centro-Sul, especialmente São Paulo e Minas Gerais. Com a valorização das terras nestes estados ampliou-se o horizonte de expansão desses grupos para novas frentes como Mato Grosso do Sul e Goiás. Apesar de alegar a precariedade de algumas estradas e a distância dos principais portos, grupos nordestinos como o Japungu (Paraíba) e Antonio Farias (Pernambuco), adquiriram unidades no estado de Goiás e hoje investem em novos projetos.

Mas o processo de expansão da cana-de-açúcar em Goiás só começou a deslanchar a partir de meados de 2004²⁹, quando a soja enfrentava preços baixos. A

²⁷ Cf. Jornal Oeste Notícias – Caderno AGROESTE, p. 2.2, 15 de abril de 2008.

²⁸ Idem.

²⁹ Mesmo não tendo realizado ainda pesquisa de campo nessa porção do território, é possível efetuarmos algumas considerações com base em levantamentos realizados até agora em diversas fontes, especialmente durante entrevistas junto a outros dirigentes e altos

dificuldade apresentada pelos produtores de soja no estado (os preços do produto em baixa e o endividamento de muitos deles) foi porta de entrada para os empresários agroindustriais canavieiros oriundos também de outros estados, sobretudo de São Paulo. Somam-se a esses fatores as grandes extensões de terras favoráveis ao cultivo de cana e a mecanização; condições edafo-climáticas, logística e apoio do governo do estado.

Apesar da logística ser apontada pela maioria dos grupos entrevistados como sendo um fator de atração de novos investimentos nas fronteiras em expansão da cana-de-açúcar, há a ressalva de que esta precisa ser melhorada. Tanto é que o setor tem buscado parceria com o governo federal e os governos estaduais.

O projeto do alcoolduto, que terá início no município de Senador Canedo/GO, e que conta com a parceria do governo federal e dos governos de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, ainda não foi implementado. Para estender este duto por cerca de 1.150 quilômetros o governo investirá R\$ 500 milhões de recursos do PAC. A perspectiva é de que uma vez efetivado, este projeto estimule ainda mais a implantação de novas unidades agroindústrias canavieiras ao longo de seu percurso, especialmente se o interesse japonês no álcool brasileiro for concretizado.

Entre os incentivos do governo do estado para os novos investimentos figuram os financiamentos concedidos pelo FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e redução de ICMS mensal devido pelas empresas beneficiárias³⁰. Recentemente o governo do estado de Goiás lançou o Programa Produzir, do qual vem se beneficiando várias empresas agroindustriais canavieiras em processo de implantação ou ampliação da capacidade produtiva³¹. Este Programa consiste em incentivar a implantação e/ou expansão de indústrias no estado. Ele atua reduzindo, por meio de financiamento, o valor do ICMS mensal devido pela empresa beneficiária em 73%, de modo a tornar o custo de produção mais barato e o produto mais competitivo no mercado. Dependendo do projeto industrial -

funcionários das empresas agroindustriais canavieiras visitadas em outros estados.

³⁰ A título de exemplo, em 2006 o SIFAEG e o SINFAÇÚCAR conseguiram junto ao governo de Goiás, reduzir o ICMS cobrado sobre a venda de álcool hidratado de 26% para 15%.

³¹ Constatado *in loco* durante pesquisa de campo – out. 2008.

implantação de nova unidade, expansão e/ou diversificação produtiva; realocização de unidade ou revitalização de unidade paralizada – os prazos de financiamento são de 7 (nos dois primeiros casos) ou 15 anos (nos dois segundos casos).

Com maior parte das terras no Bioma Cerrado, o estado de Goiás, objeto dessa fúria expansionista, com a soja via PRODECER, figura atualmente como uma das principais frentes de expansão canavieira, e atrai grandes grupos paulistas como o Cosan e a Odebrechet, que estão com novos projetos sendo implementados no estado.

Nesse sentido, Mendonça (2004, p. 134), destaca que “a vegetação de Cerrado, tida como pobre e o chapadão como áspero, serão valorizados ideologicamente para justificar a eliminação quase que por completo do Bioma Cerrado e de seus subsistemas”.

Essa nova Geografia do campo, expressa os novos conteúdos da renda da terra, que sinalizam a substituição das áreas de pastagens e de outras culturas, o avanço sobre as terras indígenas e os biomas naturais, a exemplo do cerrado, bem como a desestruturação de comunidades quilombolas e camponesas, mediante a expansão voraz do capital personificado no agronegócio canavieiro.

A “necessidade” do capital em imprimir progresso e modernidade às áreas de cerrado, incluídas no circuito produtivo de caráter marcadamente capitalista fez do estado de Goiás “um grande laboratório para a implantação das inovações”, provocando a “desconstrução dos povos/culturas cerradeiros” e a constituição de um “caleidoscópio de identidades” decorrente da diversidade de migrantes. (MENDONÇA, 2004, p. 135)

A reestruturação produtiva do capital tem provocado, portanto, transformações na relação capital-trabalho também no cerrado goiano, as quais se materializam territorialmente nas novas formas produtivas e nas novas formas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, impingindo-nos, pois, o desafio de desvendar o ordenamento territorial resultante dessa processualidade social. Assim como em Minas Gerais, no estado de Goiás a entrada de novos grupos alavancou a produção a partir de finais dos anos 1990. Esse incremento é expresso, por exemplo, na produção de cana-de-açúcar, que aumentou de 7,291 milhões de toneladas na safra 1999/2000 para 14,005 milhões na safra 2004/2005, bem como na produção de açúcar, que sofreu um aumento de 120% da safra 1999/2000 para a

safrá 2004/2005, ao passar de 7,477 milhões de sacas de 50 quilos para 16,362 milhões, respectivamente³².

Estimativas apontam que a área plantada de cana-de-açúcar no estado de Goiás, poderá aumentar de pouco mais de 200 mil hectares para quase 400 mil hectares. Isso significa que a monocultura, que ocupa atualmente 5% da área agricultável no estado, poderá futuramente representar cerca de 10% dessas terras. Essa expansão elevou também o estado no *ranking* do Centro-Sul e nacional, que passou a ocupar a 4ª e a 5ª posição, respectivamente.

Dados do Ministério da Agricultura apontam que a produção de cana moída naquele estado sofreu uma evolução de cerca de 30%. Passando de 14.568.007 milhões de toneladas na safra 2005/2006, para 20.695.142 milhões na safra 2007/2008.

Atualmente existem no estado de Goiás dezessete unidades em operação, dez em processo de implantação e vinte novos projetos. Numa área plantada de aproximadamente 364,24 mil hectares, correspondentes à cerca de 0,7% do território do estado, dos quais 277,66 mil hectares se referem à área colhida na safra 2007/2008. A previsão é de que num prazo de oito anos a área de cana em Goiás atinja a casa dos 10%, o equivalente a 2,5 milhões de hectares³³.

A fúria expansionista do capital agroindustrial canavieiro se expressa também em termos de área plantada. Conforme dados divulgados pelo IBGE³⁴, um comparativo de área plantada de cana-de-açúcar e de outras culturas nos anos de 2004 e 2006, revela que a parcela destinada ao plantio de outras culturas, no Brasil, diminuiu 1.349.333 ha, contra um incremento de 545.562 ha para a cana-de-açúcar. Esse período coincidiu com a redução dos preços da soja no mercado externo, adversidades climáticas, e conseqüente endividamento dos produtores, favorecendo assim a expansão canavieira.

³² Levantamento realizado pela CONAB e divulgado pelo Diário da Manhã – On-line, Goiânia, 09/5/2007 - edição nº 7124. Disponível em: <http://www.dm.com.br/old/impresso.php?id=183383&edicao=7124&cck=1>

³³ Diário da Manhã - Goiânia/GO/Biodiesel. 09 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://brasilbio.blogspot.com/2007/10/gois-ter-84-usinas-de-lcool-e-acar-at.html>> Acesso em: 15 de abril de 2008.

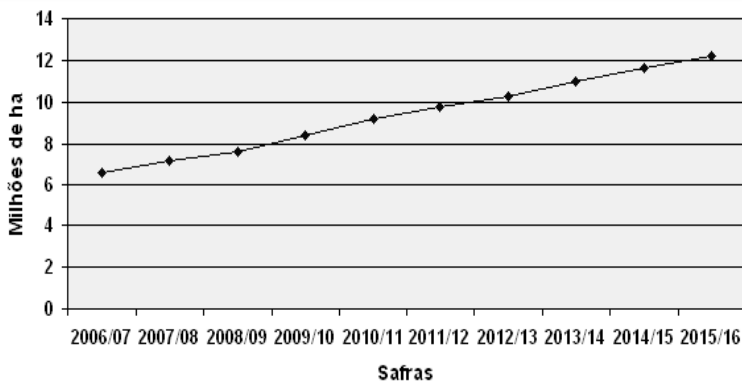
³⁴ Cf. IBGE - 17 de outubro de 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=998

O levantamento destaca ainda que de 2004 a 2006, o maior avanço do monocultivo ocorreu no estado de São Paulo, onde o crescimento foi de 332.877 ha para a cana-de-açúcar, em detrimento das áreas plantadas com as demais culturas, que diminuiram 174.036 ha. No Triângulo Mineiro, a expansão da área plantada com cana-de-açúcar cresceu 96.670 ha, enquanto as demais lavouras sofreram redução de 175.971 ha, no mesmo período.

Segundo estudo divulgado pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola)³⁵, estima-se que a área plantada com cana-de-açúcar no Brasil, na safra 2015/16, deverá atingir 12,2 milhões de hectares (Gráfico 1), acarretando no incremento da quantidade de cana-de-açúcar para o processamento industrial, que deverá atingir cerca de 902,8 milhões de toneladas.

Como podemos observar no Gráfico 1, a estimativa apresentada pelo estudo citado, revela por meio da linha evolutiva, que a expansão esperada para o período em destaque praticamente não sofrerá oscilação. O que ocorrerá no decorrer do processo dirá se essa expansão se concretizará de acordo com as estimativas, ou não.

Gráfico 1 - Estimativa de crescimento da área plantada no Brasil com cana para o processamento industrial - de 2006/07 a 2015/16



Fonte: Torquato, S.A./IEA - out/2006

Levantamento recente feito pela Conab (Tabela 2) aponta que 110.447

³⁵ Cf. TORQUATO, S. A. **Cana-de-açúcar para indústria: O quanto vai precisar crescer.** In: IEA - Análises e Indicadores do Agronegócio. Vol. 1, n. 10, outubro de 2006. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=7448>

hectares antes ocupado com soja, 32.211 com milho, 30.796 com laranja, e 38.897 hectares com outras culturas foram substituídos pela cana no Brasil. As pastagens representam a maior quantidade de área substituída pela cana-de-açúcar, 423.120 hectares. A partir dos dados apontados deduz-se que a expansão do negócio-agro-sucro-energético avançou significativamente sobre as áreas onde já se desenvolvia outras atividades agropecuárias, ao passo que a expansão em novas áreas ocupam 15.546 hectares.

Tabela 2 - Lavouras substituídas pela expansão canavieira na safra 2007-2008 (em hectares) - no Brasil

Pasto	Soja	Milho	Laranja	Café	Outras	Áreas novas	Total
423 120	110 447	32 211	30 796	2 705	38 897	15 546	653 722

Fonte: Conab (2008)

Isso confirma a hipótese de que esse novo cenário de expansão canavieira está provocando transformações sócio-espaciais e, portanto, constituindo uma (re)configuração geográfica nos territórios onde o negócio-agro-sucro-energético se materializa.

As áreas destinadas a pecuária extensiva e a agricultura tradicional e camponesa, que já haviam perdido espaço anteriormente para a agropecuária moderna voltada para a exportação, hoje estão sendo novamente substituídas, dessa vez pelo agronegócio canavieiro que se diz portador do “progresso” e do desenvolvimento.

2 OS DESDOBRAMENTOS ESPACIAIS DOS (RE)ARRANJOS DO NEGÓCIO-AGRO-SUCRO-ENERGÉTICO

Acreditamos que as ações do capital e, de modo particular do capital agroindustrial canavieiro, ao materializar-se num determinado território, cria, mantém, desfaz e refaz as formas espaciais. Os projetos e as práticas espaciais engendrados pelo capital, no caso aqui estudado, personificado no agronegócio canavieiro, interage e influencia na gestão e no controle do território,

conseqüentemente nas formas de uso e exploração da terra, e no confronto com os trabalhadores, acirrando assim a luta de classes.

A expectativa criada em torno da possibilidade de fortalecimento da matriz energética brasileira, de reconhecimento internacional de que o país estaria produzindo energia limpa e renovável e, sobretudo de garantir novos mercados para a “*commodity*” álcool, provocou uma “corrida desenfreada” entre os empresários do setor canavieiro e aqueles que especulam e/ou que vêem nos investimentos em novas áreas de cultivos de cana-de-açúcar, aquisição ou implantação de unidades processadoras, uma oportunidade de novos negócios e, portanto, de acumulação de capital.

Isto tem provocado um conjunto de desdobramentos, os quais desembocam em questões como o uso da terra; modelos de produção ecologicamente sustentáveis; produção de alimentos e, portanto, a segurança alimentar; a degradação/preservação ambiental; as mudanças infra-estruturais e o desenvolvimento das pequenas cidades e municípios, nos quais se instalam essas novas unidades agroindustriais canavieiras, entre outras.

Esse processo de expansão de novas áreas de cultivo da monocultura de cana-de-açúcar está pautado basicamente no arrendamento de grandes extensões de terras para o cultivo de cana pelos próprios grupos agroindustriais, ou seja, os empresários quando implantam uma unidade processadora o faz tendo como retaguarda uma área plantada, em grande parte arrendada. Nesse processo a participação dos fornecedores é menor, pois a cana própria, mesmo em terras arrendadas é uma garantia, em termos de qualidade, produtividade da matéria-prima e lucratividade para os empresários agroindustriais canavieiros. Sem contar que os novos negócios agroindustriais canavieiros que se instalam não têm como, de imediato, vincular o montante da produção aos fornecedores.

Nesse contexto expansionista muitas terras antes destinadas à pecuária extensiva, soja (Mato Grosso do Sul Goiás, Minas Gerais), laranja (São Paulo, por exemplo) e outras culturas, têm sido substituídas pelo cultivo de cana-de-açúcar.

Estudo divulgado pelo IEA, destaca que no estado de São Paulo o crescimento da área de cana-de-açúcar está avançado sobre as áreas de pastagens. Mas não só sobre as pastagens, algumas áreas anteriormente ocupadas com o cultivo de laranja, que vem remunerando menos, milho e soja, também vêem sendo substituídas pela

cana³⁶.

Na região do Triângulo Mineiro, a alegação para o aumento da oferta de terras para arrendamento deve-se à baixa rentabilidade de culturas, como o milho e a soja, os elevados custos de produção, associado ao aumento da procura, em decorrência do grande número de unidades processadoras de álcool e açúcar. Isto fez com que os empresários canavieiros optassem pelo arrendamento de terras para o plantio de cana-de-açúcar em vez de investir na compra de terras próprias.

No estado de Mato Grosso do Sul, há cerca de 8 milhões de hectares de terras (ditas degradadas) decorrentes da pecuária extensiva, e a alegação do governo do estado é que estas terras sejam recuperadas por meio de atividades agrícolas, nas quais se inclui, sobretudo a cana-de-açúcar.

O estado, que possui o maior rebanho bovino do país (cerca de 25 milhões de cabeças) sofreu, por um lado, em 2006 com a baixa nos preços da carne, com a crise gerada pela febre aftosa (que repercutiu nas exportações), e a retração do consumo interno. Por outro lado, a soja, principal produto agrícola do estado, passou a remunerar menos com a baixa cotação do dólar, desestimulando assim os produtores e exportadores.

Este cenário foi determinante para que o governo de Mato Grosso do Sul começasse a estimular a expansão canavieira. A alegação naquele momento era de que o estado não podia continuar dependendo somente da pecuária e da sojicultura. Era preciso mudar o perfil econômico e a cana-de-açúcar se apresentava como a atividade mais lucrativa do momento.

Uma das principais regiões leiteiras do Triângulo Mineiro e também produtora de frutas (Itapagipe, Frutal, Campina Verde e outros municípios no entorno), está sendo invadida pela cana-de-açúcar.

No noroeste do Paraná, a implantação das novas unidades também já está mudando a paisagem da região com a cana-de-açúcar substituindo as áreas até então destinadas à pecuária³⁷.

³⁶ Cf. TORQUATO, S. A. **Cana-de-açúcar para indústria: O quanto vai precisar crescer.** In: IEA - Análises e Indicadores do Agronegócio. Vol. 1, n. 10, outubro de 2006. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=7448>

³⁷ A pesquisa de campo contribuiu sobremaneira para nos revelar este aspecto do fenômeno expresso na paisagem.

No município de Quirinópolis/GO, uma área de 32 mil hectares antes coberta pelo cultivo de soja, foi substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar. Segundo o Sr. João Martins, gerente agrícola³⁸ da primeira usina instalada no município, a cana só atingiu essa dimensão territorial porque chegou num momento em que os produtores de soja estavam sem perspectivas. Durante a pesquisa de campo realizada no estado de Goiás essa mudança nos foi bastante perceptível. Grandes extensões de terras antes destinadas ao cultivo de soja, milho e sorgo, hoje dão lugar ao plantio de cana-de-açúcar.

Para o assessor técnico da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Luís Carlos, o que está acontecendo é um reordenamento natural das áreas plantadas, considerando-se a relação custo-benefício, a produtividade e o valor da terra nas diferentes regiões³⁹. Segundo ele, a substituição de outras culturas pela cana ocorre em casos isolados como no Sudeste de Goiás⁴⁰, onde as áreas anteriormente ocupadas com lavouras de grãos foram substituídas pela cana-de-açúcar. Mas, a tendência é que a substituição se dê com mais significância nas áreas de pastagens.

Apesar dessa alegação de que de fato a expansão está ocorrendo sobre a pecuária e, mais especificamente sobre as áreas de pastagens degradadas, na verdade o que justifica esta substituição não é exatamente a degradação das áreas de pastagens, pois em muitos casos os fazendeiros ainda estavam desenvolvendo a atividade pecuária nessas terras até o momento de serem arrendadas, mas sobretudo o fato do arrendamento para a cana-de-açúcar remunerar mais do que para outros cultivos ou a própria pecuária.

É pautando-se nessa premissa de que a cana-de-açúcar remunera mais, que muitos produtores estão deixando atividades que desenvolviam há muito tempo em suas terras, para arrendá-las para os empresários agroindustriais canavieiros. Quando não, eles próprios cultivam a cana-de-açúcar em parceria com as unidades processadoras.

Para que a cana-de-açúcar possa se expandir sobre as áreas de outras culturas

³⁸ Mais detalhes ver: Globo Rural - 19 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.sucre-ethique.org/Os-riscos-da-expansao-da-cana>

³⁹ cf. Jornal Cana, 19/01/07. Disponível em: www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...

⁴⁰ Esse aspecto foi constatado *in loco* durante pesquisa de campo realizada em set./out. de 2008.

(de laranja, soja e pastagens, por exemplo) faz-se necessário pagar mais renda que os demais produtos. Em termo comparativo, vale destacar que o arrendamento para a pecuária gera uma renda média por hectare de R\$ 85,86; a renda média por hectare, decorrente de arrendamento para culturas anuais como a soja, por exemplo, é de R\$ 150,00; enquanto a renda média por hectare, gerada por meio de arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar é de R\$ 370,00⁴¹. O fato da cana-de-açúcar remunerar duas vezes mais do que a soja, e quatro vezes mais do que a pecuária, justifica o fato dos produtores de soja e criadores de gado das principais frentes de expansão estarem arrendando suas terras para os empresários agroindustriais canavieiros plantarem cana.

Um levantamento efetuado em 2007⁴², nas principais regiões produtoras de cana-de-açúcar do estado de São Paulo, destaca o preço médio de arrendamento, a receita líquida por hectare, bem como o preço da terra e a rentabilidade obtida com o arrendamento (Tabela 3), e mostra que em regiões em expansão como Presidente Prudente e São José do Rio Preto, por exemplo, e regiões tradicionais onde a escassez e, portanto, a concorrência por terras é mais acirrada como Ribeirão Preto, tanto o preço do arrendamento por hectare, por alqueire, como a renda obtida com o arrendamento é mais elevada.

Tabela 3 – Médias de Preços de Contratos de Arrendamentos em Diversas Regiões Canavieiras do Estado de São Paulo

Região	Pagamento de arrendamentos em produção		Renda do arrendamento	Preço da terra na região	Renda líquida/preço da terra
	t/ha	t/alqueire	R\$/ha	R\$/ha	Rentabilidade
Araçatuba	12,00	29,00	449,4	11.010,46	4,08%
Araraquara	16,53	40,00	619,1	13.250,00	4,67%
Assis	12,00	29,00	449,4	12.250,00	3,67%
Bauru	13,64	33,00	510,8	10.500,00	4,87%
Campinas	15,29	37,00	572,6	18.000,00	3,18%
Itapetininga	12,00	29,00	449,4	11.250,00	3,99%
Marília	14,00	33,90	524,3	8.000,00	6,55%

⁴¹ SCHNEID, A. R. – Fundação MS. Fornecido pela SEPROTUR/MS durante pesquisa de campo em junho de 2007. (Apresentação em Power Point).

⁴² Cf. NOGUEIRA, 2007. In: ReHagro News (Recursos Humanos no Agronegócio) – 18 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.rehagro.com.br/siterehagro/publicação.do?cdnotticia=1498>

Piracicaba	14,46	35,00	541,6	13.500,00	4,01%
Presidente Prudente	16,67	40,30	624,3	7.000,00	8,92%
Ribeirão Preto	27,00	65,30	1.011,2	20.000,00	5,06%
São José do Rio Preto	18,60	45,00	696,6	11.250,00	6,19%

Fonte: Scot Consultoria/Rehagro - abril/2007 - Adaptação: A.M.S.Oliveira - abril/2008

No estado de São Paulo, os contratos são efetuados com base em volume de cana por alqueire, desse modo a renda do proprietário varia de acordo com o mercado. Mas em algumas regiões do estado, e mesmo de outros estados como Minas Gerais, Goiás, os contratos são negociados também em valores fixos, ou seja fixados em reais e com pagamento mensal. Esse aspecto foi verificado durante pesquisa de campo e destacado também por Nogueira, (2007)⁴³.

Acredita-se que o preço elevado da terra para compra e/ou arrendamento nas regiões tradicionais de cultivo de cana-de-açúcar esteja associada à disponibilidade (já restrita) de terras férteis e de baixa declividade, portanto apropriadas à expansão e mecanização da lavoura canavieira. Nas áreas em expansão, como no caso de Presidente Prudente, no Oeste Paulista, a elevação do preço ocorre pelo aumento da concorrência e, portanto, por terra de boa qualidade e de baixa declividade. Soma-se a isto o fato de que as terras mais férteis e mais planas se refletem em maior produtividade por hectare remunerando mais o proprietário.

Segundo levantamento do Instituto de Economia Agrícola (IEA), entre 2001 e 2006 o valor médio por hectare subiu de R\$ 4.740,11 para R\$ 10.128,12, caracterizando um aumento em termos percentuais de 113,6%. No interior do estado de São Paulo, a valorização foi maior. Em Franca e Ribeirão Preto, por exemplo, o valor por hectare subiu 170% e 160,4%, respectivamente, no referido período.

Durante as pesquisas de campo, fosse em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul ou Goiás, quando questionávamos os representantes do setor se de fato essa expansão está ocorrendo em áreas de pastagens, todos responderam que sim. Acrescentavam ainda, que estas pastagens já se encontravam (ou se encontram) degradadas, e quando acontece de o arrendamento ocorrer em áreas de uso agrícola é porque a mesma já está inativa (sem produzir a algum tempo); ou

⁴³ Ver ReHagro News (Recursos Humanos no Agronegócio) – 18 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.rehagro.com.br/siterehagro/publicação.do?cdnoticia=1498>

porque o próprio dono está com dificuldade para produzir na terra (endividado, por exemplo), vendo no arrendamento para a cana a possibilidade de se redimir com os bancos, de reinvestir em outra atividade em alguma parte das terras não arrendada, ou simplesmente viver da renda.

Percebe-se que apesar de, de certa forma, admitirem que a expansão avança sobre as áreas agrícolas há, sempre, por parte dos empresários e demais representantes do setor, uma preocupação em justificar o uso dessas terras. Talvez como uma forma de tentar convencer a sociedade de que a cana-de-açúcar não está tomando o lugar de outras culturas, mas sim das pastagens degradadas e, assim minimizar a imagem negativa que paira sobre a monocultura.

Este aspecto está ganhando força até em regiões/estados onde a atividade estava decadente e agora começa a ganhar novo impulso. É o caso, por exemplo, do estado do Espírito Santo. A entrada de capital estrangeiro, a ativação de unidades já existentes e implantação de novos projetos, está despertando o interesse de fazendeiros para o cultivo de cana-de-açúcar. Um exemplo é a empresa agropecuária Buena Sorte, de Pinheiro, que anunciou a substituição de gado leiteiro (2 mil fêmeas da raça Girolando), criado em 1.800 hectares de uma fazenda no Espírito Santo, pelo cultivo de cana⁴⁴.

Esses exemplos aqui destacados contribuem para corroborar nossa hipótese de que a expansão recente está se dando, sobretudo por meio de terras arrendadas e que estão remunerando menos em outras atividades.

Isto abre precedente para uma questão de cunho ainda maior, e que está gerando controvérsias em escala nacional e internacional, que é justamente o fato dessa expansão avançar sobre as áreas destinadas ao cultivo de frutas e de outras culturas (milho, soja, algodão etc), ameaçando assim a segurança alimentar.

A tendência à substituição de áreas agrícolas destinadas à produção de alimentos, em decorrência desse processo desenfreado de expansão canavieira no Brasil, sinaliza para o recuo da produção e conseqüente redução da oferta, encarecendo assim o preço dos produtos essenciais à alimentação da população. Esta discussão vem sendo alavancada por vários segmentos da sociedade (ONGs, Movimentos Sociais, ambientalistas, poder público, organismos internacionais, etc),

⁴⁴ Ver: Jornal Cana – Produção, Dados & Notícias – Fevereiro de 2007, p. 30.

que dividem as opiniões.

As divergências ocorrem, inclusive, entre as diversas instâncias do poder público. O governo federal, tem sido desde o início o principal escudeiro do agronegócio canavieiro, ao defender a produção de energia limpa e renovável e, por conseguinte a expansão do monocultivo da cana, como gerador de emprego e renda e, portanto, de desenvolvimento regional. No entanto, as ações do Estado estão encimadas na geração de divisas via exportações, elevação do superávit primário⁴⁵, bem como no interesse em apresentar alternativas para os grupos nacionais e estrangeiros, que já atuam nessa atividade.

A este discurso também fazem coro os governos estaduais e municipais. No entanto, os questionamentos da sociedade acerca da expansão desenfreada provocar desequilíbrios na produção de alimentos, impactos ambientais e sociais; e/ou também por precaução contra possíveis restrições internacionais, quanto à abertura do mercado mundial para o etanol brasileiro; têm conduzido essas instâncias de governo a adotar medidas cautelares e mesmo restritivas com relação a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar.

A principal medida que está sendo implementada em caráter oficial (a partir de leis ou decretos), tem sido o Zoneamento Agroecológico, que visa ordenar o processo de produção de cana, identificando as áreas de proteção ambiental, as áreas que devem ser destinadas ao cultivo de alimentos; e delimitar as áreas destinadas ao cultivo de cana.

No estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, essa expansão desenfreada tem gerado discussões também em escala municipal, antes mesmo do governo estadual sancionar a Lei nº 3.404/2007⁴⁶. É o caso do município de Dourados, um dos mais afetados com o processo expansionista do monocultivo de cana-de-açúcar

⁴⁵ A previsão para o superávit primário em 2007 era de US\$ 50 bilhões, no entanto a balança comercial destacou que este foi US\$ 300 milhões menor que a meta estabelecida. Resultado atribuído ao fato da receita do setor canavieiro, com as exportações de açúcar e álcool ter caído de US\$ 7, 77 bilhões em 2006, para US\$ 6, 57 bilhões em 2007, o equivalente a US\$ 1, 2 bilhão, caracterizando assim uma redução de 15,4%. Cf. Jornal O Estado de São Paulo Online – Caderno de Economia, 15 de janeiro de 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco109612,0.htm

⁴⁶ A Lei de Zoneamento Agroecológico (Lei nº 3.404) foi sancionada pelo governo do estado, em 30 de julho de 2007.

no estado de Mato Grosso do Sul.

A Câmara Municipal de Dourados apresentou um projeto de lei, que visa regular o funcionamento das unidades agroindustriais canavieiras no município. O mesmo estipula limite mínimo de 20 quilômetros de distância da área urbana para que as novas unidades sejam implantadas, e tem como objetivo proporcionar o equilíbrio sanitário (higiene e saúde) e ambiental do município ao atentar também para a questão da queimada. Já no município de Rio Verde/GO foi aprovado, no final de 2006, um decreto lei que limita a cana-de-açúcar a 10% da área do município, ou seja a 50 mil hectares⁴⁷.

Para o superintendente de Planejamento da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás, Veríssimo Aparecido da Silva⁴⁸, mesmo que o cultivo de cana-de-açúcar aumente em 10% sobre a área agricultável do estado, ainda assim não ameaçará o plantio de grãos. Esses 10% corresponderiam à cerca de 400 mil hectares, de um total de 4 milhões de hectares de terras agricultáveis. Desse modo, segundo ele se houver ordenamento e bom senso, o desenvolvimento ocorrerá sem prejuízo para outras atividades.

Ao contrário do superintendente, a diretora técnica da Faeg (Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás), e o secretário municipal de agricultura de Rio Verde⁴⁹, Cláudia Oliveira Rosa e Paulo Martins, respectivamente, acreditam que a expansão canavieira ameaça a estabilidade dos produtores de grãos, que terão de migrar para outras áreas menos propícias ao cultivo de grãos ou arrendar suas terras para o cultivo de cana-de-açúcar.

Para o secretário de Indústria e Comércio, Sr. Avelar de Moraes Macedo⁵⁰, essa estrutura agroindustrial encadeada pelo complexo industrial de carne e de

⁴⁷ Esta lei municipal, também proíbe o plantio de cana-de-açúcar a menos de 50 metros dos mananciais; a queima dos canaviais a menos de 20 quilômetros de áreas urbanas; bem como nas proximidades de áreas de proteção ambiental, cabos de eletricidade e estradas, amparada pela Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre as APPs e pela Lei Federal nº 8.421, de 23/11/93, Art. 4º, que dispõe sobre as queimadas de cana-de-açúcar.

⁴⁸ Cf. AGROSOFT - 28 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/?q=node/26289>

⁴⁹ Cf. AGROSOFT. 28 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/?q=node/26289>

⁵⁰ Entrevistado durante pesquisa de campo – set./out. de 2008.

grãos, e que agrega valor no próprio município de Rio Verde está ameaçada pela “euforia do etanol”. O mesmo alega que a agroindústria canavieira não traz benefícios para a população local, porque os empregos oferecidos são temporários e mal remunerados. E além disso, as máquinas e insumos são comprados fora do município. O secretário defende as restrições, alegando que o monocultivo de cana-de-açúcar “é um tsunami verde que quebra a cadeia produtiva do agronegócio e provoca tragédias sociais e ambientais se não for controlado”⁵¹.

Para o prefeito do município de Rio Verde/GO, (em exercício quando o Projeto Lei foi aprovado pela Câmara) Paulo Roberto Cunha⁵², a expansão no município não pode ultrapassar 50 mil hectares. O mesmo alega o fato de que esta atividade não contribui para a economia local, pois os trabalhadores são trazidos do Nordeste e não injetam dinheiro no município, tampouco os usineiros. O prefeito se diz contrário à monocultura e a expansão territorial da cana-de-açúcar, alegando que esta ameaça a diversidade de culturas no município, onde vários outros ramos do agronegócio estão instalados, particularmente a produção de grãos, tais como soja e milho e do setor cárnico.

No entanto, acredita-se que o interesse do prefeito de Rio Verde em limitar o plantio de cana em 50 mil hectares, não possui somente um cunho político-social, mas sobretudo econômico, haja vista este ser um dos maiores produtores de soja de todo sudoeste de Goiás, da mesma forma que parte de seu secretariado. Existe um compromisso com as grandes empresas agroindustrias do município como a Perdigão, a Comigo e a Cargil, por exemplo, no sentido de continuar produzindo e fornecendo matéria-prima para este ramo do agronegócio. Tanto é que o referido prefeito ao mesmo tempo em que restringe o avanço da atividade canavieira no município de Rio Verde, arrenda terras para o cultivo de cana-de-açúcar em municípios vizinhos (Montevidéu, por exemplo).

Essa preocupação em conter o avanço da cana-de-açúcar nos revela, portanto, uma disputa inter-capitais em todas as porções do território. A implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras e a expansão das áreas de cultivo de cana, atrai produtores rurais endividados, descontentes com a remuneração da soja, pecuária

⁵¹ Ver: Blog AMBIENTE ACREANO. 14 de setembro de 2007. Disponível em: <http://ambienteacreano.blogspot.com/2007/09/expanso-da-cana-encontra-resistencia-no.html>

⁵² Exercício 2005-2008.

ou produção de grãos. Isto soa para o complexo agroindustrial da soja e da carne como uma ameaça à integração da cadeia produtiva, uma vez que produtores que fazem parte do elo dessa cadeia deixam de produzir e, portanto, de fornecer grãos.

Os incentivos fiscais, as infra-estruturas prometidas (e/ou criadas), o apoio do governo estadual, a baixa remuneração e endividamento de produtores de grãos, e a conseqüente criação de oferta/demanda por terras para arrendamento, entre outros fatores aqui já destacados, atraíram para o sudoeste goiano o capital agroindustrial canavieiro, determinado a investir em novos negócios.

Esse novo segmento, ao se inserir na economia local/regional busca o estabelecimento de uma aliança de classes também em escala local/regional, visando com isso fomentar e proteger seus interesses pautados na expansão da produção e na acumulação de capital. No entanto esses interesses se chocam com os interesses de outros segmentos produtivos da economia local/regional (os complexos agroindustriais de processamento/beneficiamento de carnes e grãos). Tem-se, pois, uma concorrência inter-capitais, inerente a lógica expansionista do sistema metabólico do capital, que se acirra nas diversas frações do território nacional, sob o comando do capital personificado no agronegócio, seja de cana-de-açúcar, seja de grãos ou de carnes.

Nesse sentido, cabe destacar que quanto mais se acirra a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são as conseqüências, particularmente para a força humana que trabalha, a qual tem sido cada vez mais precarizada e explorada, e para o meio ambiente cuja degradação tem sido crescente. Essas conseqüências são inerentes a “relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital”. (ANTUNES, 2001, p.34)

Nesse cenário, comparece o Estado materializado no poder público local/regional (legislativo e executivo), intervindo na disputa com medidas restritivas ao avanço desse novo segmento produtivo, visando com isso proteger a estrutura produtiva local/regional já existente. Assim, o novo segmento produtivo, no caso a atividade agroindustrial canavieira, tem o seu livre desenvolvimento, de certo modo, mantido sob controle⁵³.

⁵³ Ao discutir a produção da organização espacial e a formação das alianças regionais de

Numa disputa em que cada um quer mostrar seu poder de fogo, estabelecem-se alianças com o poder local, e no caso de Rio Verde, isto é facilitado pelo fato de que prefeito e secretários de governo, também são produtores rurais e integrados a esses complexos agroindustriais (Perdigão, Comigo, Cargil, etc). Assim, buscam amparo em leis e em argumentos, tais como a geração de empregos temporários por parte das empresas agroindustriais canavieiras, e a não agregação de valor na economia local, que podem causar um desarranjo a estrutura econômica e social do município.

Nesse cenário a fúria destrutiva do negócio-agro-sucro-energético está alterando as formas tradicionais de produção, acirrando a luta de classes no campo e, conseqüentemente, provocando a constituição de uma nova dinâmica territorial.

Nessa nova dinâmica o capital agroindustrial canavieiro se apropria do território, do dinheiro e do trabalho transformando-os em mercadoria, pois seu interesse é difundir a lógica de “multiplicação do valor”, renovando e destruindo as fronteiras e as relações (antes estabelecidas), que porventura tendam a obstaculizar o seu desenvolvimento. Desse modo, a reprodução e ampliação do capital nessas novas fronteiras estão, contraditoriamente, induzindo a uma homogeneização da paisagem no território, porém reproduzindo e intensificando a desigualdades sociais e territoriais.

Trata-se, pois de um conjunto de ações implementadas pelo capital em seu projeto expansionista, refletindo as novas faces das contradições que sustentam esse movimento de (re)ordenamento territorial e produtivo consubstanciado no sistema metabólico do capital, sob as “bênçãos do Estado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4ª edição. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANSELMINI, R. **Ampliação da área de cana não ameaça outras culturas**. ProCana - 19/01/2007. Disponível em:

classes, mesmo que numa outra dimensão escalar, pois faz referências a diferentes regiões mundiais, Harvey nos conduz a pensar estes aspectos no contexto o qual estudamos. Cf. HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

<<http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Produção> >. Acesso em: 20 de jan. De 2007.

ANSELMÍ, R. A expansão desenfreada da cana-de-açúcar muda perfil das propriedades e gera polêmica no meio rural. Globo Rural - 19 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.sucro-ethique.org/Os-riscos-da-expansao-da-cana>> Acesso em: 15 de janeiro de 2008.

CANA pode dominar lavoura. Boletim Agropecuário/Portal do Agronegócio - 18 janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.portaldoaqgronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&i...>> Acesso em: 20 de janeiro de 2007.

DIAS, J. A. da S. AEN/Agência Nacional de Notícias. 14 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=35944>> Acesso em: 11 de abril de 2008.

EXPANSÃO da cana em Goiás divide opiniões. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás/AGROSOFT. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/?q=node/26289>> Acesso em: 15 de abril de 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

JORNAL Cana - Produção, Dados e Notícias - Janeiro de 2007, pág. 23. www.jornalcana.com.br/pdf/157/%5Cproddadnot.pdf.

JORNAL Cana - Produção, Dados & Notícias - Fevereiro de 2007, p. 30.

JORNAL Cana - Mercados e Cotações - Março de 2007. Disponível em: <www.jornalcana.com.br/pdf/159/%5Cmerccot.pdf > Acesso em 11 de abril de 2008.

Jornal Cana - Edição nº 165, setembro/2007. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/Edicoes.asp?Edicao+165>

JORNAL O Imparcial - Caderno Regional/6B - 18 de janeiro de 2006

JORNAL Oeste Notícias - Caderno AGROESTE, p. 2,2, 15 de abril de 2008.

JORNAL de Uberaba - Caderno B/Agronegócios - 04 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.jornaldeuberaba.com.br/?>

LEI nº 3.404, de 30 de Julho de 2007. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. Disponível em:

<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/%%Search?OpenForm&Seq=1>

LIMA, A. A. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional.** (Tese de Doutorado) Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2006

MENDONÇA, M. Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. R. & MESQUITA, H. A. **O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)existências.** Catalão/GO: UFG. (Mimeo.) 2008.

MUSSOLINI, C. **Safra deve aumentar 35% em 2008, conforme EDRs.** Jornal Oeste Notícias - Caderno Agroeste - p. 2.2, 15 de abril de 2008.

NEVES, M. F. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo.** Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

NOGUEIRA, M. P. Cana, leite, citros, boi...Quem herdará a terra? - Scot Consultoria/ReHagro - Publicações - 18 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.rehagro.com.br/siterehagro/publicacao.do?cdnoticia=1498>> Acesso em: 24 de julho de 2007.

OLIVEIRA, N. **Cana é destaque no Estado de São Paulo.** Jornal Oeste Notícias - Caderno Regional - pág. 1 e 2-2, 02 de janeiro de 2007.

OSAVA, M. **Expansão da cana encontra resistência no centro-oeste do Brasil.** Blog AMBIENTE ACREANO. 14 de setembro de 2007. Disponível em: <http://ambienteacreano.blogspot.com/2007/09/expansao-da-cana-encontra-resistencia-no.html>

PARANÁ aumentou a área plantada de cana-de-açúcar. Portal do Agronegócio. Paraná-Online. 25 de março de 2008. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idN=22135>

PORTO, G. **Carnes e grãos puxam exportação recorde em 2007.** Jornal O Estado de São Paulo Online - Caderno de Economia, 15 de janeiro de 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco109612,0.htm

SCHNEID, A. R. - Fundação MS. Fornecido pela SEPROTUR/MS durante pesquisa de campo em junho de 2007. (Apresentação em Power Point).

SILVA, E. **Região de PP deve ter 5 novas usinas até 2011.** Jornal O Imparcial -

Caderno Cidades - 6B, 05 de março de 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais.** Presidente Prudente 2007, (mimeografado).

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais.** Porto Alegre, 2007c.

TORRES, J. S. **Avaliação da safra 2005/2006 no estado de Alagoas.** In: XXII SIMPÓSIO DA AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR DE ALAGOAS. Maceió: SINDAÇÚCAR - AL/Empat., agosto de 2006. 46p.

TORQUATO, S. A. **Cana-de-açúcar para indústria: O quanto vai precisar crescer.** In: IEA - Análises e Indicadores do Agronegócio. Vol. 1, n. 10, outubro de 2006. Disponível em: <http://www.ica.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=7448>

PARA ALÉM DO AGRONEGÓCIO – A “AGROECOLOGIA” E A RECONSTRUÇÃO DO ATUAL SISTEMA AGRÍCOLA E ALIMENTAR

Sérgio Gonçalves¹

INTRODUÇÃO

A análise do atual sistema agrícola e alimentar, baseado no Agronegócio, revela que os problemas sociais, econômicos e ambientais por ele causados demonstram sua insustentabilidade, tendo em vista que o nível de impactos negativos gerados (exclusão social, poluição do ar-solos-água-animais-pessoas, pobreza rural, concentração da renda e da terra) é muito superior aos impactos positivos (aumento da produtividade agrícola).

Na tentativa de superar os problemas e garantir a produção de alimentos de maneira sustentável, uma diversidade de sistemas agrícolas de produção foram pensados e estruturados, sendo arrolados sob o codinome de “Agriculturas Alternativas”.

Uma das alternativas mais avançadas para superar a agricultura atual é a Agroecologia, forma de produção agrícola centrada na produção sustentável, incorporadora de conhecimentos tradicionais e técnicos, que valoriza não só o meio ambiente e a produção sustentável, mas a comercialização solidária que reforça as relações tanto dos produtores entre si, como dos os rurais com os das empresas do setor de sementes, insumos e aquelas que operam na venda da produção.

¹ UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste Paranaense.
duasunha@yahoo.com.br

EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA AGRÍCOLA E DO SISTEMA ALIMENTAR CONTEMPORÂNEOS

Em meados do século XIX, particularmente nos EUA e países europeus, entre os quais Alemanha, França e Inglaterra, profundas transformações sociais, econômicas, técnicas e políticas ocorreram, resultando na organização de um sistema agrícola e alimentar muito diferenciado do padrão até então existente, baseado na chamada “Agricultura Tradicional”, abordada por Schultz (1965).

Mediante a ação do Estado, que estipulou políticas públicas de fomento agrícola (financiamento, política de preços mínimos, barreiras comerciais à importação de alimentos), investimentos em infra-estruturas rurais (estradas, energia elétrica, irrigação, drenagem), pesquisa agrícola e extensão rural, estes países foram os primeiros a construir uma agricultura amplamente dependente e amparada nos recursos técnicos e científicos utilizados pelos agricultores.

Mazoyer (2001) destacou que na década de 1960, incentivados por programas internacionais de fomento gestados por organizações internacionais (FAO - Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação; Banco Mundial) e nacionais (ex: Fundação Ford e Fundação Rockefeller dos EUA), nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento receberam recursos econômicos, formação técnica e investimentos produtivos realizados por multinacionais dos setores agroindustriais (empresas do ramo de tratores e implementos, insumos, genética, enfim), para desenvolver em diferentes partes do mundo o modelo agrícola existente nos países centrais.

Neste modelo de produção agrícola, estimulados pelo poder público, uma parcela dos produtores assumiu dívidas em bancos para financiar a produção, introduzindo nas propriedades agrícolas maquinaria para executar os serviços rurais. Cultivando sementes melhoradas, criando animais selecionados e utilizando amplamente os insumos químicos modernos (adubos e fertilizantes, agrotóxicos, indutores de crescimento, etc) fornecidos pelas indústrias, a produtividade das lavouras e a criação de animais aumentou exponencialmente.

Na ponta do processo, a comercialização da produção ficou a cargo de empresas do seguimento comercial e agroindustrial, responsáveis pela aquisição, processamento, transformação e distribuição dos alimentos no mercado nacional e

internacional. Dominando o circuito da comercialização, muitas empresas passaram a ditar os preços agrícolas recebidos pelos produtores.

O desenvolvimento de novas formas de processamento agroindustrial da produção agrícola resultou na emergência da indústria alimentícia. A atuação dessas empresas no mercado de consumo de massas se fez mediante uma oferta crescente e diferenciada de alimentos processados industrialmente (leite em pó, doces, massas, farinhas, enlatados diversos, congelados, comidas prontas, embutidos, geléias, sucos, iogurtes, etc).

Em grande medida, a oferta de novos alimentos e derivados dos produtos agrícolas primários (café, arroz, milho, leite, frutas, etc) contribuiu para a mudança dos hábitos, práticas e gostos no consumo das famílias.

Nas cidades, sobretudo nos grandes centros, as feiras locais com a venda de produtos in natura foram lentamente abandonadas, sumiram os pequenos agricultores e feirantes e o abastecimento foi relegado à ação de grandes empresas de distribuição, como os super e hipermercados, que organizando uma logística impressionante, passaram a abastecer o comércio local com alimentos buscados em diferentes pontos do território nacional e internacional, quebrando com a lógica dos “produtos da safra”.

No limiar do século XXI, articulados nas chamadas “*trading companies*”, mega-conglomerados dos setores agrícola, financeiro, industrial, fármaco, biotecnológico, químico, que se uniram visando dominar os principais segmentos da agricultura globalizada (produção de sementes, comercialização de matérias-primas, transformação industrial, insumos).

Esta ação transformou ainda mais o sistema alimentar e o sistema agrícola, que lentamente está sendo organizado sob o padrão “Agrobiotecnológico”, que contempla a base técnica anterior (“Revolução Verde”), mas que se modernizou ainda mais pela incorporação das sementes geneticamente modificadas e novos insumos químicos decorrentes da biotecnologia e dos avanços da genética e química fina aplicados em novos produtos utilizados na agricultura.

Esta articulação de interesses passou a ser denominada de “Agronegócio”, ou seja, mais do que produção de alimentos, a agricultura pensada enquanto atividade geradora de riqueza e renda acumulada pelos investidores, articulados entorno de mega-conglomerados financeiros.

OS PROBLEMAS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS PRODUZIDOS PELO AGRONEGÓCIO

O padrão de desenvolvimento agrícola atual é socialmente excludente, pois asseverou ainda mais a diferenciação social entre os agricultores, já que poucos foram favorecidos, muitos desapareceram, pois perderam suas terras, e uma quantidade também grande continuou sobrevivendo no campo, porém, de maneira cada vez mais marginal, já que os índices de pobreza e fome no campo revelam a existência efetiva de milhares de pessoas pobres e sem condição de produzir ao menos sua alimentação básica.

Conforme as interpretações de Mazoyer (2001) e Amin (2004), se nos países centrais (Japão, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, países da União Européia) as políticas públicas permitiram um desenvolvimento consolidado dos produtores rurais, que foram protegidos pelas políticas públicas.

Em outras partes do mundo, uma pequena parcela dos camponeses e dos médios produtores rurais - proprietários de terra ou não - mas, sobretudo, a grande maioria dos grandes produtores rurais do Cone Sul da América Latina (Argentina, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai), da Ásia (Vietnã, Malásia, Tailândia, países do Oriente Médio como Síria, Irã) e África (África do Sul e países situados no norte da África, como o Marrocos) puderam se equipar, adquirindo, por meio de políticas públicas destinadas à industrialização da agricultura, os tratores, máquinas agrícolas, implementos e insumos modernos que possibilitaram ampliar sua capacidade laborativa, produtividade, produção e renda.

Conforme Amin (2004), nestas regiões e países, destacam-se dois setores: o segmento da “[...] agricultura capitalista governada pelo princípio de retorno sobre o capital” (AMIN, 2004, p. 74), praticada em médias e grandes fazendas, onde cada proprietário produz anualmente em torno de 1.000 a 2.000 toneladas de grãos por ano, e o segmento camponês modernizado, que obtém de 10 a 50 toneladas de grãos por ano.

Porém, para a maioria dos produtores camponeses dos países supracitados e para a totalidade dos produtores camponeses de nações onde o processo de industrialização foi pouco efetivo ou simplesmente nulo (centro da África e África

Sub-Sahariana, Andes americanos, uma série de países da Ásia), o processo de desenvolvimento agrícola não ocorreu. À margem do processo, o empobrecimento e a exclusão do campesinato se tornaram a tônica nestas sociedades.

Apesar dos avanços da produção e produtividade, o padrão agrícola atual está baseado em uma extrema dependência dos agricultores frente às empresas situadas a montante e a jusante das propriedades rurais. Ao dominar a produção das sementes vendidas aos produtores, ditar as regras e os padrões produtivos adotados nas propriedades rurais, controlar a pesquisa científica, ditar o preço das mercadorias agrícolas, intermediar as relações econômicas estabelecidas entre o campo e a cidade (comercialização, abastecimento) e entre agricultura e indústria (venda de máquinas e insumos, compra da produção), cada vez mais as margens de renda recebidos pelos produtores diminuem.

Em um contexto internacional em que os Estados Nacionais têm reduzido e até abandonado seu papel de investimento nas políticas públicas para o campo, como concessão de financiamentos, preços mínimos de garantia, entre outras, a crise econômica e social na agricultura tende a favorecer médios e grandes produtores, além das empresas do agronegócio, desestruturando os pequenos produtores, ampliando a crise social no campo, já que incorporam maior quantidade de mão-de-obra por hectare trabalhado.

O intenso processo de modernização avançou ruidosamente nas últimas 5 décadas, as promessas da agrobiotecnologia já são fatos pela crescente territorialização dos cultivos transgênicos. Apesar do aumento considerável da capacidade e da quantidade de alimentos produzidos, a chaga da fome não foi superada, e grande parte dos sujeitos famintos existente no mundo habitam o meio rural, configurando produtores que não conseguiram se beneficiar do desenvolvimento técnico científico.

Ademais, a lógica do mercado é valorizar e investir em setores com maior perspectiva de retorno, como a produção de grãos ligados à cadeia de processamento agroindustrial e com preços regulados em bolsa de valores, como é o caso da soja, a vedete do mercado global de grãos e, como se sabe, não é consumida in natura, mas sim na forma de sub-produtos (lecitina, proteína e extrato de soja) que compõem alimentos industrializados diversos (pães, bolos, massas, bebidas, iogurtes, chocolates, etc).

Outra questão é que com a estratégia mundial de ampliação das áreas de cultivo de leguminosas (soja), palmas (dendê), plantas florestais (pinus e eucalipto) e gramíneas (milho e cana-de-açúcar) para a produção de biocombustíveis, o número de famélicos poderá aumentar, já que ocorrerá a perspectiva de diminuição da área cultivada com alimentos (trigo, milho, arroz, feijão), aumento da área cultivada com biocombustíveis e desabastecimento.

Weid e Altieri (2002) destacaram que, no início do século XXI, apesar dos novos elementos técnico-produtivos destinados à agricultura, em muitos lugares verificam-se alguns problemas, que iniciaram com a estagnação ou mesmo com a diminuição da produtividade agrícola, mas se asseveram com um conjunto de preocupantes impactos ambientais e econômicos, entre os quais a erosão do solo e sua degradação, a poluição química, ao lado da exaustão e da poluição das fontes de superfície e dos lençóis freáticos, o crescimento do desmatamento e da destruição da biodiversidade em geral.

Para Gliessman (2001), os impactos negativos da moderna agricultura acontecem porque esta depende da simplificação dos ecossistemas para maximizar a produção e o lucro, já que aqueles que a praticam não se preocupam com as conseqüências ecológicas de longo prazo.

Gliessman (2001) afirmou ainda que, apesar dos inegáveis avanços técnico-científicos (novas variedades de plantas, insumos modernos, motomecanização, agrotóxicos, irrigação) que lastrearam o inegável impulso agrícola global (que apresentou nos últimos 50 anos taxas de crescimento da produção de alimentos ao exceder as taxas de crescimento populacional), os impactos decorrentes deste processo de modernização agropecuária evidenciam que o modelo agrícola predominante é insustentável.

A despeito de seus sucessos, contudo, nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construído. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores e assalariados agrícolas, que estão na melhor

posição para serem os guardiões da terra agriculturável. Em resumo, a agricultura moderna é insustentável - ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível. (GLEESSMAN, 2001, p. 33).

Dessa forma, pensando na pluridimensionalidade do que é o Agronegócio e seus impactos, em longo prazo, há a necessidade de reestruturação nas práticas agrícolas para garantir a produção de alimentos, com a emergência de sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e que se baseiem em tecnologias que incorporem o legado dos conhecimentos tradicionais desenvolvidos pelas comunidades camponesas, mudança de perspectiva que poderá dinamizar a produção de alimentos principalmente em regiões onde o problema da fome é mais grave, como são os casos da América Latina, da África e da Ásia.

Em outras palavras, o desafio colocado é o de potencializar estratégias de manejo dos recursos naturais e dos fatores de produção que ampliem a participação dos agricultores mais pobres, sem, no entanto, negar sua possibilidade de desenvolvimento, o que não ocorreu ao longo das últimas décadas, quando o desenvolvimento da agricultura foi pensado através de tecnologias caras e socialmente excludentes, que beneficiaram as empresas e os grandes proprietários.

AS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS E AS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL

Apesar da força hegemônica do capital e muitas vezes da falta de reconhecimento e apoio do poder público para sua implantação, Canuto (2004) destacou que mundialmente tem sido constituído um movimento de renovação e de contraposição aos sistemas agrícolas tipificados na “Revolução Verde”, na Agrobiotecnologia e no sistema alimentar correspondente.

Para o autor, este movimento é composto por um conjunto de diferentes agentes que tem assumido iniciativas diversas no âmbito da agricultura, cujas tessituras tem sido arroladas sob os codinomes de “Agriculturas Sustentáveis”, “Agriculturas de Base Ecológica” ou ainda de “Agriculturas Alternativas”. Estas são construções relativas aos sistemas agrícolas baseados em conhecimentos técnicos,

científicos, tradicionais, filosóficos e até religiosos para criar padrões agrícolas produtivos, economicamente viáveis, ecologicamente estáveis e socialmente mais justos que os da agricultura industrial.

Além disso, o autor enfatizou que

A formulação histórica do conceito de agricultura sustentável constitui uma convergência entre a negação e a afirmação: desconstrução das concepções e práticas da agricultura convencional e construção do sentido ecológico imprescindível à agricultura sustentável. [...]

O conceito de agricultura sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais. Contrapõe-se concretamente à degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das conseqüências sociais da aplicação desse modelo, como a concentração de renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social. (CANUTO, 2004, p. 38).

Conforme Brandenburg (2002, p. 01-02), *“A história da agricultura alternativa antecede a chamada revolução verde”* e os precursores das agriculturas alternativas destacaram-se pioneiros na formulação de um *“contra-movimento aos domínios da lógica industrial de produção”*.

Porém, no debate sobre a temática existem autores que não consideram as “agriculturas sustentáveis” como um movimento social e, menos ainda, como paradigma que aponte a reestruturação econômica, social e ecológica da agricultura industrializada.

[...] não cabe falar da agricultura sustentável como um novo paradigma emergente, [...] Quando muito se poderia dizer que estará disponível um conjunto de opções tecnológicas, as quais contribuirão para a transição do atual padrão dito moderno (que começou a ser gestado no final do século passado) para um outro padrão que possa ser definido como sustentável. Se essa transição vai ocorrer ou não depende de muitas variáveis, entre elas a força de pressão dos atuais movimentos ambientalistas em prol de uma agricultura sustentável. Além do que não se deve privilegiar a dimensão tecnológica em

uma questão que é fundamentalmente de ordem política. Trata-se antes de definir o tipo de desenvolvimento econômico que se quer, para depois saber quais as tecnologias que lhe são apropriadas. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 107).

Esta também foi a interpretação apresentada por Assad e Almeida (2004, p. 25), autores que não interpretaram as agriculturas alternativas como um movimento social, apesar de reconhecerem potencialidades nelas.

Além de seu potencial unificador e técnico-científico, a mencionada abordagem ecológica da agricultura pode se mostrar capaz de aglutinar forças para propor e implementar novas políticas públicas, a fim de promover a mudança do padrão tecnológico altamente impactante e desagregador da agricultura atual. [...]

Mas para isso, não é suficiente um padrão tecnológico definido, fazendo falta à agricultura sustentável se constituir enquanto um movimento social *stricto sensu*, ou seja, numa ação social organizada contra a hegemonia do modo de desenvolvimento agrícola atual. Por enquanto, a agricultura sustentável é a expressão de iniciativas de grupos ou agentes sociais mais ou menos isolados, ainda pouco orgânicos, com resultados técnicos e sociais em diferentes amplitudes, agentes estes que poderão vir a integrar um movimento social, mas que ainda não constituem e não representam um movimento social. (ASSAD e ALMEIDA, 2004, p. 25).

Além das mudanças de concepção no âmbito da base técnica da produção (sistema produtivo), há que se destacar que as diferentes expressões de “agriculturas alternativas” defendem a necessidade de severas mudanças sociais no sistema alimentar atual, pois preconizam uma re-equalização das relações entre os produtores e consumidores, a preservação do conhecimento das comunidades tradicionais e camponesas e sua aplicação em prol do desenvolvimento agrícola, a articulação entre os produtores através de redes sociais, o que garante a melhoria das condições de produção, com conseqüências positivas na saúde dos produtores e consumidores, e, assim, diminuem os impactos negativos ao meio ambiente, garantindo a produção de alimentos saudáveis em condições de oferta e de preço aos consumidores.

Ademais,

O conceito de agricultura sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais. Contrapõe-se concretamente à degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das conseqüências sociais da aplicação desse modelo, com a concentração e a distribuição da renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social. (CANUTO, 2004, p. 38).

De fato, durante anos, na Europa e nos Estados Unidos, as práticas agrícolas sustentáveis foram “achincalhadas”, já que desde a emergência e rápida difusão dos compostos químicos para adubação, na década de 1920, e do desenvolvimento dos pacotes tecnológicos completos (insumos, sementes e máquinas) em décadas posteriores, a posição dos formuladores de políticas públicas, dos vendedores de insumos e sementes, da assistência técnica rural e dos produtores “modernizados” foram de ridicularizar essas práticas e de colocar seus proponentes e praticantes na categoria de “retrógrados” e de “defensores românticos de uma volta ao passado”.

Conforme uma extensa literatura a respeito, as diferentes expressões de “agriculturas alternativas” foram desenvolvidas a partir da década de 1920, portanto, no interregno de tempo que marca a emergência da industrialização da agricultura.

Se por um lado, algumas práticas denotavam peculiaridades, sobretudo em relação às cosmovisões e a religiosidade, no conjunto, o desenvolvimento da agricultura alternativa não teve nada de retrógrado. Pelo contrário: cada vez mais seus praticantes desenvolveram estudos, pesquisas e iniciativas para conhecer a viabilidade técnica, econômica e, sobretudo, ecológica e social, das diferentes concepções de agriculturas alternativas, entre as quais se destacam a “Agricultura Orgânica”², a “Agricultura Biodinâmica”³, a “Agricultura Natural”⁴, a “Agricultura Ecológica”⁵ e “Permacultura”⁶ e a Agroecologia, que trataremos adiante..

² Entre eles Paulus (1999), Guivant (2001); Khatounian (2001), Ormond *et all* (2002); Moreira (2003); e Pinheiro (2004).

³ Ver os trabalhos de INDRIO (1980), Koepf, Petterson e Schauman (1983), Paulus (1999), Moreira (2003) e Pinheiro (2004).

⁴ Consultar as obras de PAULUS (1999); FUKUOKA (1978), Khatounian (2001).

⁵ Destacam-se os trabalhos de Guivant (2001), Khatounian (2001), INDRIO (1980), Pinheiro (2004).

O tema da sustentabilidade da agricultura foi incorporado pelas organizações internacionais a partir da publicação do Relatório Brundtland em 1987. Segundo Costabeber (1998, p. 122), ainda não oferecendo formalmente um conceito “fechado” sobre agricultura sustentável, o documento apontou que “[...] *la producción agrícola sólo puede sostenerse a largo plazo si no se degrada la tierra y el agua que la sustenta*”, o que exigiria uma nova orientação da intervenção governamental que, através de políticas públicas efetivas e específicas, permitiria a proteção “[...] *de los recursos de base para mantener, y aún acrecentar, la productividad agrícola y los medios de subsistencia de todos los habitantes del campo*”.

Ademais, o documento sugeria ainda que a agricultura sustentável “[...] *debe tener como meta elevar no solamente la productividad y los ingresos medios, sino también la productividad y los ingresos de aquellos que son pobres en recursos*”, explicitando notoriamente a necessidade de considerar a equidade como parte das preocupações sócio e meio ambientais.

Para Meneses (1998, p. 225), o conceito de sustentabilidade agrícola é um conceito em disputa entre dois campos com visões totalmente distintas: aqueles que veem a sustentabilidade agrícola como uma possibilidade de superação do padrão agrícola e alimentar dominante, e aqueles que veem tal elemento como técnica produtiva e como estratégia de mercado.

De um lado, aqueles que identificam a agricultura sustentável como um conjunto de regras ou práticas produtivas, expressa nas posições da FAO e da Agenda 21 (nos capítulos 14 a 32). De outro, aquela desenvolvida pelas ONGs e movimentos sociais, que procura ir além da produção agrícola. (MENESES, 1998, p. 225).

Elias (2006) evidenciou que este processo está intimamente ligado à globalização da economia, que determina os ritmos da reestruturação da agricultura, cuja “motores” são a territorialização do capital e a oligopolização do espaço, que produzem e ampliam na escala global a configuração de um modelo econômico, técnico e social de produção agrícola que amplia a dialética de produção do espaço,

⁶ Consultar Khatounian (2001), Meneses (1998).

e que se mostra cada vez mais fragmentado e injusto, pois *“Nenhum outro modelo promoveu tanta pobreza, desigualdades e degradação ambiental em tão pouco tempo”* (ELIAS, 2006, p. 19).

De certa forma, a questão agrária tem sido acrescida de novos significados, e até certo ponto, tem recebido conteúdos que se situam no campo da questão ambiental.

Por outro lado, o movimento da agricultura alternativa também cresceu. As arestas que diferenciam as diferentes vertentes foram aparadas, sobretudo pela troca crescente de experiências entre os produtores e as organizações, destacando-se as cooperativas, as ONGs e demais coletivos de produtores, bem como a divulgação de estudos sobre produção agrícola sustentável.

Ademais, ao se tornar público e notório o debate sobre os problemas ambientais, aquilo que em décadas anteriores significava “atraso”, para parte dos formuladores das políticas públicas, passou a significar a possibilidade de mudança efetiva nos padrões de desenvolvimento agrícola merecendo, portanto, mais atenção.

A AGROECOLOGIA E A SUPERAÇÃO DO AGRONEGÓCIO.

Nos últimos 30 anos, dotando o conjunto das agriculturas alternativas de maior consistência conceitual e metodológica e trazendo para o debate político, ecológico, econômico e social a necessidade de superação do padrão de agricultura industrial, pensadores da academia e movimentos sociais têm defendido a proposta da Agroecologia.

Segundo Gliessman (2001), o marco de formação da Agroecologia ocorreu no final da década de 1920, quando cientistas e ativistas ecológicos, baseados no conceito de agroecossistema como elemento teórico e conceitual para se pensar a sustentabilidade da agricultura, passaram a vincular a aplicação dos estudos da Ecologia e da Agronomia visando superar a agricultura industrializada da “Revolução Verde”.

Diversos trabalhos abordando a dinâmica produtiva, os princípios ecológicos e os resultados alcançados pela prática da Agroecologia foram publicados no decorrer da década de 1970, momento em que as interpretações sobre os problemas ambientais e sociais entrou na agenda de ambientalistas e o conceito de

sustentabilidade agrícola se difundiu, ampliando a visibilidade e a importância teórica e metodológica da Agroecologia na proposição de alternativas de desenvolvimento rural.

Em face desta abordagem, novos estudos sobre a realidade de sistemas agrícolas tradicionais e das diferentes abordagens das chamadas “agriculturas sustentáveis” foram realizados, como também, a discussão de temas como práticas e manejos agrícolas em sistemas de produção indígenas e camponeses, os impactos negativos da industrialização da agropecuária, agroecossistemas, sustentabilidade, equidade, superação da agricultura modernizada, viabilidade social e viabilidade econômica da Agroecologia, os efeitos perniciosos da expansão do mercado de commodities, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e da crescente dificuldade de acesso aos recursos comuns pelas populações locais têm sido amplamente abordados pelos agroecólogos (MOREIRA e SIMÕES DO CARMO, 2004), firmando a Agroecologia como um ramo científico estruturado e plural.

Aproveitando os conhecimentos teóricos e metodológicos da Sociologia, da Agronomia, da Física, da Biologia, da Comunicação, da Educação, da Antropologia, da História e da Ecologia, pesquisadores como Altieri e Nicholls (2000, p. 19) passaram a conceber a Agroecologia como *“La disciplina científica que enfoca el estudio de la agricultura desde una perspectiva ecológica y transdisciplinaria”*.

Entendida como uma ciência portadora de um enfoque metodológico próprio, mas com contribuições teóricas de diversos ramos do conhecimento, a Agroecologia emergiu como a disciplina científica que se constitui como uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores sociais, dando suporte à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural – o desenvolvimento rural sustentável, conforme Caporal, Costabeber e Paulus (2006) e representações da Figura 1, apresentada abaixo.

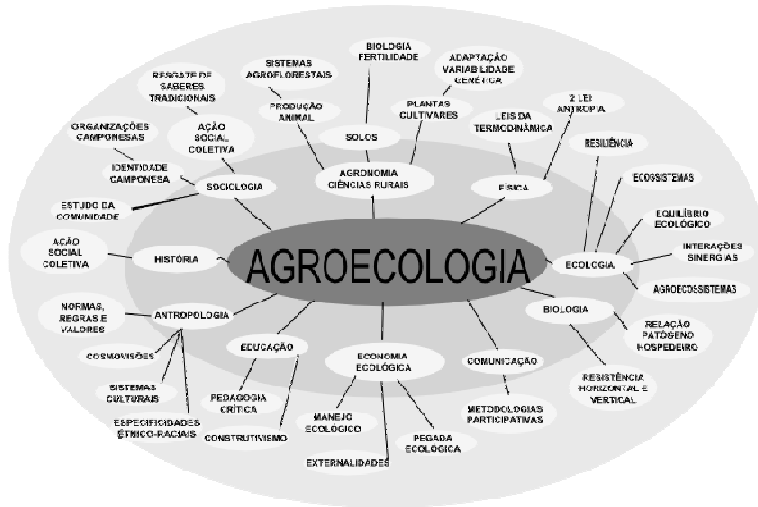


Figura 1: Ramos científicos e contribuições teóricas para o desenvolvimento da Agroecologia.
Fonte: Caporal, Costabeber e Paulus (2006, p. 08).

Com base nas informações expressas na figura 1 acima, Caporal, Costabeber e Paulus (2006) entenderam que quando se trata de Agroecologia, está se tratando de uma orientação que vai muito além do aspecto meramente técnico produtivo ou agrônomo, situados na esfera da produção agropecuária.

Nesta Figura 1, incluiríamos também a Geografia, destacando os conhecimentos acerca do conceito de Território, de Redes e de Circulação, importantes para se pensar a construção de lócus de resistência, novas articulações na produção/circulação/venda/consumo. Ademais, incluiríamos a Saúde, por se tratar a Agroecologia de uma proposta que visa a produção de alimentos sãos, sem agressão ao meio ambiente, promotor portanto, da vida.

A Agroecologia contempla uma visão complexa, já que é um campo científico multidisciplinar que congrega estudos e conhecimentos tanto das variáveis produtivas, quanto variáveis econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Resumindo, a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo do conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que

permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 13).

Debatendo a questão, Altieri e Nicholls (2000) destacaram que em nível mundial cresceu o consenso em torno da necessidade de novas estratégias de desenvolvimento rural que permitam a produção sustentável de alimentos e assegurem a qualidade ambiental. Neste caso, o enfoque Agroecológico pode contribuir efetivamente, já que são objetivos emergentes a segurança alimentar, a erradicação da pobreza, a proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção dos processos de auto-gestão e a participação comunitária para superar a pobreza rural através de novos processos de desenvolvimento rural (Figura 2, abaixo).

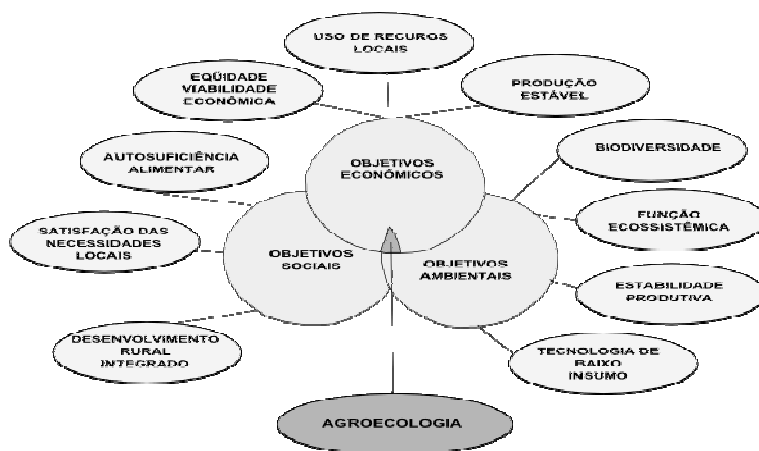


Figura 2: Elementos norteadores para a construção da Agroecologia.

Conforme a Figura 2 (acima), a Agroecologia é um campo de análise que se situa na produção de uma agricultura que congrega três objetivos principais: o social, em que pese a autosuficiência alimentar, o desenvolvimento rural e a satisfação das necessidades básicas das comunidades locais; o ambiental, que atenta para a estabilidade da produção ao longo do tempo; e o econômico, que incorpora a

produção a partir do aproveitamento da biodiversidade pela preservação dos ecossistemas, através de uma estabilidade produtiva e com o uso de tecnologias mais racionais do ponto de vista ambiental e plenamente de acordo com as possibilidades de realização local, portanto, sem dependência externa de insumos e energia.

Não raramente se tem confundido a Agroecologia com modelo de agricultura, com processo de produção, com produto ecológico, com prática ou tecnologia agrícola, com política pública, com modo de vida e até com movimento social. Apesar da boa intenção do seu emprego, essas imprecisões podem mascarar a potencialidade que possui o enfoque agroecológico para apoiar o desenvolvimento agrícola e rural, como bem destacaram Brandenburg (2005) e Norder (2006).

No Brasil, segundo EMBRAPA (2006),

Observa-se, porém, que as Agriculturas Ecológicas nem sempre aplicam plenamente os princípios da Agroecologia, já que parte delas está orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, relegando a um segundo plano as dimensões ecológicas e sociais. Isso fica claro quando analisamos o desenvolvimento das Agriculturas Ecológicas “de mercado”, onde se observam: simplificação dos manejos, baixa diversificação dos elementos dos sistemas produtivos, baixa integração entre tais elementos, especialização da produção sobre poucos produtos, simples substituição de insumos químicos e biológicos e exígua preocupação com a inclusão social e criação de alternativas de renda para os agricultores mais pobres. (EMBRAPA, 2006, p. 24).

Ainda que haja diversas interpretações conceituais, a Agroecologia corresponde fundamentalmente a um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo, superando, portanto, o viés econômico e ambiental/econômico presente nas agriculturas industriais e orgânicas.

Cabe afirmar, com base em Altieri (2001), que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo, que é aquilo que se faz, por exemplo, em sistemas de manejo praticados por agricultores pobres.

No limite, uma agricultura com estas características pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos agricultores não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos e que sobrevivem de maneira tradicional, com baixa produtividade e dificuldades de viver da sua produção e de seu trabalho.

A agroecologia confia no conhecimento agrícola nativo e selecionou tecnologias modernas para manejar a diversidade e intensificar a produção. Assim, propicia um modo ambientalmente sadio e acessível a pequenos agricultores para intensificar a produção em áreas marginalmente cultiváveis. (WEID e ALTIERI, 2002, p. 234).

Na verdade, a Agroecologia vincula o conhecimento tradicional ao conjunto de diferentes práticas sustentáveis de agricultura (orgânica, biodinâmica, natural, permacultura e biológica) ao conhecimento técnico e científico para pensar estratégias de desenvolvimento rural sustentável principalmente para comunidades de camponeses empobrecidas e estagnadas economicamente.

Aparece así la Agroecología como desarrollo sustentable; es decir, la utilización de experiencias productivas de agricultura ecológica, para elaborar propuestas de acción social colectivas de desvelen la lógica depredadora del modelo productivo agroindustrial hegemónico, para sustituirlo por otro que apunte hacia una agricultura socialmente más justa, económicamente viable y, ecológicamente apropiada. (SEVILLA GUZMÁN e ALONSO MIELGO, 2005, p. 02).

Segundo Sevilla Guzmán (2005, p. 17), a Agroecologia é uma ciência que pode reforçar a resistência dos camponeses ao capital globalizado, sobretudo porque amplia a capacidade de integração entre produtores e consumidores, através de redes de comercialização e impede a ampliação dos mecanismos de distribuição do “lixo alimentar” proveniente das empresas do setor agroalimentário, alimentação que, além de provocar problemas alimentares e de saúde aos consumidores (contaminação por resíduos químicos, antibióticos, gorduras insaturadas, transgênicos), cria um conjunto de relações que amplia a dependência de produtores e consumidores, sobretudo pelo poder de mercado, e também provoca sérios impactos ambientais pelo conjunto de tecnologias que utiliza na sua matriz

produtiva, entre as quais adubos sintéticos, venenos, petróleo e derivados.

Amparados em estudos de experiências agroecológicas realizadas por movimentos sociais, ONGs, movimento sindical e comunidades camponesas da Europa e América Latina, entre os quais o SOC - Sindicato Obreros del Campo (Espanha) -, Via Campesina (Nicarágua). MST (Brasil), EZLN - Ejército Zapatista de Libertação Nacional (México) -, Sevilla Guzmán e Alonso Mielgo (2005) entenderam que o debate entorno da superaçaõ das formas de resistência aos imperativos econômicos e sociais promovidos pelo liberalismo e globalizaçaõ econômica permitiu a uniãõ de diferentes grupos sociais em uma rede de difusãõ da agroecologia em nível mundial, centrada em diferentes tomadas de consciência agroecológica, da consciência econômica à ambiental, passando pela consciência de classe, visando reordenar o modelo de desenvolvimento do campo.

Tal reordenamento, na verdade, está na superaçaõ do atual modelo agrícola e alimentar baseado no consumo elevado de insumos químicos e biotecnológicos e na dominaçaõ cartelizada das redes de comercializaçaõ e agroindustrializaçaõ, em favor de uma modelo que reestruture a agricultura, criando um conjunto de relaçaões que envolva os produtores, os consumidores, priorize a preservaçaõ ambiental, garanta a Soberania Alimentar, a reforma agrária e a emancipaçaõ da agricultura camponesa.

Em face da legislaçaõ para a venda de produtos ecológicos e em face dos mecanismos de dominaçaõ existentes no mercado de orgânicos, que exige a presença das empresas de certificaçaõ da produçaõ ou mesmo grandes empresas que fazem a distribuçaõ dos produtos orgânicos, tal desencontro entre os interesses de uma agricultura renovada e novas estratégias de dominaçaõ, tem permitido o surgimento de estratégias múltiplas de superaçaõ do modelo "oficial" em favor dos produtores rurais e dos consumidores, num arco de alianças que coloca a Agroecologia como uma ferramenta de luta contra o Agronegõcio e o Agroconegõcio, este último representado pelos agentes e regras de controle colocado no mercado de produtos orgânicos e suas regras de exclusãõ, como é o caso da Certificaçaõ.

Uma importante saída encontrada pelos produtores agroecológicos tem sido a organizaçaõ em rede, nas quais se associam dezenas e até centenas de produtores que dividem coletivamente os custos de certificaçaõ em empresas controladas pelos trabalhadores e suas organizaçaões.

Além de baratear o custo aos agricultores mais pobres, as empresas certificadores de caráter associativo contribuem para ampliar as estratégias de grupo via organização da produção, que são comercializadas através de estratégias coletivas, entre as quais os mercados e feiras de produtos orgânicos in natura (horti granjeiros) ou transformados na indústria rural e artesanal (carnes, queijos, embutidos, doces) e as redes de comércio solidário, em postos de revenda nos centros urbanos.

No Brasil, uma experiência bem sucedida é a Rede Ecovida de Agroecologia, que opera nos estados do Sul do País. Aliada a várias ONGs e associações de produtores que trabalham com produtos orgânicos, a Rede Ecovida faz a certificação a um preço mais acessível e trabalha na organização de mecanismos de comércio justo e solidário em grandes cidades, como Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, ampliando a capacidade de geração de renda aos produtores, que eliminam os atravessadores, o que barateia o preço final da produção, que se torna mais acessível à comunidade em geral, conforme Tedesco (2006).

A Certificação Participativa pode ser mais bem conhecida a partir da definição da Rede Ecovida de Agroecologia, entidade que deu início ao sistema no Brasil, em 1998, no Estado de Santa Catarina.

A Certificação Participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores, consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade.

O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e verificação do Conselho de Ética, formado por técnicos e agricultores participantes da Rede.

A certificação participativa é uma forma diferente da certificação que, além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões. (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2006).

Segundo informações coletadas diretamente no sítio da internet da Rede ECOVIDA (www.redeecovia.org.br), a entidade tem por objetivos desenvolver e multiplicar iniciativas em Agroecologia, estimulando o trabalho associativo na

produção e consumo de produtos ecológicos, articular e disponibilizar informações entre as organizações e as pessoas, aproximar agricultores e consumidores por laços de solidariedade, estimular o intercâmbio e a valorização do saber popular e definir uma marca e um selo que garantam o processo, a procedência, o compromisso e a qualidade do alimento agroecológico.

A Rede ECOVIDA fundamenta-se na articulação entre produção, assistência técnica, formação e comercialização e agrega 200 grupos de agricultores (cerca de 2.000 produtores agroecológicos), articulados em 21 núcleos regionais espalhados em 170 municípios dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde existem mais de 100 feiras livres e outras formas de comercialização (venda direta ao consumidor no sistema porta-a-porta, pontos comerciais).

Como os produtos agroecológicos carecem de certificação e esta regulação é muito cara, as entidades que participam da Rede ECOVIDA disponibilizam técnicos que assumem o processo de “certificação solidária”, que barateia o alto custo da certificação exercido por empresas privadas e outras ONGs, disponibilizando um selo específico aos produtores integrados à Rede.

Além disso, propostas como a Agroecologia podem representar a organização de sistemas produtivos que protejam o meio ambiente e contribuam efetivamente para a equalização das questões sociais não solucionadas pelo Agronegócio, entre os quais a pobreza no meio rural e a fome. Em outras palavras, há

[...] a necessidade urgente de combater a pobreza rural, conservar e regenerar a base de recursos deteriorada de pequenas unidades agrícolas requer a busca ativa de novos tipos de pesquisa agrícola e estratégias de manejo de recursos. Há muito tempo, as ONGs vêm argumentando que a estratégia de desenvolvimento agrícola sustentável deve estar baseada em princípios agroecológicos e numa abordagem mais participativa, em relação ao desenvolvimento e à difusão de tecnologia. O foco da atenção nos vínculos entre agricultura e manejo de recursos vai auxiliar muito na solução de problemas relativos à pobreza, à insegurança alimentar e à degradação ambiental. (WEID e ALTIERI, 2002, p. 232. Grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Negando o atual sistema produtivo, a Agroecologia situa-se como um novo segmento produtivo que coloca lado a lado produtores rurais, pesquisadores e extensionistas e, sobretudo, consumidores, todos com o firme propósito de construir uma agricultura mais justa, ecologicamente correta, sustentável, que respeite o meio ambiente, que respeite e valorize o trabalho humano, que seja saudável e que valorize o conhecimento local, o comércio como relação humana, preservando a vida e a interação social.

A Agroecologia incorpora os conhecimentos populares tradicionais e os conhecimentos científicos. Também valoriza as técnicas e as formas de produção preconizadas pelos demais segmentos das agriculturas alternativas (Agricultura Orgânica, Agricultura Ecológica, Permacultura, etc), porém, diferentemente destas, vai contra os mecanismos de exclusão e "reforço do mesmo" presentes no mercado de orgânicos, que valoriza a produção de "mercadorias orgânicas" direcionados a consumidores de alto poder aquisitivo e nichos de mercado, ao invés de alimentos saudáveis e baratos direcionados ao mercado de massas.

Neste sentido, a Agroecologia é a valorização da produção sustentável, uma aposta em defesa da vida e da promoção de um novo padrão de desenvolvimento rural.

BIBLIOGRAFIA

- ALTIERI, M. **Agroecologia – A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. NICHOLLS, C. I. **Agroecologia: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental ° 4. PNUMA/Orplac: México, 2000.
- AMIN, S. A crise do capitalismo e a vitimização camponesa. *In* VIA CAMPESINA BRASIL. **A situação internacional da agricultura**. São Paulo: Via Campesina, 2004.
- ASSAD, M. L. L; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade. Contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, São Paulo, v. 1, n.294, p. 15-30, abr. 2004.
- BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e**

perspectivas. Curitiba: mimeo, 2002. 21 pág.

CANUTO, J. C. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. *In: O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.* UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). Ilhéus: Editus, 2004.

CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2004.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA, 2006.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil.** 1998. 422 p. Tesis (Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia). Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba (España), 1998.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura.** São Paulo: Edusp, 2003.

EMBRAPA. **Marco referencial em Agroecologia.** Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2006.

FUKUOKA, M. **Agricultura Natural.** São Paulo: Nobel, 1978.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?. *In* ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.**

Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997, p. 106 - 127.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília, vol. 14, n.3, p. 411-446, set-dez. 1997.

GUIVANT, J. S. A Agricultura Sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. *In:* VIOLA, Eduardo J. (et all). **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. 99 - 133.

INDRIO, F. **Agricultura Biológica.** São Paulo: Europa-América, 1980.

- KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- KOEPF, H. H.; PETERSSON, B. D.; SCHAUMANN, W. **Agricultura Biodinâmica**. São Paulo: Nobel, 1983.
- MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Piaget, 1997.
- MAZOYER, M. **Defendiendo al campesinado en un contexto de globalización**. Roma: FAO, 2001.
- MENESES, F. Sustentabilidade alimentar: uma nova bandeira? *In*: FERREIRA, Â. D. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. P. 249 - 270.
- MOREIRA, R. M. **Transição Agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP-Brasil**. 2003. 139 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- MOREIRA, R. M. SIMÕES DO CARMO, M. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agricultura**, São Paulo, v. 51, n.2, p. 37-67, jul/dez, 2004.
- NORDER, L. A. C. Questão Agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.01, n.01, p.107-120, set, 2006.
- ORMOND, J. G. P. LIMA DE PAULA, S. R; FAVERET FILHO, P. MARIA DA ROCHA, L. T. Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro. **Revista BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n.15, p.03-34, mar., 2002.
- PAULUS, G. **Do Padrão Moderno à Agricultura Alternativa: possibilidades de transição**. 1999. 153 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- PINHEIRO, G. S. R. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. 2004. 122 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Site institucional. Disponível em: <www.ecovida.org.br>. Acesso em: maio 2008.
- SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la Soberanía Alimentaria.** Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. ALONSO MIELGO, E. **Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores.** Sevilla: Dirección General de Investigación Agraria, 2005.

TEDESCO, J. C. A produção, a comercialização e a possível industrialização de produtos no mercado agroecológico. *In:* TEDESCO, João Carlos. (Org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar. Velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo - Pós anos 90.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2006.

WEID, J-M. von der; ALTIERI, Miguel. Perspectivas do manejo de recursos naturais com base agroecológica para agricultores de baixa renda no século XXI. *In:* LIMA, D. M. de A; WILKINSON, J. (orgs). **Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 229 - 248.

O CONFLITO CAPITAL X TRABALHO NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: REFLEXÕES A PARTIR DA LUTA PELA MORADIA*

Fernanda Keiko Ikuta**

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais urbanos, no Brasil – e entre eles os movimentos de luta pela moradia da metrópole de São Paulo –, têm enfrentado grandes desafios: o aumento da precariedade estrutural e a criação de novas precariedades, na vida e no trabalho; a debilidade e a falta de perspectiva de classe, que fragmenta as lutas; o ambiente contra-insurgente, que passa a mensagem de que “não há alternativa” à ordem posta e que a única saída é o consenso em torno da cidade do pensamento único, da “cidade-global”; a intensificação da expulsão e a coerção arbitrária dos sem teto e outros “indesejados sociais”, combinadas a ações de repressão e controle sutil, via estigmatização midiática ou enquadramento em políticas públicas compensatórias.

No entanto, a escassez de estudos na Geografia, na década atual¹, que dêem “voz” aos movimentos de moradia, denuncia a menor preocupação com as tendências e as perspectivas dessas lutas. Um desinteresse que talvez resulte da idéia

* O presente texto apresenta parte das reflexões tratada em nossa tese de doutorado intitulada “Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho”. A tese foi desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior e com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A versão completa encontra-se disponível em: www4.fct.unesp.br/ceget.

** Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). E-mail: ferikuta@gmail.com.

¹ Porque, se nos anos 1980, os movimentos urbanos, entre os quais os movimentos de luta pela moradia, viviam um auge que irá repercutir em um grande interesse pelos “novos personagens que entram em cena”, durante a década de 1990, na virada do milênio, esses movimentos dedicados a reivindicar o direito de moradia deixam de fazer parte das grandes preocupações da Geografia.

de que esses movimentos estejam fadados ao fracasso: seja pela crença num determinismo histórico, que os aparta de um protagonismo significativo (os sem teto não são os sujeitos detentores da missão histórica de emancipação da humanidade e, portanto, são incapazes de se enfrentar com os poderes efetivamente hegemônicos, hoje em dia), seja pela crença de que “não há alternativa” ao iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo.

Diante do convencimento generalizado sobre a inexorabilidade do neoliberalismo e suas conseqüências, assistimos ao domínio de um pragmatismo respaldado por um crescente número de pesquisas acadêmicas voltadas para a proposição/análise de programas sociais destinados aos excluídos da cidade, que são também os excluídos do mercado de trabalho. Ao invés da elaboração da crítica e da busca de alternativas que transformem radicalmente o capitalismo, ficamos cativos do projeto neoliberal de produção de técnicas de gestão da pobreza.

Esse é o “incômodo” que aparece no início da pesquisa (imaginamos que a pesquisa sempre se alimenta de algum “incômodo”). Uma realidade marcada pela(s) violência(s) (não só física(s), mas também ligada(s) à segregação, expropriação etc.) que o trabalhador sem teto sofre e um conjunto de estudos que as minimiza, as desconsidera ou tenta resolvê-las por meio de medidas paliativas.

Nesse sentido, o estudo da luta pela moradia, na metrópole de São Paulo, que apresentamos no nosso trabalho e que sintetizamos no presente texto, permitiu-nos avançar em três questões que consideramos essenciais: apreender quais as conseqüências do neoliberalismo e do atual contexto de domesticação das alternativas e do campo de conflitos para os trabalhadores organizados na luta pela moradia; conhecer quais os atuais mecanismos do capitalismo na elaboração e implementação de políticas públicas e na construção de modelos de planejamento urbano que sirvam para reiterar sua hegemonia; e analisar até que ponto a luta pela moradia, na atualidade, poderia representar uma das frentes de oposição ao desenvolvimento desigual do capitalismo.

Nosso ponto de partida para a compreensão desses desdobramentos da luta pela moradia se centra no conflito capital x trabalho, o que significa entender que a luta pela moradia compõe a luta de classes, ao expressar disputas entre territórios e práxis do capital e do trabalho. A partir desses pressupostos e utilizando a categoria práxis, para examinar a luta pela moradia, tomamos o caminho para desvelar o

mundo fetichizado que envolve essa luta, as reiterações da ordem estabelecida (a práxis que reitera o instituído) que acontecem na mesma e, dialeticamente, as potencialidades de superação dessa ordem, via práxis criativa/revolucionária (o instituinte).

A luta pela moradia pode ser “lida” com os óculos de quem se propõe enxergar a necessidade e as possibilidades do instituinte, da alternativa, da superação da sociedade que está posta. A luta pela moradia também tem a contribuir para nos fazer reimaginar o urbano, portanto, desafiar-nos a reimaginar a sociedade e nos colocar, “tanto [a] enfrentar o utopismo oculto como ressuscitá-lo a fim de agir como arquitetos de nosso próprio destino em vez de como ‘impotentes marionetes’ dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos”, conforme nos convida David Harvey (2006, p. 211).

Assim, a redação da nossa tese tem um “desenho” que se pauta no entendimento desse pressuposto fundamental: analisar a luta pela moradia por meio do conflito capital x trabalho visto à luz da práxis. Mas que significa essa perspectiva que prioriza a práxis? Guiar-se pela práxis “como categoria filosófica central do marxismo”, segundo Sánchez Vázquez (2003, p. 525-528), pressupõe fazer a **crítica ao instituído** (no caso do capitalismo²). Essa crítica da realidade existente nos remete à busca de uma alternativa social, ou seja, como afirma o autor, a construção de um **projeto de emancipação** (o socialismo). A realização desse projeto exige o **conhecimento da realidade** que se quer transformar. O conhecimento da realidade não garante por si mesmo a realização do projeto, porém esta não pode prescindir dele.

Conhecimento da realidade, crítica ao instituído e construção de um projeto de emancipação: esses são os elementos que compõem a “argamassa” do nosso trabalho. Nesse sentido, dentro das possibilidades de um texto que apenas sintetiza toda uma tese, em cada item a seguir, focamos um dos elementos centrais (tentando não isolá-lo, mas buscando priorizar as principais dinâmicas que o caracterizam) que

² A elaboração da crítica do capitalismo, para Sánchez Vázquez, significa “manter viva a crítica ao capitalismo enquanto um sistema injusto que não pode resolver as contradições estruturais que suas injustiças geram (desemprego, miséria, mercantilização crescente, destruição da natureza e, sobretudo, o que se denunciava nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 de Marx: a transformação do homem em meio, instrumento ou mercadoria)” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 527).

compõem a “realidade” a ser conhecida/desvelada: trabalho, capital, luta pela moradia e Estado. Ao mesmo tempo, procuramos apresentar as contradições internas de cada um deles, para a realização da crítica à ordem dada, instituída. A cada processo examinado desde a perspectiva do desvendamento de suas contradições supõe um passo para o reconhecimento da necessidade e da possibilidade de alteração ou destruição dessa ordem, no caso, a sociedade do capital. Uma emancipação que assume sentido na análise e na crítica, mas que transborda os limites deste trabalho, num processo que envolve consciência, vontade e ação (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 528) dos sujeitos envolvidos na luta pela moradia (mas não só deles).

2 TRABALHADORES SEM TETO NA METRÓPOLE PAULISTA

O objetivo do presente item é analisar a situação dos trabalhadores organizados na luta pela moradia, tratando de apreender algumas das reconfigurações territoriais do trabalho na metrópole. Perguntamo-nos sobre quais as conseqüências da intensificação da precarização do trabalho e da vida na luta pela moradia na São Paulo hoje.

Quem são os sem teto organizados nos movimentos sociais de São Paulo? São homens e mulheres com um passado marcado pela migração; com uma trajetória de sucessão de habitações precárias; de encortçamento; de situação de rua; de carências a serviços essenciais; com desrespeito a direitos fundamentais; sofrendo uma constante ameaça às suas vidas com seus barracos localizados em encostas sujeitas a deslizamentos, ou em planícies sujeitas a inundações, com a proximidade a depósitos de lixo tóxico e a violência das guerras de gangues, do tráfico e do despejo. Homens e mulheres que junto a isso, também tiveram um percurso marcado por atividades ocupacionais menos remuneradas, sem vínculo empregatício ou qualquer direito trabalhista, que hoje vivenciam o desemprego estrutural, o aumento da instabilidade no emprego, jovens que nunca ingressaram no mercado de trabalho e sem perspectivas de ingresso. Esses trabalhadores sem teto permanecem sendo constantemente submetidos a processos de des-re-territorialização, de precarização no morar e em todas as condições de existência.

O novo proletariado urbano, composto por uma imensa massa de mão-de-

obra excedente sem perspectiva de ser (re)incorporada ao mercado de trabalho formal, ou mesmo exilada no mundo informal está, em sua grande maioria, armazenado em barracos. O que ocorre em São Paulo faz parte da extensão do fenômeno apontado por Mike Davis (2006) em sua obra “Planeta favela”: os sem-teto de hoje precisam apostar a vida em um jogo de azar contra desastres inevitáveis em encostas precárias, planícies sujeitas a inundações ou terrenos próximos a depósitos de lixo tóxico. Além disso, também vivem sob ameaças constantes das guerras de gangues, do tráfico, do despejo.

É conhecida a extensa e precária realidade nas favelas paulistanas. Em 1973, apenas 1,1% da população moravam nas favelas do município de São Paulo, mas em 2000 a população favelada, 1,2 milhão de habitantes em favelas, já representava 11% da população municipal (SARAIVA; MARQUES, 2005, p. 146). As estatísticas ainda apontam a existência de cerca de 1,2 milhão de pessoas que vivem em 2.018 favelas na capital³. Saraiva e Marques (2005) fazem um mapeamento da dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo e apontam que “as favelas são hoje uma alternativa mais utilizada pelos habitantes da cidade do que há dez anos” e constata que “a situação nas favelas de São Paulo não piorou ao longo da década”, mas afirmam também que essa melhora “não significa uma diminuição da segregação socioespacial, que pode existir e mesmo aumentar em situações de plena universalização dos serviços públicos e de crescimento da renda” (p. 164). Os pesquisadores também que as favelas “em sua maioria estão localizadas em áreas *non edificante*, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos de cursos d’água [...] [e que] são normalmente locais com deficiência dos serviços de infra-estrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos” (SARAIVA; MARQUES, 2005, p. 143). E a aposta da vida desses sem trabalho e sem teto em um jogo de azar contra os desastres nos loteamentos localizados em área de proteção ambiental e áreas de risco tem as seguintes cifras: 522 áreas com 27.500 domicílios⁴.

³ Levantamento das favelas do Município de São Paulo, desenvolvido pelo Centro de Estudo da Metrópole – CEM, em fevereiro de 2003, em parceria com a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo. Cf. <http://www.centrodametropole.org.br/base_cart.html>.

⁴ Cf. documento elaborado pelos movimentos sociais e outras entidades reunidas no Fórum

Maricato (2005, p. 3) aponta que “a retenção de terras e imóveis edificados urbanos vazios é um dos motivos da carência habitacional e dos preços inacessíveis” e “esses imóveis se concentram nas áreas mais centrais e, portanto, mais servidas de completa infra-estrutura e oferta de serviços seguindo tendências internacionais”. “Estudos do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) [...] mostram que morar em áreas com mais infra-estrutura, como é o centro, aumenta o acesso da população de menor renda a serviços públicos e a oportunidades de emprego” (FÓRUM Centro Vivo, 2006, p. 108).

A segregação territorial do acesso dos pobres aos serviços públicos é o grande gargalo dessa questão: pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole ajuda a compreender melhor os fatores que influenciam o acesso dos pobres aos serviços públicos em São Paulo nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura e transferência de renda. A pesquisa na cidade de São Paulo “concluiu que a maioria dos serviços essenciais está disponível para a população pobre da cidade”, mas revela também que é na dimensão territorial que ocorre a segregação “as dificuldades de acesso e as diferenças de qualidade do serviço em função do local de moradia. Em quase todos os casos existe queda de qualidade ou maior dificuldade de acesso quando a distância em relação ao centro aumenta, especialmente em áreas de favela” (STAM, 2006, p.1).

Só no centro de São Paulo há 40 mil imóveis vazios; o total de domicílios vagos da cidade (254 mil) é maior do que a estimativa de déficit habitacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000) que é de 203,4 mil unidades⁵.

Centro Vivo: FÓRUM Centro Vivo. Dossiê violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas (2005-2006). São Paulo, 2006.

Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

⁵ Segundo informações da Folha Online, “o déficit habitacional brasileiro atingiu 7,964 milhões de residências em 2006, segundo estudo realizado pela FGV (Fundação Getulio Vargas), com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O estudo aponta que o déficit relativo (número de casas existentes dividido pelo de casas necessárias para suprir a demanda) atingiu 14,6% --um recuo de 0,3 ponto percentual sobre 2005. Em termos absolutos, os Estados com os maiores déficits são São Paulo (1,517 milhão), Rio de Janeiro (752 mil) e Minas Gerais (632 mil). Em termos relativos, os maiores déficits estão no Maranhão (38,1%), Amazonas (33,7%) e Pará (33,5%). Os menores déficits relativos estão em Santa Catarina (8,8%), Paraná (8,9%) e Espírito Santo (9,8%). O estudo ainda mostra que, do total do déficit, 59% referem-se a domicílios considerados ‘subnormais’, sendo que São Paulo e

A relação do déficit com os rendimentos também é aspecto a ser considerado. 84% do déficit habitacional no Brasil diz respeito à famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos. Na cidade de São Paulo, das habitações precárias em que há coabitação familiar (segundo o IBGE, famílias conviventes + cômodos alugados), 45,2% ganham de 0 a 2 salários mínimos, 34,4% de 2 a 5, e 18,6% mais de 5 salários mínimos (AMORIM, 2006).

Essa parcela de trabalhadores precários, entre outras precariedades sujeitos a uma trajetória de permanente sucessão ocupacional, ou mesmo sem perspectiva de ser (re)incorporada ao mercado de trabalho vivem ao mesmo tempo uma trajetória de sucessão de habitações precárias, de despejo de casas alugadas, de encortiçamento, de situação de rua. Segundo estimativa de 1997 da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo há cerca de 600 mil moradores de cortiço (as habitações coletivas multifamiliares precárias). “No primeiro Censo, realizado em 2000, foram identificados 8.088 moradores de rua em São Paulo. Destes, 4.395 foram encontrados nos logradouros da cidade e 3.693 encontravam-se nos albergues. No segundo Censo, em 2003, foram contadas 10.399 pessoas em situação de rua em 29 Distritos Municipais da cidade de São Paulo, sendo que 6.186 em albergues e 4.213 nas ruas” (FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas, 2007).

Esses trabalhadores sem teto vivem uma total instabilidade no trabalho e na moradia. O salário é tão baixo que não permite que o trabalhador e sua família morem e comam, ele precisa chegar ao absurdo de optar por uma das coisas! Uma de nossas entrevistadas do Movimento dos Sem Teto do Centro testemunha sua vivência com o despejo: “sempre salário mínimo [...] aí ou você pagava aluguel ou você comprava comida”.

Essa realidade nos demonstra como renda, trabalho e moradia, na verdade o conjunto das condições de existência desses trabalhadores se articula. Uma articulação profunda, estrutural, mas que não consegue estar expressa facilmente nas

Rio são os Estados que reúnem a maior parte das habitações nessa categoria. O IBGE considera subnormal o ‘conjunto constituído por um mínimo de 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno alheio, disposto, em geral, de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais’. O número de domicílios desse tipo no país hoje é de 1,972 milhão” (SALLES, 2007, p. 1).

lutas, cada vez mais fragmentadas, diluídas em reivindicações atomizadas, dos sem teto, dos sem trabalho.

A raiz dessa fragmentação da práxis dos movimentos sociais pode ser entendida pela metáfora da histórica separação entre o *caracol* e sua *concha*. A metáfora é inspirada nas questões levantadas por Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã* (2007). Marx e Engels discutem a instauração do trabalho assalariado pelo capital e a promoção da despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida; a separação e alienação dos meios de produção que vigem desde os primórdios da produção capitalista. Os argumentos de construção da metáfora enraizam-se nessa idéia da separação e alienação do trabalho e seus meios de produção: a separação entre o *caracol* e sua *concha*. Separação que oculta o conflito inerente ao modo de produção capitalista (o conflito capital x trabalho), amenizando as contradições sociais por meio da *fetichização* que transporta este conflito para a esfera do mercado. Esta separação (alienação) irá colaborar para fragmentar a práxis dos trabalhadores, ou mais propriamente, dicotomizar o viver e o trabalhar, os momentos sociais da produção e os da reprodução. O velamento do conflito capital x trabalho, por meio do processo de alienação e estranhamento, cerceia a formação da consciência de classe desde os primórdios da produção capitalista, porém as mudanças no capitalismo atual acentuam o constrangimento de uma subjetividade autêntica do ser social (ANTUNES, 2000, p. 131).

Antes de pontuarmos o contexto do capitalismo atual e seus efeitos na fragmentação da práxis social, cabe ainda terminar de expor o panorama da situação enfrentada pelos sem teto na metrópole paulista no que respeita especificamente às intervenções urbanas levadas a cabo pelo governo municipal.

Nos últimos anos, sobretudo na atual gestão, iniciada pelo prefeito José Serra (2005 - 2006) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e hoje nas mãos do prefeito Gilberto Kassab (a partir de 2006) do Democratas (DEM), que até março de 2007 era o Partido da Frente Liberal (PFL), é possível verificar uma política de expulsão dos trabalhadores que moram no centro de São Paulo. Essas intervenções urbanas realizadas com parcerias público-privadas que buscam reconverter os espaços antes pertencentes à classe trabalhadora (os cortiços e a camelotagem no centro sempre foram uma “alternativa” de trabalho e moradia), têm desterritorializado os trabalhadores pobres do centro através de:

a) reintegrações de posse de prédios ocupados por integrantes dos movimentos de sem-teto (tratados como “caso de polícia” e, portanto, muitas vezes submetendo os moradores à violência policial). Os movimentos ocupam imóveis vazios, em geral, são imóveis com problemas judiciais, cujos proprietários (latifundiários urbanos) estão irregulares, por exemplo, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), enfim, como advertem alguns, são imóveis que não estão cumprindo com a sua *função social*;

b) intensificação da fiscalização contra comerciantes informais, os camelôs (também criminalizados);

c) tentativa de deslocar forçadamente os catadores de lixo para fora do centro⁶;

d) desapropriação de imóveis na área conhecida como Cracolândia e concessão de incentivos fiscais às empresas que lá se instalam (MATTOS, 2005).

Se de um lado o poder público, em consonância com o capital imobiliário e financeiro, tenta desterritorializar os trabalhadores do centro, esses últimos, por meio de iniciativas isoladas ou de movimentos de moradia, “têm realizado nos últimos anos, ocupações de imóveis abandonados por seus proprietários, [até que uma ordem judicial execute o despejo, no caso das iniciativas isoladas, ou] como forma de pressão [no caso das ocupações organizadas pelos movimentos sociais] por políticas públicas de habitação e pelo cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana (previstas em lei federal)” (FÓRUM Centro Vivo, 2006, p. 11).

Mas, qual é, então, o contexto enfrentado pelos trabalhadores sem teto? Quais são os elementos políticos, econômicos e sociais que desafiam a luta pela moradia hoje?

Estamos vivenciando um contexto econômico, social e político balizado pelas conseqüências da mundialização do capital, da disseminação das políticas ditas neoliberais que criaram uma conjuntura de indeterminação em que as linhas entre classe e representação, interesses e representação não estão claras e, portanto, a tendência é a do deslocamento e da domesticação do campo de conflitos organizado (OLIVEIRA; RIZEK, 2007).

⁶ Para conhecer mais de perto a problemática que envolve os catadores de materiais recicláveis, assim como o trabalho que vem sendo realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) cf. <www.movimentodoscadores.org.br>.

Na década de 1990 o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomenda aos países latino-americanos, e entre eles ao Brasil, a adesão incondicional das políticas de cunho neoliberal baseadas no Consenso de Washington: essa opção, iniciada por Fernando Collor de Mello e desenvolvida em sua plenitude por Fernando Henrique Cardoso, significou a “integração submissa [do Brasil] à economia globalizada, pela abertura econômica sem freios” (LESBAUPIN, 1999, p.9).

O cerne do ideário neoliberal é a soberania absoluta do mercado; a defesa do Estado mínimo como forma de incrementar a acumulação e o crescimento econômico; a crença na globalização; e o discurso da redução da pobreza num ambiente de mercado. Suas diretrizes são: crescimento econômico por meio de reformas estruturais, desregulação, liberalização, privatização (TAVARES, 2000; BATISTA, 2001).

Em síntese, “o Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas” (BATISTA, 2001, p. 24). E no que isso resulta?

Os resultados do neoliberalismo na América Latina, apesar dos esforços dos meios de comunicação em só mostrar os aspectos considerados positivos, não podem deixar de ser vistos como modestos, limitados que estão à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal. Miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social e graves problemas [...] (BATISTA, 2001, p. 24).

Mas os resultados não são apenas econômicos, o campo político é bruscamente afetado. Há uma tentativa de esvaziamento do conflito. As coalizões que a política eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula fez para vencer, aliando-se com vários partidos de esquerda, mas também com o Partido Liberal (PL), foram excessivas concessões durante o seu primeiro mandato e que não deixaram de existir nesse segundo. Essas concessões nos permite constatar, junto com Ricardo Antunes (2005a), que “os elementos de *continuidade* suplantaram em muito os traços de *descontinuidade*, abafando as possibilidades de ruptura”.

Assim, após a fase de *desertificação neoliberal no Brasil*, na designação de Antunes (2005a), o momento atual é de indeterminação: “[...] A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço [...]. As relações são difusas e indeterminadas” (OLIVEIRA, 2007b, p. 38).

É inegável que a realização dos imperativos do capitalismo atual, isto é, deste

contexto econômico, social e político balizado pelas conseqüências da mundialização do capital e da disseminação das políticas neoliberais descrito acima, tem sua vertente urbana que “configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades” (SÁNCHEZ, 2001, p. 32). Segundo Fernanda Sánchez (2001, p. 33), busca-se difundir um “novo modelo de gestão urbana”, uma estratégia global baseada numa nova dinâmica para a reprodução do capitalismo que é a construção da cidade-mercadoria. No item a seguir iremos abordar as repercussões da globalização capitalista neoliberal no urbano e, ao mesmo tempo, demonstrar que diferentes projetos urbanos, sempre dentro do âmbito do capital, estão em disputa hoje.

Se nos concentramos nas conseqüências para os trabalhadores pobres sem teto da tentativa de construção da cidade-mercadoria, dentro deste projeto de inserção global (“inserção competitiva da cidade”), vemos que este projeto se realiza com a seleção de fragmentos das cidades como “canteiros midiáticos” que são “espaços reconfigurados social, econômica e culturalmente, representando, para muitos, a destruição de seus próprios modos, divergentes, de viver o urbano” (SÁNCHEZ, 2001, p. 46). Esses espaços renovados passam por “processos de rápida valorização” que provocam “o súbito encarecimento da moradia” e, portanto, expulsam as populações pobres dessas áreas. A venda desses espaços renovados como espaços “seguros” que restabeleceram “a ordem, a civilidade” contribuem para esse processo que representa uma verdadeira “revanche contra trabalhadores precarizados, imigrantes, sem-teto’ que ameaçam o projeto modernizador” (SMITH, 1996 apud SÁNCHEZ, 2001, p. 46). Isto é, a produção do espaço capitalista só ocorre criando (e, no caso, aprofundando) espaços desiguais.

Nesse sentido, as redefinições políticas e econômicas se efetivam territorialmente, elas não ocorrem sem que hajam reconfigurações territoriais. No que respeita a particular situação do trabalhador urbano, a desertificação neoliberal desencadeou a flexibilização do trabalho, ou seja, a precarização, e a informalização do trabalho, provocando remanejamentos e mudanças de habilitações laborais. As experiências dos trabalhadores de São Paulo entrevistados demonstram que o trabalhador muda de profissão, de categoria sindical; se desterritorializa das plantas fabris para os serviços, para a informalidade, para as atividades domésticas ou para o

desemprego. Com o aumento da precarização e com a repercussão dos movimentos do capital na valorização do espaço urbano, o trabalhador enquanto morador ou sem teto, também passa a se sujeitar a um número maior de reconfigurações territoriais urbanas: favelização, expulsão de áreas ocupadas, precarização das condições de vida urbana.

Enfim, há todo um movimento territorial, sobretudo de des-territorialização do trabalhador urbano paulistano, desencadeada pela re-territorialização do capital. Nossa compreensão é de que o “[...] padrão de racionalidade capitalista se estende para todo o tecido social, efetivando-se territorialmente, com especificidades [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.8).

Assim, as implicações da globalização capitalista neoliberal para os trabalhadores precarizados vêm por todos os lados e em todas as dimensões: elas são materiais (expulsão de suas áreas, aumento da miséria, das taxas de desemprego, da tensão e violência urbana, etc.), mas também são subjetivas (a unidade mundial da utopia do mercado fragmenta a sociabilidade dos trabalhadores). Essa fragmentação é reforçada com a opacidade política, com a indeterminação do momento, como apontamos acima.

A classe trabalhadora está mais heterogênea e complexa⁷, e com isso mais fragmentada e debilitada. Numa relação direta com este novo quadro, as desigualdades e as diferenças existentes na cidade de São Paulo aumentaram nos últimos anos, e a distribuição da pobreza e da riqueza na cidade é hoje muito mais descontínua, ou seja, “a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha” nos estudos urbanos dos anos 1980 que dualizavam centro-periferia e pobreza-riqueza ao descrever a distribuição destas no espaço urbano (TELLES, 2006a, p. 60 - 61).

Essas mutações reavivam as disputas territoriais. A própria reiteração do instituído exige uma constante remodelação territorial. Os processos de precarização/desterritorialização, tanto no trabalho como na vida, são intensos e de longa data (desde a chegada do migrante a São Paulo) e sempre renovam e até intensificam o processo de alienação e estranhamento do ser social, à medida que o trabalhador sem teto permanece na situação de alienado, estranhado e

⁷ Sobre o caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho hoje cf. Antunes (2005b). Thomaz Júnior (2006), num ensaio auto-crítico debate os limites da teoria e a plasticidade do trabalho no Brasil de hoje.

continuamente desterritorializado, reiterando o urbano instituído, ao mesmo tempo em que não deixa de lutar pela superação dessa situação. A luta pela moradia é a expressão do conflito permanente, a disputa territorial que exige reordenamentos territoriais.

3 PROJETO(S) URBANO(S) DO CAPITAL NA METRÓPOLE PAULISTA

A nova agenda do capitalismo também se reflete e produz uma nova agenda urbana. Todo o discurso sobre a “modernização globalizadora” da cidade elaborado hoje pelos consultores urbanos e pelo poder público da metrópole de São Paulo é também fruto do ideário construído no contexto das novas estratégias para a realização da acumulação. Hoje, ao tentar adequar-se ao mito das cidades globais (num contexto que amarga as conseqüências do neoliberalismo e da reestruturação produtiva da era da acumulação flexível implantadas aqui no Brasil, guardadas as devidas particularidades) nossa subsunção aos países centrais e a distância entre os que detêm o poder e os que a ele se subordinam aprofundam-se.

Nesse sentido, há interesses que apregoam a não existência de alternativa para São Paulo que não seja a produção de “vantagens comparativas” para que a cidade possa competir no mercado mundial de cidades. Mas, nessa disputa há os que defendem a necessidade de mitigar os efeitos perversos desta primeira opção (mais próxima aos ideais neoliberais), apontando como saída uma suposta humanização do capital e democratização do Estado para que se possa alcançar uma distribuição menos injusta da riqueza. Quais os rumos tomados pelos últimos governos municipais?

No esforço por identificar uma tendência, caracterizá-la e, com um fim didático, denominá-la, podemos afirmar que o capital hoje tem, por um lado, um projeto de modernização neoliberal-globalizadora para a cidade. Esse projeto se espelha no mito do crescimento nacional, sustentado na suposta capacidade de promover a modernização do país e o crescimento econômico. O mito da “cidade-global”, tal como o mito do crescimento nacional, “combina o atraso com o moderno e uma abissal diferença entre os patamares externos de renda”. Como Ferreira (2007, p. 219) nos explica, “sob uma matriz arcaica de sociedade aplicaram-se modelos de ‘modernização’ (exacerbar desequilíbrios socialmente internos)”.

Soma-se ainda neste projeto urbano, a difusão da gestão empresarial das cidades e um urbanismo baseado no *marketing*. Esses são os caminhos adotados para articular este projeto urbano e então, consolidar os *territórios do capital* e, nesse sentido, garantir o novo padrão de acumulação do capital.

É destacadamente na atual administração pública do governo José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira -PSDB)/Gilberto Kassab (2005-) (Democratas -DEM) que percebemos um fortalecimento desse ideário na práxis governamental, ainda que implementações de administrações anteriores também tenham apresentado alguns dos traços deste modelo urbano.

Esta tentativa de introduzir a cidade de São Paulo (na verdade, apenas uma parte dela) ao circuito global⁸, num processo de mimetização dos pólos de negócios dos países centrais (FIX, 2007, p. 161), é efetivada criando novas paisagens e novas territorialidades.

Grandiosos e luxuosos edifícios de escritórios, hotéis, cafés e restaurantes de “marca”, casas de espetáculo, *shopping’s centers* e centros culturais são alguns dos resultados paisagísticos da redefinição do urbano (o novo *monumentalismo* arquitetônico) de uma parte da cidade de São Paulo, realizado a partir da década de 1990. Há dois grandes eixos. Um deles se refere ao processo de “gentrificação”⁹ no

⁸ Há análises que apontam São Paulo como “metrópole global” e destacam sua posição na escala nacional como importante centro de articulação internacional: em São Paulo (que alguns autores consideram como “centro global periférico”), assim como no Rio de Janeiro (considerado como “centro global periférico de segunda ordem”) “são geradas e transitam as decisões financeiras mercadológicas e tecnológicas que moldam a economia nacional” (MOURA, 2004, p. 282). Ver também o texto de Glória da A. Alves (2005). Há ainda quem a mencione como *mega”cidade-global*”: “São Paulo é uma megacidade, participante das relações econômicas globalizadas, desempenhando funções de produção e serviços internacionais, em conexão com a vasta rede de cidades e regiões conectadas à economia global. É uma megametrópole dispersa, que possui fragmentos de cidades mundiais e globais, localizados principalmente no vetor centro-sudoeste. Fazem parte de uma rede urbana planetária, atravessada por fluxos informacionais do mercado financeiro e da rede mundializada de serviços e distribuição de mercadorias” (ROLNIK, 2003, p. 74-75)

⁹ O processo de “gentrificação” é bastante polêmico, cabe aqui apenas duas observações: 1) alguns autores apontam-no como um processo de “higienização social”; 2) no caso de São Paulo, Neil Smith (2005, p. 74) aponta que “o processo é espacialmente isolado e se encontra praticamente no início”, mas que, com todas as diferenciações, a partir dos anos oitenta, esse processo passou a atingir todo o planeta, como uma estratégia urbana global. Sobre a “gentrificação” e demais dinâmicas no Centro de São Paulo também nos pautamos nas diferentes abordagens de: D’arc (2006), Lemos (2005), Yáziği (2005). Para mais

Centro de São Paulo, e suas promessas são “a alta cultura, o *glamour* dos velhos tempos, uma cidade civilizada e democrática, pois é ‘acessível a todos’”¹⁰. O outro eixo privilegia a construção de novas centralidades na *marginal do rio Pinheiros*, que está se transformando em um grande eixo de negócios e consumo, onde “[se] promove novos arranha-céus, casas de *show* e bingos, um *sky-line* americanizado, com vias expressas e túneis (WISNIK et al., 2001, p. 21)¹¹. A maioria dos edifícios da marginal Pinheiros são “construídos como um investimento, para ser alugados” (FIX, 2007, p. 23).

Por outro lado, o governo municipal de São Paulo entre os anos 2001 e 2004, sob responsabilidade da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), pode ser entendido, segundo alguns autores, como um governo que deu mais ênfase a uma política social mais humana e mais justa, voltada aos pobres. Defende-se que neste governo foi criada uma nova geração de políticas sociais e do trabalho cuja estratégia seria alcançar o desenvolvimento com inclusão social (POCHMANN, 2002; GASPAR et al., 2006).

A estratégia de inclusão social, avaliada como um diferencial do governo Marta Suplicy, foi fundamentada por três grandes blocos programáticos de ações, integrados e articulados, direcionados para os excluídos (especialmente pobres e desempregados, no entendimento dos programas) (POCHMANN, 2002). A *descentralização* também fez parte do projeto de governo de Marta. A criação das *Subprefeituras* é tomada como um sistema de democratização do Estado. Desse

informações sobre o processo de “gentrificação” consultar: Smith (2001, 1996), Bidou-Zachariassen (2006), Martinez i Rigol (2005), Sánchez (2003) e Zukin (2000).

¹⁰ Neste eixo pode ser dado como exemplo a *Sala São Paulo*: “Sede da nova *Orquestra do Estado*, modernizada pelo maestro Neschling, a Sala São Paulo é atualmente o maior símbolo das novas intervenções em cultura na cidade. Rodeada por uma zona urbana degradada, a chamada ‘*cracolândia*’, a Sala São Paulo nasce como aparente sinal de civilização em meio à barbárie e pretende transformar todo seu entorno. Mais que isso, a Sala é anunciada como o ponto de inflexão de uma ‘grande virada’ na área central: desencadeando, juntamente com outros investimentos culturais, um ‘efeito dominó’ de revalorização e retomada dos negócios imobiliários” (WISNIK et al., 2001, p. 1).

¹¹ Os empreendimentos mais emblemáticos entre os anos 1977 e 2003 são: “a) o Centro Empresarial São Paulo (Cenesp) e a chamada ‘*Bratkelândia*’, na avenida Berrini; b) o São Paulo Office Park, o Centro de Administração Philips (PSS), o World Trade Center e o Birmann 21; c) o Centro Empresarial Nações Unidas (Cenu) e o Birmann 29; d) o Birmann 31” (FIX, 2007, p. 32).

projeto de *descentralização* destacamos a *participação* que era considerada como um elemento fundamental para a implantação de uma “gestão democrática da cidade”. Ou seja, considerava-se que o governo Marta estava iniciando uma abertura do poder público para a *participação* da denominada sociedade civil: era mais um diferencial de peso deste governo. Em última instância, o projeto do governo Marta que defende uma gestão democrática para a cidade se sustenta na idéia da humanização do mercado, já que ele, segundo essa perspectiva, é inexorável.

Estaríamos, então, diante de dois projetos antagônicos de cidade? A cidade-global x a cidade democrática? Na verdade, ao olhar para a materialização espacial desses projetos urbanos vemos que eles se complexificam, que os ideários se mesclam e esse antagonismo se dissipa.

Mais do que uma alternância de administrações que adotam um projeto “puro”, ou seja, administrações em que imperam ideais mais próximos aos neoliberais ou aos ideais da gestão democrática da cidade; diríamos que, desde o governo petista de Marta Suplicy, a gestão da cidade de São Paulo amalgama instrumentos, discursos e ações que têm como fundamentação ambos os projetos urbanos. Isto quer dizer que, há projetos diferenciados e em disputa, não obstante, o alicerce da gestão pública têm sido o mesmo: o estreito mundo do “possível” no âmbito do capital.

A gestão híbrida tem, ainda, o efeito de debilitar as múltiplas resistências que surgem como respostas a modelos que mantêm o *status quo* e não permitem realizar transformações sociais capazes de garantirem uma sociedade efetivamente mais justa. Esse hibridismo na gestão urbana também pode ser “lido” como retrato da indeterminação política de que fala Oliveira (2007b): uma práxis que reitera a ordem do capital disseminando a fragmentação e a contra-insurgência.

Os processos estudados nos permitem perceber que, nestes últimos anos, se intensifica uma produção do espaço urbano absolutamente desigual, concentradora e marcada por mecanismos que escamoteiam a ampliação das diferenças de classe. Enfim, remodelações urbanas que “limpam” as áreas centrais e criam novas centralidades para a auto-referencial valorização do mercado imobiliário, magnificando o duvidoso título de metrópole global, associadas à difusão de mecanismos de participação supostamente democrática, que, sob o canto de sereia da possibilidade do consenso, apenas legitima projetos marcados pela classe que os

impulsiona.

Mas há ainda as utopias dos trabalhadores que foram ex-lideranças sindicais, trabalhadoras que foram domésticas a vida inteira, trabalhadores da construção civil, jovens que nunca tiveram um emprego formal e nem um passado de militância política. São esses trabalhadores organizados nos movimentos sociais que, em meio à fragmentação, à cooptação, aos diversos conflitos internos, à persistência da luta, revelam a existência de uma complexidade que ainda requer ganhar voz e que cumpra o papel de nos colocar a reimaginar o urbano atual. Alguns movimentos sociais assumem iniciativas conflituosas e até de resistência, que podem se configurar como práxis de outros projetos urbanos, os projetos do trabalho para colocar-se contra os territórios do capital, ou seja, que se confrontem à lógica urbana/social em vigor. É essa possibilidade que será abordada a seguir.

4 LUTA PELA MORADIA E PROJETO URBANO DO TRABALHO

Os projetos urbanos do capital são contundentes, apoiados por uma rede de financiamentos, que envolvem várias instituições de escalas diferentes, e estão ancorados em um Estado que oferece amplas vantagens para a proliferação de projetos que estimulam a modernização globalizadora da cidade. No entanto, ainda que de forma limitada e com sérias contradições internas, os trabalhadores empenhados na luta pela moradia também pensam e agem à procura de uma cidade diferente. Eles propõem transformações na lógica excludente, que é a identidade da cidade, hoje.

Dentre os vários movimentos de moradia da região metropolitana de São Paulo, nosso estudo se centra em três deles: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); o Movimento de Moradia do Centro (MMC); e o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC)¹². Esses são movimentos que estão organizando e mobilizando um número crescente de trabalhadores sem teto e efetivando ações

¹² Nossa opção por trabalhar com esses movimentos foi guiada por três motivos: porque esses movimentos são representativos na luta pela moradia, com interessantes ações de luta; porque nosso contato com esses movimentos foi muito positivo e nos permitiu uma maior proximidade com os seus militantes, aliás, aspecto fundamental para a pesquisa de campo e a realização das entrevistas; e porque esses movimentos nos ajudaram a perceber diferentes formas de entender e realizar a luta.

com certo impacto no poder público e na mídia. Ações, pelas quais, se faz aumentar a visibilidade desses movimentos, justamente porque desafiam e inquietam a ordem posta:

- Com as ocupações, os movimentos desafiam a lógica perversa de uma propriedade privada fortemente excludente, entrando na disputa por territórios, muitas vezes territórios estratégicos para o poder, e pressionam o poder público com suas reivindicações. Podemos citar alguns exemplos: 1) a decisão do MTST de ocupar terrenos urbanos e construir acampamentos bem posicionados estrategicamente: em Guarulhos perto da rodovia Dutra que liga dois grandes centros econômicos da América Latina (Rio de Janeiro e São Paulo); na região do ABC, onde há uma concentração de trabalhadores fabris e um eixo de circulação de mercadorias da capital para o Porto de Santos e também para importação; na região do corredor oeste, que liga a capital ao interior e aos países do MERCOSUL, com a Rodovia Regis Bittencourt; 2) a ocupação de edifícios na região central da cidade de São Paulo, como, só para citar um exemplo de cada movimento, a ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado, situado na Rua do Carmo (esquina com a Rua das Flores), por 1.200 pessoas pertencentes à Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) da qual o MMC¹³ fazia parte então; e a ocupação de um prédio privado situado na Avenida Prestes Maia, nº 911, por 1.630 pessoas, 468 famílias do MSTC. Esses prédios ocupados estão localizados na região central, área onde o poder público municipal e os grandes empreendedores imobiliários têm outros projetos urbanos reservados à requalificação, à *gentrificação*;
- Com os atos de manifestação pública, os movimentos denunciam e dão visibilidade à situação de precariedade na moradia e em outras condições de existência dos sem teto, e muitas vezes também às situações de repressão estatal sofrida como a violência policial e despejo determinado por ações judiciais de reintegração de posse;

¹³ Sobre a ULC, que congregava vários grupos que reivindicavam moradia tanto na região central como fora dela, e o rompimento do MMC com essa, consultar: (VIÉGAS et al., 2007).

- Com a formação política, os movimentos avançam na possibilidade da construção de uma identidade coletiva entre seus militantes, na autonomia e no fortalecimento dos seus projetos políticos.

Através de um percurso pelos discursos¹⁴ dos militantes de diversos movimentos, pudemos observar, por exemplo, a relação estreita das precariedades do trabalhar e do viver. Passados marcados pela migração e pela diversidade de empregos, presentes caracterizados pela informalidade e desemprego, e futuros que sinalizam situações laborais incertas, elementos tais que se misturam com carências habitacionais, com falta de acesso a serviços essenciais e com desrespeito a direitos fundamentais.

A constatação da precariedade se soma à tentativa de superar essa situação injusta. Nesse sentido, nas falas dos envolvidos na luta pela moradia, encontramos argumentos a favor de ações que desafiam a excludente lógica mercantil dominante, colocando em questão os territórios do capital, através de diferentes táticas e estratégias: ocupação de terrenos e de edifícios; realização de manifestações públicas; formação política da base social do movimento, entre outras. Ocupar espaço, construir lugares¹⁵, buscar ir à contramão da lógica de valorização do capital. Neste sentido, é pertinente a reflexão encontrada em Trafal (2002, p. 106) de que quando se ocupam espaços se gera um tempo que se situa fora da valorização do capital, ou, da valorização capitalista.

¹⁴ O presente texto não nos permite reproduzir as entrevistas realizadas devido a extensão e a grande quantidade de falas levantadas, mas na tese, sobretudo no Capítulo 3, nosso objetivo maior é dar voz aos trabalhadores envolvidos na luta pela moradia, portanto, apresentamos várias falas dos militantes entrevistados no intuito de mergulhar nos discursos dos movimentos populares de moradia, atentos tanto para os aspectos objetivos da luta, ou seja, suas ações, suas práticas, como para os aspectos subjetivos da luta pela moradia, buscando levantar evidências de como a subjetividade dos trabalhadores sem teto é afetada, tanto em seu cotidiano, quanto na dimensão da luta. No texto da tese é possível, ainda, confrontar as diferenças entre os discursos dos diferentes movimentos estudados.

¹⁵ São exemplos, o acampamento Carlos Lamarca do MTST tem uma escola para a comunidade, que funciona como “reforço” escolar às crianças e alfabetiza jovens e adultos, além de oferecer aulas de inglês, ter um projeto para espanhol e uma articulação com o Círculo Bolivariano; está construindo uma biblioteca que também deverá funcionar como centro de informática; e mantém uma horta de produtos orgânicos. E a ocupação Prestes Maia do MSTC tem uma biblioteca e um grande espaço comum para atividades culturais e para a Escola Popular Prestes Maia.

O valor desse espaço/tempo é interno aos que estabeleceram outras regras do jogo inesperadas pelo poder. O espaço, neste caso, não é um ‘não-lugar’ nem um ‘espaço-público’ senão que é um espaço íntimo. O poder perdeu sua função cognitiva (ainda que seja por momentos, pois só se pode viver contra o poder de forma intermitente). Este espaçamento é um espaço “outro”. Não é um espaço que mudou de função (TRAFUL, 2002, p.106, tradução nossa).

Certamente, o projeto neoliberal e o projeto de “gestão democrática das cidades” apresentados no item anterior, têm a força de serem hegemônicos espaço-temporalmente numa dinâmica de constante re-territorialização do capital. Mas há também alguns movimentos sociais que, para além das fragmentações que engessa a grande maioria deles, parecem estar enfrentando o desafio da construção de uma práxis que pode, ao menos em alguns momentos/lugares fugir às regras, às imposições, à lógica hegemônica, isto é, manter vivo e evidente a existência do conflito, a luta de classes que o capital tanto busca escamotear. Se há iniciativas de luta capazes de manter-se no enfrentamento do Estado/capital, buscando lutar contra os “assédios” dos renovados mecanismos do capital para a cooptação/apropriação da práxis desses trabalhadores/moradores, então haverá a possibilidade de construção de práticas que se coloquem na conquista da apropriação de *lirações* do território do capital, ou a construção, ainda que momentânea, de espaços “outros”. Neste sentido, é preciso estar atentos e abertos para as iniciativas em construção que podem nos levar a reimaginar o urbano atual.

Todavia, ao mesmo tempo, podemos reconhecer igualmente as dificuldades, as limitações e até as contradições de discursos e práticas dos movimentos que reiteram a ordem vigente: clientelismo político; cooptações pelo poder público dos quadros dos movimentos; falta de identidade de classe; insuficiência na representação do capital e suas mediações como elemento fundamental no conflito etc.

Em um contexto no qual o capital se ocupa em produzir mecanismos que promovem a criação de dissidências e ocultam as já existentes, percebemos, através das falas dos militantes dos movimentos entrevistados, a complexidade e a assimetria em que o conflito capital x trabalho se apresenta, no âmbito da luta pela moradia.

4 QUAL É O “ESTADO” DA LUTA PELA MORADIA HOJE?

Qual a função que o Estado assume, nos últimos tempos, quando pensado como um interlocutor essencial do debate acerca das questões relacionadas aos problemas urbanos, em geral, e à falta de moradia que alguns grupos sofrem, em particular?

Com base nas entrevistas com gestores urbanos¹⁶, é possível verificar que, na atualidade, as possibilidades de mudança via intervenção do Estado, nessa área dos direitos sociais, são mínimas. Qualquer pequena conquista, qualquer política pública que beneficie um grupo desfavorecido ou o simples cumprimento das leis existentes são considerados avanços, em um Estado que, no Brasil, nunca se afirmou como Estado do bem-estar social, como possibilidade de formação política de um povo cujos direitos sempre foram escamoteados.

No entanto, o Estado mínimo para o social e o político e máximo para o mercado, que vem se configurando desde a onda neoliberal dos anos 1980, estabelece uma arena política de negociação com os movimentos que lutam pela moradia esvaziada de questões estruturais. Longe de um espírito republicano marcado pelo interesse comum e, menos ainda, de uma neutralidade sustentada na idéia de uma gestão puramente técnica e eficiente, o que pudemos perceber, ao longo da nossa pesquisa, é que a atuação do Estado atualmente se limita a contemporizar o círculo vicioso da expansão do mercado e da gestão dos problemas que isso produz, isto é, o círculo vicioso do incentivo subserviente ao desmedido afã de lucro privado e da administração dos riscos sociais que a expansão da pobreza cria.

Assim, de um lado, o Estado mínimo da falsa utopia neoliberal (OLIVEIRA, 2007a) é mínimo para o social e para a política e máximo para o mercado, para a economia. Do outro lado, a democratização do Estado (que também supõe a humanização do capital) proposta pela “gestão democrática da cidade” não se libera da racionalidade capitalista e tampouco é capaz de superar o iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo. Nesse sentido, nos parece muito

¹⁶ Diversos trechos dessas entrevistas estão reproduzidos e analisados no texto da tese, em especial no Capítulo 4.

apropriada a “leitura” apresentada pelo sociólogo Francisco de Oliveira (2003b) que discute o papel do Estado hoje no Brasil, e em particular do planejamento urbano, apontando a existência de um “estado de exceção”, um contexto de autonomização do mercado e de um Estado administrador da exceção.

A partir dessa perspectiva, quando olhamos para os problemas e para as políticas públicas urbanas, e especificamente, de moradia em São Paulo, essa cidade, assim como outras cidades, é o “lugar por excelência das exceções” e seu conjunto é “a administração da exceção”, segundo Oliveira (2003b, p. 11). Nesse sentido, a metrópole de São Paulo, seria a “metrópole-ornitorrinco”, expressão que intitula o texto dos arquitetos Mariana Fix e Pedro Arantes (2004), que levam para a metrópole paulista a comparação que Francisco de Oliveira (2003a) fez da sociedade brasileira a um ornitorrinco. “[O] Ornitorrinco é a exceção permanente, porque já não é singularidade” (OLIVEIRA, 2003b, p. 11). São Paulo é, dessa maneira, a metrópole que melhor expressa “as contradições do Brasil atual”, assinalam Fix e Arantes.

Fix e Arantes bem sintetizam os exemplos de Oliveira sobre a cidade como administração da exceção:

Num circuito infernal, favelas e barracos produzem mão de obra excedentária, salários rebaixados, promiscuidade perigosa, criminalidade produzida pela solidariedade e políticas de exceção: não mais uma política habitacional para superar os déficits, mas arremedos para ‘urbanizar favelas’ (FIX; ARANTES, 2004, p. 3).

A exceção tornou-se regra e a política agora não é mais que práticas de gestão da exceção:

[...] *as políticas chamadas de emprego e renda são a exceção do desemprego*, elas aprofundam o desemprego, ou o mantém, com o propósito de combatê-lo! *As políticas de mutirões para satisfazer a demanda por habitação são a cidade como exceção*, é a desmercantilização da força de trabalho sob a forma de trabalho virtual que prepara o enorme exército “informal” [...] para as portas dos estádios de futebol, ou os arredores dos formosos teatros, ou as bancárias e banqueiras ruas dos centros de nossas cidades (OLIVEIRA, 2003b, p.12, grifos nossos).

E “as empresas se assenhoram das políticas sociais, e a exceção do mercado se impõe como critério das políticas, porque precisa-se de eficiência e produtividade nas políticas sociais, e o resultado é maior exclusão”, explica Oliveira (2003b, p. 12). Esse é o esquema de privatização do público: empresas, ONGs e agências multilaterais assumem o comando das políticas públicas.

As exceções são infinitas e o planejamento urbano hoje é a cidade como exceção: “ele busca se compatibilizar com as piores tendências de concentração da renda e da sociabilidade indesejável quase obrigatória das classes que voltaram a ser chamadas de ‘perigosas’, como são conhecidas as que foram uma vez ‘laboriosas’” (OLIVEIRA, 2003b, p. 12).

A “cidade como exceção” é também uma “cidade blindada”¹⁷: é essa a “reação” das elites urbanas à desigualdade exacerbada, blindar-se contra os setores “perigosos”: “Os enclaves fortificados - condomínios, shoppings centers, parques temáticos, complexos *mixed-use* e todo tipo de espaços segregados por muros, guaritas, raios infra-vermelhos, cercas elétricas e milícias armadas - são manifestações urbanas de um processo de cisão social profunda entre os tradicionais dois Brasis que um dia se combinaram, mesmo que de forma desigual” (FIX; ARANTES, 2004, p. 4).

A imagem de uma minoria globalizada que se locomove em carros blindados e que habita, consome e trabalha em espaços fortificados como cofres não poderia deixar de ser a melhor metáfora da transformação pós-desenvolvimentista da elite nacional em classe rentista e financeirizada. Resta a ela a vã ilusão de que sobreviverá, encouraçada, à barbárie social que a cerca - aliás, a origem do verbo blindar, do alemão *blenden*, é “cegar”.

Os barracos das favelas paulistanas e a imensidão de casas autoconstruídas - nas encostas, beiras de córrego, margens de represas de abastecimento de água - são mais uma expressão concreta da nossa “evolução truncada”. O transitório que se tornou permanente deu-se pela troca dos tapumes pelos tijolos baianos, utilizados à exaustão nas nossas periferias. Figuração de uma situação que se pretendia passageira, uma precariedade temporária - até que as condições de vida melhorassem - são hoje a realidade da grande maioria da população. Fim de linha de uma sociedade “desigualitária sem remissão” (FIX; ARANTES, 2004, p. 4).

¹⁷ Uma clara expressão do “excesso de civilização” gerando a barbárie. Sobre a barbárie da civilização burguesa ver Menegat (2007).

Assim, o “Estado de exceção” na “metrópole-orntorrinco”, que é São Paulo, reitera a negatividade da sociedade (a sociedade do capital). Nesta sociedade “desigualitária sem remissão”: a ausência de horizonte, o fim da linha.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO: ARTICULAÇÕES, CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DA LUTA PELA MORADIA NA “METRÓPOLE-ORNITORRINCO”

O esvaziamento da política em geral e, em particular, no âmbito do Estado, reduz as possibilidades do confronto por mudanças estruturais. A forma em que a participação da “sociedade civil organizada” acontece, decidindo entre opções limitadas, variações formais com conteúdos reforçadores do discurso (e da prática) único(a), mostra a sutileza dos controles que o Estado coloca, os quais são amplamente favoráveis à reprodução “pacífica” do capital e participação democrática funcional ao autoritarismo do capital. Contudo, ao mesmo tempo, a abertura de espaços reduzidos de negociação, de defesa dos direitos, de garantia da satisfação de algumas necessidades mínimas, não nos colocaria na iminência de pensar que, mesmo nesse contexto desfavorável, as transformações profundas poderiam estar se gestando?

Coerentemente com o referencial teórico que assumimos, neste trabalho, nas lutas e resistências da demanda por moradia, onde trabalhadores múltiplamente expropriados mostram os limites do capital e do atual papel do Estado, a possibilidade de construção de uma práxis que não reafirme o já existente, mas de uma práxis que crie novas possibilidades, estaria sendo forjada. Como?

A reflexão se constrói tendo como ponto de partida o aprofundamento da negatividade do capital. Concretamente, isso se dá pela interlocução entre barbárie, Estado de exceção, era da indeterminação e utopia do livre-mercado, para então complementar-se com a ênfase da possibilidade, em um contexto ao mesmo tempo de necessidade e complexidade, recorrendo, neste caso, à reflexão em torno da práxis criativa, da emancipação e do instituinte.

A cidade, hoje, mais do que nunca, multiplica os desequilíbrios, afunila os

discursos no âmbito do que é possível, engendra um “monstruário” variado de desarranjos produzidos pela miopia de um utopismo do livre-mercado, que, na sua cobiça, renuncia a pensar o futuro (e a maioria).

As exceções, que Francisco de Oliveira aponta, são fruto da desregulação de um mercado que acredita na possibilidade de sua auto-regulação, no qual o urbano vira o palco principal desse drama histórico: um mercado de trabalho onde a regra da informalidade de hoje é a exceção de ontem; autonomização do mercado e funcionalidade do Estado como arrecadador, que disponibiliza o excedente para a iniciativa privada; políticas sociais que não pretendem mudar a distribuição de renda, apenas se convertem em “anti-políticas de funcionalização da pobreza” (OLIVEIRA, 2003b, p. 11).

A metrópole-ornitórrinco, São Paulo, para Mariana Fix e Pedro Arantes (FIX; ARANTES, 2004), aglutina essas exceções, representando a evolução truncada de um projeto que aumenta a distância entre as classes, numa sociedade “desigualitária sem remissão”, segundo a expressão que Fix e Arantes tomam do próprio Francisco de Oliveira. Uma sociedade, que, na grande urbe, longe de um horizonte de redução das desigualdades, alarga as dimensões obscuras da barbárie.

Diante do momento de indeterminação, de falta de política que atualmente predomina, da inexistência de espaços de negociação dos conflitos estruturais, de gerenciamento de uma pobreza que não se propõe seu fim, o que parece sobrar é uma barbárie “por excesso de civilização” (MENEGAT, 2007). Assim, a cidade, espaço privilegiado da civilização moderna (e do capitalismo), no seu crescimento e progresso, que leva combinadamente o descontrole social, político e ambiental, revela seu viés bárbaro, destruidor, excludente.

[...] o capital constrói uma paisagem geográfica à sua própria imagem, num dado momento do tempo, simplesmente para ter de destruí-la adiante a fim de acomodar sua própria dinâmica de interminável acumulação do capital, amplas mudanças tecnológicas e implacáveis formas de luta de classes. (HARVEY, 2006, p. 233).

Essa barbárie escancarada, produto do excesso civilizatório do capitalismo, ao mesmo tempo, obscurece os rastros de suas causas. A predominância do discurso do capital, discurso cada vez mais único, mostra-se como único sobrevivente das

lutas ideológicas, estágio último de uma história que chegou ao fim. Os efeitos catastróficos perdem, assim, qualquer vinculação com um sistema que supostamente oferece como recompensa o melhor dos mundos possíveis. E, dessa maneira, a barbárie, apagando suas pegadas, cegamente se fortalece.

Perder o sentido histórico faz esquecer que o capitalismo tem limites, que não existiu sempre e que, se seus impulsos destrutivos não acabam com o planeta, ele não terá vida eterna. Que o capitalismo é só um modo de organização social, o mais contraditório que se conhece, dentro de um universo de possibilidades. (CECEÑA, 2006, p. 37, tradução nossa).

As possibilidades... Mas quais são essas possibilidades, no momento atual de refluxo dos antagonismos, da dificuldade de consolidar propostas contra e para além do capital? E mais, quais são essas possibilidades, quando partimos da experiência dos movimentos de luta pela moradia, na metrópole de São Paulo?

Ao longo do nosso trabalho, o que encontramos, sobretudo, são os limites na construção de uma alternativa contundente à avassaladora fortaleza do capital. A rapidez com que o capital se sobrepõe às críticas recebidas, esterilizando-as e incorporando-as dentro de um movimento de mudança que não permite que nada mude, deixa os trabalhadores dos movimentos de luta pela moradia a reboque dessas articulações que o mesmo prestamente constrói. Política de urbanização de favelas, recuperação seletiva (e não universal) de prédios para moradia popular, na região central, promoção de mutirões de autoconstrução, programas como *Bolsa Aluguel* ou *Locação Social* são exemplos de uma atuação via Estado, que, esvaziado de política, concede dádivas aos mais “necessitados”, respeitando sempre as taxas de retorno de investimento da iniciativa privada. Não há transformações nesse horizonte de atuação tacanho, há mediação que preserva a acumulação do capital.

Diante desse panorama, escolhemos nos autores tomados como referência duas reflexões extremas. Por uma parte, o cinismo de Oliveira, no final do seu texto *O Estado e a exceção - ou o Estado de exceção?* (OLIVEIRA, 2003a, p. 13), que retoma satiricamente a mensagem, reiterada pelo capital, de que não há futuro na utopia:

Não há mais política: há tecnicidades e dispositivos foucaultianos que se

impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a “realidade” e em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiana já leva a cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações. Sejamos pragmáticos, já é tempo e já estamos na idade, ora bolas, de abandonar as utopias!

Por outra parte, a esperança na necessidade histórica da emancipação que Harvey expõe, no seu livro *Espaços de esperança*:

[...] Se as sementes da transformação revolucionária têm de ser encontradas no presente e se nenhuma sociedade pode dedicar-se a uma tarefa da reorganização radical para a qual não está nem um pouco preparada, essas contradições internas proporcionam matérias-primas para cultivar uma alternativa. (HARVEY, 2006, p. 253).

A partir da experiência dos movimentos de luta pela moradia, analisados neste trabalho, nenhuma dessas duas posições extremas seria um retrato fiel. A crítica que esses movimentos realizam do instituído e a possibilidade de gerar o instituinte se encontram em algum ponto intermediário entre o desalento de quem sofre derrota atrás de derrota e a expectativa de que o aprofundamento nas contradições tem que trazer uma mudança radical necessária, que leve à emancipação.

Nossa pesquisa retrata esse presente nebuloso, incompleto, limitado e contraditório de quem luta pela moradia hoje, em São Paulo. Esse relato, que vai alinhavando os desencontros e conflitos entre trabalho, capital, luta pela moradia e Estado, não pode acabar na receita fácil de negar a possibilidade ou ingenuamente afirmá-la. A construção de uma práxis criativa, que não reafirme o já existente, mostra-se como um trabalho árduo, na atual conjuntura e no futuro próximo. No entanto, no rasto de alguns autores trabalhados¹⁸ no decorrer da tese, podemos salientar que, das ações por nós examinadas, as que nos levam a pensar que a luta pela moradia em unificação orgânica com outros atores e lutas sociais podem avançar, na construção do instituinte, seriam as relacionadas a dois grandes eixos: mudar a forma de satisfazer as necessidades sociais, reduzindo as desigualdades e

¹⁸ Como Adolfo Sánchez Vázquez (2003), Carlos Vainer (2001), David Harvey (2006), Marildo Menegat (2007) ou Mike Davis (2006).

melhorando as condições de vida dos grupos sociais mais explorados, sem cair no cálculo egoísta da lógica capitalista; atuar contundentemente na fragilização dos mecanismos de controle das classes dominantes, como acesso a recursos públicos, eliminação do clientelismo, isenção nos seus deveres fiscais redistributivos etc.

Os avanços de uma classe são necessariamente retrocessos de outra. O conflito capital x trabalho não se resolve com um consenso onde todos ganham. E, na luta pela moradia, ao longo de nossa pesquisa, pudemos observar que, diante do abismo social criado pela lógica destrutiva do capital, apenas uma resposta contundente dos trabalhadores pode nos tirar do caminho de barbárie que hoje trilhamos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. da A. São Paulo: uma cidade global. *in* CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 137-149.

AMORIM, S. Serra enfrenta o maior protesto. **Jornal O Estado de São Paulo**, 28 jan. 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005a.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005b.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. **Consulta popular**, n.7, 2001.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

CECENÑA, A. E. Sujetizando el *objeto de estudio*, o de la subversión epistemológica como emancipación. *in* CECENÑA, A. E. (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 13-43.

D'ARC, H. R. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo. *in* BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 265-293.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade-global:** o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Anpur, 2007.

FIX, M. **São Paulo cidade global:** fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIX, M; ARANTES, P. São Paulo: metrópole-ornitorrinco. In: **Correio da Cidadania**, n. 383, 15 fev. 2004. Disponível em: <www2.correiocidadania.com.br/ed383/politica3.htm>. Acesso em: 22 jun. 2007.

FÓRUM Centro Vivo. **Dossiê violações dos direitos humanos no centro de São Paulo:** propostas e reivindicações para políticas públicas (2005-2006). São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisas identificam perfil dos moradores de rua de SP.** 15 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.fipe.com/web/index.asp>>. Acesso em: 7 jun. 2007.

GASPAR, R; AKERMAN, M; GARIBE, R. (orgs.). **Espaço urbano e inclusão social:** a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LEMO, A. I. G. *Gentrification* ou moradia social: estudo comparativo do consumo no Centro Antigo de São Paulo. *in* CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. p. 122-129.

LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação** – balanço do governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARTINEZ I RIGOL, Sergi. *A gentrification:* conceito e método. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. p. 98-121.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

- MATTOS, S. Centro de São Paulo: revitalização, especulação ou higienização. Patrimônio: **Revista eletrônica do Iphan**, out. 2005 <<http://www.revista.iphan.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2005.
- MENEGAT, M. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Revista Pegada**, v. 8, n. 2, dez. 2007, p. 27-50.
- MOURA, R. Metrôpoles em reestruturação: a lógica da desordem. *in* RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). **Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004, p. 269-288.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- OLIVEIRA, F. de. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção? *In*: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, mai. 2003b, p. 9-14.
- OLIVEIRA, F. de. O momento Lenin. *in* OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007a, p. 257-287.
- OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. *in* OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007b, p. 15 - 45.
- OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- POCHMANN, M. (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002.
- ROLNIK, R. **São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2003.
- SALLES, Y. Déficit habitacional fica em 8 milhões de residências em 2006, diz FGV. **Folha Online**, 23 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u347991.shtml>>. Acesso em: 26 de nov. 2007.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 16, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: abr. 2006.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia de la práxis**. Cidade do México: Siglo Veinteuno, 2003.

- SARAIVA, C; MARQUES, E. A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo. *in* MARQUES, E; TORRES, H (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 143-167.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. *in* MARQUES, E; TORRES, H (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 59-87.
- SMITH, N. Nuevo globalismo, nuevo urbanismo. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 38, 2001, p. 15 - 32.
- SMITH, N. **The new urban frontier**: gentrification and the revanchist city. Londres: Routledge, 1996.
- STAM, G. Estudo avalia acesso dos pobres aos serviços públicos na cidade de São Paulo. **DiverCIDADE**, Revista Eletrônica do Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo, n. 9, abr./mai./jun. 2006.
- TAVARES, L. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes/CLACSO/LPP, 2000.
- TELLES, V. da S. Debates: a cidade como questão. *in* TELLES, V. da S; CABANES, R (org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006a, p. 35 - 64.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho Mutante, Territórios em Disputa e Emancipação de Classe! Presidente Prudente, 2007. Presidente Prudente, **Revista Pegada**, v.8, n.1, 2007, p. 7 - 46.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, jun. 2006, p. 7 - 40.
- TRAFUL, M. Miradas extraviadas. Barcelona: s.n., 2002. Disponível em: <<http://www.sindominio.net/ofic2004/publicaciones/pn/pn.pdf.gz>>. Acesso em: 12 fev. 2005.
- VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.
- VIÉGAS, L. de S.; MORTADA, S. P.; TURAZZI, A. **Memórias de um movimento**

popular: vida e luta de militantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC). [S.l.: s.n.], 2007. No prelo.

WISNIK, G; FIX, M; LEITE, J. G. P; ANDRADE, J. P; ARANTES, P. Notas sobre a Sala São Paulo e a nova fronteira urbana da cultura. **Revista Pós**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2001, p. 1-25.

YÁZIGI, E. Funções culturais da metrópole: metodologia sobre a requalificação urbana do Centro de São Paulo. *in* CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.).

Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-97.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *in* ARANTES, A (org.). **O Espaço da diferença**. São Paulo: Papyrus Editora, 2000, p. 81-102.

A TERRITORIALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE A PARTIR DO PLANFOR (1996-2002)

Marcelo Dornelis Carvalhal¹

O artigo em apreço é parte de minha tese de doutorado em Geografia, defendida em 2004 na UNESP/Presidente Prudente, que tinha como objetivo analisar a participação sindical no PLANFOR² em sua dimensão territorial.

Para isso além da consulta aos documentos elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, analisamos os documentos produzidos pelas centrais sindicais sobre a educação de forma geral, e especificamente quanto à formação profissional, focando principalmente a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores.

Como desdobramento desses estudos fizemos uma pesquisa de campo em vários sindicatos de metalúrgicos e bancários no interior do estado de São Paulo, para compararmos as diversas compreensões e ações diante do PLANFOR, isso serviu como base fundamental para entendermos algumas das diferenças e divergências teóricas e políticas entre os sindicalistas e permitiu traçarmos brevemente alguns contornos de uma territorialidade sindical, tarefa obviamente incompleta pela magnitude da pesquisa necessária e pelo objetivo que traçamos ao longo da pesquisa.

O trecho apresentado é parte do primeiro capítulo e procuro contextualizar o surgimento das novas demandas qualificativas com a emergência da reestruturação produtiva, sinalizando os desafios colocados para o movimento sindical num

¹ Professor adjunto do Colegiado de Geografia da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE, membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e do GEOLUTAS (Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade).e-mail: mdcarvalhal@hotmail.com.

² PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalho, instituído pelo Estado brasileiro em 1996, tendo como objetivo acelerar o processo de qualificação profissional do trabalhador brasileiro, cuja deficiência, segundo as análises oficiais seriam a razão do alto desemprego no Brasil.

período de hegemonia neoliberal incontestado e crise generalizada da economia brasileira, com forte retração do emprego formal e ataques frontais aos poucos direitos trabalhistas e sociais conquistados em 1988.

1 OS NOVOS PARADIGMAS PRODUTIVOS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS SENTIDOS DA AÇÃO SINDICAL

A qualificação no taylorismo está voltada meramente para a ampliação/verticalização das habilidades técnicas do trabalhador, ou seja, são as funções por ele desempenhadas e o grau de dificuldade que envolve a sua realização e aprendizagem. Com o *obnismo* a qualificação está relacionada à capacidade de realização de várias funções, com maior envolvimento dos trabalhadores.

Parece haver um certo consenso, hoje, no sentido de se reconhecer que o imperativo das pressões concorrenciais e a conseqüente adoção de novas formas de uso e gestão da força de trabalho, que enfatizam a participação e o envolvimento de uma mão-de-obra bem formada e em aperfeiçoamento constante, contribuiriam para a elevação geral da qualificação. (LARANGEIRA, 1997, p.194).

Portanto, maior qualificação corresponde à ampliação do potencial de uso da força de trabalho individual, para atendimento das demandas dos novos postos de trabalho, voltados ao aproveitamento sistemático das potencialidades do trabalhador, para além de mero apêndice da máquina. Isso envolve um conjunto mais amplo de habilidades técnicas, além de um referencial cognitivo de apreensão rápida de novas habilidades. A qualificação é uma decorrência das exigências técnicas e organizacionais da gestão do trabalho pelas empresas.

Por essas razões, a qualificação profissional é profundamente transformada com a incorporação dos paradigmas criados pela experiência japonesa, procurando capturar de forma mais intensa a própria subjetividade do trabalhador, a vontade de participação na gestão da qualidade do produto e produtividade do processo de trabalho.

Nesta nova empresa, a qualificação, correspondência entre um saber, uma responsabilidade, uma carreira, um salário, tende a se desfazer, na medida em que a divisão social do trabalho se modifica. Às exigências do posto de trabalho se sucede um estado instável da distribuição de tarefas onde a colaboração, o engajamento, a mobilidade, passam a ser qualidades dominantes (ROLLE, P. apud HIRATA 2001, p.133 - grifos da autora)

A formação profissional por sua vez é o processo de constituição do trabalhador como categoria profissional que envolve além de um conjunto de habilidades técnicas específicas, um *corpus* cognitivo de ampla apreensão das habilidades requeridas. É, sobretudo um processo contínuo de capacitação para a aprendizagem e conhecimento de novas técnicas e funções.

A formação profissional, na sua acepção mais ampla, designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas. (CATTANI, 1997, p. 94)

O fato de pertencer ao domínio da relação educação-trabalho faz com que a formação e a qualificação profissional sejam elementos fundamentais na formação dos próprios trabalhadores, ou seja, elas são carregadas de simbolismos e ideologias que inculcam no trabalhador a sua identidade profissional. Por essa razão, a formação profissional apresenta formulações que proporcionam sua redução à mera formação técnica do trabalhador, coerente com o domínio do trabalho abstrato na produção de valores, do fetiche das mercadorias, assim como mascara formulações que procuram resgatar o trabalho em seu potencial educativo, como as concepções inspiradas em Marx, Gramsci e Lukács.

Portanto, inseridas no contexto da luta de classes, a qualificação/formação profissional têm implicações diretas na territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do trabalho, e o vislumbamento desta dinâmica no bojo da participação e ação sindical revelam os traços invisíveis da hegemonia capitalista.

Justificando a busca de apreensão desta dinâmica territorial a partir das preocupações sindicais nas formulações da formação do trabalhador, quer sejam

elas favoráveis a lógica societal do capital, quer sejam na busca de alternativas para a superação desta lógica.

Enquanto resposta do Estado neoliberal brasileiro para a precarização do emprego, a qualificação/formação profissional revela-se conflituosa quanto à adequação desta alternativa para o próprio crescimento econômico nacional, pois a eficácia desta alternativa é também questionável. Ao territorializar-se como alternativa capitalista, pressupõe a intervenção escalar do Estado (Ministérios, secretarias, prefeituras, etc.) nas alternativas desenhadas pelos próprios sindicatos quanto à educação dos trabalhadores.

Entre os muitos significados que a participação sindical adquire no processo de formação profissional dos trabalhadores, reiteramos a necessidade de analisá-la sob a perspectiva territorial, enquanto estratégia de reprodução da ordem societal capitalista. Entender como os sindicatos reagem às propostas e princípios inseridos tanto no extinto PLANFOR, como em sua versão atual sob a denominação de Plano Nacional de Qualificação (PNQ), significa compreender o papel estratégico que a formação profissional assume ou não para as lutas sindicais, inclusive se os sindicatos incluem a formação profissional como parte das estratégias de lutas.

Isso porque as formulações sobre a formação profissional não são unívocas, apresentam diferentes perspectivas, tanto em seu conteúdo pedagógico quanto estratégico, podendo apresentar a formação do trabalhador em seu sentido mais geral, e isto aliado às habilitações técnicas, tem como objetivo educar os trabalhadores à leitura do processo de trabalho e das relações sociais, hegemônicas pelo capital.

A redefinição categorial que muitas vezes está incutida na re-qualificação dos trabalhadores, de certa forma, é uma contradição à própria tradição corporativista dos sindicatos, pois ao agirem na requalificação destes trabalhadores, os sindicatos estão atuando “fora” do âmbito da categoria, já que a condição de desempregado ou em risco de desemprego, implica numa possibilidade grande de quando encontrarem ocupação novamente, estes não pertencerão à mesma categoria de origem, o que não deixa de ser um aparente paradoxo com os termos do corporativismo categorial.

Porém, a participação sindical no PLANFOR/PNQ pode também, contraditoriamente, estimular os sindicatos a assumirem/entenderem a formação

dos trabalhadores como algo estratégico de suas lutas, incorporando a formação profissional como pauta de lutas, e através dela estimular a formação do trabalhador enquanto classe, retirando do capital o monopólio das formulações sobre a formação profissional, o que em última instância significa a própria formação do trabalhador.

Esse estímulo à participação sindical na formação profissional através do PLANFOR pôde ser percebido pelos recursos direcionados às centrais sindicais durante o período de vigência deste, que implicaram em maior ou menor envolvimento das lideranças sindicais no debate sobre o caráter da formação profissional. No caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a participação no PLANFOR redirecionou os esforços voltados da formação sindical para a formação profissional, através do projeto de Educação Integral.

Outra evidência da participação sindical no campo da formação profissional pode ser percebida pelo número de cláusulas sobre a formação profissional nas negociações coletivas.

A formação profissional contemporânea emerge num momento de transformações significativas do mundo do trabalho, tanto em relação às condições materiais do emprego/ocupação/funções, quanto em relação à própria subjetividade requerida deste “novo” trabalhador. Alteram-se algumas condições da divisão técnica do trabalho, mas sobretudo, altera-se o contexto do conflito de classes, com os trabalhadores buscando defender as conquistas do *welfare state* nos países desenvolvidos, adotando estratégias defensivas e conformando-se com as situações de menores perdas.

No Brasil, algumas dessas conquistas típicas do *welfare state* estarão presentes somente na Constituição de 1988, porém são conquistas parciais sem jamais se consolidar no Brasil o *welfare state*, tendo sido adotado como objetivo de organização estatal por parte do movimento sindical brasileiro. Embora essas conquistas trabalhistas e sociais sejam recentes na história brasileira, são alvos da ofensiva do capital, de forma mais visível, já a partir do começo da década de 1990, tanto pelas pressões legais, como pela ampliação da informalidade.

A conjuntura neoliberal, já presente nos países desenvolvidos desde a década de 1980, aporta no Brasil de forma mais intensa a partir da abertura econômica do início da década de 1990, invertendo as perspectivas de projeção das conquistas

econômicas da década de 1980 para a década seguinte, postando o sindicalismo brasileiro em estratégias defensivas, com avanços organizativos parciais, principalmente com a consolidação das centrais sindicais, porém mantendo a estrutura sindical corporativa.

Durante a década de 1980 no Brasil, as lutas sociais avançaram nas conquistas e na organização dos trabalhadores de forma geral, não só em relação ao próprio movimento sindical, como às lutas reivindicativas de forma geral, recém saídos da ditadura militar, sendo estes *novos personagens* da cena social em grande parte responsáveis pela derrocada da ditadura militar e por diversas conquistas sociais durante a formulação da Constituição, no período compreendido entre 1987 e 1988. Já nos países desenvolvidos, particularmente na Europa Ocidental, o modelo taylorista-fordista de organização do trabalho já não correspondia às expectativas capitalistas. Dessa forma, a ofensiva capitalista procura atingir o *welfare state*, alcançando também o modelo social-democrata de organização sindical.

O fordismo não é apenas a organização do processo de trabalho sob a gerência taylorizada, mas, sobretudo, a busca de uma aliança com o mundo do trabalho, almejando uma forma de regulação social em que se promova a ampliação da demanda. Consolidados no *welfare state* e tendo o keynesianismo como doutrina econômica, foi bem sucedido durante as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, mantendo uma certa regularidade no crescimento e desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que ampliava o poder de consumo dos trabalhadores. Obviamente que a consolidação do *welfare state* deve-se em grande parte ao alinhamento do movimento sindical europeu, principalmente, às propostas de divisão da remuneração do trabalho, comprometendo-se a não postularem nada além de maior poder de consumo, com uma certa segurança no emprego. Assim, a hegemonia social-democrata impôs, tanto às teses liberais, quanto aos setores mais radicalmente à esquerda, o modelo do *welfare state* como forma de manutenção da rentabilidade e estabilidade para o capital, sob a regência de um controle social efetivo, que durante décadas manteve parte significativa do movimento sindical longe de ações anticapitalistas.

No entanto, a partir já da década de 1970, o paradigma fordista não era capaz de atender plenamente às necessidades de acumulação capitalista, e a concorrência internacional amplificada com a maturação de parques industriais em países

recentemente industrializados, e principalmente com a concorrência da produção japonesa, que por motivos singulares, desenvolveu-se sob paradigma de organização produtiva diferente do padrão taylorizado, tiveram um papel destacado no esgotamento do modelo fordista de organização fabril. O novo padrão produtivo que surge, inspirado na experiência japonesa, apresenta algumas características estruturais que confrontam diretamente o padrão fordista de produção, sendo a flexibilidade o principal fundamento do padrão toyotista.

Os novos processos de trabalho que surgem a partir da crise do paradigma de acumulação fordista estão baseados na flexibilização da produção, para atender às restrições de um mercado consumidor seletivo e restrito, mesmo que ampliado à escala mundial, resultando daí uma necessária reorganização do trabalho na produção, intensificando a especialização flexível, em que a especialização requerida, para atender aos padrões de qualidade e produtividade desejados, soma-se à necessária capacidade de adaptação às variações do consumo.

As características singulares do Japão no pós Segunda Guerra Mundial marcam o toyotismo e explicam em grande parte o relativo sucesso que tem como modelo de organização do processo produtivo. Uma das marcas mais prementes é o redirecionamento da produção para atender às demandas existentes e nem tanto o aumento da demanda como forma de desovar a produção massiva, como no paradigma do fordismo.

Essa reorientação da produção foi conduzida de forma a manter estoques mínimos, através do *just-in-time* e do *kanban*, como estratégia de diminuição de custos de estocagem, assim como diminuir os riscos de encalhe de mercadorias que tenham sofrido decréscimo de sua demanda.

Em termos do processo de trabalho, o toyotismo apregoa a necessidade dos trabalhadores serem adaptáveis a um conjunto de situações na produção através da polivalência do trabalhador, fazendo com que a qualificação profissional seja encarada como estratégica para as empresas, no sentido de fornecer continuamente habilidades diversas para os trabalhadores ampliarem o *estoque de conhecimentos para o trabalho*, com o que, poderão responder rapidamente às mudanças no processo de trabalho, reformulando o caráter da qualificação profissional, que passa de um arcabouço conquistado em períodos de aprendizagem para um comportamento de aprendizagem, necessário para que o trabalhador, durante toda

sua vida profissional, esteja disposto a aprender novas habilidades técnicas.

Assim também o processo de trabalho adapta-se ao novo paradigma produtivo, tornando-se menos verticalizada (diminuição dos níveis hierárquicos) e mais horizontalizada, transferindo responsabilidade de vigilância do trabalho aos próprios trabalhadores, através de diversas formas de compartilhamento da gestão do trabalho, como nos Círculos de Controle de Qualidade.

O toyotismo, assim como o taylorismo-fordismo, implica numa forma de organização da produção que se projeta para o próprio padrão de acumulação capitalista. Assim, a flexibilidade requerida na produção é voltada à atender a demandas restritas e variadas do mercado consumidor, ou seja, ampliando a capacidade das empresas em ofertar produtos diferenciados, ao mesmo tempo que se adaptando rapidamente às variações na demanda. Isso significa que diminui relativamente a importância da ampliação da demanda através da seguridade social. Nesse sentido, podemos identificar as principais características do toyotismo, tal como aponta Antunes (1999):

- 1- É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2- Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3- A produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota em média 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4- Tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5- Funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6- As empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro

de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total. *Kanban, just in time, kaizen, team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;

7- Organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;

8- O toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a *exclusão* das mulheres, além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade. O “emprego vitalício” garante ao trabalhador japonês que trabalha nas fábricas inseridas nesse modelo a estabilidade do emprego, sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante, no complexo de atividades existentes na mesma empresa. (ANTUNES, 1999, p.54-55)

A diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção atribuída ao toyotismo, só é possível porque se realiza no processo de criação e valorização do capital. Isso quer dizer que a horizontalização do processo de trabalho, reduzindo a hierarquização típica do fordismo, não significa a perda do controle do processo produtivo por parte do capital, pois a eliminação de postos de fiscalização e controle do processo de trabalho só é possível pela ampliação do engajamento dos trabalhadores ao projeto político do capital, através da coadunação entre os interesses das empresas com os interesses dos trabalhadores.

A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, que acompanha o processo de trabalho sob o capital, é ampliada no toyotismo, pois significa a intensificação da sujeição do trabalhador aos desígnios do capital, mudando a qualidade desta sujeição em relação ao paradigma fordista, já que apoiada no consentimento obreiro, fundamentado na conciliação de interesses entre trabalho e capital.

Esse é um estranhamento que acompanha o modo de produção capitalista, pois para o trabalhador o próprio trabalho aparece como tributário do capital, como

sendo a produção do próprio capital. Então quando se intensificam as inovações tecnológicas no processo produtivo, a tendência com o estranhamento, é identificar tais inovações como determinantes exclusivas da valorização do capital..

Isso, porque a separação entre trabalho e valorização leva à compreensão do atual período como o período de intensa criatividade do capital, e não como o período de crise mais profunda vivenciada por ele capital, já que a acumulação capitalista, baseada na intensa inovação tecnológica, tem levado o próprio capital à desvalorização.

O que nos interessa neste momento é compreender que o modelo de acumulação do capital flexível, inspirado na experiência japonesa do pós-guerra tem como prerrogativa a participação dos trabalhadores na gestão empresarial, pois a base da acumulação no Japão foi decorrente de um determinado equacionamento da luta de classes, que resultou na derrota do movimento operário, favorecendo setores “participacionistas” de seu sindicalismo. Essa é uma questão central para compreendermos a emergência do “modelo japonês” de acumulação, e as razões de seu crescimento acompanharem a adoção do neoliberalismo como escopo ideológico nos países ocidentais (desenvolvidos e periféricos).

Assim, ao trabalhador é exigida a capacidade de executar várias funções, de ampliar o conjunto de atividades que possa estar realizando, atendendo de forma eficaz à flexibilidade que se deseja na produção. Isto contraria a especialização requerida pelo fordismo, que durante várias décadas foi responsável pela ampliação da produtividade do trabalho, porém não rompe definitivamente com os parâmetros consolidados no taylorismo-fordismo, pois mantém a estrutura central da organização do trabalho, com forte centralização de comando e domínio do capital sobre o controle do processo produtivo, procurando aplicar conhecimentos científicos na re-organização do trabalho para garantir maior produtividade e qualidade, objetivos também perseguidos no taylorismo-fordismo.

Essa exigência de compreensão mais ampla do processo de trabalho no toyotismo, em relação ao taylorismo-fordismo, modifica substancialmente as habilitações que se exigem do trabalhador, pois além da maior diversidade de funções que o trabalhador executa, passa a ser importante para o capitalista que o trabalhador seja capaz de adaptar-se rapidamente às mudanças na organização do trabalho. O resultado para o capitalista é a diminuição das porosidades do trabalho,

já que o trabalhador pode realizar várias funções, de acordo com as variações de demanda pelo seu trabalho, sendo que para o trabalhador isso significa a intensificação do trabalho.

A qualificação profissional é posta então como re-qualificação das funções exercidas pelos trabalhadores individuais, atendendo às exigências da reestruturação produtiva capitalista, embora seja necessária alguma cautela nesta assertiva, pois nem sempre o que é apresentado como necessidade de requalificação é efetivamente uma necessidade técnica, ou seja, decorrente de novos maquinários e equipamentos. Pode estar ligada à reorganização do processo de trabalho, fazendo com que o trabalhador acumule habilidades para ser polivalente, substituindo outros trabalhadores.

Trata-se de buscar a adesão dos trabalhadores ao padrão organizacional do toyotismo, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), e inculcar neles a necessidade de participação no controle do processo de produção, visando à maior produtividade e qualidade, como formas efetivas de gestão e controle do trabalho.

A importância que assume a qualificação profissional no bojo da atual reestruturação produtiva deve ser enquadrada no contexto da própria reestruturação capitalista, em que a volta dos princípios liberais na condução das políticas econômicas nacionais e transnacionais transforma vários parâmetros da sociabilidade contemporânea, inclusive a própria sociabilidade em que os sindicatos construíram sua legitimidade nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos, ou após a ditadura militar no Brasil.

Então, o discurso da re-qualificação técnica do trabalhador está inserido no contexto das transformações da própria formação profissional, que entre outros elementos requerem a aceitação do trabalhador quanto à inevitabilidade da flexibilidade do mercado de trabalho, às clivagens crescentes entre os trabalhadores e sua participação/colaboração ao sistema sócio-metabólico do capital, abdicando de quaisquer reivindicações de cariz coletivo.

Obviamente que, embora inserido no contexto da ofensiva do capital sobre o trabalho, a qualificação/formação profissional desejada pelo capital encontra em maior ou menor grau, resistência dos trabalhadores e de suas organizações, devido às próprias contradições que ela envolve ao reduzir substancialmente o quadro de empregados e intensificar o trabalho, fazendo com que aos poucos os trabalhadores

e suas organizações coletivas vão montando estratégias de enfrentamento contra o aumento da exploração do trabalho.

Isso demonstra que, se em determinados momentos a implantação dos paradigmas da reestruturação produtiva foi possível com algumas compensações, essa estratégia não pode perdurar pelos próprios limites da acumulação capitalista, de ampliação da competitividade inter-capitalista e taxa decrescente de lucro.

Combinam-se vários elementos na atual reestruturação produtiva que atingem a própria subjetividade operária, além da polivalência e da flexibilidade exigida aos trabalhadores. Os Círculos de Controle da Qualidade modificam o trabalho parcelizado da linha de produção do taylorismo-fordismo, substituindo-o pelo trabalho em grupo, numa proposta que poderíamos chamar de coletivo individualizante, pois a despeito de ser trabalho em grupo, essa organização produtiva estimula a competição entre os grupos de trabalhadores, e entre os próprios trabalhadores da mesma equipe, já que eles passam a se fiscalizar, quanto ao cumprimento do horário e quanto à qualidade do trabalho executado, eliminando muitos postos de controle do processo de trabalho, e com isso diminuindo as porosidades do trabalho, contribuindo com a redução de custos para o capitalista e aumento da produtividade.

Nas entrevistas que realizamos com os sindicalistas tivemos a oportunidade de constatar em pelo menos um sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira (STIM Limeira), o descontentamento com as formas de organização do trabalho que procuram se apropriar da criatividade do trabalhador, para esse sindicato, o que é importante para a qualificação profissional do trabalhador é o respeito ao saber construído pela vivência no trabalho, pois a participação dos trabalhadores na busca de soluções para o incremento da produtividade e da qualidade das mercadorias significa muitas vezes a perda de postos de trabalho, ou seja, o saber construído pelos trabalhadores é utilizado pelo capital para aumento da produtividade, o que acaba se voltando contra os próprios trabalhadores. Essa é uma preocupação legítima do sindicalista, que atesta os limites da implantação da reestruturação produtiva, já que o uso sistemático dessa estratégia pelo capital, desperta resistências dos trabalhadores.

É justamente a possibilidade de respostas e resistências dos trabalhadores à estratégia do capital de utilização da criatividade do trabalhador que nos permite

vislumbrar a dimensão territorializante das resistências do trabalho, e nesse aspecto a participação dos sindicatos na qualificação profissional se revela com particular importância, já que é através da formação profissional que o capital procura consolidar a reprodução da força de trabalho sob seus desígnios. Se os sindicatos cumprem o papel de controle do trabalho e colaborador do capital, pois não vislumbra outra sociabilidade que não seja a sociabilidade do capital, a qualificação profissional assume para esses sindicatos o mesmo teor que a qualificação profissional tem para o capital, ou seja, o de adestramento da força de trabalho, tanto a empregada, quanto a desempregada pelo processo produtivo, dessa forma, a qualificação profissional (e a própria educação) tem o papel exclusivo de garantir o emprego para os trabalhadores.

A compreensão da dimensão territorializante das resistências do trabalho quanto às estratégias do capital, demanda a compreensão sobre a dinâmica territorial do capital e do trabalho, que inseridas no campo da luta de classes permitem vislumbrar os desafios colocados para a Geografia na aproximação com o mundo do trabalho e as contribuições que pode oferecer para a compreensão das transformações no mundo do trabalho.

Esses são elementos mais consolidados em alguns setores e regiões, que evocam uma participação ativa dos trabalhadores na condução de partes significativas do processo produtivo, ao mesmo tempo permitindo maior produtividade e qualidade e, de certa forma, reduzindo a monotonia do trabalho da linha de produção taylorizada.

Com as mudanças no processo de trabalho taylorista-fordista, estaríamos assistindo à eliminação da brutalização do homem pela máquina, deixando de ser mero apêndice para executar tarefas criativas e enriquecedoras da experiência humana. Essa participação não é decorrente apenas da incorporação de novas máquinas adequadas à polivalência exigida, mas a mudanças organizacionais que são capazes de incorporar o saber fazer proletário na busca de soluções e alternativas para a produção e reprodução do capital.

Nos documentos elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sobre o PLANFOR transparece claramente essa visão da reestruturação produtiva em que o conteúdo do trabalho aparece de forma motivadora e humanizadora para o trabalhador, como na passagem abaixo:

A produção flexível, associada ou não à automação, gera a necessidade de organizar e estimular a polivalência, inclusive em matéria de formação. A idéia básica é que o trabalho muda, de indivíduos executantes de tarefas/operações estanques, para trabalhadores capazes de operar em equipes, cujos membros tenham ao menos uma familiaridade básica com todas as etapas do processo e sejam capazes até de atuar em várias delas. Trata-se de uma polivalência não meramente operacional, mas que supõe uma visão do processo como um todo. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (a), 1999, p. 12)

Para isso é fundamental que as empresas sejam capazes de eliminar a disposição conflituosa dos trabalhadores e de alguns sindicatos, e tenham a confiança destes trabalhadores para uma relação de colaboração entre capital e trabalho. Esta é uma disposição antiga dos capitalistas, mas que vem sendo renovada no contexto da reestruturação capitalista como estratégia de ampliação da produtividade do trabalho.

Nos STIMs³ de Pederneiras, Mogi Guaçu e Jaboticabal essa disposição colaboracionista aparece claramente, já que nos três sindicatos a motivação para realização de cursos de qualificação profissional está relacionada aos acordos entre os sindicatos e empresas, de forma que os sindicatos ficassem responsáveis pela qualificação dos trabalhadores, retirando o ônus do treinamento para as empresas.

Quanto ao sucesso desta empreitada devemos ser prudentes, pois além da variedade enorme de situações locais no planeta, em que o toyotismo enfrenta dificuldades para ser adaptado aos meios locais de acumulação do capital, as transformações no processo produtivo engendram contradições que intensificam o poder destrutivo do capital, como desdobramento do quadro de exclusão do mercado de trabalho que promove.

Como exemplo do esforço do capital em prover os meios locais de condições adequadas à sua produção e reprodução podemos citar a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP), realizada pela Fundação SEADE, que procurou diagnosticar no estado de São Paulo, entre outras coisas, os requisitos de contratação das empresas em vários setores de atividade econômica, com o objetivo de adequar

³ STIM – Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas

os cursos profissionalizantes⁴ a essas demandas.

De qualquer forma, é apresentada a necessidade de qualificação do trabalhador para exercer estas novas demandas, independente se efetivamente o termo qualificação pode ser utilizado para designar o mero aprendizado sobre operação em máquinas novas (em várias máquinas, vale lembrar) ou mesmo a qualificação para se tornar “mais humano” o trabalho, vendendo além da força de trabalho, a omnilateralidade do ser que trabalha.

Porém, essa situação não pode ser vista como unívoca, já que a flexibilidade que atinge amplos setores do mercado de trabalho, que acompanha a implantação da reestruturação produtiva, com máquinas e equipamentos da tecnologia informacional sendo inseridas em setores em que ainda era possível observar a existência de trabalho artesanal, como observou Sennett (1999) em padarias estadunidenses, fez com que se tornassem mais tênues as vinculações do trabalhador com sua profissão e com a própria empresa.

Esse é, portanto um processo contraditório, que avança na tentativa de “requalificação” do trabalho, incorporando a criatividade e vontade do trabalhador numa colaboração efetiva com a produção capitalista. Simultaneamente acontece em outros setores e lugares a desqualificação do trabalho pela implantação de máquinas e equipamentos, ou seja, desvalorizando habilidades forjadas no âmbito da organização taylorista-fordista, como na ferramentaria, ou reduzindo o papel do conhecimento proletário no trabalho, como fica evidente até mesmo na tendência de substituição de médicos por programas computacionais nos diagnósticos de enfermidades.

Neste sentido o fato de encontrarmos em nossa pesquisa de campo maior disposição dos sindicatos de Metalúrgicos em participarem de ações de qualificação profissional, em relação à disposição dos sindicatos de bancários está relacionada à própria inserção ocupacional destes trabalhadores, já que para os bancários pouco tem servido a escolaridade da categoria ser acima da média dos trabalhadores brasileiros, pois as demissões ocorreram massivamente durante as duas últimas décadas.

⁴ A Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) faz parte das ações do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), do governo do Estado de São Paulo.

Anteriormente impossibilitada de substituir o trabalho artesanal em alguns setores, a incorporação de novas tecnologias amplia as possibilidades para o capitalista de substituição do conhecimento operário, incorporando tal conhecimento ao maquinário, isso até o limite das ações que possam ser padronizadas e decodificadas para a operação automatizada, sem os riscos de perda da qualidade e da produtividade do trabalho. Por outro lado podemos compreender que tais limites extrapolam o ambiente técnico-organizacional do chão de fábrica e se situam no âmbito da totalidade social, em que a luta de classes pode redefinir a perspectiva de evolução do processo produtivo.

Essa é talvez uma das grandes dificuldades em estudar o processo de incorporação das novas tecnologias produtivas, pois ele é um instrumento que serve para estratégias diferenciadas do capitalista. Como alternativa de incorporação do saber operário não assimilável pela maquinofatura, as novas tecnologias respondem diretamente pela desqualificação do trabalho executado por profissionais que não tinham sido atingidos diretamente pela desqualificação taylorista, requalificando as habilidades para torná-las mais facilmente assimiláveis pelos novos trabalhadores, reduzindo o tempo de formação destes trabalhadores para as atividades a serem executadas. Isso redimensiona o papel criativo que se julga importante e inovador no processo da reestruturação produtiva, corroborando a crítica sobre os fundamentos equivocados do PLANFOR, baseados na empregabilidade como objetivo para diminuir o desemprego e a precarização do trabalho.

Porém, outras contradições são apontadas quando analisamos a adoção da qualificação profissional como perspectiva de reorganização do processo produtivo, pois simultaneamente promove a qualificação de conhecimentos teóricos e formais e desqualificação de funções/ocupações baseadas nos saberes de ofício, como existentes em alguns setores da indústria metalúrgica (JULIO, 2003).

O processo de desqualificação/requalificação em sua dimensão territorial revela a hegemonia do capital, pois o redimensionamento dos conteúdos da qualificação profissional, que captura estrategicamente os conhecimentos forjados pelos trabalhadores no processo produtivo, é realizado no plano territorial, intensificando a produção de meios locais adaptados às necessidades do capital, portanto, desempregando mão de obra qualificada em lugares com resistência sindical organizada e empregando-as em lugares com pouca tradição em lutas

sindicais, porém igualmente provida de mão de obra qualificada.

A tentativa de incorporar o saber fazer proletário na participação efetiva no processo produtivo significa - se efetivada - uma vitória importante para o capital, pois a resistência operária, como o processo de luta que potencializaria o próprio operariado para além da resistência corporativa, fica reduzida ao chão da fábrica. Essa preocupação transpareceu na entrevista com o STIM de Limeira em que revela o descontentamento com o uso que as empresas fazem da “gestão participativa”, ao incorporar a experiência dos trabalhadores no processo produtivo, transformando-a em estratégia de redução de empregos.

O segmento do movimento sindical que se constrói meramente sob as demandas imediatas dos trabalhadores tem suas atribuições redimensionadas pela colaboração destes trabalhadores, ou seja, para esses sindicatos que têm na esfera das reivindicações imediatas a sua razão de ser, a legitimidade para prosseguirem como representantes dos trabalhadores é conquistada pela eficiência na organização dos trabalhadores para esse tipo de colaboração. A bem da verdade, para serem fiéis ao modelo japonês, os sindicatos poderiam se tornar meros grêmios associativos, organizados nas empresas.

De qualquer forma, a reestruturação produtiva precisa ser tomada como um processo contraditório, própria do sistema do capital, cuja expansão sob o paradigma da acumulação flexível não ocorre sem os conflitos da luta de classes. Desenvolve-se contraditória e desigualmente, ora transformando rapidamente a composição orgânica do capital em alguns lugares, já em outros obrigando o capital a realizar concessões para o trabalho, sob pena dos capitalistas locais ficarem à margem do “dinamismo” econômico capitalista.

Podemos afirmar que sob o ponto de vista capitalista o toyotismo evolui do taylorismo-fordismo, pois não rompe com a perspectiva de construção, a partir de experiências científicas, da organização do trabalho com vistas à ampliação da extração de mais-valia, o que o toyotismo apresenta como vantagem para o capital é a adaptação às restrições do mercado, que contraditoriamente se expande com a mundialização do capital e se torna mais restrito pela própria competição capitalista e pelo esgotamento do modelo keynesiano de sustentação “artificial” da demanda.

O toyotismo apresenta a possibilidade para o capitalista reconstituir a lucratividade na produção, através do aumento na produtividade do trabalho,

ampliando a produção e a capacidade de se adaptar às mudanças na demanda. Isso ocorre promovendo a re-qualificação do trabalho onde o taylorismo-fordismo não apresenta mais resultados expressivos para o aumento da produtividade, ou desqualificando o trabalho nos setores que resistiam à implantação de maquinários, através da introdução da automação eletrônica.

O capitalista aproveita a crise generalizada de baixo crescimento econômico para implantar formas mais intensivas na exploração do trabalho, já que com o toyotismo inverte-se a relação produção-demanda para a prioridade no atendimento da demanda como estratégia central para a produção.

O que passa a ser fundamental é a capacidade de atender mercados consumidores mais restritos, variando e inovando o leque de mercadorias produzidas, portanto reduz a dependência em relação à existência de mercados massivos, privilegiando o atendimento da demanda fragmentária. O mote é produzir produtos diferenciados, em que a necessidade de expansão comercial pelo planeta ocorre para atingir os estratos consumidores incluídos na esfera deste consumo nos diferentes países.

O perigo para o movimento sindical, que se adequou bem ao padrão fordista-taylorista do operário-massa, é de não conseguir sair dessa armadilha, pois ao manter-se restrito à representação do trabalho formal, os sindicatos perdem as condições de articularem os trabalhadores de uma forma geral, mesmo que para reivindicações puramente econômicas, pois como vimos, a fragmentação do proletariado é um aspecto estratégico para o capital.

Isso porque assistimos a uma clivagem cada vez mais significativa entre os trabalhadores inseridos em ocupações reconhecidamente estratégicas para a produção capitalista, e, portanto, obtendo alguma estabilidade e melhor remuneração; e trabalhadores com níveis diferentes de ocupações precárias com baixa estabilidade e remuneração, além daqueles “inseridos” na esfera descartável do capital.

O aumento da clivagem entre os trabalhadores formais, com empregos estáveis, e os trabalhadores precariamente empregados, ou convivendo com a perspectiva de ocupações autônomas (camelotagem), dificulta o vislumbamento da solidariedade como componente intrínseco num projeto de emancipação operária do jugo do capital.

Ao postarem-se como representantes dos trabalhadores empregados, os sindicatos estão estruturalmente vinculados às demandas parciais (de contingentes cada vez menores) da classe trabalhadora.

Quando a isso se soma a precária articulação entre as diferentes categorias profissionais, que se apresentam também divididas em diferentes representações territoriais, como é comum no sindicalismo brasileiro, o quadro apresenta-se pouco propício à atuação dos sindicatos como sujeitos coletivos da contra-hegemonia capitalista, e de constituírem-se como elementos centrais num partido político anticapitalista, pois sua influência é determinada pelo componente corporativista da ação sindical.

Um dos elementos centrais para a articulação política dos sindicatos, tendo em vista a possibilidade de construção da identidade de classe operária, seria a própria hegemonização sobre o trabalhador coletivo, agregando as segmentações profissionais e territoriais, eliminando os antagonismos entre os “incluídos” diretamente na exploração capitalista e os “excluídos” da exploração capitalista, sem que com isso estejamos afirmando que esses “excluídos” tenham conquistado a possibilidade de exercer o “ócio criativo” como os apologetas do fim do trabalho gostam de afirmar.

A restrição ao núcleo formal do mundo do trabalho deixa os sindicatos socialmente enfraquecidos, inclusive na disputa pela hegemonia da própria classe trabalhadora, perdendo a centralidade como sujeitos da ação anticapitalista.

Para alguns sindicatos entrevistados a participação no PLANFOR apareceu como uma forma de reconhecimento do sindicato, o dirigente do STIM de Botucatu afirmou que a realização dos cursos significou o reconhecimento da capacidade do sindicato em utilizar corretamente os recursos do FAT, para o dirigente do STIM de Pederneiras a importância de ter participado do PLANFOR esteve justamente no fato do sindicato ser conhecido na cidade, pela procura intensa de trabalhadores em busca dos cursos oferecidos pelo sindicato, isso para o dirigente foi o mais importante para o sindicato.

Esse é um dos aspectos cruciais da participação dos sindicatos no PLANFOR, ao permitir para alguns sindicatos o reconhecimento e a legitimidade que a oferta de cursos profissionalizantes podem proporcionar, ampliando neste sentido o leque de serviços prestados pelo sindicato, que estão ligados à concepção do sindicato como

entidade da sociedade civil capaz de prover parte dos serviços públicos que o Estado não é capaz de atender a contento.

De qualquer forma, a oferta de serviços pelos sindicatos reforça o próprio corporativismo, pois de alguma forma é restrito à categoria formalmente representada, e nos cursos de qualificação profissional a maior parte dos sindicalistas entrevistados afirmaram que o público alvo de seus cursos teriam que estar de alguma maneira relacionado à categoria, ou os próprios trabalhadores sendo requalificados, ou empregados sob risco de desemprego, ou familiares de trabalhadores empregados.

Internamente ao movimento sindical, o conflito se instala pelas perspectivas de luta, entre o corporativismo levado às últimas conseqüências, que significa opor os trabalhadores estáveis e os trabalhadores “excluídos” das benesses do mercado de trabalho formalizado, e a construção de lutas unitárias com a construção da própria consciência de classe⁵.

Os sindicatos estão estruturalmente organizados sob a divisão técnica do trabalho, privilegiando as categorias profissionais como componentes de identificação classista. Essa limitação estrutural aliada à disposição em manter tal estrutura por parte das lideranças sindicais, impede a construção de bases sociais mais amplas de legitimação dos sindicatos.

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados (BIHR, 1998, p.101)

⁵ Cabe lembrar que o corporativismo não se resume somente à clivagem entre trabalhadores estáveis/trabalhadores precarizados, já que mesmo entre os trabalhadores do setor formal ocorre uma fragmentação de dupla dimensão: territorial e categorial. Para mais detalhes sobre as implicações desta dupla dimensão, verificar Thomaz Jr. (1996 e 2003) e Boito Jr. (1996a). E sobre o sentido histórico da “aristocracia operária”, ver em Hobsbawn (1988).

A hegemonia do modelo social-democrata nas organizações sindicais é um dos fatores que contribui para que a organização dos trabalhadores não extrapole a fragmentação técnica do processo de trabalho, pois no processo de consolidação da hegemonia social-democrata no movimento sindical, houve o progressivo abandono do projeto comunista, colocando no horizonte, como limite, uma sociedade de Estado fetichizado⁶, em que o Estado aparece para os trabalhadores como “além” da sociedade de classes, cabendo à luta operária o desafio de conquistar o poder de Estado para exercer sua hegemonia, com a peculiaridade de que tais lutas, pelas próprias concepções social-democratas devem estar condicionadas à legalidade.

Não podemos negligenciar a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores, já que a confirmação da tendência de formação de um núcleo estável de trabalhadores implica na elevação deste núcleo a uma posição estratégica no processo de produção capitalista, que não pode ser desprezado, podendo desdobrar-se em estratégia de resistência do proletariado, a depender obviamente da correlação de forças no movimento sindical e da disposição em resistir e unificar politicamente os fragmentos do trabalho, condições que, conforme vimos, são insustentáveis num modelo sindical fragmentador e privilegiador da adaptação à ordem vigente.

Portanto, impõe-se para o movimento sindical repensar seus paradigmas, o que para Bihl (1998) significa superar o modelo social-democrata, para uma efetiva identificação entre o operariado e o movimento sindical, e uma das frentes de luta é compreender os desafios que a reestruturação produtiva e as novas demandas em formação profissional trazem para as lutas sindicais, contribuindo para elaborar estratégias de resistência à intensificação do estranhamento que tais processos induzem.

⁶ Em seu esforço de análise do modelo social-democrata do movimento operário, Alain Bihl (1998) atenta para o fetichismo do Estado como princípio paradigmático da organização e concepção do movimento operário, que em sua constituição reelaborou temas da ideologia burguesa: - o mito da objetivação histórica; - o mito do progresso; - o mito da classe; - o mito do partido; - o mito da revolução.

2 OS DESAFIOS DA NOVA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CAPITALISTA: OS SINDICATOS ENTRE A COLABORAÇÃO SUICIDA E A CONTESTAÇÃO NECESSÁRIA

Os novos paradigmas produtivos, que procuramos indicar, requerem uma formação profissional de novo tipo, que implica em qualificações para operação em maquinário de novas tecnologias, assim como para a operação em vários equipamentos, atividades estas que são parametrizadas pela automação microeletrônica.

Além disso, a disposição organizacional da empresa toyotista requer do trabalhador a disposição para integrar equipes que são responsáveis pela qualidade e produtividade da produção, como estímulo à participação do trabalhador no processo de trabalho, como é o caso dos Círculos de Controle da Qualidade.

O esforço da formação profissional neste sentido deve portanto incluir o estímulo de determinadas características da personalidade humana, que no toyotismo são “valorizadas” como forma de aumentar a produtividade do trabalho, tais como a criatividade, a livre iniciativa, a capacidade de comunicação.

Lembrando que as reformulações que ocorrem no processo produtivo capitalista, com a adoção do paradigma toyotista, não é, como afirmamos anteriormente uma ruptura radical com o padrão fordista, permanecendo no paradigma atual muitos elementos desenvolvidos no fordismo, e estas mudanças são acompanhadas por mudanças mais gerais na própria organização capitalista, como a mundialização financeirizada do capital.

É importante reconhecer que estas transformações ocorrem como reação capitalista à crise desencadeada pelo esgotamento do taylorismo-fordista na manutenção da lucratividade capitalista, o que implica na transformação de elementos fundamentais do trabalho fordista, pautado em movimentos repetitivos e fragmentados.

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda da destreza do labor operário

anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. A mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalectante a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.

O trabalho sob o taylorismo/fordismo tornou-se mais intensamente parcelar, ampliando a divisão técnica e social do trabalho com a diminuição da fração “artesanal” no conjunto da atividade produtiva. Com a reorganização do processo produtivo foi possível incorporar várias máquinas e equipamentos, que na somatória destes dois elementos (inovação tecnológica da maquinaria e reorganização do trabalho) redimensionou a qualificação e formação profissional. Houve o rebaixamento da qualificação técnica exigida para exercer a atividade laboral, pois o trabalho parcelar é simplificado, e embora exija a correta operação do maquinário, na maioria das vezes o treinamento para isso é rápido, já que se tratam de padrões de repetição numa mesma máquina.

O rebaixamento da exigência em termos de qualificação/formação profissional do trabalhador foi fundamental para ampliação da oferta de mão de obra para o trabalho industrial, já que o tipo de treinamento exigido permitiu que contingentes expressivos de trabalhadores pudessem ser incorporados rapidamente.

Braverman (1987), em meados da década de 1970 alertava para o fato de que com o fordismo, a despeito da rápida introdução de novas máquinas e da necessidade de “re-qualificação” dos trabalhadores, essa qualificação não deveria ser compreendida como ampliação da qualidade do trabalho para o trabalhador, ao contrário, a intensificação da divisão técnica do trabalho não requeria aumento da instrução escolar. Significava tão somente um aumento da degradação do conteúdo do trabalho, com perdas em sua dimensão verdadeiramente criativa, enquanto relação ontológica do homem com o meio. Este é um alerta importante, pois evoca a necessidade de distinguirmos a qualificação/formação profissional da própria educação escolar, pois em muitos discursos há a redução da educação escolar à formação de trabalhadores, como nas teorias inspiradas no capital humano.

Desta forma, alguns sindicatos entrevistados demonstraram a disposição de

incorporar aos cursos de qualificação profissional os cursos supletivos de ensino fundamental e/ou médio, como forma de redimensionar o papel que o PLANFOR procura estimular da qualificação profissional como prioritária em relação à educação de uma forma geral. Sindicatos como o STIM de Salto, STIM de Itu e o STIM de Mogi Guaçu mantêm cursos supletivos para os trabalhadores, pois entendem que é fundamental para a cidadania, em dois desses sindicatos (STIM de Itu e STIM de Mogi Guaçu) há a vinculação direta da escolaridade com o desemprego, demonstrando de alguma forma a compreensão de uma relação direta entre a educação e o emprego.

Para Braverman (1987) o fordismo promoveu um salto de qualidade na formação do trabalhador, porém, o fordismo nega a dimensão científica nesta formação, pois a construção da organização do processo de trabalho fica sob responsabilidade de funcionários especializados na formulação da linha de produção, separando rigidamente o trabalho intelectual do trabalho manual. Desta forma, não há necessidade de que os trabalhadores sejam estimulados a pensar na organização do próprio trabalho. A maquinização do processo produtivo significa a maquinização da própria força de trabalho.

Retomando a sugestão de Braverman (1987), de necessária distinção entre formação/qualificação e educação escolar, podemos verificar que as atuais demandas por qualificação técnica, ao estarem apoiadas na polivalência do trabalhador, exigem deste, maior capacidade de adaptação a novos processos e máquinas.

Em linhas gerais podemos afirmar que esse renascimento está vinculado à necessidade de ampliação da oferta de mão de obra qualificada para a polivalência, ou seja, o aumento da escolaridade média da força de trabalho permite ao capitalista maiores oportunidades de escolha desta mão de obra, o que implica numa possibilidade de redução de seu custo.

De qualquer forma, a oposição entre formação escolar profissionalizante e formação escolar genérica revigora-se quando se postula a educação escolar como alternativa para a crise do emprego no capitalismo contemporâneo. No Brasil, esse debate de longa data é agravado pela situação crítica de expressivos contingentes da população, e é comum ouvirmos discursos que formulam a educação como a alternativa de “inclusão” no mundo do consumo e da renda, sendo que à escola é atribuída a função de proporcionar oportunidades de inserção no mercado de

trabalho, com isso a escola deveria ser modificada para atender aparentemente ao apelo dos desempregados e subempregados, contudo isso significa transformar a escola para atender exclusivamente às necessidades do capital, modelando-a de acordo com as demandas técnicas e comportamentais do trabalho sob o capital.

Trata-se de um grande engodo, pois se procura a um só tempo retirar da própria dinâmica societal capitalista, combinada com as singularidades do Brasil, a causalidade da precarização generalizada do emprego, simultaneamente à redução da educação escolar à função pragmática de inserir os trabalhadores no mercado, conforme discutimos anteriormente.

A aparente contradição entre a formação técnica e a educação só faz sentido quando o trabalho é compreendido como desprovido de função pedagógica, e assim pretende-se organizá-lo. O capital procura dessa forma manter o controle sobre o processo produtivo, retirando a possibilidade do trabalhador aprender com sua atividade laboral através da reiteração da qualificação como conteúdo apreensível somente a partir dos códigos educativos formais, reconstituindo a unidade trabalho-educação com a formação profissional baseada na formação técnica para execução de tarefas, daí a necessidade da educação escolar formar integralmente o profissional desejado, não desperdiçando tempo, nem recursos para o aprendizado que o trabalho proporciona.

A educação profissional e o ensino universalizante opõem de certa forma os caminhos da mobilidade social, pois para muitos trabalhadores são poucas as oportunidades de terem uma formação superior, o que implicaria em maiores possibilidades de exercerem funções “menos brutalizantes” no mercado de trabalho.

Para esse imenso contingente, a educação profissionalizante é mais importante - e crível - do que o ensino superior, embora também deva se considerar que atingir o ensino profissionalizante já seja, para parcelas significativas da população, uma importante conquista.

Conjugam-se as possibilidades de mobilidade social, decorrentes da educação escolar, com a mobilidade territorial como estratégia de adequação na relação oferta-demanda no mercado de trabalho, ou seja, para muitos trabalhadores a formação profissional pode ser o passaporte para melhores condições de exploração, o que pode implicar em mudanças territoriais na busca dos empregos condizentes com sua formação. Isso só pode ser compreendido como uma ampliação das possibilidades

de emprego. Independente se eficaz ou não, a formação profissional e a própria alfabetização são encaradas por parcelas importantes de trabalhadores como condições fundamentais para a conquista de empregos. Com isso não estamos afirmando que essa seja uma tendência inequívoca de equilíbrio da oferta de emprego e a procura pelos trabalhadores, já que a mobilidade territorial não pode ser explicada pelo uso da racionalidade liberal, de que todos os trabalhadores tenham, por exemplo, à disposição, todas as possibilidades de escolha e formação, além das próprias informações que alimentam suas escolhas profissionais e suas migrações.

A dinâmica territorial que o trabalho apresenta está subsumida à lógica do capital. O que nos permite afirmar que a migração de trabalhadores qualificados estará a reboque das demandas capitalistas, ampliando e intensificando com a mobilidade o controle social, a migração para o capital.

Ao postularem a colaboração dos trabalhadores no processo produtivo, a adoção dos novos paradigmas produtivos requer novas formas de controle do processo produtivo. A eliminação de empregos ligados à vigilância e controle do processo de trabalho só é possível com uma nova forma de controle baseada no consentimento dos trabalhadores.

Isso envolve alguns riscos para o próprio capitalista, pois estaria abdicando de formas de controle direta e já consolidada, por formas de controle sutis, sendo que para isso o capitalista terá de recorrer a formas diversas de participação dos trabalhadores nos resultados da reestruturação produtiva.

Ao organizarem-se em grupos para a realização das tarefas propostas, os trabalhadores têm autonomia para proporem qual a melhor forma de realizá-las, e participam ativamente na solução de problemas ou mesmo propostas de modificações na organização do trabalho internamente à equipe. Ao serem estimulados para a colaboração com a organização do processo produtivo, devem ser capazes de realizar um conjunto de tarefas mais amplas do que na produção taylorizada. Exige-se compreensão mais ampla de todo o processo produtivo, o que implica numa nova qualificação/formação profissional.

Porém, isso é realizado sem que o capitalista perca a hegemonia sobre o processo de trabalho, promovendo no limite, a auto-exclusão dos trabalhadores. Para tanto as novas tecnologias oferecem essa oportunidade a partir da ação

simultânea de quatro mecanismos: a) O controle em tempo real da força de trabalho e imediata identificação do erro e de quem o produziu; b) a transmissão das ordens de serviço por computador eliminando a chefia, personificando o inimigo para os trabalhadores; c) o bom funcionamento do complexo automatizado que depende do trabalho de equipe, que possui autonomia para a divisão interna e aprimoramento e treinamento de novos sistemas de trabalho, sendo negado qualquer controle sobre o que e quanto produzir; d) O autocontrole dos erros por parte dos trabalhadores (GENNARI, 1997).

O mesmo autor aponta os principais elementos que o capitalista utiliza para manter os trabalhadores sob controle, utilizando-se de estratégias de gestão de recursos humanos: 1) desempenho dos funcionários totalmente dedicado ao cliente, isso promove uma aparente identificação entre o trabalhador e a empresa, o que implica numa forma de controle implícito dos funcionários; 2) garantias ao funcionário de um conjunto de benefícios, em forma de salários diretos e indiretos, como a PLR, a qual já tivemos oportunidade de debater; 3) recuperação da confiança dos trabalhadores; 4) desenvolvimento uma credibilidade mútua com o sindicato, levando-o a aceitar a necessidade da empresa ter lucro, característica esta que encontrará ressonância na disposição de muitos setores sindicais em manter postura propositiva, aceitando negociações sobre a flexibilização de direitos regulamentados na legislação trabalhista.

Os efeitos da gestão dos recursos humanos pelas empresas serão sentidos também na formação profissional dos trabalhadores, pois se adota como princípio proporcionar-lhes uma ampliação significativa do escopo de qualificações que possuem, pretensamente como forma de enriquecer o próprio trabalhador de conhecimentos e habilidades técnicas. Assim, uma nova postura diante da formação profissional será exigida das empresas e dos trabalhadores.

Catapan e Thomé (2000) sistematizaram um conjunto de características dos conteúdos exigidos na formação profissional de tipo fordista, comparando-os com a nova formação profissional, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Formação Profissional Fordista e Novo Conteúdo da Formação.

Fatores de seleção e desempenho	Antigo conteúdo	Novo conteúdo
Formação	Adquirida de uma vez por todas (investimento de uma vez só)	Permanente (atualização frequente)
Responsabilidade	Baseada sobre comportamento (esforço e disciplina)	Baseada na capacidade de tomar iniciativa (assegurar a continuidade do processo)
Interdependência	Sequencial (unicamente em relação aos aspectos precedentes e Seguintes)	Sistêmica (trabalho em equipe e interdependência de funções e níveis)
Qualificação	Ligada à experiência (habilidade manual ou de rotina)	Cognitiva (identificar e solucionar problemas)

Fonte: Catapan e Thomé, 2000, p. 34.

Observa-se que os novos conteúdos da formação profissional estão fundamentados na colaboração ativa dos trabalhadores e implicam na absorção do “saber fazer” operário no processo produtivo, re-significando o sentido de força de trabalho e da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que não significa a extinção desta distinção, mas apenas uma re-elaboração de suas funções e sentidos. Com estes elementos o capitalista visa nesta participação ativa, não só à redução de custos, mas fundamentalmente um controle mais efetivo sobre o processo produtivo, que permitirá rápida adaptação às necessidades de flexibilidade que a demanda diferenciada requer.

Como podemos observar na Tabela 1, o conteúdo da formação profissional atual exige uma preparação contínua do trabalhador, isso pela exigência de um determinado comportamento produtivo, cuja tendência seria a disseminação da competitividade e concorrência para toda a sociedade, deixando sempre à disposição do capital um conjunto muito amplo de trabalhadores dispostos e preparados a assumirem os postos de trabalho deixados por trabalhadores “indisciplinados” ou que se tornaram “despreparados” para os novos conteúdos do trabalho, em constantes redefinições, segundo os entusiastas da educação para o trabalho.

O rebatimento dessas proposições pôde ser percebida nas entrevistas que realizamos com os sindicalistas, já que estimulados a responder sobre qual aspecto é

fundamental para a qualificação profissional alguns sindicalistas responderam que a atualização constante dos conteúdos é fundamental, com professores gabaritados a acompanharem tais atualizações, como responderam os sindicalistas do STIM de Piracicaba e do STIM de Botucatu.

Além disso, pudemos perceber que alguns sindicatos fazem a vinculação direta da qualificação profissional com as demandas do mercado de trabalho (STIM de Ferraz de Vasconcelos, STIM de Mogi Guaçu), demonstrando a compreensão desses sindicalistas de que a educação profissional pode ser um instrumento de combate ao desemprego, pois esse é basicamente um problema de adequação da oferta com a demanda, de acordo com as qualificações profissionais exigidas.

Mas também é possível vislumbrarmos a necessidade de formação profissional contínua através da necessidade de novos conhecimentos que a introdução de novas tecnologias, ou novas formas organizacionais requerem, fazendo com que as habilidades existentes sejam tornadas obsoletas. A necessidade de formação profissional contínua a que muitos trabalhadores estão submetidos e a oferta crescente de mão de obra disposta e preparada para os novos conteúdos do trabalho tendem a ampliar a rotatividade no emprego, pois muitos trabalhadores que estão empregados não têm condições para estar continuamente se preparando para as transformações que acontecem velozmente.

Obviamente que tal quadro delineado acima é feito para compreender as tendências do trabalho nos setores mais dinâmicos da economia capitalista, e que como tal devem ser compreendidos em seu desenvolvimento desigual, tanto em relação a outros setores econômicos, quanto em termos de seu desenvolvimento regional.

Porém, as contradições que a formação profissional de novo tipo traz, repercutem diretamente no perfil da força de trabalho, ao promoverem simultaneamente qualificação em alguns setores ou ocupações e desqualificação em outros, além de intensificarem a especialização dos saberes em determinadas empresas.

[...] as mudanças nos processos de trabalho tendem a criar uma minoria que detêm novas qualificações ao lado de uma maioria desprovida de qualquer qualificação, cujo saber e habilidades adquiridas no trabalho se aplicam única e

exclusivamente aos sistemas implantados no interior de cada empresa (GENNARI, 1997, p. 39).

Essas contradições ampliam a heterogeneidade do mundo do trabalho, e também as dificuldades de integrar solidariamente as ações coletivas dos trabalhadores, já que as “dualidades” existentes à escala do mercado de trabalho, somam-se as dificuldades que a formação profissional de novo tipo coloca para as ações coletivas dos trabalhadores.

O controle do processo de trabalho pelo capital é ampliado com a diminuição do conhecimento gerado pela própria atividade obreira, o que de certa forma corrobora e intensifica o processo descrito por Braverman (1987) de desqualificação do trabalho, já que com a implantação de sistemas computacionais ocorre uma maior facilidade de treinamento de trabalhadores, mesmo que aparentemente o conteúdo do trabalho apresente maior componente tecnológico.

O que ocorre é a diminuição da experiência como componente de qualificação do trabalhador e a própria diminuição de seu peso na formação profissional. Isso pode ser constatado no Brasil com o aumento do desemprego nas faixas etárias mais altas, em que a despeito da experiência acumulada pelos anos de trabalho não há necessidade do capital em manter tais trabalhadores, pois a qualificação exigida pelos novos conteúdos do trabalho pode ser efetivada dispensando tal experiência.

A materialização do conhecimento técnico está, portanto, não na experiência acumulada pelos trabalhadores, mas em programas e sistemas computacionais, que incorporam a experiência acumulada com o conhecimento teórico, desenvolvido nos escritórios de engenharia de produção. O resultado disso é a diminuição do controle do processo de trabalho pelo trabalhador, já que cada vez mais o conteúdo do trabalho é definido fora do âmbito da produção, (JULIO, 2003).

Além disso, os trabalhadores ficam fragilizados diante do aumento da oferta de mão de obra qualificada para tal trabalho, com a diminuição do tempo necessário à formação profissional, contando inclusive com a participação ativa dos sindicatos como nos casos do PLANFOR/PNQ.

Se na expansão do taylorismo/fordismo após a Segunda Guerra Mundial, nos países desenvolvidos, o Estado do Bem Estar Social teve um papel importantíssimo, com a expansão da demanda produzida pela distribuição de renda, a expansão do

toyotismo e da acumulação flexível acontece sob os marcos da tentativa de dissolução do Estado do Bem Estar Social, e consolidação da doutrina neoliberal, que eliminam gradativamente a necessidade de manutenção de uma renda média compatível com a produção massificada.

Porém, é preciso compreender que o toyotismo, apesar de apresentar característica de um novo paradigma de organização da produção capitalista, não pode ser utilizado para explicação de todas as formas desta produção, pois sua generalização pelo planeta implica em contradições crescentes para a acumulação capitalista, como por exemplo, o aumento da produtividade e restrições ao aumento do consumo, ou as contradições que estão no plano da luta de classes, já que seu caráter regressivo, em combinação com as políticas neoliberais e a mundialização financeira, tem sido combatido nos mais diferentes cantos do planeta, e as alternativas baseadas em focalização dos gastos sociais pelo Estado e políticas compensatórias, não são capazes de atender às necessidades de uma população crescentemente pauperizada.

Tumolo (2002) apresenta alguns questionamentos sobre o toyotismo, que estão ligados a dois aspectos principais:

- A) À especificidade da experiência histórica e geográfica do toyotismo, ou seja, quanto à sua eficácia produtiva, quando extrapolada para fora do mercado japonês, quanto aos limites da automação e quanto aos limites das relações de trabalho, com a degradação contínua do emprego estável;
- B) À ordem geral capitalista, ou seja, será que a experiência japonesa pode ter caráter universalizante? Pode ser considerado um modelo a ser seguido pelos outros Estados nacionais? Ou mesmo como uma política efetiva das Instituições Multilaterais? Em que medida podemos considerá-lo uma superação do fordismo/taylorismo?

De qualquer forma, o paradigma do toyotismo tem se apresentado como uma estratégia eficaz para a manutenção ou até ampliação da lucratividade capitalista, e sua adoção pelos capitalistas individuais tem trazido problemas crescentes para o controle social do capital, já que o expurgo e a desvalorização da força de trabalho que acompanham sua implantação produzem um cenário de agravamento das tensões sociais.

No Brasil, a reestruturação produtiva ensejada pelo paradigma toyotista é

marcada pela heterogeneidade e pela combinação de formas “pós-modernas” de exploração do trabalho, com diferentes manifestações da degradação do trabalho, com aumento do desemprego, do trabalho escravo, manutenção do trabalho infantil, trabalho informal e outras formas aviltantes de emprego da força de trabalho na sociedade capitalista.

Embora aparentemente possam ser consideradas excrescências, ou um efeito colateral da reestruturação capitalista, tais manifestações estão longe de ser marginais ao processo social, sendo muitas vezes claramente funcionais, como as formas existentes de controle social do capital, permitindo a sobrevivência de contingentes imensos da população planetária, à *margem do consumo* dinâmico, porém devidamente submetidos a toda ordem de controle social, como revelam a ampliação do caráter policialesco da segurança pública em países como Estados Unidos, Colômbia e Brasil. São funcionais também em seu sentido econômico, como vimos pelo papel que a restauração do Exército Industrial de Reserva teve nos países desenvolvidos e no fornecimento de força de trabalho e de insumos mais baratos, garantidos pela rede de empresas terceirizadas, grande parte delas informalizadas ou de trabalhadores autônomos, de qualquer forma longe da representação sindical.

Elementos comuns que sobressaem das análises sobre a reestruturação produtiva no planeta invocam a intensificação do trabalho com diminuição de seus postos e diversas estratégias de afastamento dos sindicatos das negociações entre empresa e trabalhadores.

O que é relevante no momento é a compreensão de que as estratégias de recuperação da lucratividade capitalista articulam desde o chão da fábrica, com a reestruturação produtiva, até a própria concepção de Estado, como a doutrina neoliberal. A articulação da totalidade social redimensiona o contexto da luta de classes do pós-Segunda Guerra, principalmente na Europa Ocidental.

Porém, com o declínio da lucratividade e a ofensiva capitalista no plano da luta de classes (exemplificadas nos casos das eleições de Margareth Thatcher para Primeira-Ministra da Grã-Bretanha e de Ronald Reagan para presidência estadunidense, e no início dos anos 1990 culminando na derrocada da União Soviética). Como resultado a redistribuição de renda - um dos sustentáculos da expansão do fordismo/keynesianismo - que foi diminuída ao longo das últimas

décadas, tendo como consequência a ampliação do desemprego e da pobreza nos países desenvolvidos.

Disto resulta a diminuição da necessidade dos mercados de massa, já que a demanda diversificada e restrita à parcelas da população é capaz de prover o mercado de que a acumulação flexível necessita, graças à lucratividade que estas mercadorias proporcionam aos capitalistas. O pacto social-democrata, que se tornou paradigma da condução da política de uma forma geral, que mesmo ausente no Brasil, balizou a conduta de importantes lideranças sindicais e partidárias, não é mais necessário para atender às necessidades de acumulação do capital.

A conformação de mercados de trabalho dualizados (formal/informal) passa a ser a tônica central da acumulação flexível, em que o desemprego estrutural é a expressão mais visível da indisponibilidade de emprego, decorrente do aumento da produtividade do trabalho, embora é sempre importante lembrarmos que essa maior produtividade é resultado das estratégias de incrementos que combinam a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta.

A escassez do emprego reforça por outro lado, os mecanismos de controle da força política dos trabalhadores, pois as organizações sindicais e operárias estão assentadas na inclusão no mercado de trabalho capitalista, e a redução e precarização generalizada do emprego diminuiriam consideravelmente a base de representação destas organizações.

No Brasil, o desemprego é visto pelo capital como um problema da capacidade de adaptação da força de trabalho, em face das exigências de qualificação técnica da reestruturação produtiva, que principalmente com a mundialização do capital, teria de se tornar mais atrativa para a instalação das empresas transnacionais, o que garantiria a manutenção, ou até mesmo, expansão do emprego.

Essas assertivas são realizadas tomando-se a qualificação/formação profissional em seu sentido unívoco, como se as contradições derivadas da acumulação flexível e do próprio metabolismo social do capital tivessem se evaporado, pois a maior exigência de qualificação não é uma tônica geral do processo produtivo capitalista, nesse aspecto:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão que se faz necessária é a dos diferentes sentidos que a qualificação/formação profissional assume, como mecanismo de ajuste do exército industrial de reserva no preço da força de trabalho, barateando o custo para o capitalista com a ampliação da oferta de mão de obra formada sob os novos requisitos qualificativos do processo produtivo. Ao propagar a necessidade de qualificação/formação profissional para inserção no mercado de trabalho, o capital impregna no indivíduo uma busca duplamente útil para sua reprodução, ao deixar a responsabilidade pela sua própria situação no mercado de trabalho, estimulando-o a buscar esta “nova” formação profissional, mesmo que o próprio sistema não seja capaz de absorvê-lo, o capital exime-se da responsabilidade pela precarização do emprego. De outro lado, como frisamos acima, a maior oferta de mão de obra barateia seu custo.

Enquanto contradição viva, o sistema do capital implica na capacidade, maior ou menor, de algum controle sobre sua própria lógica. Em alguns períodos históricos, isso pareceu bastante possível para os capitalistas, porém as tendências endógenas do sistema o impeliram ao rompimento destas formas de controle, e o que acompanhamos neste momento é a tentativa de reconstrução de algum controle da lógica destrutiva do capital, bem menos ambiciosa em seus propósitos, que é o retorno de dogmas liberais do mercado na condução da regulação capitalista. De qualquer forma, essa lógica destrutiva está no cerne do dinamismo capitalista e impele-o a transformar continuamente os nexos contingentes da produção e reprodução capitalista.

Tais questões merecem ser analisadas sob a perspectiva da heterogeneidade do mundo do trabalho e do nível de desenvolvimento dos novos paradigmas produtivos em sua territorialização contraditoriamente reprodutora de processos produtivos pautados no incremento da mais-valia absoluta e/ou relativa. Assim, suas dimensões territorializantes revelam-se nas realocações das empresas ou migração da força-de-trabalho, enquanto mecanismos de ajustes para atenderem a demanda expansiva do capital da forma que lhe seja mais adequada. Não querendo com isso afirmar a existência de modelos “puros”, mas sim se pautando na própria processualidade capitalista que não exige a pureza dos modelos, sobretudo move-se em suas tendências que lhe sejam mais apropriadas para a acumulação ampliada do capital,

inovando, reformulando ou renovando processos produtivos.

A resposta política que o sindicalismo apresentou diante do quadro de precarização do emprego e as transformações no mundo do trabalho devem ser buscadas na análise das posturas que o movimento sindical, tendo os seus setores mais combativos como destaque, adotaram ao longo do período iniciado no começo da década de 1990.

A CUT como herdeira do novo sindicalismo dos anos 80 hegemonizou as ações no campo da esquerda sindical, e apresentou comportamento que se distinguiu das demais centrais sindicais pelo debate interno dinâmico e por posturas contrárias ao esfacelamento do mundo do trabalho, porém, dentro da Central a postura que logrou dominar o controle de suas ações pautou-se pelo propositivismo. Teremos oportunidade de abordar mais profundamente os debates internos e os desdobramentos das posturas adotadas pela direção da Central no próximo capítulo. O que queremos ressaltar neste momento é que dado o quadro geral de ofensiva do capital sobre o trabalho, a CUT não conseguiu construir alternativas para a superação do sindicalismo oficial e apostou em estratégias conciliatórias e neocorporativistas, concretizadas nas diversas câmaras setoriais e no Fórum Nacional do Trabalho.

Como componente *novo* dessa adesão, a participação dos sindicatos na formação profissional aprofunda o caráter conciliatório do movimento sindical, pois conforme vimos em muitos sindicatos, tratou-se de uma adesão ao PLANFOR/PNQ acrítica, sem levar em consideração os marcos ideológicos impregnados nessas propostas de educação profissionalizante, abandonando em alguns casos a formação sindical como componente crucial da luta proletária.

Como geografia é fundamental estabelecermos os liames dos sujeitos sindicatos na luta de classes, ou seja, como agem na resistência ou apoio às formas materiais e ideológicas do desenvolvimento capitalista, contrariando ou não sua territorialização, pois os sindicatos ao se negarem como contradição do capital agem como sujeitos do aperfeiçoamento do capital, em suas variadas escalas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (1ª edição)
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (2ª edição)
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (a) **Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento** Brasília/DF: MTE/SEFOR, 1999
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro/RJ: Guanabara, 1987
- CATAPAN, A. H. e THOMÉ, Z. R.C. **Trabalho & Consumo. Para além dos parâmetros curriculares** Florianópolis/SC: Insular, 1999 (1ª edição)
- CATTANI, A. D. **Trabalho & Autonomia** Petrópolis/RJ: Vozes, 1996. (1ª edição)
- GENNARI, E. **Automação, terceirização e programas de qualidade total: os fatos e a lógica das mudanças nos processos de trabalho** São Paulo/SP: CPV, 1997. (1ª edição)
- HIRATA, H. “Da polarização das qualificações ao modelo da competência” *in* FERRETTI, C. J. *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 124-138. (7ª edição)
- JULIO, M. “Crise do capital, reestruturação produtiva e qualificação profissional” *in* BATISTA, R. L. e ARAÚJO, R. (orgs.) **Desafios do Trabalho** Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 115-142
- LARANGEIRA, S. M. G. “Qualificação” *in* CATTANI, A. D. (org.) **Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico.** Petrópolis/RJ: Vozes, Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1997, p.190-195. (1ª edição)
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo** Rio de Janeiro/RJ: Record, 1999. (1ª edição)
- TUMOLO, P. S. “Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs” *in* FIDALGO, F. S. (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p.61-86. (1ª edição)

DESAFIOS TEÓRICOS PARA A GEOGRAFIA DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

Antonio Thomaz Junior¹

1 APRESENTAÇÃO

A possibilidade de trazer a público essas reflexões nos permite colocar em evidência as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade em que vivemos. Aprender os significados e os sentidos do trabalho, no seio da classe trabalhadora. Eis por onde estamos construindo nossas pesquisas e, por meio delas, fazemos um exercício constante para o redimensionamento teórico-conceitual-metodológico com vistas a identificar, internamente à dinâmica geográfica do trabalho, sua constante (des)realização.

Os desafios teóricos e metodológicos nos exigiram/exigem (re)posicionamentos constantes quanto à realidade entendida como síntese de um conjunto de ações imbricadas, mas que tinha, no centro das atenções, o trabalho e as diferenças radicadas na formulação política das entidades sindicais.

A percepção da incomunicabilidade existente no interior do proletariado agroindustrial canavieiro denunciava que a escala dos conflitos não se restringia somente ao formato capital x trabalho, ou a sua face correspondente à relação econômica preponderante, mas também se alastrava para a dimensão da representação e da subjetividade da classe trabalhadora ou, de maneira direta, à seara intra e intersindical. Eis a razão, portanto, de nossa dedicação à decifração desse desenho societal composto de constructos territoriais que denunciavam haver uma complexa trama de relações contraditórias, a ser apreendida por meio da “leitura” geográfica, fundada na alienação do trabalho e no controle territorial do capital e do Estado. Foi por meio desses elementos que estruturamos os pilares da tese que deu origem ao Doutorado².

¹ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia, da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT.

² *Por trás dos canaviais os nós da cana*. FFLCH/USP, Departamento de Geografia. Ano de

Com o passar dos tempos, fomos compreendendo que não bastava situar essas relações como parte intrínseca do processo social mais geral, tampouco que o conjunto das pesquisas em execução poderia elucidar as contradições que o próprio movimento da sociedade apresentava. Era preciso exercitar os elementos teóricos de mediação, de sorte que a relação metabólica se expressasse enquanto configuração espacial e referenciasse as disputas territoriais.

É importante ressaltar que nossa atuação junto ao movimento operário/sindical, por meio das nossas interpretações e avaliações da realidade vivida no ambiente social da reprodução do capital pelos trabalhadores, tem sido indubitavelmente, o ponto alto de toda a trajetória investigativa, ao lado das reflexões que oportunizamos internamente aos fóruns da Geografia no Brasil e no exterior, especialmente através da nossa participação em eventos científicos, cursos, palestras etc.³

As dificuldades para podermos discutir amplamente com os trabalhadores e suas entidades de organização estiveram ligadas diretamente às divergências em relação à postura que defendíamos e que fundava nossas avaliações sobre as ações dos sindicatos. Quer dizer, mantínhamos discussões frequentes com os dirigentes a respeito do apego dos sindicatos à delimitação territorial oriunda do Estado e reservada às corporações sindicais, sem antes haver o reconhecimento do primado da totalidade social, dos interesses de classe dos trabalhadores, dos sindicatos.

Nossas críticas ao distanciamento dos sindicatos e das centrais sindicais, com relação às ações capazes de mobilizar os trabalhadores para o efetivo exercício do debate político, marcaram nossas publicações. A postura dos sindicatos, fixada e viciada nos trâmites burocráticos da justiça do trabalho, não somente intensificou a desmobilização⁴, como também repercutiu nos resultados obtidos, especialmente nos pisos salariais aquém das reivindicações dos trabalhadores; no distanciamento

Defesa: 2006. Orientação: Prof. Dr. Dieter Heinz Heidemann.

³ Vide Memorial, item II do Trabalho analítico apresentado pelo autor em sua banca de livre docência, disponível na íntegra no site do CEGeT <www.fct.unesp.br/ceget>.

⁴ A predominância da opção oficialista e burocrática dos sindicatos brasileiros, predominantemente na segunda metade da década de 1990, sob o signo das ações simultâneas da reestruturação produtiva do capital e do neoliberalismo, faz-nos concordar com Bernardo (1997), quando diz que há certos “sindicalistas” que são muito mais *gestores do capital* do que representantes dos trabalhadores.

dos sindicatos do “chão de fábrica” ou da explicitação do conflito capital x trabalho (formas concretas de realização da subordinação/exploração/dominação do trabalho); e ainda na secundarização das cláusulas sociais etc.

2 INTRODUÇÃO

A partir da conclusão da Tese de Doutorado, pudemos perceber que se fazia urgente compreender e superar as fragmentações que nos distanciavam do entendimento daquilo que nos foi caro na formulação da própria tese. Era e é na fragmentação do trabalho que o capital canavieiro se superava/supera e colocava/coloca à prova o exercício do controle social e do domínio de classe. Não porque exercia/exerce integralmente a soberania assentada na divisão social do trabalho, mas também porque o atraía/atrai para o campo de disputas, cujas regras e rotinas estavam/estão sob seu controle direto, prerrogativa que lhe garantia/garante a hegemonia e o controle do processo social, regendo seu espaço na amplitude territorial das disputas de classe e da realização do fenômeno produtivo.

Daí o trabalho fragmentado em categorias/corporações, consoante a divisão técnica do trabalho, e guiado pelas negociações em separado e interesses corporativos, o que se reflete nas instâncias de organização sindical (químicos, alimentação, condutores, rurais) e subcorporativas, tais como dos trabalhadores rurais inseridos no corte da cana-de-açúcar, submetidos à representação legal de duas instâncias de organização⁵.

Mobilizado essencialmente pelas disputas intercorporativas e afeito à “leitura” fetichizada do território sob o ângulo de visão do capital, o trabalho se encontra distanciado da compreensão dos mecanismos de dominação, restrito ao regramento jurídico-político da delimitação dessa ou daquela categoria/corporação em consonância ao território delimitado pelo Estado, se nesse ou naquele município, à unicidade sindical. Então, na maioria dos casos, o trabalho não está referenciado aos interesses de classe, das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que recobrem os desígnios da classe trabalhadora, tais como projeto de desenvolvimento, reforma agrária.

⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

Está em questão polemizarmos sobre a compreensão parcial, fragmentada e engessada dos trabalhadores com respeito aos parâmetros do edifício corporativo-sindical e suas ramificações para os movimentos sociais, e priorizarmos o movimento de (des)realização do trabalho e a sua fragilização/esvaziamento diante dos novos desafios da reestruturação produtiva do capital.

Quando nos ocupamos com a (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. Se buscarmos em Marx e Engels (1982), em *A Ideologia Alemã*, vamos encontrar que a propriedade privada funda o *trabalho estranhado* (e vice-versa), no entanto, a determinação *reflexiva* de propriedade privada é a *divisão hierárquica do trabalho*. É por isso que os autores asseveram: “Assim, *divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade*” (p.79). Portanto, é do processo social de proletarianização, diga-se processo sistêmico do metabolismo social do capital, que emerge a condição de existência da civilização do capital. Dito de outra forma, o *processo de proletarianização* que marca a ocidentalização do mundo, protagoniza um movimento sócio-histórico estrutural e impõe um *tipo humano* submetido às coisas ou ao poder das coisas, ou seja, o homem alienado ou homem desefetivado como sujeito⁷.

Por conseguinte, surpreendem-se os vínculos entre fragmentação do trabalho e (re)divisão técnica do trabalho, que ultrapassam a espacialidade campo↔cidade e a escala da identidade subjetiva de cada experiência laboral, colocando em xeque os referenciais fragmentados, de uso corrente, pelas instâncias de representação política (sindicatos/categorias sindicais, associações, cooperativas, movimentos sociais) e, via de regra, também presentes nos estudos científicos.

⁶ Cf. *Obras Escolhidas*, tomo 1.

⁷ Cf. MARXa, 1986a.

Os desafios estão postos e as fragmentações entre campo e cidade nos expõem às indeterminações analíticas e às insuperáveis limitações de um corpo teórico letárgico. Por exemplo: o MST também direciona ações para os centros urbanos, não somente restritas à política de arrematação, por meio do coletivo da Frente de Massa, mas na organização de assentamentos que possam cumprir outros papéis e não exclusivamente a produção de alimentos, como é o caso das Comunas da Terra, experiência em implementação nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo.

Concluimos estar diante das limitações explicativas de um corpo teórico que necessita apropriar-se dos significados, dos movimentos e dos desafios que estão postos para a classe trabalhadora no século XXI, o que nos tem levado a um constante exercício autocrítico. Em primeiro lugar, repensar os significados desse conceito em consonância com os *novos* sentidos do ser que trabalha, em meio às suas diferentes formas de expressão e, conseqüentemente, à malha de (des)realizações materiais e identitárias/ subjetivas. Em segundo lugar, refletir a ampliação do horizonte de compreensão do ser social que trabalha, do trabalho propriamente, com as atenções voltadas para a parcela dos homens e das mulheres que se inscrevem na prerrogativa da venda da força de trabalho, ou para o conjunto dos assalariados. Isto é, reivindicamos essa compreensão também para aqueles que se inserem fora desse expediente, tanto egressos da relação formal assalariada (des)realizada, quanto os que se inserem já diretamente - e em número cada vez mais crescente - distantes da prerrogativa da venda da força de trabalho, que povoam as fileiras da informalidade e vivenciam inúmeras realidades laborais, mas que expressam objetividades e identidades de classe por confrontar direta ou indiretamente com o capital. Em síntese, esses significados e registros da identidade do trabalho devem ser captados por nós, e a eles devemos vincular nosso interesse em (re)pensar os aprendizados teóricos dessa realidade do trabalho no século XXI, que ao se apresentar de *pernas para o ar*, nesse ambiente de (des)realização, pode transparecer intransponível, incompreensível etc.

Sem que isso signifique desconhecimento da teoria marxiana, ou que nos estimule a deformar o conceito de trabalho e de classe trabalhadora, ao contrário, o que se põe é acatar o desafio de apresentar ao debate a necessidade de discutir o que está se passando no interior da classe trabalhadora, e quais os rebatimentos

desse processo na organização espacial da sociedade e nas disputas territoriais.

3 A ESCALADA DOS DESAFIOS...

Num mundo cada vez mais contaminado pela perversidade do processo de reprodução do capital e pelo embaralhamento ideológico e conceitual, teremos (temos) que reconhecer, desde já, por meio das fraturas que identificam um sem número de relações vivas (desconectadas) do trabalho, a malha de significados que pode repor em questão a ruptura com a lógica do capital, em escala mundial. Em Antunes (1999), temos as pistas para vincular a economia informal à terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial, precário, desemprego estrutural. Quer dizer, é esse processo de fragmentação da classe trabalhadora em diversos segmentos que tem prejudicado o entendimento de pertencimento de classe, diante dessa realidade movediça.

Como defende Antunes (1999, p.171):

O desafio maior da classe que vive do trabalho no século XXI é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que pelas condições precárias em que se encontra constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e suas formas de (des)socialização.

É por isso que o ataque direto ao operariado e aos proletários, imanente à estratégia de dominação do capital, inscrito de forma geral, com a diminuição crescente de seu efetivo em todo o mundo, não nos autoriza a afirmar e defender que o trabalho perde centralidade, até porque a teoria do valor continua edificando o processo sociometabólico do capital e, por outro lado, não deve ser o esgarçamento das relações de trabalho estritamente assalariadas e a crescente participação da informalidade a decretar o fim do trabalho. Em outros termos, se faz parte da lógica do capital o permanente revolucionamento das forças produtivas, em algum momento desse processo, pode colocar em questão o próprio processo de

acumulação. Assim, se a valorização do valor depende exatamente da exploração do trabalho vivo, humano, ao poupar trabalho de forma radical como se presencia por meio da 3ª revolução técnico-científica, este fenômeno, em consequência, estaria afetando a lei do valor pelo fato de evidenciar que o trabalho abstrato perde de forma crescente e ampliada a capacidade de ser a medida da própria acumulação de capital⁸.

Na verdade, somos desafiados a ampliar os horizontes de compreensão sobre a constante passagem da condição de assalariado (operário puro e proletário) para informais, da mesma maneira que setores do campesinato, não com a perda/negação do *status* de rebeldia e de capacidade de lutar contra o capital, mas de mudança na forma, no conteúdo e nos procedimentos de reação e resistência da classe trabalhadora. Pensamos que não é propriamente com o enquadramento do trabalho à categoria de semiproletário, *lumpen*, como demarcação para continuar mantendo o distanciamento desses contingentes da composição da classe trabalhadora, assim como com a defesa de seu descentramento, porque senão nos escapará o entendimento do rico e contraditório processo de redefinição das lutas e o conteúdo da dinâmica geográfica atual do trabalho, da renovação da composição da classe trabalhadora no século XXI. Tampouco poderíamos imaginar que o fim do trabalho abstrato, constantemente atingido pelo próprio capital que o criou e que o destrói, pela via da substituição de força de trabalho por máquinas, sem que isso se processe por meio de revolução e emancipação de classe, corresponde apenas a uma manifestação da barbárie.

O retorno dos sistemas de trabalho doméstico, que se aproxima do que definimos como trabalho domiciliar e que, como imaginava Marx, seria substituído no capitalismo avançado, ao contrário, é exatamente no interior de sua recomposição na virada do século XXI, na fase da microeletrônica, que o *“enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representante de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo”* (HARVEY, 1992). O autor enfatiza, ainda:

Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas alternativos de

⁸ Marx (1987), nos *Grundrisse*, aponta essa possibilidade.

trabalho podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. (1992, p.175).

Podemos afirmar que o capitalismo globalizado apresenta um movimento intenso e contraditório de integração, fragmentação, polarização, que redimensiona constantemente a diferenciação dos espaços sociais. A tensão entre integração global e rediferenciação territorial, sob as atenções de Milton Santos (1996), não deixa escapar a intenção de disciplinarização das categorias geográficas; em Brenner (1998), podemos focar as relações entre as escalas geográficas e sua contínua rearrumação e territorialização, na perspectiva da resistência e da construção de referenciais emancipatórios.

Aqui, reforçamos a compreensão de que o espaço geográfico, por pressupor, histórica e empiricamente, uma multiplicidade de eventos e ocorrências sociais que a todo o momento interagem, contrapõem-se e se contra-restam, é o que dá liga à *unidade de complexos*⁹. Para Santos (1996), é isso que faz do espaço geográfico uma constante relação de reciprocidade dinâmico-dialética ou um movimento ininterrupto de *forma-conteúdo*.

Se tomássemos de empréstimo o entendimento de Moreira (2007), de que o espaço é história ou “*estatuto epistemológico sobre o qual a Geografia deve erigir-se como ciência*”, então o espaço geográfico “*é parte fundamental do processo de produção e da estrutura de controle da sociedade*”, ou de suas instituições e relações de classe (MOREIRA, 2007, p. 62).

Dessa forma, o espaço é a categoria da ordem e o território é sua materialidade, de sorte que, por esse referencial, nos propomos apreender a dinâmica geográfica da totalidade do trabalho com vistas à apreensão da práxis social territorialmente fragmentada dos trabalhadores. Seria o mesmo que pensarmos o território nos colocando no lugar do chão de fábrica, substituindo-o geograficamente ou delimitando significados e sentidos vinculados a *novos* conteúdos sociais, ou seja, os seres humanos continuam existindo independentemente de não serem mais força

⁹ Conceito formulado por Mészáros (2002).

de trabalho - da mesma maneira que aqueles não vivenciam ou nunca vivenciaram essa condição/situação -, mas a necessidade de realização social dos homens enquanto *sujeitos monetários*¹⁰ nessa sociedade complexifica as territorialidades do trabalho que o território expressa. O primado ontológico do fenômeno do trabalho é a base do constructo da “leitura” geográfica, e há procedimentos intelectuais de mediação, definidos por Moreira (2007, p. 117), como “princípios lógicos” que promovem o intercâmbio entre as categorias centrais paisagem, território e espaço.

A complexificação do conteúdo geográfico tem na presença dos princípios lógicos de cada uma das três categorias, a condição para que o espaço se expresse na empiria da paisagem e do território. Esse entrecruzamento se dá por meio de desdobramentos subcategorais, que ao iniciar pela localização do fenômeno na paisagem, ou propriamente o ponto de partida metodológico que indica a percepção dos objetos e seus arranjos, sua distribuição, e daí as distâncias. Da malha produto desse processo tem-se a noção de extensão, que já é segundo Moreira (2007), o princípio da unidade do espaço, ou espaço como princípio da unidade. É na sequência que o território comparece como delimitação dos recortes, já como expressão da extensão, e do intercâmbio “*desses recortes surge a escala e temos o espaço constituído em toda sua complexidade*” (MOREIRA, 2007, p. 117).

Esse exercício teórico é imprescindível e também a base para *enxergarmos* o conteúdo territorial do *tensionamento vivo* da luta de classes - e não somente suas evidências geográficas como produto do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, no qual a técnica protagoniza o processo social. Se pudéssemos tomar aspectos que ocupam lugar central nos tempos do século XXI, a explicitação do conflito (por salário, emprego, terra, controle do processo de trabalho, moradia, reforma agrária, educação, liberdade, socialismo etc.) e os seus vínculos de pertencimento de classe nos indicariam as interações espaciais e territoriais que incidem sobre a questão emancipadora para a classe trabalhadora, ou

¹⁰ Cf. KURZ (1998), em “Os últimos combates”. Essa expressão situa-se noutro contexto, no qual o autor se propõe explicar o envolvimento das castas dirigentes dos sindicatos de trabalhadores em empresas estatais, no aparelho e gestão dos fundos de pensões, sendo que Oliveira (2003) incorpora a ideia para explicar o caso da PREVI (Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil) e do próprio BNDES, por exemplo, mediante os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que financiam a reestruturação produtiva, que, por sua vez, produz desemprego.

ainda, o que é precípua, o jogo das alianças políticas, o direcionamento e propósitos dos partidos políticos e demais organizações incumbidas de encaminhar as lutas.

A exaustão dos exemplos não pode ofuscar a objetividade de as atenções estarem direcionadas para esse movimento dialético de (des)realização e de (des)pertencimento, no qual buscamos as evidências da negação/afirmação do trabalho e da classe trabalhadora. Sejam trabalhadores formais (proletários, assalariados regulares, terceirizados etc.), além dos assalariados temporários (migrantes que vivenciam a condição de camponês/ produtor familiar etc.), sejam trabalhadores informais (por conta própria, domiciliar, camelôs, ambulantes), e ainda a pluralidade de recortes (gênero, etnia etc.), o quadro plural da (re)existência do trabalho é o nosso ponto de partida.

Todo o esforço está centrado em demonstrar a dinâmica territorial do trabalho ou suas diferentes formas de expressão, com as quais nos ocupamos diretamente, bem como as constatações expressas pelas demais pesquisas, e as redefinições na composição da classe trabalhadora e na sua própria estrutura. O que estamos inserindo na discussão, motivados por nossas pesquisas e pelo movimento recente de redefinições no âmbito do mundo do trabalho, é que o principal a considerarmos nesse processo são as experiências vividas e as experiências percebidas de classe (cotidianas) mediadas por instituições político-culturais (partidos de classe, sindicatos socialistas etc.), movimentos sociais que propugnam ir além da reivindicações pontuais e na dimensão do *em si*. É, pois, a partir dos seus espaços de produção e de reprodução que estamos nos propondo analisar as dimensões ontológicas (saltos) que qualificam as relações substantivas novas, que impactam na formação de sujeitos históricos conscientes.

Dito isso, enfatizamos que a categoria classe social não se reduz aos dados estatísticos, sendo que sua efetivação presume não apenas uma materialidade objetiva, produto da divisão social de trabalho e o conseqüente antagonismo estrutural de interesses de classe, mas também a materialidade subjetiva ou a consciência de classe.

Trata-se, portanto, de uma categoria fundamental para explicar/compreender a práxis social histórica de coletividades humanas na modernidade do capital, e com isso ser prioritária para entendermos as ações dos movimentos sociais, ao contrário do que povooou e que ainda se faz presente nas compreensões sobre as características

dos Novos Movimentos Sociais (NMS) – apesar das polêmicas em torno desse assunto que não nos cabe neste momento –, como a defesa de interesses difusos¹¹, por ocultar e até negar a prevalência do conteúdo de classe da identidade coletiva. Como salienta Alves (2009): “Na verdade, a *consciência de classe* propriamente dita ou consciência de classe necessária” (para si), “se traduz na superação do *momento econômico-corporativo* pelo *momento ético-político*”¹² (p.21). Para fortalecer essa compreensão, podemos também resgatar o posicionamento de Scherer-Warren (1987), quando indica que “*as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe*”. (p.34).

Essas questões e questionamentos passaram a fazer parte do nosso cotidiano em Geografia. Nesse sentido, a configuração dos territórios, as dinâmicas geográficas que lhes estão na base, o metabolismo social e suas referências espaciais, nas diferentes escalas, diante dos novos padrões de acumulação de capital, e os conflitos iminentes são componentes imprescindíveis dos pressupostos e referenciais de pesquisa.

3.1 ... DO TRABALHO E DA CRISE DO CAPITAL...

É por essa via que vinculamos a crise do capital – e não somente do capitalismo – seu destrutivismo imanente, próprio da sua forma metabólica e a crise do trabalho abstrato como elementos imprescindíveis para discutirmos a centralidade do trabalho e o futuro da sociedade, o que põe em relevo que “as crises são endêmicas ao processo¹³ capitalista de acumulação”¹⁴.

¹¹ Nesse particular a defesa dos aspectos culturais ou o entendimento dos discursos como expressão de práticas culturais, e com isso a eliminação da centralidade de um sujeito específico, edificou, junto ao ambiente intelectual europeu pós anos 1960, outra linha de compreensão e formulação sobre os movimentos sociais. Touraine (1977), Offe (1988) como um dos principais protagonistas dessas formulações enfatizaram a cultura, as lutas sociais cotidianas e o processo de identidade criado. Em Gohn (2007), já na sétima edição, podemos encontrar riquíssima revisão sobre o que o próprio título do livro propugna: “Teorias dos movimentos sociais”.

¹² Grifos no original.

¹³ Mas é necessário reconhecer as diferenças entre as crises cíclicas, ou crises de ondas longas de expansão, conforme o entendimento de Mandel (1985) a respeito de crise estrutural.

Num esforço de síntese, poderíamos recuperar os aspectos históricos mais marcantes das principais etapas do capitalismo, desde os primórdios, para nos assegurarmos de que, na época atual, o que se tem são especificidades de um processo marcadamente destrutivo. A começar pelo desenvolvimento do artesanato, da acumulação primitiva de capitais, da proletarização de camponeses e artesãos e da instituição da fábrica, no final do século XVIII, identifica-se historicamente a primeira Revolução Industrial (1780-1820) e que, por toda sua extensão, tratou de edificar as referências estruturais do modo capitalista de produzir (e de produção), ou os elementos centrais de sua vertebração, sob a liderança e protagonismo da Inglaterra, que combinou poder militar e formas superiores de produção industrial. A hegemonia na economia mundial, com a libra sustentando o padrão monetário internacional (*gold standard*), permitiu-lhe dominar isoladamente o capitalismo mundial até a primeira Guerra Mundial. Nesse período, as principais ocorrências que deram sustentação para a nova sistemática de produção foram: a propriedade privada dos meios de produção, a economia baseada na produção industrial, o trabalho assalariado e a existência de duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado. Sem contar que os papéis tinham lastro, e não eram apenas capital fictício como são primordialmente hoje, depois do fim do acordo de Bretton-Woods.

Todavia, foi no bojo da segunda Revolução Industrial, marcadamente no período entre guerras (1915-1950), que se dá a consolidação da sociedade industrial, com o avanço das descobertas científicas (invenção do motor a explosão, técnica de refino de petróleo e da química fina e o manuseio de novos produtos, como o plástico, o aço e a produção siderúrgica, e, na Física, os metais condutores, a fissão nuclear, a eletricidade etc.). Por conta disso, o aumento da escala de produção do processo industrial passou a requerer elevados aportes de investimentos – diferentemente do momento anterior – o que exigiu “significativo movimento de centralização e de concentração de capitais, bem como a intervenção do Estado e de bancos de investimento”¹⁵. O anúncio do fim da máquina a vapor e a intensa movimentação de iniciativas e da adoção das inovações tecnológicas no processo

¹⁴ Cf. HARVEY, 2005, p. 45.

¹⁵ Cf. POCHMANN, 2001, p. 20.

produtivo, como um todo, estiveram atrelados à adoção de novos preceitos da administração científica do trabalho capitaneados por Taylor, e da linha de montagem como síntese da racionalidade produtiva de Henry Ford.

O maior impacto desse novo momento, tanto espacial quanto economicamente, não extinguiu as fabriquetas e os empreendimentos de pequeno porte, porém repercutiu no processo de centralização, no tamanho das empresas, das plantas industriais e, conseqüentemente, na escala e quantidade de produção. É dessa época o marcante processo de fusões, da constituição das Sociedades Anônimas e propriedades por cotas e ações, dos monopólios, cartéis, o que imprimiu novas características ao modo de produzir, tendo à frente a liderança dos EUA. Isso se deu sob rígida referência de um padrão diferencial de desenvolvimento social e econômico entre as nações¹⁶, daí as expressões *fordismo*, *fordismo periférico*, *sociedade salarial incompleta*, com o apoio explícito das agências multilaterais e de fomento do capitalismo, em nível mundial: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), GATT, depois Organização Mundial do Comércio (OMC). Nessa fase, tem-se, aliada à estruturação da *máquina social de produção*, a conciliação de novas atribuições ao Estado burguês (keynesiano), a passagem para a fase monopolista do capitalismo e a materialização do imperialismo, a consolidação da sociedade salarial e o controle dos trabalhadores.

Com o aprofundamento da concorrência intercapitalista, já no final dos anos 1960 e início dos 70, constatavam-se, no centro do sistema, algumas mudanças de rota dos referenciais que se ergueram após a Segunda Guerra. O produtivismo da sociedade burguesa alcançou seu limite, porque ao mesmo em tempo em que as novas bases tecnológicas ampliaram a produção - a ponto de estarmos imersos em meio a uma crise de superprodução - isso não requereu o emprego de novos braços humanos.

Mesmo que o comando da nova Divisão Internacional do Trabalho já revelasse sua dimensão financeira, essa via se consolidou consorciando, de um lado,

¹⁶ A esse respeito, Pochmann (2001) utiliza a classificação de países periféricos, países semiperiféricos e países do centro do sistema.

a reestruturação produtiva do capital, à base de uma nova revolução tecnológica (informática, microeletrônica e tecnologia de informação - TI), o que apressou e tem intensificado o papel das grandes corporações transnacionais, pela via do aprofundamento da concorrência intercapitalista. Paralelamente, precarizou ainda mais o trabalho, que se apresenta de muitas formas e tem crescido em uma proporção mais ou menos direta com a redução das formas de trabalho consideradas “estáveis”. A complexidade desse processo retém em si o fato de que o capital financeiro “não deu uma rasteira” no capital produtivo, tal como poderíamos caricaturar, por meio de uma foto de Antonio Ermírio aos prantos, ao lado de uma foto de Lázaro Brandão rindo à toa, pois ambos são irmãos siameses - ou um não pode viver sem o outro.

Podemos afirmar que a denominação usual nos meios de comunicação de *Revolução Informacional*, para caracterizar esse período recente em que as técnicas fazem valer modificações e rearranjos de grande profundidade no tecido social, é ao mesmo tempo poupadora de trabalho, de tempo de produção e maximizadora da produtividade, sendo que isso faz toda a diferença, quando são apropriadas unilateralmente pelo capital.

Esses desdobramentos nos interessam diretamente, nas suas diferentes expressões, seja pela via do espalhamento espacial da planta fabril seguida de maior capacidade de produção, sem que isso esteja acompanhado de número proporcional de operários, ao contrário, elas podem incrementar momentos de produção em diversas unidades, em diferentes regiões, seja pela vivência no setor de serviços, na constante migração entre diferentes atividades laborativas, à base de intensa informalização, e o extremo da despossessão. Seja também na mobilidade forçada de trabalhadores dos campos para as cidades e a perda do acesso a terra, como evidência da desterritorialização de milhões de homens e de mulheres que perdem seu sustento e da família, engrossando as fileiras dos famintos. Para aqueles que resistiram a esse processo de proletarização e foram construir o território da (re)existência em outros lugares, na qualidade de camponeses, reservou-se o protagonismo e a marca da continuidade das lutas e da manutenção da reforma agrária nas pautas políticas.

Não obstante, ir para a cidade não necessariamente piora a vida das pessoas, mas, nas condições que predominaram no Brasil, as evidências e os dados

censitários (Censos Demográficos do IBGE) e os estudos específicos sobre esse processo indicam a um só tempo a brutalidade do processo de industrialização, que, ao se dinamizar nos campos, rompeu em definitivo para número significativo de camponeses e trabalhadores os vínculos com a terra, os quais, ao migrarem para as cidades, conheceram as mesmas marcas da piora das condições de vida. Há ainda o fato de que parte dos descontentes e remanescentes da exclusão do mercado de trabalho urbano migra ou retorna para a terra, ocupa áreas, aumentando o contingente de envolvidos na luta pela terra. Nesse amplo campo de externalizações do trabalho, cabem *novas* formas de exploração, sempre renovadas pelo incremento real mês a mês, ano a ano, inclusive com as hordas de desempregados que compõem o desemprego estrutural.

Os trabalhadores especializados/desqualificados do *fordismo*, que, durante décadas ocuparam a cena, foram sendo substituídos pelos trabalhadores *completos*, não mais os artesãos do capitalismo da Primeira Guerra. Se o *novum* nos remetia (remete) ao toyotismo e, mesmo diante das dificuldades de apurar definição precisa¹⁷, especialmente pelo fato de se desenvolver a partir de uma nova base técnica do sistema do capital – e isso é demarcatório, do ponto de vista histórico – não podemos nos esquecer de que, no bojo da 3ª revolução científico-tecnológica, que começou a dar os primeiros passos após a Segunda-Guerra e só se manifestou nas décadas de 1970-80, tem-se a (re)criação de um *novum* trabalhador, com novas qualificações e natureza multifuncional (polivalente).

É oportuno recuperar a defesa intransigente de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, da emancipação da classe trabalhadora. Não é o caso de polemizar, tampouco de ampliar esse debate, mas de qualificá-lo para vincular teoricamente o quadro de barbárie e destrutivismo que se reserva aos trabalhadores no capitalismo. Da mesma maneira que, para Marx e Engels, barbárie não estava associada à regressão a um passado tribal, Rosa Luxemburgo¹⁸ enfatiza o fato de que se trata de uma barbárie eminentemente moderna, da qual a Primeira Guerra Mundial oferece um exemplo, muito mais cruel, em sua “desumanidade

¹⁷ Oliveira et al.(2004), autora de estudo inédito e referencial sobre o assunto, no Brasil, também reconhece a dificuldade em definir toyotismo, mas oferece indicações que nos ajudaram a estruturar nossas compreensões sobre o tema.

¹⁸ Cf. LUXEMBURGO (s/d)

assassina, que as práticas guerreiras dos conquistadores ‘bárbaros’ do fim do Império Romano”¹⁹.

Poderíamos recorrer, ainda, a Chesnais (1996), pois, ao rejeitar qualquer tentativa de retorno ao *socialismo real*, “destruidor de homens, destruidor de esperanças e de razões de lutar”, sugere que “é difícil ver como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital” (1996, p.321).

A resposta é deixada a cargo dos movimentos de trabalhadores que lutam em defesa das conquistas sociais ainda vigentes. Chesnais (1996) adianta sobre o conteúdo dessa luta, salientando que, depois de rejeitar a escala temporal, o sistema do capital continuou a se afirmar pela via da *destruição produtiva*²⁰. Segundo o autor, não existem rotas conciliatórias de fuga, nem saídas pela “terceira via”. Contudo, para os apologetas do sistema, toda busca para restabelecer a ordem e o processo de acumulação é condição para o homem buscar equilíbrio de suas relações para o desenvolvimento social²¹. Fica omissa a circunstância de o processo social e metabólico do capital estar assentado, pois, em outro formato: produção destrutiva, que defende Mészáros (2002 e 2007), de forma amadurecida e profunda. Como componente intrínseco da natureza humana, o capitalismo estaria sempre em expansão, superando a alternância periódica das conjunturas e das crises, o que, conforme Luxemburgo (1976), constitui feição específica do modo de produção capitalista, mas não o movimento em si, removendo resistências, derrubando barreiras e ultrapassando fronteiras, tudo pelo desenvolvimento econômico e social e pela manutenção e garantia da “harmonia” que o mercado pressupõe.

A esse respeito, Mészáros (2007) é taxativo, quando argumenta que tem forte peso na opinião pública em geral a “crença de que o ‘mercado’, uma vez plenamente ‘globalizado’, suprimirá para sempre os antagonismos arraigados e as desigualdades em última instância explosivos da ordem estabelecida do capital”

¹⁹ Poderíamos atualizar essa afirmação com a análise de Mészáros (2007), quando pondera que a situação, hoje, é qualitativamente diferente, com a qual a formulação de Rosa Luxemburgo, em “A crise da Social Democracia” *socialismo ou barbárie*, adquire urgência dramática. Também podemos reforçá-la com alguns excertos de Ernest Mandel, quando defende que a escolha da humanidade para o século XXI não é mais, como em 1915, *socialismo ou barbárie*, mas *socialismo ou morte*.

²⁰ Cf. MÉSZÁROS, 2002.

²¹ Cf. SMITH, 1988.

(MÉSZÁROS, 2007, p.332).

Seguindo os referenciais de Fernandes (1987), poderíamos lembrar o que ocorreu no Brasil, por exemplo, depois da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas “concedeu” direitos sociais em troca do fim da autonomia política e sindical dos trabalhadores. É fato, pois, que, na “era FHC”, bem como no neoliberalismo em geral, não há nenhuma concessão aos de baixo. Mas, e no governo (*popular*) Lula?

Essa indagação se associada à preocupação principal da reforma trabalhista e sindical oferece-nos a resposta a que veio, ou seja, não intenta conduzir o movimento sindical a um novo patamar de força política, de consciência crítica e radical contra a fragmentação e exploração capitalista. Em essência enseja adequá-lo às exigências e necessidades do capital²², sobretudo a fragilização e perda de direitos, e a materialização do que estão afirmando os especialistas no assunto, de reestatização dos sindicatos no Brasil, no século XXI²³.

Por outro lado, desmobilizados e distantes da construção efetiva de referenciais pautados na autonomia e na independência de ação, os sindicatos e as centrais sindicais se encontram, na maioria dos casos, engessados ao legalismo, ao cumprimento das normas e regras jurídico-trabalhistas e aprisionados à pauta estabelecida pelo governo.

Isto é, o *staff* estatal enfatiza a imediata substituição da unicidade pela pluralidade sindical, sem, no entanto, preencher esse assunto de informações e discussões, utilizando-se, porém, do *merchandising* palaciano para asseverar que essa é a palavra de ordem para o sindicalismo no Brasil. E, o mais grave, secundariza os efeitos da *chaga social* que tem no desemprego e na intensa precarização das relações de trabalho, na informalização e no desemprego, os dispositivos que mais enfraquecem a classe trabalhadora e suas instâncias de organização.

É nesse processo que são reavivadas as disputas territoriais que complexificam a luta de classes. Mais heterogênea, mais fragmentada, mais diferenciada, a classe trabalhadora, o trabalho, o sindicalismo, os movimentos sociais estão requerendo novos estudos, que priorizem sua “releitura” enquanto *totalidade viva*, uma vez que

²² Para mais detalhes, ver Santos (2004).

²³ Cf. ANTUNES. 2008, em matéria publicada no jornal *O Estado de .S.Paulo*: “Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado” (p. 6).

as complexas tramas que povoam suas diferentes formas de externalização expressam os desafios de agora e exigem que superemos as fragmentações aceitas/cimentadas/negadas que estão na base de sustentação dos discursos, das ações políticas, dos cursos de formação, das dissertações e teses acadêmicas etc. Até porque é imperioso reconhecer que a reestruturação produtiva está alterando em profundidade o patamar tecnológico, mudando os procedimentos técnicos e promovendo readequações nas rotinas de trabalho que redimensionam os processos de trabalho e a própria arrumação da planta fabril por meio do desmonte de setores inteiros que se somam à terceirização etc., contudo, quando tudo isso é focado do ponto de vista estrutural conseguimos definir operários e/ou trabalhadores (no geral) que se mantêm, que têm suas inserções laborais redefinidas, mas não conseguimos definir os limites e/ou abrangência de uma classe, ou da classe trabalhadora²⁴.

Poderíamos também dizer que novas formas de organização do trabalho e realidades inorganizadas estão surgindo, ou ainda desvinculadas de instâncias definidas, relacionadas à diversidade da informalidade (camelôs, ambulantes etc.), constituindo-se, todavia, em verdadeiras *franjas da exclusão*. Com base de atuação no campo e na cidade, de modo geral invertem a clássica operação/representação corporativa dos sindicatos, fora da sistemática habitual/usual, e os seus significados não estão explícitos, tampouco são *reserva de mercado* das interpretações pré-definidas e desvinculadas dos embates históricos.

Mesmo diante dos avanços tecnológicos, especialmente da tecnologia da informação (TI), os movimentos sociais poderiam viabilizar ações políticas, estreitar relações e encurtar as distâncias, redimensionando algumas ações possíveis de juntar as escalas local, regional, global e internacional em redes de conexões. Essa “leitura” da globalização por parte dos movimentos sociais poderá contribuir para a construção de organizações dos movimentos sociais em redes (MACHADO, 2007). Fugir do isolamento, articular conjuntamente e estabelecer trocas de informações rotineiras são aspectos imprescindíveis para a formação das redes de movimentos sociais. Esta é, pois, a saída para neutralizar e superar o histórico referencial de ações pontuais e de curto alcance. Sem a pretensão de fechar esse assunto às formulações generalizadoras, poderíamos incorporar nessa reflexão algumas

²⁴ Cf. THOMPSON, 1987.

indicações de Santos (1988), quando pondera que: “*Quanto mais os lugares se mundializam, mas se tornam singulares, específicos e únicos*” (p. 46).

4 DAS RUPTURAS DO CAPITAL AO NECESSÁRIO REPOSICIONAMENTO TEÓRICO

Não obstante, percebe-se a intensa mobilidade do trabalho, no Brasil, diante do movimento constante de sua (des)realização, que, por meio das diferentes *modalidades da informalidade*²⁵ (parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, terceirizado), se multiplica espacialmente por todos os quadrantes, à base de forte inserção feminina no mercado de trabalho, processo também denominado de *feminização* do trabalho²⁶.

O *outsourcing* mundializou-se e atualmente prevalece, em detrimento do formato formal, com registro em carteira, também precarizado, todavia culturalmente garantido pela ideologia da segurança no trabalho, que alimentou as expectativas do pacto de classes, alicerçado após a Segunda Guerra, pelo capital, Estado e parcela hegemônica do movimento operário. Estes, pois, também se escudaram nos referenciais corporativos e cultuaram ilusões nos referenciais do taylorismo-fordismo, de que o capitalismo havia definitivamente superado seus “ciclos de crise”.

Entretanto, a elevada expansão da produção (para 10% da população mundial) e o crescimento expressivo do mercado, do período fordista, ou dos 30 anos gloriosos (CHESNAIS, 1996), que se estenderam da Segunda Guerra até meados da década de 1970, tiveram, como desastroso desfecho, uma crise de dimensões estruturais.

Estamos diante de um processo que define o desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 e dá coesão ao sistema orgânico do capital, que tem como aparência essencial a globalização enquanto expressão da sua mundialização. Ocupando-nos de Alves (2001), poderíamos dizer que a mundialização do capital é uma denominação precisa para o fenômeno da

²⁵ Cf. ANTUNES, 2006a.

²⁶ Cf. NOGUEIRA, 2006.

globalização, que identifica um novo regime de acumulação capitalista. Mais que isso, a mundialização do capital é um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares, se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo, desenvolvendo-se em meio a uma profunda crise de superprodução, associada à queda da lucratividade²⁷.

Os elevados índices de produtividade do trabalho nas indústrias juntavam-se aos compromissos das políticas do Estado do Bem-Estar-Social, numa clara aliança das políticas keynesianas de regulação da economia e do trabalho, sob os fundamentos do fordismo-taylorismo. As principais marcas desse processo não se resumiram aos aspectos econômicos, mas também ao imaginário ideológico, que, juntos, fundamentaram as teses do “fim da escassez”, do “fim da luta de classes” e do “fim das contradições do capital” (MÉSZÁROS, 2004, p.121).

Todavia, nesse ambiente de disputas e acusações, fez-se presente o principal argumento neoliberal para a explicação da crise e do desemprego mundial, umbilicalmente vinculado aos estratagemas da ONU, OMC, Banco Mundial, Consenso de Washington, quando atribuiu o desemprego à excessiva regulamentação do mercado de trabalho e à proteção dos mercados domésticos, que estariam inibindo a emergência de uma *onda de destruição criativa* que o mercado livre poderia engendrar.

Chesnais (1996) é categórico nas críticas e na sua coerência em dissecar o capitalismo da atualidade, usando uma metodologia marxista sem concessões, para demonstrar o caráter destrutivo das forças econômicas desencadeadas com a saga *thatcherista*, a partir dos anos oitenta. Não é, portanto, uma crítica às políticas neoliberais, que o preocupa, para oferecer alternativas ao capitalismo, a fim de que retome um “desenvolvimento sustentado”; não é um *neokeynesiano*, mas sim a busca por elementos que forneçam posicionamentos críticos ao capitalismo de hoje e ao próprio sistema.

Apesar das contestações e ações de resistência de parcelas da sociedade organizada, esses posicionamentos não somente fizeram eco em todo o planeta, como também conseguiram resultados muito satisfatórios, particularmente com a

²⁷ Cf. BRENNER, 1998b.

bandeira do Estado Mínimo e da alternativa pacífica para a crise social, prioritariamente pela via de nova relação entre capital e trabalho.

O pano de fundo da aparente harmonia desejada da relação capital-trabalho foi marcado, por um lado, pela mudança de rumos do ponto de vista de classe ou a cooptação dos partidos políticos protagonistas das lutas e reivindicações dos trabalhadores e dos sindicatos, que foram alvo de expedientes que fundamentaram sua institucionalização e burocratização.

Os limites da engenhosidade desse sistema de relações contraditórias expuseram suas fissuras, ao revelar os efeitos do processo de desvalorização do capital, “a eclosão das revoltas do operário massa e a crise do *welfare state*” (ANTUNES, 1999, p.40).

É recorrente reconhecermos que as prerrogativas dos métodos fordistas/tayloristas em garantir taxas elevadas de mais-valia e de lucro produziram estágios crescentes de desqualificação do trabalho, dado o caráter homogêneo, mecânico e repetitivo. Isso, aliado à rigidez dos sistemas de controle do trabalho, reacendeu, já nos anos 1960, nova identidade do operariado, que, diferentemente da fase do Estado Providência, demarcou questionamentos e reivindicações discordantes. A partir de meados dos anos 1960 até meados da década seguinte, evidenciou-se a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de administrar as fissuras e as contradições (HARVEY, 1992).

A força e contundência do movimento operário, nesse período, foi o estopim da crise que fez eclodir a estrutura de mando do Estado, do capital, e demarcou um campo ideológico das disputas no âmbito dos sindicatos, das centrais, para aqueles que se encontravam reféns de todo o processo de exploração e de controle.

Mas, foi exatamente no interior dos conflitos e do acirramento das lutas de enfrentamento entre os diferentes setores do capital, do Estado e da burguesia, de um lado, e os trabalhadores, de outro, considerando os partidos políticos, os sindicatos e, portanto, o próprio ambiente da luta de classes, que o capital retoma para si a prerrogativa de controle da produção. Sob os argumentos da diminuição das taxas de lucro, diminuição das taxas de consumo, em virtude das altas taxas de desemprego, capital e Estado rebatem a crise, através da intensificação de capitais, e propugnam pela falência dos pressupostos do *welfare state*, definindo as estratégias para a dominação da esfera financeira. Garantir o processo de produção e, em

decorrência, a extração de mais-valia e a acumulação de capital significou a decadência da acumulação fordista/taylorista e igualmente a derrota política do “operário massa”.

Dessa forma, a financeirização da economia é o produto da fuga de capitais da esfera produtiva, combatida pela crise, e também a condição de o capital se expandir, por meio de uma dinâmica destrutiva da estrutura societal que, longe de ser uma alternativa à crise, sintetiza, pois, o acúmulo de contradições destrutivas e revela o processo de estranhamento (RANIERI, 2001). Podemos acrescentar que quando a base do trabalho produtivo diminui passa a afetar violentamente o processo de acumulação, podendo, então, tornar a taxa de lucro decrescente. É importante, insistir que não é isso que está ocorrendo nessa fase recente do capitalismo, no século XXI, pois os fenômenos do chamado capital fictício assumem tamanha autonomia em relação à produção - no seu desespero fetichista de produzir mais valor - que sobre a mesma fez recair um peso de papéis especulativos e de dívidas de crédito que, não surgindo valores novos significativos no processo de produção para dar-lhe lastro, coloca toda engrenagem em profunda crise²⁸.

Porém, é pela insistência da mobilidade espacial que o capital busca a superação da crise²⁹. O conjunto dessas ações evidencia uma “ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora”, sendo que a condição dessa ofensiva se dá pela liberação de capitais para a esfera financeira, que intensifica, por sua vez, a mundialização do capital, digno, pois, de um movimento contraditório de relações (ANTUNES, 1999, p. 32).

Marx (1982), no livro II de *O Capital*, mencionava a ilusão mercantilista dos capitalistas em tentar saltar de D a D', ou queimar a etapa do processo produtivo (P). Como muito bem observa Chesnais (1996), isso é a realidade dominante na contemporaneidade, porque o capital financeiro pode se apossar de quantidades expressivas de mais-valia, sem prestar qualquer tipo de serviço, apenas dispondo da prerrogativa de mover-se pelo planeta. No entanto, não podemos negligenciar que o

²⁸ Menegat (2007) aborda esse assunto com muita propriedade, oferecendo reflexões importantes para a compreensão do capitalismo no século XXI.

²⁹ É importante indicar as reflexões de Milton Santos (2002), Chesnais (1996) e Mészáros (2002, 2007).

fato de a acumulação ter assumido a equação D-D' sem passar pela produção - o que é impossível -, isso somente se deu durante um tempo curto, quando referenciado à história do capitalismo. Poderíamos recorrer à caricatura que indicamos na Introdução, no momento em que Antonio Ermírio e Lázaro Brandão não estão em caminhos opostos, ou seja, o capital na sua forma produtiva não é contrário à sua forma financeira. A “leitura” equivocada desse processo faz emergir, frequentemente, em cena, sindicalistas, lideranças de cariz nacional, assinando matérias conjuntas com magnatas da FIESP, reivindicando incentivos do governo para determinados setores produtivos, particularmente o automobilístico, que não se sustenta por si só sem que entrem em cena incentivos que animem o mercado consumidor (de automóveis), e que atraia o setor financeiro/bancário por meio de políticas que reduzam as taxas de juros e que alonguem os prazos de pagamento.

Enquanto os trabalhadores organizados tentam se manter em atividade, a produção se desloca para os setores não-organizados, por meio da terceirização, na maioria dos casos vinculados à informalidade, nas diversas modalidades do trabalho domiciliar, tal como o modelo desenvolvido pelo SEBRAE do Arranjo Produtivo Local (APL), que estimula e edifica a informalidade ou mais ainda sua expressão domiciliar. Essa reformatação do capital, mediante a fragmentação dos espaços produtivos, também é vetor do espalhamento do trabalho, na forma de trabalho domiciliar.

A depender dos níveis de interesse e da amplitude das contradições, das lutas e da capacidade de organização, o capital migra com mais ou menos intensidade. Nas diversas porções do território, os conflitos se materializam, cada qual com especificidades e mediações próprias, mas afinados a uma lógica espacial que, via de regra, expressa os níveis e os conteúdos dos mecanismos de dominação e controle do capital sobre os trabalhadores.

Esse complexo quadro de relações nos cobra, efetivamente, novas compreensões e aprimoramento conceitual e teórico. Contudo, é em meio às ofensivas do capital que devemos reconstruir os laços teóricos necessários e romper as travagens que nos impedem de entender e agir para a construção/elaboração de alternativas. Entretanto, não devemos nos recusar tal experiência, sem antes nos lançarmos a tal empreendimento sob o argumento de que se estaria apostando em postura defensiva, o que não estabelece concordância com os referenciais teóricos.

Até porque, para chegarmos à conclusão de em qual momento deveríamos deixar de sermos reativos, sob o risco iminente de submergir ao espontaneísmo da ação direta ou do pessimismo acadêmico, necessariamente teríamos que resistir.

De fato, isso espelha a predominância, na base do edifício social, do modelo concentracionista de terra, renda e capital, aliás, nas últimas décadas, expressando crescimentos sintomáticos do processo social que rege e regula a sociedade do capital, em escala global. Colocar em primeiro plano a estrutura de poder de classe, em torno da concentração da propriedade da terra (urbana e rural), o fortalecimento dos grandes conglomerados agroindustriais, alimentícios, químico-farmacêuticos, financeiros, mínero-madeireiro-metalúrgicos, em nosso país, significa expor em escala de importância todo o histórico quinhentista de consolidação do latifúndio e dos mecanismos de concentração de renda e de riqueza nas mãos de poucos.

Se afinássemos nossas atenções para a cadeia alimentícia, notaríamos a existência de cartéis controlados por umas 10 empresas transnacionais, que estão aliadas formal ou informalmente a umas 40 empresas de tamanho médio, que compõem o cartel das principais transnacionais de grãos: Cargill, Continental CGC, Archer Daniels Midland (ADM), Louis Dreyfus, André y Bunge and Born. Dominam praticamente os principais cereais/grãos (milho, trigo, soja, cevada etc.), passando para as carnes, lácteos, óleos, vegetais, açúcar e frutas, mas também se ramificam por meio de outras empresas e *holdings* para o setor de agrocombustíveis/biocombustíveis. Como sinaliza Carvalho (2008), a sistematização de um organograma do cartel alimentar se comporia, em ordem decrescente, pelos seguintes conglomerados: “a Archer Daniels Midland, Unilever, Grand Metropolitan (Pillsbury), Cargill y Cadbury, que por sua vez se subdividiriam em sete linhas: grãos, carnes, lácteos, óleos e gorduras comestíveis, açúcar/cacau, bebidas e distribuição” (CARVALHO, 2008, p. 3).

Com efeito, isso tudo ganha em intensidade nos últimos anos, especialmente devido à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e projetos do Estado e dos governos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se veem constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado. Não bastassem as consequências de a

concentração fundiária estar diretamente filiada aos interesses dos proprietários de terra, categoria que contém em seu interior grandes grupos capitalistas (financeiros, industriais, agroindustriais etc.) e latifundiários, que reavivam o expediente da especulação imobiliária e têm na propriedade da terra objetivo central do patrimonialismo.

Em meio a esse turbilhão, reproduzem-se relações capitalistas e não essencialmente capitalistas para garantir o projeto hegemônico do capital, a dominação de classe e o controle social. O desenvolvimento desigual e combinado desse processo é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução. Como já apontamos, em outro artigo³⁰, esse processo não tem sido entendido, porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes e desconhecem/desprivilegiam a práxis histórica, social e ontológica do trabalho.

A ruptura dessa *blindagem* nos possibilitará compreender a dialética existente entre as dimensões material, imaterial e subjetiva do trabalho, portanto, não somente como esforço de retórica, mas como práxis efetiva para o exercício teórico-metodológico e político.

Seguindo a mesma linha de preocupação de Antunes (2005a), quando sintetiza na “nova” *morfologia do trabalho*, a amplitude do conteúdo social da (des)sociabilidade contemporânea e o novo caráter multifacetado do trabalho, as propriedades compósitas da sua definição de classe trabalhadora, como sendo a *classe que vive da venda da força de trabalho*³¹, inspira-nos a colocar em questão os estreitos vínculos existentes entre outras formas de trabalho, que não somente circunscritas ao ambiente dos trabalhadores produtivos (proletário e demais assalariados) e improdutivos, assalariados do setor de serviços. Em meio à normatização das práticas sociais impostas pelo metabolismo do capital se promove a dessocialização que dissolve as relações comunitárias, esgarça e rompe os vínculos sociais, o que Bihl (1998) denomina de crise de sociabilidade. É com base nessa

³⁰ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

³¹ Cf. ANTUNES, 1999. Em formulação anterior, Antunes (1995) sugere o conceito de classe-que-vive-do-trabalho.

formulação que estamos nos propondo dialogar e repensar a fundamentação que vimos assumindo para entender o trabalho e classe trabalhadora.

Assunto complexo e merecedor das nossas atenções, assim como de tantos outros, no entanto, nossa apreensão desse processo põe em primeiro plano que a delimitação teórico-conceitual de trabalho e da classe trabalhadora, nos marcos da venda da força de trabalho, coloca desafios para entendermos o conturbado tecido social (do trabalho), no século XXI, e as revelações que estamos extraindo das pesquisas e das demais fontes de informações, enquanto expressões e identidades que compõem ou que demonstram potencialidade de luta e de resistência dos camponeses, trabalhadores desempregados, sem terras, informais, assalariados que vivem no *limbo* da formalidade. A composição do tecido social da classe trabalhadora pode ter ou nos indicar num primeiro momento, na sua ambiência, segmentos que vivenciam diferentes relações de trabalho, constroem territorialidades específicas e impactam na forma de ser do trabalho, expressando sinais e noções com mais ou menos intensidade de pertencimento de classe.

É no interior desse movimento das mudanças laborativas (profissão, habilitações) e dos deslocamentos dos seres que estão submetidos a diferentes formas de trabalho (produtivo, improdutivo, informal), de formas contratuais (formais, informais), de exploração/subsunção/sujeição/controle pelo capital, e da sua entrada e saída também constante da definição preconcebida de classe trabalhadora, que temos o dia-a-dia efetivo daqueles homens e mulheres que, em meio a esse processo *acalorado* de (des)identidade social e de classe, constroem a resistência ou expressam, de diferentes maneiras, a condição de *joguete do capital*, sinalizando quando se afirmam na condição de explorados/subordinados noções de pertencimento de classe, com ou sem a presença da instância de organização partidária.

Com base nos resultados das pesquisas que vimos realizando e nas informações recentes disponibilizadas, oriundas de tantas outras, essas experiências se fazem presentes nas acomodações ao leito do refluxo e da desmobilização, mas também nos confrontos diretos com a burguesia, com o capital e com o Estado. É o caso dos trabalhadores organizados no âmbito dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e reforma agrária, e que se expressam nas ocupações de terra, passeatas, marchas, paralisação de estradas de ferro e de construção de hidrelétricas,

da *destruição simbólica* dos centros de experimentação das transnacionais envolvidas na produção de variedades transgênicas etc., conformando ações de resistência.

Quando extrapolamos os limites das fronteiras do país e alçamos a escala mundial, esses requisitos devem ser identificados à Via Campesina ou, mais propriamente, à sua coordenação política, que congrega movimentos sociais e organizações camponesas de todos os continentes, tendo marcado posicionamento, apesar de algumas ambiguidades, pela emancipação dos povos, direito e liberdade para escolha da soberania alimentar, reforma agrária e luta pelo socialismo.

A expressividade dessas ações, ao longo de todo o percurso do século XXI, tem-se notabilizado nas instâncias de organização e nos movimentos sociais camponeses no Brasil e também em nível internacional, em particular nos países periféricos, que, de maneira muito mais enfática, expõe a confrontação com o capital (nas suas diferentes expressões, com predominância para o segmento agroquímico-alimentar-energético-financeiro). Poderíamos citar o MST, o MAB, o MPA, o Movimento Camponês Popular (MCP), a Liga de Camponeses Pobres (LCP), no Brasil; e as evidências mais marcantes, na Bolívia, Equador, Filipinas, África do Sul, México, Índia.

4.1 AS CONDIÇÕES PARA A BARBÁRIE ESTÃO POSTAS

A demarcação e a intensidade dessas ações, além de constantes e com amplitude, irradiam igualmente contundência nas mobilizações de resistência e pulsam sentimento de pertencimento de classe para proletários e assalariados em geral, informalizados etc., quando comparado ao proletariado, para ser fiel à formulação usual, que, diante da crescente degradação, precarização, informalização, desemprego e (des)realização do trabalho, está sendo duramente atacado e atingido pelo capital.

Esse é um fato incontestável, mas há outros elementos que somam negativamente nessa já combalida e nefasta realidade de refluxo e subalternidade do movimento operário, com a conseqüente (des)identidade do trabalho, no Brasil, desde a segunda metade da década de 1990 e, com todas as letras, neste início do século XXI. Na verdade, essa é a opção dos dirigentes e lideranças sindicais em

adotar saídas concertacionistas e pactuadas com o capital, sob a mediação ou não do Estado, que, nesse caso - apesar das disputas internas -, é uma extensão e se confunde com as decisões dos sindicatos, nesse particular, que estão no arco político da CUT. O fato de hegemonizar/controlar o comando dos sindicatos, as centrais, agora também da Força Sindical (FS) - o que mostra o *signal dos tempos* - essa cúpula operária/sindical não está somente aparelhada, porém também blindada às ações de resistência, autonomia e mobilização dos trabalhadores, diante do elevado grau de destrutivismo do capital, em tempos de reestruturação produtiva e de neoliberalismo.

A face perversa do refluxo do movimento sindical, no limiar do século XXI, se expressa em todas as categorias, mas poderíamos nos ocupar de alguns exemplos que já foram referência de luta para a classe trabalhadora e que se encontram total ou parcialmente sucumbidos ao conformismo. Com isso, tem-se a hegemonia das ações, contudo ações isoladas em algumas categorias urbanas pontualmente inseridas nas lutas reivindicatórias restritas à recomposição do poder de compra dos salários e melhores condições de trabalho, tais como: a) metroviários e motoristas de ônibus urbanos, nas grandes e médias cidades; b) metalúrgicos (setor automobilístico e de autopeças, do ABC paulista, já limitados à recomposição de salários, negociação/implementação de PDV (Programa de Demissão Voluntária), PLR (Participação nos Lucros e nos Resultados), Banco de Horas e manutenção de postos de trabalho. Via de regra, as ações político-organizativas se restringem às datas-base, o que tem garantido aos sindicatos o *status* de instâncias capacitadas para agir abafando as ações das Comissões de Fábrica, das oposições e de tantas outras vozes dissonantes.

O *poder de fogo*³² dos sindicatos está circunscrito - considerando a estrutura

³² Nós nos valemos de conhecimentos empíricos, estudos e revisão bibliográfica desenvolvidos no âmbito do CEGeT e de outras fontes, das inserções nos eventos operários e da interlocução com outros pesquisadores e dirigentes sindicais. A esse respeito, é pequena a quantidade de ensaios teórico-políticos com profundidade, como também de pesquisas que se fundamentam na prática das experiências do movimento sindical/operário e da situação de extrema fragilidade das lutas dos trabalhadores, no Brasil. Pode-se contar com artigos de menor amplitude divulgados na grande imprensa e nos boletins alternativos disponibilizados na *internet*. Outra fonte importante de informações concerne aos documentos encontrados no *site* da CONLUTAS e de tantos outros de circulação restrita, que muito nos ajudaram a compreender os principais aspectos do complexo mapa político-ideológico do movimento

vertical oficial e as federações setoriais –, aos setores que preservam combatividade e certa identidade e sentimento de classe. Ainda que, sob o efeito das generalizações, equívocos sejam cometidos, é oportuno dizer que a maioria dos sindicatos filiados à CUT não prescreve os atributos estabelecidos; há, por sua vez, algumas entidades que gravitam em torno da CONLUTAS e que, segundo estudos preliminares, poderiam ser identificadas aos propósitos acima citados.

É o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; Sindicato dos Químicos de São José dos Campos o Sindicato dos Mineradores da Região do Vale do Aço (METABASE); Petroleiros, Bancários, Construção Civil, de alguns centros urbanos expressivos; um conjunto de oposições e sindicatos ligados ao Funcionalismo Público, particularmente a ANDES, que reúne os professores das Universidades Públicas, que, no geral, mantêm vínculos orgânicos ou não com o PSTU e PSOL. A amplitude espacial das ações políticas do movimento sindical, no Brasil, que mais se destacam, refere-se às campanhas salariais dos bancários e petroleiros, ainda com mobilização nacional, mas cada vez mais fragilizada e setorial, portanto distanciada dos principais temas que atingem a classe trabalhadora e a sociedade em geral, que orientavam as ações dessas organizações nos anos 1980 e na primeira metade da década seguinte. A importância política e histórica do movimento sindical representado pelos metalúrgicos, nos anos 1980, em particular, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, se reduz a ações vinculadas às campanhas salariais, via de regra, esvaziadas, e ações pela manutenção dos empregos, mas que têm como foro e desfecho as mesas de negociação, e não o debate com a sociedade, ou com os trabalhadores³³

operário-sindical no Brasil, no século XXI. Poderíamos estender essa faceta do mundo do trabalho, renovada pelos efeitos *contaminantes* do *cala-boca* do capital sobre as organizações sindicais, também para os pesquisadores e cientistas sociais que porventura estejam *pairando como a bela gaivota* à espera de alguma *luz no fim do túnel*. Nota-se que esse quadro se assemelha à figura metafórica da *aridez de um deserto*, que desmobiliza a convicção de posturas pró-confronto com o capital e com seus prepostos, no âmbito da burguesia, que se protegem no aparelho de Estado e fazem reféns setores expressivos dos trabalhadores. Estes, maravilhados com as benesses do *status quo*, são cooptados no aparato diretivo e desfrutam de polpidos salários, *jetons* e altos cargos nos diferentes escalões da gestão administrativa (ministérios, secretarias, estatais, conselhos e diretorias de autarquias etc.).

³³ Esse assunto merece atenção especial, e podendo ser fundamentado em pesquisas e

Desse processo, temos o *repopoamento/redefinição* constante e intensa do perfil dos homens e das mulheres que trabalham e que demonstram intensa capacidade e potência de luta, mas estão fora do espaço explicativo e da compreensão da totalidade do trabalho ou da categoria trabalho, na perspectiva de classe, sem que seu conteúdo seja *alargado*. Poderíamos até questionar se, mais uma vez, não estaríamos assistindo ao *bonde passar*, numa alusão à materialidade de o fenômeno, o fato social, continuar existindo sem que nós tivéssemos com ele qualquer interação, tampouco que pudéssemos estabelecer qualquer vinculação sobre ele, nem o desejo de sequer *intervir intelectualmente* nos faça estabelecer qualquer proximidade e entendimento das contradições e conflitos. A extensão e a complexidade da informalidade, do desemprego, dos camponeses, muito mais do que seus significados teóricos, históricos, geográficos e políticos, ocupam lugar de destaque no ambiente do conflito de classes. Ou seja, colocamos em relevo a necessidade de repensar os marcos das referências e significados, *a priori*, da noção de trabalho e de classe trabalhadora.

O que poderia parecer, diante disso, algo *desgovernado*, sem coerência teórico-metodológica e política, em relação à fundamentação marxista e à *totalidade orgânica* do trabalho com o processo revolucionário – sob a ótica da identidade de classe, de a classe trabalhadora estar condicionada à venda da força de trabalho –, revela o desejo de discutir as ações registradas no âmbito dos movimentos sociais envolvidos diretamente nesse processo, e que está, de fato, nos colocando sérios desafios de entendimento, explicação e ação, e/ou uma forte sensação de que a teoria precisa ser repensada. A intenção do diálogo e do debate, insistimos, é o caminho que estamos apostando para fazer valer a autocrítica como momento privilegiado do momento de vida.

Não se trata pura e simplesmente de reformular as categorias, mas de dar-lhes a importância ontológica e o peso dos significados da realidade objetiva, o efetivo terreno da luta de classes. Seria o mesmo que dizermos que o trabalho, enquanto expressão das contradições que habitam a dinâmica geográfica, não deve ser apreendido por fora dos significados territoriais dos conflitos que requalificam,

estudos, os mesmos poderão oferecer informações e reflexões preciosas para a compreensão das orientações políticas e capacidade de luta e de resistência de setores importantes do movimento operário e da classe trabalhadora no Brasil.

redimensionam e constituem o espaço em toda sua complexidade.

Estamos certos de que, assim, podemos apreender o movimento mais geral de funcionamento do empreendimento social e as especificidades dos mais diversos níveis de organização do trabalho, tais como: movimento sindical, particularmente suas expressões operárias, e camponesas, as associações, as cooperativas, os movimentos sociais populares pela moradia, luta pela terra e reforma agrária (atingidos por barragens, índios, assentados, pescadores, ilhéus, quilombolas), os trabalhadores informais, via de regra, distanciados das organizações, sem contar os aspectos que compõem essas diferentes formas de organização do trabalho, tais como gênero, cultura, etnia etc.

Tais posicionamentos estão fundamentados em Marx (1982, 1983), em cuja obra encontramos a formulação original, na qual o capital é uma categoria histórica, um modo de desenvolvimento sociometabólico que se constitui no decorrer da história humana, do intercâmbio metabólico entre homens e natureza e os homens entre si. Todavia, sabemos que o trabalho não produz somente mercadorias, produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Ou seja, não estamos defendendo nenhuma disjunção ou propondo uma “leitura” binária de algo que é ontologicamente componente de um mesmo complexo. Em vários artigos³⁴, dedicamos atenção a essa questão, sendo que os debates de que temos participado, tanto no contexto acadêmico, quanto na esfera política, nos ambientes dos movimentos sociais, têm-nos proporcionado refletir, com outros pesquisadores, essa formulação.

Os consequentes significados que desses cenários extraímos e que recortamos, para estudar ou analisar geograficamente - como já expressamos, numa formulação original³⁵ - apontam para a especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que, enquanto (des)naturalização, (des)territorialização, (re)territorialização, nada mais são do que o movimento plural de edificação do universo do trabalho e o seu devir.

³⁴ Especialmente “Por uma geografia do trabalho” (2002a); “O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica” (2003); “A Geografia do mundo do trabalho na virada do século XXI” (2004); “Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil” (2006).

³⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002a, “Por uma Geografia do Trabalho”.

Além disso, é como se estivéssemos dirigindo nossas atenções para interpretar a “leitura” da economia política feita por Marx, em *O Capital* e nos *Grundrisse*, considerando como elemento fundante a constante (re)organização espacial da sociedade e os significados e nexos territoriais, sendo o espaço, pois, o que referencia o uso interligado com o território, o qual é o recorte de domínio ou dimensão locacional do domínio, sua materialidade. Em consequência, vem a necessária tomada de posição em relação aos conceitos-chave da Geografia, ou que a interação entre os conceitos de espaço, território, lugar, compareça como ferramenta analítica em constante (re)formulação.

Com isso, queremos dizer que as avaliações do nosso tempo e as objetivações da era do capital, no século XXI, levam-nos a retomar Marx, o que significa pautarmos nossas reflexões nos princípios fundantes que nortearam sua crítica à economia política. No entanto, a situação histórico-concreta nos ajuda a (re)fazer constante e dialeticamente o aprendizado que a práxis teórica nos proporciona, mediante as mediações necessárias no âmbito do debate no marxismo. Isto é, a análise e as referências às obras clássicas não podem prescindir da compreensão histórica dos embates de classe, conseqüentemente, do movimento contraditório da sociedade, tampouco desconsiderar formulações e indicações que não estejam metricamente enquadradas nos originais, sequer adestrados aos pré-requisitos dos manuais, muitas vezes erigidos por discípulos desatentos e comentaristas descuidados.

A vitalidade teórica³⁶ que estamos tentando conferir ao universo do trabalho, levando em conta seus *diferentes mundos*, enraíza-se no objetivo maior de reconhecer que sua centralidade, além de requerer que assumamos seu significado político, ontológico, econômico, exige igualmente que decifremos as diferentes identidades espaciais e territoriais do ser que trabalha no tempo e no espaço.

Os desafios estão postos, e o mais importante é admitirmos que há dificuldades para compreender o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil. As mudanças no universo do trabalho reavivam as disputas territoriais e complexificam a própria estrutura das classes sociais.

³⁶ Cf. ANTUNES, 2005.

É relevante ressaltar, se formos fiéis às formulações marxianas, o fato de que a crítica de Marx não foi dirigida ao capitalismo, mas ao capital, porque ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da produção capitalista, mas sim imbuído da tarefa de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades está subordinada à produção/reprodução do capital.

Como aponta Mészáros (2002), a supressão do antagonismo estrutural do sistema do capital somente ocorrerá pela supressão radical da relação capital x trabalho, que, como sistema orgânico, domina o sociometabolismo. Seria o mesmo que dizer que o capital é uma força controladora, que apenas pode ser removida por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade, ou seja, pensamos que não há saídas em curso dentro dos marcos da sociedade burguesa. Mészáros (2002) arremata, enunciando que é impossível enganá-lo³⁷, da mesma forma que não podemos defender ou apostar nas teses libertárias, sem preconizar a superação do regime do capital. E se pudéssemos agregar as posições de Bernardo (2004), quando assevera que o capitalismo se constitui numa organização social inerentemente totalitária e que esse atributo advém da posição subalterna que os trabalhadores ocupam, com relação aos capitalistas e gestores de toda ordem, entendemos que tanto as políticas de cariz keynesiana, quanto às neoliberais – da contemporaneidade –, se empenham em efetivar os “modelos de gestão econômica e fiscalização social”. (BERNARDO, 2004, p.76). Assim, a edificação das condições objetivas e subjetivas se dá no dia-a-dia, como produto da pluralidade das ações de resistências emancipatórias, que põem em questão as fundamentações do sistema metabólico do capital.

Nessa perspectiva, na *modernidade*, convivemos com um universo plural de externalizações do trabalho, cada vez mais precarizado e à base de intenso crescimento da informalidade, que fragiliza os vínculos trabalhistas e contratuais, mediante novas modalidades do trabalho imaterial, mais fluidas. Recorrendo a Marx temos que a transformação da matéria ocorrerá num ritmo cada vez mais intenso fazendo com que “tudo que é sólido se desmanche no ar”. E há uma *boa máxima* geográfica nesse processo, pois o ritmo de exploração, dominação e de

³⁷ O contexto dessa ideia está ligado à questão do socialismo de mercado, formulação tão combatida pelos marxistas filiados às correntes mais radicais, dos quais István Mészáros é um dos principais expoentes, assim como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e tantos outros.

determinação do capital (máquinas, processos de controle etc.) é sempre igual em todas as estações do ano, e esteja à frente das máquinas trabalhadores guatemaltecos, sul-africanos, brasileiros ou marroquinos, e ainda, o tempo dos bichos, das plantas, dos homens e das mulheres de carne e osso é o *tempo abstrato*³⁸ que bate sempre igual em qualquer lugar, ou é *indiferente aos lugares*³⁹. Talvez caiba um questionamento: na origem, modernidade é a promessa da civilização e, depois de tanto insucesso e frustração, talvez recompuséssemos aquela formulação por *civilização da barbárie*⁴⁰.

Todavia, não é somente a informalidade clássica que nos preocupa. Já notamos, pois, que a informalização do emprego se aprofunda com a progressiva sofisticação das telecomunicações e o barateamento da transmissão de dados. Da mesma forma que o expediente da terceirização *apimenta* ainda mais esse quadro, porque, além de ser a principal dimensão da flexibilização do trabalho, “viabiliza um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites”⁴¹, tudo isso respaldado em sólida lógica de mercado. Por isso, é importante pensarmos também nos vários exemplos que a tecnologia da informação (TI) tem especializado.

Assunto ainda não estudado diretamente por nós⁴², buscamos na literatura disponível referências para nos posicionarmos. Sentimo-nos seguros em afirmar que a ênfase na informação e no conhecimento está inserindo em cena os trabalhadores em *call center* ou sob a inscrição do *teleworking*, aspecto de grande significado para a classe trabalhadora, uma vez que, além de atingir os diferentes quadrantes do planeta, se configura com requintes de extenso significado de precarização.

Assim, é relevante considerar o teletrabalho⁴³ (*telework* ou *telecommuting*) e os trabalhadores em *call centers*, que antes eram funcionários dos bancos e, devido aos

³⁸ Cf. THOMPSON, 1994.

³⁹ Cf. PORTO GONÇALVES, 2002.

⁴⁰ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002; THOMAZ JÚNIOR, 2007.

⁴¹ Cf. THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 28.

⁴² Apesar de se encontrar em vias de elaboração um projeto de Estágio Não Obrigatório (ENO), o passo seguinte será a solicitação de Bolsa de Iniciação Científica junto à FAPESP.

⁴³ Segundo a OIT, *teletrabalho* é a forma de trabalho efetuada em lugar distante do escritório central e/ou do centro de produção, que permita a separação física e que implique o uso de uma nova tecnologia facilitadora da comunicação.

rearranjos promovidos por meio da terceirização bancária, perderam o posto de trabalho, de sorte que a atividade foi capitaneada pelos *centros de chamada*, que, com a multiplicação do expediente do 0800, ampliou ainda mais a lista de serviços prestados aos clientes.

Não houve, portanto, a migração do trabalhador dos bancos para os *call centers*, mas somente a atividade, principalmente porque os bancários não foram absorvidos pela nova sistemática; em grande maioria, o novo formato da “modernidade” tecnológica, amparado na tecnologia da informação (TI), absorve especialmente estagiários, estudantes universitários, que são muito mais baratos do que um trabalhador regular. Aqui cabe um apontamento que nos parece imprescindível já que não estamos nos propondo a refletir de forma estanque a teoria da práxis, ou seja, a técnica e a tecnologia não são contra o trabalhador, mas a favor do capital, por isso não entendemos que a ciência e a tecnologia sempre estarão a serviço da precarização do trabalho.

Poderíamos destacar, particularmente, em relação as empresas que procuram mão-de-obra, independentemente do local físico⁴⁴, e algumas ainda que funcionam vinte e quatro horas por dia, já que o mercado globalizado assim o exige, e o desenvolvimento tecnológico já permite a planetização do globo pela sociedade. Os baixos salários e o prolongamento da jornada de trabalho são apontados como os principais aspectos degradantes do *teletrabalho*. A *compressão* das distâncias, no caso das modalidades de *teletrabalho*, evidencia as contradições de um processo que amalgama os interesses do capital em viabilizar uma atividade econômica e exercer o controle sobre o trabalho, suprimindo a necessidade da sua presença física, no local da prestação de serviço. Se podemos pensar que, por meio da tecnologia da informação (TI), associada às operações do mundo digital e da informática é possível viabilizar um negócio, levar a termo relações de trabalho degradantes, por meio de rotinas de exploração que se assemelham à intensidade de tantas outras formas vis, não devemos secundarizar o fato de que a subsunção do espaço aos desígnios da acumulação de capital⁴⁵ ocupa lugar central nessa espécie específica de negócio, e que deverá referenciar a mesma forma de exploração do trabalho nos

⁴⁴ Cf. HUWS, 2006.

⁴⁵ Cf. HARVEY, 2005.

demais ramos de atividade.

Huws (2004), de forma muito apropriada, define os trabalhadores envolvidos nesse processo de *cybertariat*, pois entende que esse novo trabalhador (proletariado) da era da informática, o *trabalhador criativo*⁴⁶, ocupa um lugar específico no universo do trabalho. A mesma autora sugere também a atualidade do *trabalho volátil*⁴⁷, ou seja, ao constante deslocamento, que se expressa tanto por parte do trabalhador em busca das ofertas de emprego junto às empresas (no caso do Brasil, inserimos as novas oportunidades por meio das ocupações de terra), quanto por parte das empresas, que se deslocam em direção à disponibilidade de força de trabalho, melhores condições, favorabilidades logísticas, de custos etc. Disso extraímos que a mobilidade espacial do trabalho é um dos elementos da estratégia do capital para consolidar-se territorialmente.

Esse movimento percorrido pelo capital é ainda denominado de *greenfields*, que corresponde aos novos espaços industriais em áreas de pouca tradição industrial e de inexpressiva organização sindical dos trabalhadores. Essa estratégia capitalista para a fuga das pressões sindicais e do custo operacional da mão-de-obra, características históricas das regiões industrializadas consolidadas (*brownfields*), também ocorre no Brasil, sobretudo a partir do final da primeira metade dos anos 1990, e tem demarcado com nitidez a busca de menor resistência por parte dos trabalhadores, isenções fiscais, melhores condições logísticas e para o processo de acumulação de capital⁴⁸.

Não há nenhuma novidade no processo como um todo, isto é, a mobilidade, a migração do capital e do trabalho está reconfigurando as espacialidades da economia global, os perfis, conteúdos e subjetividades dos homens e mulheres que trabalham, mas sua atualidade está na transformação das identidades sociais, em particular devido às mudanças provocadas pela ênfase na informação e no conhecimento, diferentemente do que predominava até então, quando o centro geográfico da economia se assentava nas matérias-primas e bens de capital.

Nesse sentido, atualmente, quando as empresas de *telemarketing*, norteamericanas, européias, japonesas, se instalam do outro lado do globo, a considerar

⁴⁶ Cf. HUWS, 2004.

⁴⁷ Cf. HUWS, 2006/2007.

⁴⁸ Cf. TAUILE; FARIA, 2004.

sua posição de origem, não somente estão fazendo valer seus interesses para rebaixar custos, praticando as referências médias de salário do país, favorecendo-se igualmente das frágeis normativas trabalhistas, e manter os ganhos. Por exemplo, a gigante Wilkson, quando se instala na Bulgária, na Romênia ou na China, está garantindo seus interesses, prestando serviços a empresas de cartão de crédito, instituições financeiras, *shoppings* virtuais de roupas de alto luxo, localizadas nos Estados Unidos. E, quando a Swissair, em meados de 2006, anunciou a transferência de sua central de reserva de passagens para a Índia, combinou a disponibilidade de mão-de-obra semiqualficada a preço vil e o baixo custo operacional da transmissão de dados a longa distância.

Essa nova alternativa para o capital se reproduzir, que subverte as distâncias intercontinentais, coloca novos desafios para os trabalhadores, tanto dos países de origem das empresas, quanto para aqueles que são “premiados” com o emprego, nos países de destino. Em plena era da acumulação digital, mantém-se a informalização do trabalho, bem aos moldes do que Vasopollo (2005) identifica como *trabalho atípico*. Essas novas configurações geográficas do trabalho é o que está posto para nossas pesquisas.

Não se trata apenas do aproveitamento das vantagens econômicas e trabalhistas do desemprego, de um lado, e da oferta de postos de trabalho, do outro, que devem comparecer em cena nas nossas análises, mas também dos desafios que se põem para entendermos as dimensões territoriais dessa atualidade do trabalho. Mais ainda, as identidades sociais e de classe refeitas, tendo em vista que, se o trabalho até tão pouco tempo estava ligado geograficamente ao “enraizamento” do capital e dos grupos gestores (fosse através das matrizes, fosse das filiais), a um determinado local, por meio desse expediente e sob as rédeas da informalização, encontra-se ainda mais fragilizado, tornou-se *volátil*⁴⁹, numa dimensão sem precedentes históricos.

Essa lógica perversa do capital, em essência, retira, desqualifica, fragiliza, renega as alternativas que têm alguma vinculação e/ou fundamento com os propósitos de manutenção, reconstituição e fortalecimento das iniciativas autônomas dos trabalhadores.

Assim, nossas atenções estão voltadas para as formas de realização do trabalho

⁴⁹ Cf. HUWS, 2007.

que expressam o conteúdo do movimento ininterrupto de (re)configuração geográfica da divisão técnica/territorial do trabalho, o qual se interdetermina na trama dialética da territorialização, da desterritorialização, da reterritorialização, seja nos campos, seja nas cidades, sem contar o fluxo constante entre essas duas dimensões espaciais, diante das complexas tramas de relações que caracterizam a reestruturação produtiva do capital, nesta virada do século XXI.

Os rebatimentos desse processo para o movimento sindical, camponês, operário e para os movimentos sociais, especialmente para as ações político-organizativas, e para o trabalho, de maneira geral, nos ocupam nas nossas investigações individuais e no âmbito do Grupo de Pesquisa.

Não havendo restrição e pré-determinação no tocante à delimitação (prévia) do recorte territorial, dos assuntos de pesquisa, apostamos nos entrecruzamentos que podem revelar as clivagens, produto da divisão técnica/territorial do trabalho, os quais esvaziam a totalidade do ser que trabalha. Isto é, diante do trabalho já fragmentado (em categorias profissionais e corporações sindicais) e com as constantes mudanças de atividades e funções, bem como as materializações da despossessão, da precarização/informalização do trabalho e as formas específicas com que se explicitam na cidade e no campo, temos o propósito de apontar criticamente os elos perdidos e as (des)identidades do ser que trabalha. Inclui-se nisso o processo de reificação subjacente à externalização do trabalho, sob as diversas formas de estranhamento e do subjugo (exploração, dominação, separação dos momentos da produção e da reprodução etc.).

Esse percurso que estamos fazendo e que orienta nossas ações investigativas sobre a “leitura” geográfica do trabalho nos tem possibilitado entender o sentido mais profundo do estranhamento como recurso analítico e explicativo de muita importância. Quer dizer, as travagens e as insuficiências para a realização do gênero humano, decorrentes das formas históricas de externalização/territorialização/apropriação do trabalho, são o que lhe dão fundamento enquanto categoria analítica, mesmo sabendo, pois, que o gênero humano não se limita ao trabalho.

É imperioso salientar que, se alienação, para Marx, tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização da sua própria sociabilidade, o estranhamento se compõe dos obstáculos sociais, que, dadas as “formas históricas

de apropriação do trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno concêntrico ao estranhamento⁵⁰.

A coesão desse sistema do capital, como afirma Mészáros (2002), é, portanto, um sistema sociometabólico que subverte, historicamente, os valores de uso (a produção livre da natureza em si) em valor de troca. Isto é, à capacidade natural do homem se relacionar com a natureza, pelo trabalho, para a produção da riqueza humano-social, que o autor denomina “mediações de primeira ordem”, se sobrepõem os objetivos da acumulação e reprodução do capital, expedientes fundamentados no processo de alienação e estranhamento dos homens, compreendidas como “mediações de segunda ordem”. Isso nos mostra que as “mediações de segunda ordem”, momento em que o capital subtrai do homem seu trabalho, retiram-lhe as mediações que estabelece com os outros homens e, por conseguinte, desconfiguram sua condição genérica de homem, de ser social, assegurada pelo trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p.179-180).

Por esse caminho, sob o jugo das mediações do capital, produzem-se homens diferentes que passam a ser definidos individualmente e que se relacionam de forma conflitante, agora apartados do seu trabalho, uma vez que, depois de se submeterem aos imperativos do mercado, serem consumidos pelo capital, retornam já na forma de força de trabalho.

Poderíamos retomar uma passagem interessante de Gorz (2006)⁵¹, momento em que reforça suas críticas à sociedade salarial. O autor, cético em relação às alternativas que podem advir do interior do próprio trabalho, a ponto de sintetizar seu posicionamento na boa máxima *abolição do trabalho*⁵² - diferentemente do que pensamos - faz algumas provocações que nos estimulam a refletir sobre a importância cada vez mais acentuada da distribuição, considerando os

⁵⁰ Cf. RANIERI, 2001, p.1.

⁵¹ Esse texto – “A crise e o êxodo da sociedade salarial: entrevista com André Gorz” – é, na verdade, uma entrevista publicada no livro *André Gorz e seus críticos*, organizado por Josué Pereira da Silva e Iram Jácome da Silva (São Paulo: Annablume, 2006). Originariamente, essa entrevista foi publicada nos *Cadernos do IHU* (Instituto Humanitas Unisinos), ano 3, n.31, de 2005.

⁵² Esse conceito foi originariamente conhecido pelo grande público na obra *Adeus ao proletariado*, publicada no Brasil, em 1987.

desdobramentos da revolução informacional (microeletrônica) para a diminuição gigantesca de tempo de trabalho na produção material, em detrimento da produção. A intensificação da produção de riqueza com cada vez menos trabalho colocou em cena o seguinte desafio: como fazer depender o ganho de cada um da quantidade de trabalho que ele produz? Esse assunto ainda não foi devidamente resolvido pelas organizações sindicais, tendo em vista os insuficientes resultados políticos, assumindo também as pautas dos procuradores e juizes das alçadas trabalhistas, quando dos momentos de negociações e acordos, mediante a alternativa de redistribuição do trabalho e dos rendimentos, escudados na insígnia “trabalhar menos para trabalharem todos” (GORZ, 2006, p.55).

O limite lógico, estratégico e histórico do capital, imposto pela tendência de supressão/substituição do trabalho vivo, bate forte na razão da própria existência do capital, que é sua permanente acumulação, à base do mais valor de quantidades crescentes de trabalho humano. À medida que esse mesmo trabalho é substituído por complexos processos de trabalho e sistemas de produção automatizados, a criação da riqueza perde as antigas bases materiais, que vai originar/intensificar a crise social, expressão concreta do desemprego e da dessocialização do trabalhador, colocando ainda os estreitos limites da perda do trabalho como elemento *necessário* de todo o processo de acumulação. É por isso que o desemprego, além de endêmico, é ubíquo, espalha-se por todo o planeta.

Não obstante, o aumento dos meios de produção, por meio da intensificação do capital constante e o aumento do trabalho apropriado ou que poderá vir a ser apropriado (capital variável) são resultados do “progresso” do próprio sistema do capital que, historicamente, tende a extrair valores cada vez mais elevados de mais-valia e, com isso, aumentar em termos absolutos o lucro. Dito de outra forma, produz, contraditoriamente, aumento da mais-valia e do lucro, devido ao aumento ainda maior do capital constante, ou seja, o aumento absoluto da mais-valia e do lucro é produzido ao mesmo tempo em que produz uma taxa decrescente de mais-valia e de lucro. Então, o aumento absoluto do valor de todo o capital global investido terá que ser superior ao da queda relativa do capital variável, da mais-valia e do lucro.

A única “originalidade” desse processo é a sua própria existência histórica. Quer dizer, as inovações do processo de produção são uma constante, e a

substituição de trabalho vivo por trabalho morto são a expressão concreta da marcha histórica do capital. “A vitória do trabalho morto (capital acumulado) sobre o trabalho vivo é essencialmente um domínio da morte sobre a vida, e este é um dos sentidos mais elementares da fase tardia do capitalismo”. A criação de novos produtos, que compensavam a perda de postos de trabalho, devido às novas técnicas, como o automóvel e os eletrodomésticos, “foram responsáveis pela longa expansão do capitalismo no século XX e o arranjo social do Estado de bem-estar que, enquanto durou, garantiu o pleno emprego” (MENEGAT, 2007, p.23, 25).

As contradições que residem nos avanços das forças produtivas capitalistas, no seu desenvolvimento contínuo, e a permanente adoção de práticas regressivas, no tocante ao trabalho e à sociedade, foram pensadas por Marx. Se, nos *Grundrisse*⁵³ e em algumas passagens de *O Capital*⁵⁴, o autor salienta que o desenvolvimento das forças produtivas representa “avanços civilizatórios”, por sua vez, em *A Ideologia Alemã*, em parceria com Engels, afirma que as forças produtivas tendem a se tornar “forças de destruição”⁵⁵.

Dessas leituras extraímos, pois, que a “civilização em excesso”⁵⁶, imanente ao processo de reprodução do capital e ao capitalismo em si, é a principal credencial para o estágio da barbárie. Distante de representar qualquer avanço civilizatório, o que num determinado período foi pensado enquanto regressão momentânea, se consolida como permanente, crescente e irreversível, e é a própria essência da barbárie. No entanto, a barbárie propriamente dita não é apenas um qualificativo que remete a fatos específicos, senão à essência da “forma social que apenas pode continuar existindo ao ampliar o seu estado de destruição. A barbárie é imanente à civilização burguesa”⁵⁷.

Além disso, existe a crença de que a ciência, a técnica, a tecnologia, a razão instrumental desfrutem de protagonismo para garantir a missão civilizatória ocidental, as *ondas da modernidade*, como denomina Castel (1998), e, com isso, o

⁵³ Volume I, p. 248.

⁵⁴ No livro 1, volume 1, afirma: “Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada” (p.286-7).

⁵⁵ Cf. MARX; ENGELS, 1982, p. 45.

⁵⁶ Idem, p. 97.

⁵⁷ Cf. MENEGAT, 2007.

equilíbrio estratégico no planeta atrai ao seu entorno até aqueles que se pronunciam contra a *barbárie do capital*. Poderíamos dizer: *todo cuidado é pouco!* Porém, o que é importante demarcar é que os ganhos de consciência são também construídos ao longo dos embates e não *in vitro*, como se estivéssemos numa redoma, ao contrário, no próprio embate e disputa de ideias e de construção da emancipação social.

Podemos pensar, ainda, que a necessária vinculação entre o processo social (metabólico) ou a totalidade do sistema do capital e a manifestação territorial do fenômeno (do trabalho) é o que apoia e funda o estranhamento, e, no seu interior, a especificidade (do conjunto) das relações sociais. Em síntese, o trabalho não perde sua essência, sua condição humana criadora de valores de uso, mas apenas se (des)realiza, na realização do capital. O que ocorre é, nada mais do que uma inversão de sentido, para garantir a reprodução e valorização do capital. Isto é, o trabalho subsumido à produção de valor é essencial para o capitalismo, mas não necessariamente para a humanidade. É por isso que as formas de realização desse trabalho são, em essência, destrutivas.

A título de exemplo, quando consideramos o divórcio existente entre o trabalhador e seu trabalho, há aí a sintonia com o fetiche da mercadoria. No entanto, o que dá conexão com o estranhamento (nas suas diversas formas de externalização), para, em outro nível de realização do trabalho estranhado, reiterar a separação entre o trabalhador e sua *força de trabalho*, é o próprio metabolismo do capital.

Essa subordinação teórica das categorias é imprescindível para podermos compreender a teoria do valor, na razão direta da vigência dos paradigmas produtivos e as respectivas manifestações do fenômeno do trabalho, especialmente porque vivemos um momento histórico marcado por redefinições de grande amplitude, no interior da classe trabalhadora. É por dentro da lógica do valor, ou da necessidade da crescente reprodução ampliada da riqueza abstrata, que os processos geográficos se materializam, pois, dado o seu fim em si mesmo como sentido, os conteúdos concretos são subsumidos à equivalência monetária, no universo de uma sociedade produtora de valor.

Se o estranhamento impossibilita ou dificulta a passagem dos *flashes* de luz que poderiam iluminar as contradições e o nefasto quadro de destruição das experiências de vida comunitárias e das organizações camponesas, encobre

igualmente o caos que se instala nos setores mais dinâmicos da economia, os quais vivenciam casos de aguda exclusão e de (des)realização do trabalho. Em alguns países e regiões, esse movimento de desmonte do trabalho, após meados da década de 1990, particularmente nas cidades, está intensificando e ampliando a ruptura das habilitações/profissões encimadas à formalidade contratual, ou rompendo/redefinindo as *blindagens* da divisão técnica do trabalho, fundada no modelo fabril/industrial.

Dessa maneira, estaríamos repondo em questão a fluidez com que assalariados, desempregados, camelôs, camponeses, posseiros, autônomos, índios, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora. É essa constante remodelação de sentidos e significados do ser que trabalha e que no, dia-a-dia, se envolve na lavra, que assumimos como objeto para focar o exercício da plasticidade expressa nas diferentes formas de realização do trabalho, tanto nos campos quanto nas cidades. O rico e instigante exercício teórico e conceitual, presente nos assuntos que estamos desenvolvendo, nos têm permitido ampliar e enriquecer os horizontes de compreensão sobre o universo do trabalho.

O desenho plural de sua composição e os elementos compósitos dos desafios para entendermos o trabalhador informal, o temporário, o camponês, as legiões de desempregados que cumprem papéis variados, não somente como exército de reserva, como sujeitos que exercem papel de destaque no seio do conflito de classes, de confronto com o capital e expressões da burguesia, estão muito mais próximos da noção de classe trabalhadora, do que as definições às quais nos filiamos delegam consentimento ou concordância. De fato, a classe trabalhadora hoje, sob o jugo da financeirização, da reestruturação produtiva, da microeletrônica, da crescente informalização, é mais complexa, heterogênea, ampliada e disseminada espacialmente, o que exige de nós recursos analíticos condizentes para compreendermos a diversidade das suas formas geográficas ou, de fato, reconhecermos suas singularidades no âmbito da totalidade viva do trabalho.

As capilaridades e dos vértices comunicantes do universo do trabalho e a plasticidade constantemente modificada (a depender da magnitude da precarização e do período do ano) são referenciais imprescindíveis para não desfocarmos da centralidade do trabalho. Esse exercício exige que consideremos as mediações, as ligações dialéticas existentes e as múltiplas determinações do processo metabólico

do capital, processo esse que reúne, sob seu comando, todas as esferas da convivência em sociedade: social, política, econômica, cultural etc.

É assim, por conseguinte, que imaginamos haver uma íntima relação entre as redefinições que estão em marcha, no seio do movimento metabólico do capital, e suas heterogêneas manifestações, nos campos e nas cidades. Se, no campo ou na cidade, o trabalho se encontra sob o foco constante e certo do capital, isto é, fragilizado, subsumido, expropriado, subordinado e dominado, a questão da emancipação social emerge e cobra de todos nós posicionamentos claros e comprometidos.

5. INVISIBILIDADE E SUPERAÇÃO EXPLICATIVA DO TRABALHO

Afinal de contas, o que queremos com essa discussão sobre trabalho e classe trabalhadora? Mais do que atualizar a teoria por meio da práxis teórica, ou romper as *blindagens* teóricas, da mesma forma que refazer os caminhos da dinâmica geográfica do trabalho para repensar as novas territorialidades, enfatizamos o papel central dos movimentos sociais, nas nossas pesquisas, sendo, pois, essa a possibilidade para darmos continuidade à nossa disposição de consolidar o trabalho como um tema da Geografia, e da Geografia do trabalho, uma aposta na compreensão crítica (autocrítica) da sociedade atual, para além do capital.

Mesmo sendo assunto de extrema importância e repleto de polêmicas, há uma concordância, entre os intelectuais que se debruçam sobre as mudanças recentes no mundo do trabalho, de que as mesmas estão ligadas diretamente aos rearranjos promovidos pelo capitalismo que, por sua vez, são uma resposta à crise de acumulação de capital vivenciada a partir da década de 1970. Essas mudanças objetivavam a recuperação da lucratividade das empresas, em declínio desde o fim do impulso de crescimento decorrente da recuperação européia e japonesa, no pós-Segunda Guerra Mundial ou desde o início dos anos 1950.

Já durante as duas décadas posteriores (1980 e 1990), a economia brasileira acompanhou o ritmo das transformações no capitalismo mundial, inclusive com o reajuste macroeconômico promovido, no início da década de 1990, pelo jocoso governo Collor, o qual ampliou a subordinação da economia e promoveu uma abertura indiscriminada aos produtos importados, adequando o sistema financeiro

nacional à nova regulação financeira internacional. Sob esses referenciais, a economia brasileira foi profundamente modificada, especialmente o parque produtivo, o que a fragilizou diante da concorrência internacional, estimulando a corrida das empresas à internalização dos avanços tecnológicos e organizacionais, já consolidados nos países desenvolvidos.

Isso se inscreve no processo maior dos ganhos econômicos que eram realizados com o desenvolvimento desigual e combinado, com a exploração de regiões atrasadas, mas que diminuem sobremaneira sua participação na dinâmica da concorrência mundial. Então, “não é por existirem relações sociais pré-capitalistas que estes ganhos se realizam, mas pela própria dinâmica competitiva do mercado” mundial, que, geral, “beneficiará os que têm melhores condições tecnológicas e produtivas de competição, isto é, mais capital acumulado” (MENEGAT, 2007, p. 22).

Ainda segundo Menegat (2007), os países retardatários na corrida mundial, como o Brasil, podem produzir produtos primários com alta tecnologia importada e produtos agroindustriais e industriais (celulose, *commodities*, aço etc.), com capital e tecnologia importados.

Aprofundamento maior dessas tendências se dá com a implantação do Plano Real, a partir de 1993, sob o governo Itamar Franco, momento em que a estabilidade inflacionária é obtida mediante a supervalorização da moeda nacional. Aproveitando-se da liquidez internacional para compensar o balanço de pagamentos comprometido com o déficit comercial externo, uma das formas de obter os dólares necessários à manutenção do equilíbrio financeiro foi o incentivo ao investimento estrangeiro, conseguido em grande parte graças à venda de ativos estatais às grandes corporações transnacionais.

Entretanto, a adequação do Brasil à regulamentação financeira internacional foi realizada sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, durante os dois governos FHC, condicionou o socorro da entidade à manutenção de um rígido controle dos gastos públicos, vinculado ao pagamento dos serviços da dívida, prática, aliás, também executada pelo governo Lula, defensor do superávit primário e do pagamento da escorchantes dívida externa.

Os fatos que mais marcaram o reajuste macroeconômico, todavia, estiveram afeitos às diversas internalizações do desemprego tecnológico, muito semelhante ao

existente nos países desenvolvidos⁵⁸, especialmente no tocante às características específicas da intensa precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Nos anos 1980, no Brasil, manifestam-se os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva; porém, é a partir do começo da década seguinte que atinge maior amplitude e profundidade. Nesse momento, as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico, em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos.

Com uma defasagem de apenas pouco mais de dez anos, o que se assiste em nosso país, no final da década de 1980, são as marcas do que sacudira a Europa, EUA e Japão, no início do período, mediante a projeção universal do toyotismo, o que se vincula ao sucesso da indústria manufatureira japonesa. As vinculações históricas, políticas e geográficas dessa forma de organização e controle do trabalho nos permitem apreender o processo de (re)organização espacial e territorial da sociedade.

Esses rearranjos, que acontecem no âmbito internacional e que repercutem as transformações da organização sociotécnica da produção, revitalizam a dinâmica geográfica da produção, identificando a marca central da reestruturação produtiva do capital ou o “redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital” (ANTUNES, 2006a, p. 15).

Por mais que nos esforcemos para apresentar as principais características do capitalismo, na fase atual, em vista da tormenta neoliberal, pouco ou quase nada acrescentaríamos, se não considerássemos as formas de expressão do metabolismo do capital, os rearranjos espaciais e o aguçamento das disputas territoriais que se espalham por todo o planeta.

Isso se reflete nos estudos que vimos realizando sobre a temática do trabalho, tais como: 1) a “modernização” da agricultura e a conformação do modelo monocultor, os novos cultivares, a motomecanização, enfim, as formas de organização da agricultura contemporâneas da Revolução Verde, das cadeias produtivas que substituem crescentemente as unidades camponesas e também médias empresas rurais, que se expandem por todos os Biomas e ecossistemas, destruindo de maneira crescente a biodiversidade, como os Cerrados, a Mata

⁵⁸ Cf. TAUILE, 2004.

Atlântica, o Pantanal, a Amazônia; 2) a expropriação/(re)inserção do campesinato pela via dos sistemas integrados, e a resistência via ocupações de terra; ou ainda 3) as comunidades de resistência⁵⁹, pensadas como um meio político-ideológico (de resistência) à marginalização social dos pequenos produtores rurais e, tendo em vista a inexistência de alternativa econômica, numa economia oligopolizada, mantêm-se restritas; 4) a extensividade da informalidade, desde as experiências do trabalho domiciliar, no setor de confecções, com forte assento na *camelotagem*, e nas variantes domiciliares, que demarcam a trajetória da crescente precarização dos trabalhadores formais, via de regra urbanos, os quais também vão compor as trincheiras das ocupações de terra; 5) as formas regressivas de relações de trabalho nos setores de ponta do agronegócio, particularmente na cana-de-açúcar, ou na operação de corte manual, mas que se ligam às modernas plantas agroindustriais, e nas carvoarias, que vão se vincular às modernas plantas siderúrgicas e às sofisticadas aciarias nacionais e transnacionais, à base da superexploração do trabalho e de formas assemelhadas de trabalho escravo, degradante, forçado. Nesses setores da atividade agroindustrial, juntamente às fazendas de criação de gado bovino, registram-se os maiores indicadores de desrespeito à legislação trabalhista, à própria constituição Federal. É o caso de lembrarmos as denúncias constantes que vêm a público, tanto por meio das pesquisas, de que, inclusive, nos ocupamos⁶⁰, e também

⁵⁹ Essa expressão foi conceituada por Horácio Martins de Carvalho (2000), com o propósito de focar a situação concreta dos pequenos produtores familiares, no Brasil, sob o desafio de oferecer argumentos críticos sobre a situação dos núcleos de base dos assentamentos de Reforma Agrária e das comunidades sob hegemonia do MPA. Sua preocupação está fundamentada na ruptura com a anomia que prevalece nesse segmento social, a fim de que possa se “apropriar de uma concepção de mundo que o motive a modificar o modelo econômico e social imposto ao país a partir dos interesses dos grandes conglomerados econômicos internacionais” (p.3).

⁶⁰ Estamos iniciando dois planos de trabalho em nível de Estágio Não Obrigatório (ENO) e Bolsa PAE, voltados essencialmente para a questão das condições de trabalho e de saúde do trabalhador no corte manual da cana-de-açúcar. Estão também em vigência iniciativas de pesquisa conjunta que nos ligam a dois pesquisadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), os quais igualmente se interessam em apreender as condições de trabalho e saúde do trabalho. De um lado, o professor Luis Antonio Barone, sociólogo, pesquisador que tem se dedicado, desde sua Dissertação de Mestrado, à temática da luta pela terra em locais de conflito e de expansão e consolidação da agroindústria canavieira. Por outro lado, a professora Iracimara Anchieta Messias, fisioterapeuta de formação e que se tem proposto entender a degradação do trabalho e os desafios ergonômicos no âmbito da

por meio do Ministério Público, Ministério do Trabalho e Emprego e da imprensa, relativas ao descumprimento da Norma Regulamentadora 31 (NR-31), que se volta à saúde e segurança do trabalho; 6) as experiências com desdobramentos específicos para a dimensão da qualificação/(des)qualificação/(re)qualificação do trabalho e os projetos de intervenção do capital, por exemplo, o sistema S⁶¹.

Na maioria dos casos, esse processo se dá mediante as combinações da intensificação do trabalho às formas relativa e absoluta da extração da mais-valia, ou seja, formas combinadas ou variações do toyotismo com o fordismo/taylorismo, que vão repercutir de maneira direta na fragilização e na neocorporativização dos sindicatos, centrais sindicais, associações, cooperativas etc. Aqui vale destacar que, pelo fato de ter sido impulsionado pelas elites agrárias, o cooperativismo, no Brasil, não marcou tradição em questionar a legitimidade do latifúndio e, mesmo sabendo que, na origem, as primeiras experiências na Inglaterra demarcaram interesse dos trabalhadores em se protegerem dos ataques do capital, ao passar dos anos, particularmente nos anos 1990, no Brasil, as cooperativas (trabalho e de produção no setor industrial) protagonizaram, de fato, a utilização da terceirização.

O componente mundializado que o toyotismo ganha, em curto período de tempo, ampliando seus significados originais radicados em solo japonês, marca uma *nova* via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*. Segundo Alves (2000), essa é a mais radical experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital, e que foi sendo adotada nos diversos quadrantes do planeta pelas corporações transnacionais (setor industrial, serviços), redefinindo qualitativa e quantitativamente o complexo de reestruturação produtiva.

À escala universal, o toyotismo passa a mesclar-se às objetivações nacionais,

exploração do trabalho, em determinados ambientes de trabalho; assim, estamos juntando interesses para compreender os expedientes utilizados pelo capital no corte manual e no plantio da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. Estamos, inclusive, nos mobilizando para encaminhar projeto ao edital Bioen (FAPESP/CNPq).

⁶¹ Denominação atribuída às instituições que fazem parte da constelação do Sistema de Formação Profissional, constituída pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

isto é, a outras formas de racionalização do trabalho, ou quando se identifica como restrito, como parte de um processo contraditório de continuidade-descontinuidade com o taylorismo-fordismo, porém procurando manter as novas necessidades da acumulação capitalista, referenciadas, pois, à sua lógica (eficácia, flexibilidade e o fortalecimento de uma nova subjetividade operária). Quer dizer, à base da manutenção dos ganhos de produtividade do trabalho, para incrementar a acumulação do capital, o referencial produtivista que vigorou durante o século XX é mantido.

Em respeito ao caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva, que repercute diretamente sobre o trabalho e produz resultados diferentes para o conjunto dos países, temos em linhas gerais o seguinte: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo, a configuração das formas híbridas de remuneração (subcontratados) e a informalização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, “terceirizado”; 2) a ampliação do assalariamento, no setor de serviços; 3) a verificação, igualmente, de que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, subcontratado, *part-time* etc.; 4) a intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 5) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 6) a expansão/manutenção do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas.

É oportuno destacar que o processo de reestruturação produtiva, no Brasil, enunciado nas políticas neoliberais, pelo caráter de subalternidade e de dependência, está de maneira crescente induzindo o crescimento e a ampliação do setor informal, o qual inclui *empregados*, desempregados e subempregados, diferentemente das atividades autônomas que anteriormente recebia essa caracterização. Quer dizer, o setor informal não é mais um simples depositário de força-de-trabalho que atua autonomamente⁶². Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital, que faz com que seu circuito

⁶² Para mais detalhes, ver Malaguti (2000).

se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal.

Para sermos mais precisos, durante o governo FHC (1995-2002), ocorreu uma intensificação da flexibilização do trabalho e do mercado de trabalho. A tendência ao predomínio da informalização, devida em grande parte ao inexpressivo crescimento econômico interno, mas também como um mecanismo de ajuste à estabilidade monetária e inflacionária, restringiu as possibilidades de aumento da renda do trabalho, nesse período, ao mesmo tempo em que consolidou o “modelo”, ainda em vigência, de flexibilidade do mercado de trabalho.

6 OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

A reestruturação produtiva do capital produz, então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas de forma direta, ou essa condição passa a ser conseqüência de suas ações. Apesar de a forma clássica se expressar no assalariamento puro e em menor incidência, nas formas combinadas, a situação atual da classe trabalhadora reflete, seja nos campos, seja nas cidades, as imbricações entre formas de contratação, exploração, remuneração, diferenciadas, e de sujeição da renda da terra, no caso dos camponeses que vivem dupla relação com o capital (a sujeição pura), e a subordinação aos mecanismos da exploração do trabalho, quando assalariados. É importante enfatizar o papel estratégico da renda da terra como instrumento de controle dos proprietários de terra que vivem do aluguel desse bem sobre toda a sociedade e, em específico, como instrumento econômico de dominação .

Entendemos, por conseguinte, que o redesenho imposto pela reestruturação produtiva do capital, em escala mundial, vem afetando de maneira ampla e crescente o trabalho, em nosso país, sendo que esse processo redefine as formas de expressão do universo relacional do trabalho, nos campos e nas cidades, ou suas variadas e renovadas formas de externalização, via de regra precarizadas, constituindo esse, pois, o nosso eixo de investigação e de reflexão.

Não seria, desse modo, mero jogo de palavras dizermos que a classe

trabalhadora vem sendo profundamente atingida pelos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos, para a manutenção da extração de valor, de mais-valia, às expensas da fragilização, da (des)realização crescente e intensa dos direitos sociais conquistados por meio das lutas históricas, da despossessão, do direito ao trabalho, da segurança no trabalho, do direito de greve, e tantos outros.

De maneira orquestrada, estão sendo destruídos os empregos formais (os vínculos formais de trabalho), as culturas tradicionais, as comunidades camponesas, além de estarem ameaçadas as diferentes experiências organizativas que se efetivam no dia-a-dia das lutas. Em qualquer lugar onde se apresentam as resistências e surgem os conflitos, em confrontação com o modelo hegemônico e *único* de desenvolvimento, as reações são rápidas e, na maioria das vezes, certeiras, por meio de diversos expedientes: perseguição, lista-negra, açoite, homicídio/genocídio etc.

Outro argumento que demarcamos tem a ver com a nossa compreensão do processo social geral, sobre o qual, além de revelar-se com todas as suas propriedades, por meio do que se define como reestruturação produtiva do capital, é sempre importante asseverar que não desejamos restringi-lo aos setores urbanos ou aos mais dinâmicos da economia, tampouco ao núcleo hegemônico do sindicalismo brasileiro até a década de 1990, sediado no ABC paulista.

Não poderíamos também desprivilegiar a magnitude e os efeitos da reestruturação produtiva do capital, no campo. É imprescindível que foquemos, nesse caso, o que está historicamente alicerçado na vergonhosa concentração fundiária e no modelo herdado desde o Brasil-Colônia, também concentrador de renda, de riquezas, que mantém os privilégios da atividade agroindustrial, com destaque para a canaveira, como exemplo dos benefícios com que o capital sempre contou e, nos últimos 30 anos, a cadeia agroindustrial da soja.

À base da prática da monocultura ou dos monocultivos e da modernização tecnológica das operações agrícolas e de processamento industrial, o capital faz valer os expedientes regressivos, da superexploração do trabalho, prolongamento das jornadas, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, remuneração por produção etc. Tamanho paradoxo é blindado por sistemas eficientes de ideologização, amparados em campanhas publicitárias milionárias e na ideia de que empregos e riqueza são oportunidades únicas para os pequenos municípios do

interior do país.

As defesas que partem do seio do aparelho de Estado encontram eco na grande imprensa e setores formadores de opinião, mas ainda não foram capazes de esconder as ações do Ministério Público do Trabalho, como no caso da retirada de 288 trabalhadores de seis plantações de cana-de-açúcar, em São Paulo, de 409 resgatados da Destilaria Passa-Tempo, no Mato Grosso do Sul⁶³, e a libertação de mais de mil trabalhadores em condições *análogas à escravidão*, em fazendas da Destilaria Pagrisa, no Pará⁶⁴. É em meio à *recolonização* do Brasil, na lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital que vimos focando as práticas dos monocultivos, o autoritarismo imaneente a esse processo historicamente datado, as diferentes formas de dominação empreendidas e seu movimento de acumulação derradeiro e destrutivo, da mesma maneira que as ações regressivas dos latifundiários/grileiros, a degradação do trabalho, como também as lutas de resistência diante da acumulação derradeira e destrutiva do capital.

São poucas as famílias e grupos econômicos agroindustriais canavieiros que estão à frente desses empreendimentos, que, por sua vez, são objeto de intensa atração de grupos empresariais/financeiros estrangeiros e se ligam aos interesses de grandes grupos transnacionais do setor agro-químico-alimentar e financeiro.

Tampouco pretendemos fazer concessões para explicar o que se passa nas bordas do sistema (ou nos setores não dinâmicos, como são enquadrados, porque estão distantes do eixo central da produção de valor) ou, mais essencialmente, os assuntos que estão diretamente relacionados aos enfrentamentos, no âmbito da luta pela terra, da e mais recentemente, da soberania alimentar, no Brasil. Isto, pois, pelo fato de envolver camponeses, assalariados rurais e hordas crescentes de desempregados dos campos e das cidades, em número também crescente e expressivo, como tem sido constatado pelas diferentes pesquisas sobre a temática. Em questão está a crescente massa de trabalhadores sem terra, sem lugar, invisíveis,

⁶³ Os expedientes utilizados pelo capital, como maus tratos e desrespeito à legislação trabalhista, especificamente por parte do grupo J. Pessoa, proprietário da DEBRASA, no município de Brasilândia, foram objeto de estudo da Dissertação de Mestrado *A Geografia da Escravidão no Território do Capital*, sob nossa orientação e responsabilidade do professor Júlio César Ribeiro.

⁶⁴ A esse respeito, ver as publicações e o Banco de Dados da CPT. Disponível em: www.cpt.org.br.

que marcham pelas estradas, campos e cidades, que fazem barulho, mas o eco ainda incomoda pouco aqueles que leem o mundo pela ótica do tecido formal, portanto, tudo que não se enquadra no mundo das estatísticas e projeções específicas.

Apesar de esse assunto ser sistematicamente secundarizado pela maioria dos estudos que se propõem entender o trabalho, em nosso país, ou os entraves contemporâneos para a classe trabalhadora, é por esse viés que estamos querendo atrair os interlocutores para as nossas reflexões. Para tanto, é sempre importante indicar a consulta de outros textos de nossa autoria⁶⁵, nos quais oferecemos uma demarcação detalhada sobre os elementos que estamos considerando, para defender, especialmente, o alargamento do conceito de classe trabalhadora, tendo como ponto de concretização da formulação os resultados das nossas pesquisas.

Assim, podemos enriquecer nossas análises de elementos sociais *vivos*, ou atores sociais diretamente envolvidos nos processos produtivos e as respectivas bases territoriais de realização, não definidos *a priori*, não esvaziados quanto aos conteúdos de classe, mas no ambiente contraditório da realidade do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, *aqui e ali*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos Anos 2000: Dilemas da Era Neoliberal. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006, p. 461-474.
- ANTUNES, R. (Org.). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006a.
- ANTUNES, R. **Uma esquerda fora do lugar**. Campinas: Autores Associados, 2006b.
- BERNARDO, J. **Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana**; São

⁶⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

Paulo: Cortez Editora, 2004.

CARVALHO, H. M. As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil: **o etanol. Curitiba, 2008. (Inédito).**

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

GORZ, A. A crise e o êxodo da sociedade salarial. In: SILVA, J. P.; RODRIGUES, I. J. (Org.). **André Gorz e seus críticos.** São Paulo: Annablume, 2006. p.47-63.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HUWS, U. **The making a cybertariat: virtual work in a real world.** London: Merlin Press, 2004.

HUWS, U. **Fixo, volátil ou dividido: o trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no Século XXI.** London, 2006. Disponível em: < www.resistir.info > Acesso em: 29/10/2006. [Originariamente em inglês. Disponível em: www.monthlyreview.org/0306huws.htm. 7p.]

HUWS, U. The spark in the engine: creative workers in a global economy. **Work organisation labour and globalisation**, London, v.1, n.1, jan., p. 1-12, 2007.

LUXEMBURGO, R. **A crise da social democracia.** Lisboa: Presença, s/d.

MACHADO, J. Ativismo em rede e Conexões Identitárias - Novas perspectivas para Movimentos Sociais". **Sociologias**, 18, Porto Alegre, jul/dez de 2007.

MARX, K. **O capital.** 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 85-169.

MARX, K. **Contribuição à crítica à economia política.** São Paulo: Martins fontes, 1986a.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Editora Moraes, 1986b. (capítulo VI inédito).

MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** Moscou: Edições Progresso, 1982. Tomo 1.

MENEGAT, M. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Revista**

- Pegada, Presidente Prudente, v.8, n.2, dez., p.27-46, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NOGUEIRA, C. M. A feminização no mundo do telemarketing. In ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- PORTO GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias. In: SANTOS, M. **Território, territórios**. Niterói: PPGeo/UFF, 2002.
- RANIERI, J. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- TAUILE, J. R.; FARIA, L. A. E. A acumulação produtiva no capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.280-296, 2004.
- THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G. FRANCO, T. (org.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, p. 24-58, 2007.
- THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista**, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002a.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. (reflexões preliminares)”. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, 2002b. disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/c4-jmont.htm>. Acesso: 10 maio, 2003.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Dignidade roubada e barbárie: um espectro ronda nossas

vidas. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 1, n. 11, p. 1, 2002c.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (org.). **Geografia e trabalho no século XXI**, Presidente Prudente, 2006, p.130-167.

THOMAZ JÚNIOR, A. “O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica”. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 9, v.9, n.1, jan. abr., p.96-103, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 7-26, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, p. 5-25, 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VASAPOLLO, L. **Por uma política de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



CEGET – Centro
de Estudos de
Geografia do
Trabalho



Publicações:

Geografia e Trabalho no Século XXI (Vol. I)

organização: Antonio Thomaz Júnior e Marcelino Andrade Gonçalves

Geografia e Trabalho no Século XXI (Vol. II)

organização: Antonio Thomaz Júnior, Marcelo Dornelis Carvalho e Terezinha Brumatti Carvalho

Geografia e Trabalho no Século XXI (Vol. III)

organização: Antonio Thomaz Júnior e Marcelino Andrade Gonçalves

Geografia Passo a Passo (Ensaio Crítico dos anos 90)

Antonio Thomaz Júnior

Gênero e Classe nos Sindicatos

Terezinha Brumatti Carvalho

Revista Pegada

versões *on line* e CD-ROM

www4.fct.unesp.br/ceget/pegada.htm

Pedidos:

ceget@fct.unesp.br – cemosi@fct.unesp.br

Fone (18) 3229-5388 – Ramais: 5543 e 5507

Fax (18) 3221-8212